

AMÉRICAS

EM FRAGMENTOS



FIDEL RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ
ORG.

INTER
S
CÔES

EDITORA
PUC
RIO

AMÉRICAS EM FRAGMENTOS

TRABALHO, MEMÓRIAS E LUTAS SOCIAIS

FIDEL RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ
(ORG.)





**Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)**

Grão-Chanceler

Cardeal Dom Orani João Tempesta, OCist.

Reitor

Prof. Pe. Anderson Antonio Pedroso, S.J.

Vice-Reitor

Pe. Miguel Martins de Oliveira Filho, S.J.



©Editora PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225,
Campus Gávea/PUC-Rio
Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22451-900
edpucrio@puc-rio.br
www.editora.puc-rio.br

Conselho Editorial PUC-Rio

Alexandre Montauray, Felipe Gomberg,
Gabriel Chalita, Gisele Cittadino,
Pe. Ricardo Torri de Araújo, S.J.,
Rosiska Darcy de Oliveira e Welles Morgado

©Fidel Rodríguez Velásquez

Créditos da obra

Edição da obra

Felipe Gomberg

Tradução e revisão

Agustina Lescano

Revisão de paginada

Fernanda Lutfi

Projeto de capa e diagramação

Natália Brunnet



©Selo Interseções, Editora PUC-Rio

Em parceria com o Departamento
de História e o Projeto Move La
América (Edital CAPES nº 7/2024,
Processo de AUXPE, Nº de Auxílio:
Processo - 88881.015954/2024-01)

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada por
qualquer forma e/ou em quaisquer meios sem permissão escrita da Editora PUC-Rio.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Américas em fragmentos: trabalho, memórias e lutas sociais /
Fidel Rodríguez Velásquez (org.). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2025.

336 p.; 22,5 cm

Obra publicada através do Selo Interseções da Ed. PUC-Rio

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-8006-374-5

1. América Latina – História. 2. América Latina – Condições
sociais. 3. Memória – América Latina. 4. Cultura. I. Rodríguez
Velásquez, Fidel.

CDD: 980

Elaborado por Marcelo Cristovão da Cunha – CRB-7/6080
Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

Sumário

Américas em fragmentos: trabalho, memórias e lutas sociais Fidel Rodríguez Velásquez	7
PARTE I	
MEMÓRIA, PÓS-ABOLIÇÃO E RACIALIZAÇÃO	15
Escravidão, abolição e depois. Historiografias, fontes e métodos para pensar o pós-abolição da escravidão na Argentina Ariel Viola	17
A construção da “Redentora”: o lugar de Isabel de Orléans e Bragança nas memórias da abolição da escravidão Belén Peitti Bustos	49
Lavadeiras às margens do rio Paraná. A representação de mulheres trabalhadoras na fotografia de Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes (Argentina, 1880-1910) María Florencia Rittiner Basaez	71
PARTE II	
TRABALHO, INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA POLÍTICA	93
A trama sem fios: comunicação atlântica, trabalho e políticas na <i>Revista Telegráfica</i> . Argentina, 1914 Romina Caldera	95
A violência política em cena: o crime do tenente-coronel Varela e do anarquista Wilckens na Argentina de 1923 Bruno Elviretti	115

As emissoras de rádio da cidade de Buenos Aires entre as narrativas editoriais e as ações do público radiofônico e de seus artistas (1930-1945)	139
Paula Martínez Almudevar	
Somos um: comunidade, pertencimento e ordem entre cadetes da Escuela Penitenciaria de la Nación argentina	163
Lucía Marina Pereyra	
PARTE III	
CONSUMOS, CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIOS	185
O abastecimento urbano entre o planejamento e a improvisação municipal: feiras francas e mercados de bairro (Buenos Aires, 1900-1930)	187
Erica Cubilla	
Fragmentos esquecidos, valorizações presentes: a coleção de metais de Nueva Cádiz de Cubagua	211
Josennya Noroño Torres	
PARTE IV	
LUTAS SOCIAIS, MILITÂNCIAS E RESISTÊNCIAS	235
Os Congressos de Cultura Negra das Américas (CCNA): uma história do ativismo negro transnacional (1977-1992)	237
Julimar Mora Silva	
1989: o Caracazo e a ruptura do devaneio venezuelano	261
Carlos A. Franco Gil	
<i>América Indígena</i> e a conformação de um indigenismo hemisférico (1941-1960)	287
María Fernanda Pérez Ochoa	
Trabalhadores e sindicalismo diante da crise e reestruturação (Uruguai, 1967-1972). Apontamentos a partir do caso ferroviário	309
Sabrina Álvarez	
Sobre os autores	331

Américas em fragmentos: trabalho, memórias e lutas sociais

Fidel Rodríguez Velásquez

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

E escrever a história da América Latina significou, para várias gerações, lidar com um paradoxo persistente: enquanto a vida social sempre esteve entretecida por circulações, migrações, lutas e solidariedades transnacionais, a historiografia construiu-se, durante muito tempo, sobre fronteiras nacionais rígidas – como se cada país seguisse um destino isolado. Esse “nacionalismo metodológico”,¹ inerente à construção dos Estados nacionais e de suas academias, acabou por obscurecer as experiências sociais e culturais que, vindas de baixo, cruzaram constantemente essas fronteiras.

O volume que o leitor tem em mãos, *Américas em fragmentos: trabalho, memórias e lutas sociais*, inscreve-se na tradição crítica daqueles que buscam devolver à história sua espessura coletiva. Um gesto enraizado no jardim da história social,² que cultiva um conhecimento situado, atento às tensões da experiência vivida e aberto à polifonia latino-americana.

Nesse sentido, a crítica ao “nacionalismo metodológico” não implica apenas ampliar as escalas de análise, mas interrogar os modos pelos quais concebemos a própria prática histórica. Edward P. Thompson³ lembrou-nos de que as estruturas só adquirem sentido quando compreendidas por meio da experiência vivida e da agência exercida pelos sujeitos em contextos de dominação. Natalie Zemon Davis⁴ mostrou, em outro

registro, como a história social pode resgatar a voz plural dos atores e revelar a riqueza de suas negociações e conflitos.

Na América Latina, essas lições foram objeto de uma tradução criativa, que as colocou em diálogo com experiências históricas singulares.⁵ A noção de experiência proposta por Thompson ganhou novos matizes ao confrontar-se com a escravidão atlântica e com as linguagens da resistência, como mostrou Silvia Hunold Lara em suas leituras do Brasil colonial e pós-colonial.⁶ Do mesmo modo, a sensibilidade narrativa de Davis foi reinterpretada em chave regional para iluminar conflitos cotidianos e memórias de exclusão – esforço que se aproxima do que Julia O'Donnell e Leonardo Pereira chamaram de uma “Cultura em Movimento”.⁷

Essa reflexão sobre os modos de fazer história não se esgota em debates acadêmicos; ela se torna especialmente urgente quando o próprio exercício crítico está sob ataque. Este livro, em especial, nasce num tempo conturbado, no qual escrever história se confunde com o ato de defender a própria possibilidade de pensar criticamente. A esta geração de pesquisadores coube viver e se formar sob um cerco sistemático à ciência, à educação pública e às humanidades – um cerco sentido com particular dureza na Argentina e na Venezuela, de onde provêm muitos dos autores aqui reunidos, e também nos Estados Unidos. Não se trata apenas de cortes orçamentários, embora estes se expressem com violência no desfinanciamento de universidades e centros de pesquisa, nem somente da precarização cotidiana de quem neles trabalha. O que está em disputa é o direito de a sociedade compreender-se em toda a sua complexidade: exercitar um olhar que vá além das narrativas simplificadoras, dos negacionismos históricos e dos nacionalismos que transformam a crítica em delito e o diálogo internacional em ameaça.

O Brasil conhece bem essas tensões. Saiu há pouco de um período em que o negacionismo, o desprezo pela cultura e a hostilidade à universidade pública colocaram em xeque a solidez de sua democracia. Mas é também no Brasil de hoje que se busca reabrir espaços de diálogo e horizontes mais inclusivos. Nesse esforço de reconstrução, a pesquisa e a cooperação acadêmica tornaram-se gestos de resistência e de reinvenção coletiva – caminhos para reafirmar o valor público do conhecimento e sua vocação latino-americana.

Este livro é fruto desse movimento: nasce da experiência compartilhada por um grupo de jovens pesquisadores de pós-graduação no âmbito do programa de mobilidade *Move La América*. Financiado pela CAPES, o programa funcionou como um verdadeiro laboratório de conhecimento

coletivo, um espaço em que o deslocamento físico se converteu em deslocamento epistemológico, convidando-os a pensar a história a partir de novos arquivos, novas línguas e novos diálogos. Nesse trânsito, os pesquisadores aprenderam que pesquisar também é atravessar fronteiras e refazer, na própria pele, o lugar a partir do qual se enuncia.

A maior parte dos autores reunidos neste volume foi orientada, durante sua estadia no Brasil, por professores vinculados ao Laboratório de Pesquisa em Conexões Atlânticas (CNPq/PUC-Rio) e provém de instituições que, por sua vez, participaram ativamente da Rede de História Conectada do Mundo Atlântico. Esse duplo ancoramento – geracional e institucional – explica por que muitas das perguntas que atravessam o livro se nutrem de tradições de pesquisa já consolidadas, ao mesmo tempo em que dialogam com os desafios colocados pela mobilidade acadêmica recente. Nessas redes, os jovens pesquisadores encontraram não apenas interlocutores, mas também um marco intelectual compartilhado que lhes permitiu dar continuidade às suas experiências formativas e projetá-las em direção a um horizonte transnacional mais amplo.

A gênese deste livro consolidou-se no *Seminário Internacional Move La América: história, trabalho e cultura em movimento*, realizado em 7 de maio de 2025 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ali não houve um desfile de trabalhos acabados, mas um espaço vibrante, em que trajetórias individuais se encontraram e se colocaram à prova no calor do debate coletivo.

No cruzamento entre uma análise sobre o pós-abolição na Argentina e uma reflexão sobre o patrimônio colonial na Venezuela; no diálogo entre estudos da violência política dos anos 1920 e as memórias do ativismo negro das décadas de 1970 e 1980, as narrativas nacionais começaram a mostrar suas fissuras. Desse atrito nasceu a certeza de que a história latino-americana não pode ser contada confinada em fronteiras, e a pergunta que percorre estas páginas tomou forma: se nossas Américas são feitas de fragmentos – de memórias em disputa, de trabalhos interrompidos, de lutas dispersas –, como narrá-las sem costurar artificialmente suas feridas nem apagar suas tensões?

Os capítulos aqui reunidos são testemunho desse desafio. Mais que respostas definitivas, oferecem um mosaico de aproximações que, em conjunto, traçam um mapa de possibilidades para pensar, de forma situada e coletiva, a complexidade irredutível de nosso passado compartilhado.

A aspiração e o desafio do diálogo transnacional

Superar a inércia das historiografias nacionais não é tarefa simples: trata-se de uma aspiração permeada de desafios tanto práticos quanto epistemológicos. As instituições acadêmicas – departamentos universitários, sistemas de financiamento, arquivos e currículos – permanecem profundamente ancoradas em estruturas nacionais.

Aventurar-se além dessas fronteiras exige não apenas recursos e habilidades linguísticas, mas também a disposição de descentralizar o próprio olhar e de estabelecer um diálogo genuíno com tradições historiográficas que, muitas vezes, possuem seus próprios debates, cânones e pontos cegos. O risco de comparações superficiais ou da aplicação mecânica de categorias de um contexto a outro é constante. Mais ainda: no esforço de traçar conexões, corre-se o perigo da homogeneização – de apagar as especificidades locais e as texturas finas de cada processo histórico em nome de uma grande narrativa continental.

Este volume, portanto, não escapa às contingências de sua própria origem e assume suas particularidades como ponto de partida. Como é natural em uma obra que nasce das pesquisas individuais de seus autores, existe certo desequilíbrio geográfico. A presença da Argentina é, sem dúvida, predominante – reflexo direto da composição do grupo de pesquisadores que participaram do programa *Move La América* e do seminário que deu forma final a esta obra. Brasil, Uruguai e Venezuela, embora representados por estudos, têm uma participação mais restrita. Longe de ocultar essa realidade, reconhecemo-la como marca da história específica dessa rede acadêmica. Não pretendemos falar por toda a América Latina, mas a partir de um recorte que lhe pertence, esperando que este exercício sirva de convite para que outras redes, com outras composições, gerem seus próprios diálogos e contribuam para um mapa cada vez mais polifônico.

Do mesmo modo, o livro toma seu título, *Américas em fragmentos*, como um princípio metodológico explícito. A diversidade de temas, geografias e períodos aqui reunidos é deliberada, mas não busca oferecer uma narrativa linear e coesa. O volume não pretende suturar artificialmente essas distâncias; ao contrário, a justaposição desses fragmentos busca provocar o leitor, convidando-o a assumir um papel na tarefa de tecer conexões, de identificar ressonâncias – como os legados do colonialismo ou as formas de resistência – que persistem ao longo dos séculos. Trata-se de uma cartografia de problemas que exige esforço de leitura e reflexão para ser completada.

É precisamente diante desses obstáculos e limitações que a aspiração de construir uma historiografia transnacional adquire seu verdadeiro sentido e urgência. A promessa que anima esse esforço é imensa: a possibilidade de produzir um conhecimento mais complexo, matizado e desnaturalizado de nosso passado.

Ao colocar diferentes casos em diálogo, busca-se desmontar os mitos do excepcionalismo nacional – a ideia de uma “Argentina sem negros”, a de uma “democracia racial” brasileira ou a de uma “ilusão” venezuelana de repente rompida – e entendê-los não como realidades, mas como construções ideológicas que cumprem funções políticas específicas. O objetivo não é criar uma história latino-americana única e monolítica, mas compreender como o local e o transnacional se constituem mutuamente. Por isso, este volume se inscreve em uma aspiração, e não em uma conquista consumada. Mais que oferecer uma síntese completa, o que apresenta são “pontas de lança”: estudos de caso profundamente ancorados em seus contextos locais, mas concebidos com vocação transnacional, buscando explicitamente dialogar com processos e debates de outros países. São, nesse sentido, convites a futuras pesquisas comparadas – exercícios que colocam à prova, ao mesmo tempo, as possibilidades e os limites do diálogo.

Em essência, este livro é uma aposta no poder do diálogo como caminho para construir uma compreensão mais rica, crítica e compartilhada de nosso passado. Busca contribuir para a formação de uma comunidade intelectual latino-americana que, ao compartilhar problemas e perspectivas, possa forjar seus próprios marcos teóricos e conceituais. Reconhecemos que este é um caminho em permanente construção, e este volume representa apenas uma pausa reflexiva nessa longa e fascinante viagem.

Américas em fragmentos

O livro se organiza em quatro grandes eixos temáticos que, longe de constituírem compartimentos estanques, dialogam entre si. O próprio título, *Américas em fragmentos*, funciona como uma declaração de princípios metodológicos: a obra não pretende oferecer uma síntese totalizante, mas sim um mapa de problemas, um mosaico de estudos de caso que, lidos em conjunto, revelam a textura complexa e contraditória da história social e cultural da região.

A primeira parte, “Memória, pós-abolição e racializações”, mergulha na longa sombra da escravidão, explorando as complexas realidades que

emergiram após sua abolição formal. Os capítulos reunidos demonstram que a “abolição” não foi um evento conclusivo, mas o início de um novo campo de disputas pela cidadania, pelo trabalho e pela memória. Ariel Viola, por meio da história da família Parreño na Argentina, reconstrói um processo de “pós-abolição” que se estende ao longo do século XIX, mostrando como os descendentes de africanos continuaram lutando por sua emancipação em um contexto de branqueamento e exclusão. Em diálogo transnacional, Belén Peitti Bustos desconstrói a memória oficial da abolição no Brasil ao analisar a construção da princesa Isabel como figura “Redentora”, revelando as tensões entre uma narrativa paternalista e as múltiplas formas de agência dos próprios escravizados e libertos. María Florencia Rittiner Basaez, por sua vez, desloca o olhar para as representações visuais, analisando como a fotografia de fins do século XIX capturou – e, ao mesmo tempo construiu – a imagem das mulheres trabalhadoras, como as lavadeiras às margens do rio Paraná, em um período de profundas transformações sociais e raciais.

A segunda parte, “Trabalho, instituições e violência política”, examina as transformações do mundo do trabalho, das instituições e das formas de conflito que marcaram a modernização da região. Os capítulos exploram como as novas tecnologias e as estruturas estatais reconfiguraram a vida social. Romina Caldera, em seu estudo sobre a *Revista Telegráfica* na Argentina, mostra como a chegada da comunicação sem fios redefiniu não apenas as relações de trabalho no espaço atlântico, mas também as noções de soberania e controle. Bruno Elviretti examina um momento de intensa fratura social por meio do assassinato do tenente-coronel Varela e do anarquista Wilckens na Argentina de 1923, utilizando a imprensa para destrinchar as lógicas da violência política. Paula Martinez Almudevar estuda o surgimento do rádio em Buenos Aires, mostrando como esse novo meio se converteu em um vibrante espaço de disputa cultural e política. Em outra chave, Lucía Marina Pereyra oferece um olhar etnográfico sobre a formação da comunidade e da ordem dentro da *Escuela Penitenciaria de la Nación* argentina, revelando como se negociam pertencimento e hierarquia no coração de uma instituição estatal.

A terceira parte, “Consumos, cultura material e patrimônios”, desloca o foco para as práticas cotidianas e os objetos, argumentando que é na materialidade da vida que se negociam muitas das grandes transformações históricas. Erica Cubilla analisa o abastecimento urbano em Buenos Aires no início do século XX, mostrando como feiras e mercados se tornaram

espaços de planejamento, improvisação e intenso conflito social – reflexo das tensões de uma cidade em plena expansão. Em um salto temporal e geográfico, Josennya Noroño T. nos transporta à Venezuela do século XVI por meio da coleção de metais de Nueva Cádiz de Cubagua, oferecendo uma reflexão sobre a valorização do patrimônio, as memórias esquecidas do passado colonial e os fragmentos materiais que nos conectam às primeiras redes do mundo atlântico.

A quarta parte, “Lutas sociais, militâncias e resistências”, concentra-se na ação coletiva e na articulação de movimentos sociais que desafiaram a ordem estabelecida. Julimar Mora Silva reconstrói a história transnacional dos Congressos de Cultura Negra das Américas, revelando uma vibrante rede de ativismo negro que conectou militantes e intelectuais de todo o continente e da África. Carlos A. Franco Gil analisa o “Caracazo” de 1989 como ponto de ruptura da “ilusão” de progresso petrolífero na Venezuela – um momento de explosão social que condensa décadas de tensões acumuladas. María Fernanda Pérez Ochoa investiga a conformação de um indigenismo de alcance hemisférico a partir da revista *América Indígena*, mostrando como se articularam e se confrontaram políticas de integração e noções de raça e cultura em escala continental. Encerrando o volume, Sabrina Álvarez apresenta um estudo de caso sobre o sindicalismo ferroviário no Uruguai durante a crise de 1967-1972, oferecendo um registro minucioso das respostas coletivas dos trabalhadores diante dos processos de reestruturação e da antecâmara da ditadura.

Em seu conjunto, este volume é um testemunho da vitalidade e da diversidade da história social e cultural que hoje se produz na América Latina. É um convite a pensar historicamente para além das fronteiras; a reconhecer a fragmentação não como fraqueza, mas como condição inescapável de nossas realidades; e a encontrar, no diálogo e na colaboração acadêmica, as ferramentas para tecer – a partir desses fragmentos – um conhecimento mais profundo, crítico e compartilhado sobre nosso passado comum.

Notas

- 1 Patrick O'Brien, "Historiographical traditions and modern imperatives for the restoration of global history," *Journal of Global History* 1.1 (2006): 3-39.
- 2 Mirta Zaida Lobato, "El jardín de la historia social," *Trashumante. Revista Americana de Historia Social* 20 (2022): 310-314.
- 3 Edward P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (London: Victor Gollancz, 1963).
- 4 Natalie Zemon Davis, *Society and Culture in Early Modern France* (Stanford: Stanford University Press, 1975).
- 5 Sidney Chalhoub, Christian G. De Vito e Viola Franziska Müller, "The Making of History: Historiography, Institutionalization, and the Trajectory of Punishment in Brazilian Slavery Studies: An Interview with Sidney Chalhoub," *Journal of Global Slavery* 7.1-2 (2022): 225-241.
- 6 Silvia Hunold Lara, "Blowin in the Wind: EP Thompson e a experiência negra no Brasil," *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História* 12 (1995).
- 7 Julia O'Donnell e Leonardo Affonso de Miranda Pereira, "Cultura em movimento: Natalie Davis entre a antropologia e a história social," *História Unisinos* 20.2 (2016): 131-142.

PARTE I

**MEMÓRIA, PÓS-ABOLIÇÃO
E RACIALIZAÇÃO**

Escravidão, abolição e depois. Historiografias, fontes e métodos para pensar o pós-abolição da escravidão na Argentina¹

Ariel Viola

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Francisco Parreño tinha o mesmo nome de seu avô. O capitão Parreño, como tantos outros descendentes de africanos, havia sido criado como escravizado no Convento de San Francisco da cidade de Santa Fé no fim do século XVIII, e militarizado pelo Estado provincial no início do século XIX. Além do nome, seu neto Francisco havia herdado a arte do violino e um cargo nas forças santafesinas. Sua atuação como violinista na Banda de Música da Polícia na década de 1860 nos permite analisar, por um lado, os lugares que o Estado havia dado aos escravizados e seus descendentes durante o longo processo abolicionista iniciado pelos revolucionários de 1810; e, por outro, as lutas que estes continuaram travando para fazer valer as emancipações impostas após a Constitución de 1853.

Os estudos sobre a diáspora de africanos conseguiram dar visibilidade a seus percursos pelas Américas, desde sua chegada pelo tráfico escravista nos primeiros tempos da conquista, até sua vivência como escravizados ao longo de três séculos. Para o Rio da Prata, calculou-se a chegada de cerca de 200.000 africanos entre 1585 e 1835.² Dentro desse comércio, destaca-se a importância das redes luso-hispânicas no ingresso massivo de cativos. Estes pisavam pela primeira vez no continente americano em Salvador da

Bahia ou no Rio de Janeiro e seguiam sua rota até os portos de Montevideu, Colônia do Sacramento ou Buenos Aires, para depois serem distribuídos pelas cidades do interior. As conexões atlânticas e interamericanas do tráfico garantiam traslados até o Rio da Prata principalmente pela via brasileira.³ As trocas regionais podem ser percebidas em testemunhos de africanos casados em Santa Fé, nos quais declaravam ter se conhecido em diferentes portos do itinerário escravista.⁴

Desde as primeiras décadas do século XVII, por rotas terrestres ou fluviais, muitos escravizados embarcados em Guiné ou Angola terminavam sua longa viagem na cidade de Santa Fé, onde eram comprados por fazendeiros e comerciantes urbanos.⁵ É possível estimar o impacto da escravidão na cidade apenas no início do século XIX, graças ao censo de 1816 e 1817 que registrou, entre cerca de 7.000 habitantes, mais de 32% como “negro”, “pardo” ou “moreno”,⁶ dos quais um terço foram anotados como escravos (12% do total de habitantes).

Após o início do processo de independência em 1810, os revolucionários do Rio da Prata iniciaram um processo de abolição gradual com a proibição do tráfico de africanos em 1812 e o decreto de ventre livre em 1813, aderindo a uma dissolução planejada da propriedade de africanos e afrodescendentes. Essa opção esteve guiada pelo princípio de resguardar o patrimônio dos senhores e pela ideia de que estes orientassem os filhos de suas escravizadas para ingressar na vida livre, redefinindo as relações de escravidão em “patrones” e libertos. De fato, o *patronato* foi a instituição que vigorou até a abolição constitucional de 1853, implicando que os libertos dependessem do lar dos senhores de suas mães, das quais podiam ser separados por compra de outro proprietário; ou ainda por serem eles próprios vendidos, ante a transferência do patronato a outro dono. Magdalena Candiotti reconstruiu trajetórias de escravidão e liberdade no decorrer da primeira metade do século XIX em Santa Fé e Buenos Aires,⁷ evidenciando tanto suas condições jurídicas e materiais quanto seus modos de vida e sua agência voltada à conquista da emancipação própria ou de seus filhos.

Sabemos muito sobre essas lutas graças ao aprofundamento realizado pela historiografia argentina nos últimos 20 anos. No entanto, até 2022,⁸ o grosso das publicações havia se detido na abolição definitiva da escravidão sancionada na Constitución de la Confederación Argentina de 1853. Ou seja, não levaram as discussões sobre a abolição para a segunda metade do século XIX. Este trabalho pretende estender a periodização sobre o fim

das relações de escravidão além do ato constitucional, entendendo que ele não significou um ponto-final para o problema, mas que as batalhas dos ex-escravizados e seus descendentes em prol de sua própria emancipação continuaram nas décadas seguintes. Em diálogo com a historiografia do Brasil, procuramos inscrever esse período dentro da perspectiva do pós-abolição, entendido como um tempo em que formas de opressão e dependência sobre africanos e seus descendentes coexistiram com oportunidades de autonomia econômica e mobilidade social abertas por medidas abolicionistas que os próprios libertos tiveram de defender para mantê-las vigentes e para que se traduzissem em situações de liberdade.⁹

Partindo da cidade de Santa Fé, onde se aprovou a abolição constitucional em 1853, seguiremos as trajetórias da família Parreño em três gerações, com o objetivo de iluminar o processo pós-abolicionista na Argentina no longo século XIX. Ao mesmo tempo, aspiramos reforçar as conexões históricas da região com outros espaços latino-americanos nos quais os afrodescendentes travavam seus combates contra os resquícios da escravidão após a abolição, ao compasso das políticas de branqueamento implementadas pelas novas repúblicas liberais.

Em primeiro lugar, ingressaremos no debate da abolição na Argentina propondo o enfoque do pós-abolição e sua expansão para a segunda metade do século XIX. Em uma seção posterior, analisaremos a abolição como conjuntura e suas projeções para a posteridade dos afrodescendentes libertos. Em seguida, exploraremos o pós-abolição e traremos à tona problemas da historiografia brasileira para pensar o pós-abolição na Argentina. Por fim, destacaremos a importância das trajetórias para abordar um campo historiográfico do pós-abolição, por meio da observação das lutas para garantir a emancipação empreendidas por alguns integrantes da família Parreño em Santa Fé. Dessa maneira, pretendemos indagar sobre a periodização que a história argentina tem proposto para pensar a abolição da escravidão e, ao mesmo tempo, expor o caso santafesino como uma janela para refletir sobre o pós-abolição durante a segunda metade do século XIX no contexto argentino e latino-americano.

Historiografias em diálogo para pensar o pós-abolição na Argentina

Para propor uma história social do pós-abolição da escravidão na Argentina, é preciso dialogar com outros campos históricos que a circundam. O ponto de partida ineludível recai nos estudos sobre a diáspora africana e

o tráfico escravista no território rio-platense que surgiram entre as décadas de 1950 e 1970, interessados em medir o volume de escravizados, as rotas do comércio transatlântico e os percentuais de população africana, priorizando enfoques estruturais, jurídicos e demográficos, centrados em Buenos Aires ou Córdoba durante o período colonial.¹⁰

Durante a década de 1980, os trabalhos sobre escravidão também começaram a se perguntar pela abolição, complementando os estudos populacionais com olhares centrados nos próprios africanos e afrodescendentes antes e depois de 1853. Em sua obra clássica, tomada como plataforma de problemáticas, George R. Andrews revisou as vias de acesso à liberdade disponíveis após a revolução e questionou o suposto desaparecimento da comunidade negra na segunda metade do século XIX.¹¹ O autor sustentava que a queda demográfica se devia, em primeiro lugar, à alta mortalidade de homens negros enviados a combater nas guerras de independência civis e regionais do século XIX, bem como às epidemias de febre amarela que afetaram a região. Esses elementos se combinaram com a aceleração da mestiçagem diante da chegada massiva de imigrantes masculinos que se uniram a mulheres afrodescendentes e, ainda, com ficções estatísticas que reduziram sua representação a uma proporção mínima de habitantes. A hipótese da obra põe em questão a ideia de que tenham recebido os benefícios da emancipação, insistindo em seu desaparecimento mais que em sua invisibilização social.

A partir do bicentenário da revolução de 1810, as publicações sobre escravidão e abolição se multiplicaram e se concentraram principalmente no período pós-revolucionário, impulsionadas pela efeméride, que favoreceu novas reflexões acerca da participação de pardos e morenos nas guerras de independência, do fim da escravidão e da “ausência” da cultura negra na nacionalidade argentina.¹² Nessa direção, Magdalena Candiotti renovou a perspectiva sobre a abolição, convidando-nos a pensar que ela foi gradual, isto é, que a escravidão não chegou ao fim entre 1812 e 1813 com a proibição do tráfico e o decreto de liberdade de ventres, mas que, a partir de então, medidas foram aplicadas para controlar a desestruturação da instituição escravista, já que comprometia o patrimônio da classe proprietária pela perda de sua força de trabalho cativa. Durante “o tempo dos libertos” (1813-1853, até 1860 em Buenos Aires) filhos de escravizadas gozaram de emancipações condicionadas, pois, por regulamento, deviam viver com o senhor de suas mães até os 16 anos, as mulheres, e até os 20, os homens;

além disso, o escravizador garantia que essas infâncias trabalhassem para ele e que pagassem sua liberdade com esses labores.¹³

O controle da mão de obra por parte dos proprietários que se antecipavam à perda de seus escravizados, e dos ventres das mulheres cativas, se impôs no estabelecimento de leis parciais de abolição que, mais do que garantir as ideias liberais de liberdade e igualdade para os habitantes afrodescendentes, regularam a transição para novos padrões de emprego de força de trabalho que se encaminhariam para contratações “livres” de trabalhadores. Essas crianças cresceram junto às suas mães, que eram escravas da casa, ou não, já que tanto elas como o patronato podiam ser vendidos e transferidos; às vezes também com seus pais, ou não, já que, se não eram livres, podiam ter sido separados do lar por intercâmbio comercial com outro proprietário, ou por terem sido mobilizados ao campo de batalha pelo “resgate” militar.

O avô de Francisco Parreño foi testemunha da via de emancipação pelo serviço das armas.¹⁴ Com o mesmo nome de seu neto, nascera entre 1782 e 1783 em Santa Fé¹⁵ e crescera escravizado dentro do Convento de San Francisco, fato confirmado pelo registro de compra de sua liberdade em 1807.¹⁶ Nesse documento consta que, como “bom e fiel servo”,¹⁷ havia conseguido economizar o dinheiro para custear sua liberdade com seus trabalhos como barbeiro. Ao mesmo tempo, diante de posteriores serviços prestados ao Estado,¹⁸ constatamos que era músico e fabricante de violinos, saberes que acreditamos ter incorporado em sua experiência de escravidão no âmbito eclesiástico, já que os templos praticavam música e confeccionavam instrumentos para sonorizar as missas, ensinando essas artes aos escravizados que lhes pertenciam.

Francisco Parreño ficou viúvo em 1810 e casou-se pela segunda vez em 1817 com María Mercedes Moreyra, ambos registrados como pardos livres.¹⁹ Antes das núpcias, haviam tido sua primeira filha, Zoila, em 1813. Embora não haja registro da ata de batismo, vemos sua anotação com três anos no censo de 1816 e 1817, com o sobrenome da mãe.²⁰ Talvez, como Zoila havia nascido no ano da liberdade de ventres, tenha mantido o sobrenome materno como menina liberta, para mais tarde figurar nos documentos como Parreño, filha de Francisco.

Como liberto, com cerca de 40 anos, encontramos Francisco a partir de 1821 exercendo a capitania da Compañía de Infantería de Morenos Libres de Santa Fé.²¹ Até 1838, assinou as listas de revista como responsável pelo corpo. Em um testemunho desse ano, já com 56 anos, buscava sua aposentadoria

militar declarando “ter 30 anos de serviços prestados à pátria, mais de 20 como Oficial e 2º Jefe do Batallón de Pardos y Morenos, e ser o veterano mais antigo da guarnição”.²² Para então, Parreño já era muito idoso para continuar suportando a exigente carreira militar. Em maio de 1847, com cerca de 65 anos, foram registrados sua morte e seu enterro no Convento de San Francisco, onde foi mencionado como capitão aposentado e lhe foi atribuído o “Don” antes do nome,²³ perdendo-se todos os rastros de categorias de castas, tanto em seu cargo militar como em sua nomeação.

Essa trajetória coincide com a perspectiva de Candiotti, que busca vislumbrar a agência e os percursos realizados por africanos e afrodescendentes em favor de sua própria emancipação e mobilidade social e, por outro lado, colocar a questão da abolição no debate atlântico, pretendendo fazer barulho sobre os silêncios constitucionais que aboliram a escravidão sem constar discussões nas atas. Dessa forma, conseguimos entender o desenrolar da escravidão e da abolição em chave racial e jurídica dentro das relações sociais platinas da primeira metade do século XIX. A partir daí, fica pendente uma análise que centre a atenção nas trajetórias de afrodescendentes após a abolição definitiva de 1853, durante a segunda metade do século XIX, para conhecer suas relações com os mundos do trabalho, suas possibilidades de acesso a formas de emprego “livre” e assalariado, suas margens de independência e suas posições sociais diante do branqueamento nacional.

A abolição da escravidão na Argentina foi abordada preferencialmente dentro do campo da diáspora africana e da escravidão na primeira metade do século XIX, com o propósito de interpretar sua erosão gradual até sua implementação final em 1853. Já na segunda metade do século, os estudos parecem deslocar o terreno de discussão para a racialização, as atuações políticas e culturais de grupos afrodescendentes e os processos de invisibilização na formação do Estado e da nacionalidade argentina. A preocupação primordial dessa bibliografia parece estar na desmitificação do desaparecimento dos afrodescendentes argentinos, e seus principais esforços voltados a evidenciá-los naquele passado que lhes foi negado. A virada temporal deixa de lado a abolição, correndo o risco de assumir os descendentes de africanos escravizados como incontestavelmente livres após a sanção constitucional. O problema central, então, é que a historiografia sobre a presença afrodescendente na Argentina durante a segunda metade do século XIX dialoga pouco com o campo da escravidão e da abolição gradual.

A perspectiva do pós-abolição que se busca postular considera imprescindível apropriar-se da ideia de abolição gradual para entender que o antecedente da abolição definitiva implicou a concessão de liberdades que foram tanto negociadas e conquistadas como vulneráveis e reversíveis,²⁴ o que significou margens reduzidas para alcançar a emancipação que, no fundo, era o bem mais precioso da alforria. Sugerimos que as lutas protagonizadas pelos afrodescendentes em favor de sua própria libertação atravessaram o ato constitucional de eliminação da escravidão e permaneceram como estratégias de ascensão social e resistência aos signos excludentes do branqueamento populacional nas décadas posteriores. Nesse sentido, este capítulo busca romper os segmentos de periodização que foram estabelecidos, estendendo a problemática da abolição ao decorrer da segunda metade do século XIX, para entender melhor suas consequências em longo prazo. Por essa razão, propomos o enfoque do pós-abolição para refletir sobre os resquícios da escravidão no período posterior à sua proibição jurídica e a continuidade de alguns de seus conteúdos em outras formas que transcendiam a legalidade e recaíam nas experiências e trocas sociais.

Lea Geler realizou contribuições relevantes sobre a presença de afrodescendentes portenhos na realidade política, social e cultural da segunda metade do século XIX, relacionando a questão racial com dimensões de gênero e de classe. No entanto, não abordou diretamente o pós-abolição como problema de análise, apelando ao fato de que a multiplicidade de situações intermediárias entre a escravização e a libertação, que se combinaram em mais de 40 anos de abolição gradual, tornam o fenômeno um processo com avanços e retrocessos, cuja complexidade dificulta a definição de um período delimitado e a distinção da população particular afetada pelos legados da escravidão.²⁵

Nesse sentido, mais que uma impossibilidade, esse alerta nos coloca um desafio, uma problemática historiográfica que nos cabe tratar para encontrar respostas ao que se assume como a inclusão dos antes escravizados e seus descendentes nas esferas da cidadania, do trabalho e das relações sociais. Por mais longo e sinuoso que tenha sido o caminho, eludir o pós-abolição como memória ou trama contextual dos tempos posteriores à abolição constitucional pode nos levar a pressupor percursos de emancipação automáticos, quando devemos duvidar de que tenham sido lineares ou completos.

Mesmo historiografias que não utilizam explicitamente o conceito de pós-abolição realizaram contribuições imprescindíveis para seu delinearmento. Uma série de historiadores e antropólogos reunidos no Grupo

de Estudios Afrolatinoamericanos (GEALA) do Instituto de História “Dr. Emilio Ravignani” (UBA) abordaram a problemática da inclusão social dos afrodescendentes por meio de análises que colocam a raça como dimensão principal das diferenças sociais, favorecendo cruzamentos com variáveis de gênero, respondendo à preponderância dos estudos baseados na perspectiva de classe. Paulina Alberto e Eduardo Elena evidenciam como a categoria racial não foi considerada nas análises clássicas sobre o período de formação nacional e transformações econômicas, sobrepondo a classe como elemento primordial na dinâmica das desigualdades e dos conflitos sociais, diante do que se favoreceram teses históricas que apresentaram a nacionalidade argentina como uma exceção na região, por não ser a questão racial um problema na formação das camadas trabalhadoras da industrialização do fim do século XIX.²⁶

Em sintonia, Florencia Guzmán e María L. Ghidoli explicam como a mediação da raça atuou como um dispositivo de segregação que perdurou depois da abolição, cerceando as liberdades de afrodescendentes em uma diversidade de modalidades que eram muito mais complexas que o binômio escravidão-liberdade, ou que os reducionismos econômicos que sugerem uma transição das formas de trabalho escravistas para contratos livres e assalariados.²⁷

Em relação a essas questões, embora subscrevamos a centralidade das formações de alteridade marcadas pela raça e pelo racismo como processo constitutivo da sociedade argentina, seria interessante levá-las para a história do trabalho. Isso permitiria entender como as exclusões e a discriminação suportadas por pessoas racializadas impactaram em sua inserção laboral e mobilidade socioeconômica em mundos do trabalho que estavam se transformando ao compasso das imigrações massivas, da colonização e do modelo agroexportador da segunda metade do século XIX. Consideramos necessário ponderar as análises raciais do período admitindo sua consubstancialidade com fatores de classe, que também explicam as dificuldades de fazer valer a emancipação em sujeitos que eram racializados e precarizados ao mesmo tempo.

Geler inspecionou a imprensa negra de Buenos Aires na segunda metade do século XIX, propondo uma nova interpretação sobre o desaparecimento afrodescendente. A autora explica como essa operação fez parte da construção do Estado nacional e dos ajustes produtivos realizados em função das trocas com as economias líderes do mercado internacional, no qual a massividade da imigração de europeus, promovida pelo Estado

como instrumento de povoamento para o “progresso”, serviu para impor a excepcionalidade do “país sem raças” a que aludiram Alberto e Elena.²⁸ A autora aposta na desestabilização da raça, ou seja, em não pressupor sua existência e entendê-la como uma construção histórica que se configurou paralelamente às divisões de trabalho e de gênero, constituintes das bases de dominação do sistema capitalista de forma simultânea.

A esse respeito, a interpretação dos periódicos da comunidade afrodescendente portenha nas décadas de 1870 e 1880 pode constituir um ponto de chegada da experiência e da autorrepresentação identitária desse coletivo, mas também pode ser insuficiente para reconstruir trajetórias determinadas pelo pós-abolição. Ou seja, talvez passe por alto os legados da escravização própria, de seus familiares ou antepassados, bem como os significados de uma liberdade outorgada pela Constituição sem proteções materiais para garantir a emancipação.

Estimamos que outras fontes e outras perguntas seriam capazes de reverter os silêncios desse processo e iluminar experiências de atores que se supunha estarem subsumidos na liberdade geral da lei. A reconstrução de trajetórias, por meio do cruzamento de arquivos que mencionem pessoas escravizadas, libertas ou classificadas racialmente antes da abolição de 1853, com registros que as continuem consignando depois desse ano, observando nas entrelinhas resquícios da escravidão, pode ser um método pertinente para recriar percursos possíveis que deem sentido a um pós-abolição diverso e imprevisível.

O pós-abolição na Argentina, um campo de pesquisa incipiente

O pós-abolição é um conceito muito recente na historiografia argentina. A primeira coletânea que admitiu a denominação em seu título é de 2020 e, como já mencionamos, discorre sobre a primeira metade do século XIX, detendo-se na abolição, sem considerar a segunda metade como parte dela, como se fosse apenas um assunto derivado das medidas graduais para acabar com a instituição.²⁹ Foi Candiotti quem, em 2022, propôs um dossiê sobre pós-abolição que admitiu artigos referentes à segunda metade do século XIX, com contribuições históricas fora do centro portenho,³⁰ às quais faremos referência nas seções seguintes, assim como a outros trabalhos da autora que recuperaram percursos afrodescendentes de emancipação.³¹

Ao mesmo tempo, encontramos contribuições para o pós-abolição em outras historiografias-chave que exploram a segunda metade do sécu-

lo XIX. Em primeiro lugar, a abordagem do branqueamento demográfico da nacionalidade argentina e seus resultados na negação da comunidade afrodescendente e originária da América. Esse enfoque confronta a tradição historiográfica que explica esse meio século enfatizando a imigração e a colonização³² como dispositivos de modernização, com outra bibliografia que o pensa incluindo a racialização, a alterização interna, sua reconfiguração em relações de classe de tipo capitalista e a europeização do relato sobre a nacionalidade argentina.³³

O pós-abolição está marcado pelo branqueamento da população, pela reconfiguração das relações de trabalho “livre” e pela construção do Estado nacional, junto à fundação de um relato de nacionalidade sobre um país de brancos e para brancos. A ideia de “Pampa gringa”, proposta por Ezequiel Gallo na década de 1980, enfatiza os processos de colonização agrícola e imigração europeia que atravessaram a Província de Santa Fé, sem abordar a questão racial.³⁴ No entanto, é fundamental observar que os objetivos populacionais e materiais desse modelo de país foram complementados com discursos raciais (aderentes ao racismo científico que circulava pelas Américas) de invisibilização e inferiorização de identidades indígenas, negras ou mestiças, junto a práticas de marginalização e precarização desses grupos sociais, com o propósito de afirmar simbolicamente uma Argentina “sem raças”, o que, na realidade, era a imposição de uma nação branca descendente da Europa.³⁵

Em termos gerais, os cruzamentos entre raça e trabalho buscam responder ao problema da inclusão laboral aceita para aquelas populações herdeiras da redução e da escravização, classificadas em estatutos de mestiçagem racial, em um país que, após a sanção da Constitución, buscava projetar-se unidirecionalmente para brancos descendentes de europeus. Para entender esse processo foi proposta a ideia de branqueamento,³⁶ como política que incitou ao estranhamento e à invisibilização de identidades negras e indígenas na segunda metade do século XIX, pela cristalização de noções racistas que o capitalismo internacional colocou em circulação, borrando rastros e diminuindo a importância das manifestações desses coletivos. Materialmente, implicou a imigração de milhares de europeus que aumentaram exponencialmente as populações da Patagônia, da Pampa e do Litoral argentinos; o extermínio e a realocação de povos originários para a colonização de grandes porções de território; e a configuração de espaços de trabalho sob padrões capitalistas de contrato e salário, pensados para europeus, para abastecer uma exploração agrícola em escala mundial.

Como analisamos recentemente, o caso de Santa Fé resulta altamente representativo desse processo, já que, como província, por um lado aumentou dez vezes seu tamanho em 30 anos; por outro, recebeu mais de 200.000 estrangeiros entre as décadas de 1860 e 1880, levando sua população total de aproximadamente 41.000 habitantes em 1858 a 220.000 em 1887, e a quase 400.000 em 1895, alcançando 40% de composição europeia. Ao mesmo tempo, recolhendo as variáveis de nacionalidade, idade, gênero e ocupação nos registros censitários da segunda metade do século XIX, reconstruímos a distribuição laboral dos habitantes e descobrimos que, entre 1869 e 1887, na cidade capital, o nível de trabalhadores estrangeiros se incrementou acima de seu nível de crescimento demográfico, produzindo-se um intenso branqueamento de certos setores de trabalho, como as atividades rurais, os cargos institucionais, os empreendimentos comerciais de maior escala e os ofícios artesanais, fato que pode ser considerado como uma prova estatística da evolução do branqueamento populacional e, significativamente, laboral.³⁷

A assunção do branqueamento como complemento da modernização produtiva destinada ao comércio de exportação e à instalação de infraestruturas do “progresso” nos aproxima de outra historiografia que se percebe fundamental para pensar um campo do pós-abolição, aquela que historiciza a configuração dos mundos do trabalho em um país que, paulatinamente, erguia suas unidades industriais urbanas.³⁸ Dentro desses novos e renovados ambientes laborais trabalharam os imigrantes que chegaram em massa, compartilhando as jornadas com atores locais que, embora estivessem sendo minimizados, não haviam desaparecido, como descendentes de africanos que haviam sido escravizados pouco tempo antes. A reconstrução dos mundos do trabalho pode ser uma porta de entrada fundamental à experiência desses trabalhadores, suas práticas cotidianas e seus intercâmbios com seus companheiros, entre eles “gringos” com idiomas e costumes diferentes, mas que eram semelhantes em sua condição de despossuídos e empregados.

Para concluir com uma primeira identificação de problemas, Ezequiel Adamovsky inclui os afrodescendentes dentro das classes populares, das quais faziam parte por causa de uma “hierarquia racial oculta” que era liderada por perfis de branquitude, estabelecendo uma desigualdade racializada que se articulava com uma brecha de classe.³⁹ Também, uma série de trabalhos recentes exploraram a história de mulheres negras em mundos do trabalho e papéis familiares impostos pelo patriarcado branco

da segunda metade do século XIX.⁴⁰ Por outro lado, podemos reconhecer contribuições provenientes da antropologia, como aquela que se pergunta pelo grupo de negros nos postos de mordomos e ordenanças do Congresso Nacional;⁴¹ ou da sociologia, como a reflexão sobre a racialização das relações de classe.⁴²

Em síntese, a história sobre o pós-abolição que queremos propor dialoga, em primeiro lugar, com os estudos sobre a escravidão e a abolição na primeira metade do século XIX, importantes para entender as lutas pela emancipação, a fragilidade das liberdades graduais que chegaram a ser definitivas em 1853, as condições da multiplicidade de afrodescendentes nascidos como libertos e seu aproveitamento como força de trabalho servil. Em segundo lugar, com a linha de investigações sobre a racialização e o branqueamento social, pelos quais se identificam processos que, em nível discursivo, difundiam correntes racistas que postulavam a superioridade da raça branca e sua imposição na mistura racial, contribuindo para a invisibilização e a negação da raiz africana na nacionalidade argentina. E, em terceiro lugar, com a bibliografia sobre os mundos do trabalho durante a segunda metade do século XIX, sua configuração, suas formas de emprego e suas potencialidades como vias de ascensão socioeconômica.

A abolição ou a última venda de escravizados

A abolição anterior a 1853 admitiu certa planificação por meio da aplicação de leis graduais com o propósito de conduzir a desestruturação de uma instituição jurídica que afetava o patrimônio e a mão de obra de escravizadores proprietários, os quais foram designados para “educar” os libertos na aquisição paulatina das condições para emancipar-se. A historiografia referente explica como os cativos, longe de serem meros sujeitos passivos de sua libertação, exerceram sua própria agência para a conquista de suas liberdades desde antes de 1853. Ao mesmo tempo, a compra e venda de escravizados continuou a existir, assim como o usufruto gratuito da força de trabalho dos libertos e o uso dos patronatos como uma mercadoria passível de ser trocada monetariamente.

Em contrapartida, após a sanção da Constitución, os escravizados deixaram de ser registrados como tais em razão da eliminação definitiva desse tipo de propriedade, diante da qual se previu para os escravizadores a administração de uma compensação por essa perda. O elemento que distinguia a abolição constitucional era o fim da vigência jurídica da escravidão

como propriedade, o que não significa que, de fato, as emancipações tenham se traduzido no fim da dependência estrutural, supondo uma continuidade hipotética de certos obstáculos para alcançar uma autonomia real entre os afrodescendentes após a sanção da Constitución. Estamos falando da possibilidade de acessar uma moradia particular, um trabalho assalariado, um projeto de família ou uma economia autossuficiente.

A abolição definitiva da escravidão foi aprovada no artigo 15 da Constitución sancionada em 1º de maio de 1853 em Santa Fé: “Na Confederación Argentina não há escravos: os poucos que hoje existem ficam livres desde o juramento desta Constitución; e uma lei especial regulará as indenizações a que der lugar esta declaração. Todo contrato de compra e venda de pessoas é um crime de que serão responsáveis os que o celebrarem, e o tabelião ou funcionário que o autorizar.”⁴³

Se lermos nas entrelinhas, em primeiro lugar, para os constituintes a abolição se estabelecia por motivo de extinção. Em segundo lugar, mencionava-se uma norma especial que, mais do que regular as libertações, se encarregaria de compensar os senhores pela perda de suas propriedades humanas, ou seja, a abolição era entendida como uma expropriação mais do que como um benefício para as pessoas escravizadas, de modo que o patrimônio dos escravistas deveria ser reparado. Em terceiro lugar, as indenizações não foram organizadas em nível nacional; regulamentações provinciais encarregaram-se de registrar e avaliar as alforrias dos últimos escravizados, e também de alguns libertos.⁴⁴

A esse respeito, contamos com uma série de artigos publicados recentemente em um dossiê dedicado ao pós-abolição na América Hispânica, no qual se revisam casos provinciais sobre aquelas libertações e indenizações ordenadas pela Constitución de 1853, evidenciando a incipiente formação de um campo e de uma agenda sobre a temática.

Em Mendoza, no momento de indenizar os proprietários, foram contabilizados 77 escravizados e libertos que estabeleceram acordos laborais e econômicos como parte da abolição, sem que isso se traduzisse em mudanças significativas em relação à sua inserção ocupacional e social. Muitos deles constavam nos censos com labores de serviço doméstico nas mesmas unidades familiares onde serviam como cativos antes de 1853.⁴⁵

Os registros de assento e escravaria de Corrientes em 1853 anotavam 75 escravos com uma média de idade superior a 40 anos, que trabalhavam havia mais de metade de sua vida para os mesmos senhores, gerando laços permanentes de dominação. Após a abolição, a maioria das mulheres deixou

de ter seus escravizadores como patrões, mas continuou ocupada no serviço doméstico e, apenas no caso de um homem, comprova-se que permaneceu no âmbito urbano e pôde conquistar sua própria moradia. Em termos gerais, Fátima Valenzuela conclui que em Corrientes, apesar da libertação dos escravos em 1853, suas formas de vida e de trabalho continuaram sendo muito semelhantes.⁴⁶

Por meio da reconstrução do caso de um dos maiores proprietários escravistas de Paraná, Francisco Sosa consegue aproximar-se do processo de pós-abolição em Entre Ríos. O autor observa um grupo de ex-escravizados adquirindo terras nos subúrbios da cidade como parte de doações eclesiásticas, marcando uma pauta de realocização da população afrodescendente durante o período pós-abolicionista. Esses conseguiram incorporar-se com sucesso no mercado de trabalho, exercendo os mesmos ofícios que mantinham desde a escravidão. No entanto, na observação de seus testamentos constata-se a baixa amplitude da mobilidade socioeconômica alcançada, pois mencionavam a necessidade de trabalhar até o fim de seus dias devido a seus poucos recursos.⁴⁷

Se focarmos a Província de Santa Fé, em 25 de julho de 1853, quase três meses após a abolição, publicou-se um decreto “nomeando Comissões encarregadas de verificar as condições dos escravos declarados livres pela Constitución nacional”, no qual se considerava:

... que para dar fiel cumprimento e que se cumpra o espírito do art. 15, título 1º da Constitución nacional de la Confederación, que concede a liberdade dos escravos, é indispensável que previamente se faça a classificação das qualidades que reúnam e a avaliação de cada um deles, a fim de documentar completamente os senhores e que tenham ação justificada para serem indenizados conforme a lei que deve ser promulgada, e atendendo à solicitação da Defensoria Geral de Pobres y Menores.⁴⁸

O espírito constitucional da abolição seguia tratando os emancipados como escravos, equiparados a bens passíveis de serem qualificados e avaliados, tomando a liberdade como uma dignidade que tinha preço ou como uma propriedade que possuía um custo de venda. O benefício estava do lado dos cativadores, assim como o direito, que atuava sobre as indenizações destes, mais do que sobre as libertações dos escravizados. No primeiro artigo da normativa autorizava-se a formação de comissões de avaliação e indenização nas cidades de Santa Fé e Rosario, e de outras no povoado de San Jerónimo (uma redução indígena). No quarto estipulava-se que, “feita a classificação e documentados os senhores, os escravos ficam em plena liberdade para

escolher o meio ou trabalho honesto para adquirir sua subsistência, do que darão aviso à Polícia”.⁴⁹

Esses pontos nos levam a pensar em uma liberdade tutelada, isto é, vigiada⁵⁰ e dificultada pelo próprio aparato jurídico por meio de medidas mais ou menos diretas para direcionar a força de trabalho dos recém-libertos, as quais instabilizavam sua condição livre.⁵¹ Observa-se como a libertação era interpretada como uma cessão de autonomia para escolher emprego, embora as autoridades se reservassem a aprovação de sua qualidade como meio de vida honesto. Seguindo a historiografia brasileira, também podemos pensar essas ações de controle, acompanhadas de cargas raciais, como parte da imposição de uma pauta moral sobre o trabalho e do disciplinamento para o exercício livre.⁵² Além disso, como bem assinalaram Fischer, Grinberg e Mattos, o Estado apenas aboliu a escravidão, mas não protegeu os libertos, antes os deixou entregues à própria sorte e à espera de que fossem assimilados pelas forças do branqueamento populacional.⁵³

Nos arquivos da Província, podemos constatar várias avaliações no Departamento Rosario, oito em San Jerónimo e ao menos dez na Capital, por parte do Convento de Santo Domingo e senhoras da elite local.⁵⁴ Em particular, na cidade de Santa Fé, Petrona Antonia Candioti recorreu à comissão classificadora para a cotação de seus escravizados, obtendo, em 1º de agosto de 1853, os certificados que precisavam o preço que o Estado pagaria por suas liberdades, a partir de cálculos realizados segundo as idades e a avaliação da qualidade de seus serviços. As libertações orçadas correspondiam a quatro mulheres e dois homens, com idades entre 40 e 60 anos: Alejandra (43), Benedicta (47), Dolores (47) e Victoria (48) haviam sido avaliadas como de “bom serviço” em 200 pesos cada uma; Florentino (48) e Juan (60), saudáveis e “de todo serviço”, em 100 e 50 pesos respectivamente. Observa-se, por um lado, a elevação do preço das mulheres ao dobro ou mais em relação aos homens; por outro, que as idades impactavam na redução do valor até em um quarto, em relação à cotação feminina, no caso do cativo mais idoso.

Se nos perguntamos pela quantidade de escravizados no momento da abolição em Santa Fé, de antemão parecem ter sido bem poucos, pelos efeitos a longo prazo das medidas graduais. No entanto, Lina Beck-Bernard (colonizadora suíça) em seu relato *El río Paraná. Cinco años en la república argentina*, publicado em Paris em 1864, escreveu:

Nas províncias restavam então a segunda série dos escravos por libertar, os que haviam nascido entre 1814 e 1824. Uma vez que passou o tempo programado, a emancipação completa era pouco realizável. Os filhos se aproximaram de seus pais; as pessoas isoladas foram com ou sem autorização de seus senhores; as pessoas ricas e generosas se impuseram sacrifícios para cumprir com os compromissos colocados pela nova constituição. No entanto, ainda restavam muitos escravos quando em 1851 o general Urquiza chegou a Santa Fé. (...) Fez um pronunciamento que não agradou em nada aos santafesinos, sempre desconfiados diante do partido gaúcho (...) ...resolvê-lo de uma vez, em prejuízo dos senhores. Reuniu os escravos no Cabildo e lhes deu, a cada um, uma ata de libertação e um passaporte com passe livre a todos os barcos que estavam naquele momento no porto. (...) Essa foi a senha de um *salve-se quem puder* geral. Aquela dama que naquela mesma manhã tinha trinta ou quarenta criados, teve que cozinhar ela mesma naquela noite; esse proprietário, cuja magnífica terra trabalhavam e habitavam uns cem escravos, se encontrou sozinho ao despertar e algumas semanas depois a invasão do gado havia devastado tudo. (...) De fato, os velhos, os coxos, os deficientes rejeitaram a liberdade que lhes oferecia Urquiza. Ficaram na casa de seus senhores, sob seus cuidados até o último dia...⁵⁵

Ainda que se trate de uma obra literária, baseada nas memórias da passagem por Santa Fé da escritora entre 1857 e 1862, as quantidades mencionadas parecem basear-se em uma generalização de um passado mais remoto que o acontecimento de Urquiza,⁵⁶ o que possivelmente remete às disposições parciais de abolição decretadas em 1813. A dramatização da conjuntura percebe-se como um recurso retórico empregado para pronunciar-se contra o que seria uma libertação de escravos repentina, ou seja, que não teria acompanhado nem regulado a desestabilização das economias dos senhores diante da subtração de seus servidores sob cativeiro. Sobretudo, contemplamos uma abolição reduzida a um ato automático e a mudanças de vida apressadas, o que acreditamos ser uma visão limitada. Sustentamos que a emancipação precisa ser pensada como um processo, já que nela foram determinantes diversas formas de relações, mais ou menos duradouras e sólidas, que podiam ser altamente vinculantes a ponto de não se desfazerem da noite para o dia.

Nem gratuita, nem filantrópica, nem massiva, nem mecânica, a emancipação dos escravizados e de seus descendentes que a abolição colocava em jogo requer ser abordada como uma questão que teve seu desenvolvimento com resistências e disputas de interesses, afetando os significados das liberdades ao longo da segunda metade do século XIX, problemáticas que

acreditamos possíveis de serem pensadas dentro do campo teórico-metodológico do pós-abolição.

Perguntas e problemas para analisar o pós-abolição

A abolição da escravidão marcou o destino dos afrodescendentes santafesinos ao longo da segunda metade do século XIX. Mais ainda em termos de suas situações legais, já que suas realidades econômicas e laborais vinham sendo comprometidas anteriormente. Esse fragmento temporal, *a priori*, é essencial para inscrever o processo de pós-abolição, dado que, nas primeiras décadas, posteriores a 1853, a memória imediata da escravidão se projetava no tratamento dado a negros e mestiços, que carregavam o estigma do passado escravo e, de forma vinculante, a discriminação racial, a invisibilidade nacional e a precarização no mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, apresenta-se a ideia de “transição” para o trabalho livre. Nesse sentido, estudando o pós-abolição no Brasil, Silvia Lara considera equivocado pensar a escravidão e o trabalho livre separadamente, questionando a ideia de substituição da mão de obra escrava pela suposta força de trabalho livre dos imigrantes. O “trabalho livre”, entendido como relações contratuais de troca voluntária de trabalho por salário, teve idas e vindas em sua implementação, com conflitos e resistências inevitáveis à economia capitalista, moldando-se conforme as sociedades e as condições produtivas de cada contexto particular.⁵⁷

Em Santa Fé, a economia agroexportadora foi construída tanto pelos imigrantes chamados para tal finalidade quanto pela comunidade local, crioula e mestiça, embora a preponderância dos primeiros tenha sido mais valorizada. No entanto, como propõe Robério Santos Souza para o Brasil, podemos pensar que em muitas áreas de trabalho existiam redes de solidariedade e saberes forjados e compartilhados por negros escravizados, libertos ou livres que, por possuírem maior conhecimento do meio local, podiam obter vantagem nas disputas dentro do mercado de trabalho.⁵⁸ Claro que aqueles que antes da abolição sofreram o peso da escravidão chegavam em desvantagem, já que, em grande medida, haviam sido trabalhadores forçados sem salário, privados de liberdade para gerir suas condições laborais,⁵⁹ e tal experiência, após a abolição, deixava resquícios na desvalorização de seus pagamentos, na precarização de suas formas de contratação e na exclusão de setores laborais mais qualificados.

De fato, após as décadas mais intensas de branqueamento populacional (1870 e 1880), verificamos que os espaços laborais menos branqueados de Santa Fé em 1887 eram os serviços domésticos, produtivos e de transporte.⁶⁰ Embora também possamos observar, por parte da comunidade afrodescendente, certa cautela em ser deslocada do mundo laboral diante da chegada constante de europeus, Geler propõe experiências de solidariedade e proximidade entre trabalhadores de diferentes estatutos étnicos que compartilhavam realidades socioeconômicas e ocupacionais similares. Questionar a “hipótese do enfrentamento”⁶¹ ajuda a descartar visões maniqueístas ou dicotômicas que simplificam a formação dos setores laborais “livres” como esmagadoramente brancos, e os menos qualificados como majoritariamente mestiços. Paralelamente, permite considerar possíveis vantagens entre estes últimos, ligadas ao conhecimento do local e do idioma, bem como à sua longa experiência em ofícios artesanais e cargos estatais, evitando sua redução apenas ao serviço doméstico ou a ocupações forçadas de colheita, carga e transporte.

A bibliografia que investiga a imigração e seu impacto na competição por postos de trabalho com base na cor sugere que os europeus deslocaram negros e mestiços de certas áreas, particularmente de ofícios urbanos e tarefas agrícolas, forçando-os a se concentrar no serviço doméstico, em dependências governamentais, atuando como ordenanças e mordomos, ou na polícia e no exército.⁶² Em Santa Fé, por exemplo, após a abolição ainda existia um corpo segregado nas Guardias Nacionales da Provincia, a *Compañía de Infantería de Morenos*.⁶³

As estratégias de preservação da mão de obra forçada colocavam os sujeitos supostamente liberados em uma posição liminar, vulnerável entre escravidão e liberdade.⁶⁴ Ou seja, uma liberdade precária, em que práticas de dependência e paternalismo laboral se prolongaram e resistiram à sua desarticulação.⁶⁵ Consequentemente, há motivos para acreditar que os alcançados pela abolição iniciaram sua liberdade pobres e despossuídos, longe de uma igualdade econômica e jurídica, o que contrabalançava decisivamente sua libertação.⁶⁶ Apesar dessa adversidade, seguimos a alternativa de desmontar o paradigma da invisibilidade e da precariedade trazido por Henrique Espada Lima, Waldomiro da Silva Júnior e Beatriz Mamigonian,⁶⁷ para não perder de vista a presença laboral de afrodescendentes que saíam dos séculos de escravidão e continuavam trabalhando em espaços compartilhados com imigrantes europeus que progressivamente se incorporavam ao mercado de trabalho.

Por fim, as ideias de Beatriz Loner nos servem como guia metodológico para superar visões sobre a suposta dificuldade de adaptação dos afrodescendentes herdeiros da escravidão ao trabalho assalariado, por presunção de analfabetismo ou incapacidade de especialização em técnicas industriais, quando na realidade possuíam anos de experiência em ofícios artesanais.⁶⁸ Esse imaginário fez com que a historiografia, por muitas décadas, não os considerasse na interpretação dos arquivos laborais da segunda metade do século XIX.

As trajetórias como metodologia para o pós-abolição da escravidão

Zoila Parreño, filha do capitão dos Morenos Libres, deu à luz em 14 de julho de 1833 um menino que batizou com o nome de seu pai, Francisco del Carmen Parreño, quando foi registrada como parda livre.⁶⁹ Francisco Parreño neto conheceu seu avô até os 13 anos, tempo suficiente para que ele lhe ensinasse a tocar violino. A arte que o capitão havia aprendido enquanto escravizado foi transmitida às gerações seguintes, servindo como meio de sustento para seus descendentes.

Muitos estudos sobre escravidão e liberdade recorreram a uma ferramenta-chave metodológica para construir uma história social do pós-abolição: a trajetória. Os percursos de vida de ex-libertos ou ex-escravizados nos tempos do pós-abolição, bem como suas relações com outros atores ou as experiências de grupos e famílias, podem ser indispensáveis para iluminar como ocorreu o processo de emancipação, resgatando vestígios deixados em suas atividades laborais, econômicas, culturais ou políticas.⁷⁰ A necessidade de uma análise casuística do fenômeno decorre do reconhecimento das múltiplas realidades pertencentes ao pós-abolição,⁷¹ uma diversidade de situações que refletiam uma gradação de estados de dependência ou independência, revelando um fenômeno complexo e difícil de definir, mas que sem dúvida envolvia a população racializada como negra, carregando o estigma da escravidão, em um país que se queria branco.

A reconstrução de trajetórias exige a revisão de arquivos variados, a partir de dados censitários e nominais em que se busca identificar habitantes que foram racializados como negros ou mestiços nos registros, ou como escravos manumitidos pela abolição de 1853, e que possivelmente podem ser encontrados em alguns espaços de trabalho, por meio da triangulação de fontes. A micro-história em movimento, proposta por Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, considera o desafio que implica a coleta desses

arquivos que, além de serem fundamentais para os historiadores no presente, constituíam documentos de grande importância simbólica para aqueles que vivenciaram suas vidas buscando garantir sua liberdade e assegurar as condições de sua emancipação.⁷²

Candioti reconstruiu a trajetória de pós-abolição de Victoria, uma das “últimas escravas” da cidade de Santa Fé, destacando a continuidade dos vínculos que manteve após 1853 com dona Petrona Candioti para assegurar os meios de subsistência para sua filha liberta.⁷³ Embora não saibamos onde continuaram a viver, contamos com outras pistas, coletadas a contrapelo do que consta nas fontes, que sugerem a possibilidade de perdurar a dependência residencial dessas mulheres em relação à antiga senhora escravizadora, muitas vezes condicionadas pela falta de familiares que pudessem assisti-las ou pelas dificuldades de conseguir outro trabalho fora de casa.

Uma primeira pista possível encontramos no censo provincial de 1887, pois, nas fichas censitárias, na coluna destinada a registrar a “relação com o chefe da família” (esposa, filho, sobrinho etc.), um número considerável de mulheres foi classificada como “sirviente”,⁷⁴ indicando a possibilidade de que essa etiqueta refletisse a continuidade da prestação de serviços domésticos por pessoas que, antes de 1853, haviam sido escravas dos patrões de cada lar. Outro vestígio provém de um registro fotográfico que consegue retratar esse tipo de caso. Na imagem, datada da década de 1860 em Rosário, vemos a família do General Benjamín Virasoro retratada com sua idosa empregada doméstica, Victoria ou “Torito”, como indica o verso da fotografia. Inferimos que ela, identificada no canto superior esquerdo, pode ter sido escravizada antes de 1853 e que continuou prestando serviços à família nos anos posteriores.

Imagem 1 – Leonor Machado de Virasoro, Antonia Machado de Peñaloza, a ama de leite (“Torito”), o General Benjamín Virasoro com sua filha Mercedes e Miguel Machado. Rosário, 1860. (Autor desconhecido).⁷⁵



Ainda não sabemos sobre a trajetória de Torito, mas conhecemos um pouco sobre as dificuldades econômicas de outra afrodescendente santafesina da capital da província, a mãe do violinista Francisco. Em dezembro de 1864, Zoila Parreño entrou com uma ação, junto com sua irmã, para recuperar os salários que o Estado provincial devia pelos serviços militares prestados por seu pai décadas antes. Podemos entender tal petição como uma continuação das lutas pela emancipação iniciadas pelos Parreño antes da abolição constitucional. Desde já, percebemos no documento algumas estratégias para dissipar as marcas raciais do “finado Capitán de Línea D. Francisco Parreño”, evitando que sua inscrição em uma companhia armada segregada, como a dos Morenos Libres, impedisse que o tribunal se posicionasse a seu favor.

Além disso, descobrimos que o capitão não havia conseguido a aposentadoria solicitada em 1838, já que suas filhas indicavam que ele exerceu a capitania até 1843, quando cessou o cargo, atingindo 60 anos sem receber os pagamentos devidos. As irmãs justificaram o atraso na solicitação pelos seguintes motivos:

...foi impossível fazer nosso pedido formalmente, pois carecíamos de recursos monetários, já que a miséria que sofremos nos últimos 21 anos foi tão horrível que, na maior parte desse período, não teríamos conseguido sequer pagar a taxa do papel selado para apresentar esta petição sem um sacrifício doloroso. Mas hoje não hesitamos em fazê-lo, pois esses salários eram a única herança que nos deixou o finado e também o único meio que tínhamos para aliviar nossos sofrimentos...⁷⁶

A urgência da situação também pode ser explicada pelo conflito que seu filho Francisco estava atravessando. Aparentemente, a renda que recebia por atuar na Banda de Música da Polícia de Santa Fé não era suficiente para suprir as dificuldades econômicas de sua família. Em março de 1862, ele aparece como diretor do corpo, recebendo um salário de 20 pesos mensais. Curiosamente, no mês seguinte, deixou de constar nas listas da banda, sendo substituído por um músico de origem suíça, Jacobo Keller, cuja nomeação contrastava com a do ocupante anterior não apenas pela inclusão do título “Don” antes de seu nome, mas também pelo aumento da remuneração para 50 pesos, levantando nossas suspeitas.

Quase 20 meses depois, no fim de 1863, os registros mostram o retorno de Parreño à Banda, desta vez como alferes, cargo de menor hierarquia na comandância, sob as ordens de Keller e de um segundo diretor recém-contratado, o italiano Serafin Begnis. As novas designações preparavam a transferência do cargo de diretor, que foi cedido a Begnis em dezembro, com Parreño como secundário, recebendo 30 pesos a menos que ele. Dois meses depois, em fevereiro de 1864, recuperou a função de diretor, mantendo o salário de 20 pesos, para ser novamente rebaixado a alferes no mês seguinte, quando a Banda passou a contar com um mestre que recebia 35 pesos, o espanhol “Don” Antonio Closas, além de um diretor, Carlos Apol, com 80 pesos. Nessa posição permaneceu até julho de 1865, quando cessaram os registros dos elencos da Banda.⁷⁷

Evidentemente, a reputação de Francisco como violinista, transmitida de geração em geração, não era suficiente para alcançar o cargo máximo da Banda policial, nem para receber o mesmo salário que seus colegas estrangeiros, fato possivelmente relacionado às políticas de branqueamento que recaíam sobre Santa Fé. A cor ou a percepção racial atribuída a Parreño, registrado pardo como sua mãe e neto do capitão da companhia dos Morenos Libres que antes havia sido escravizado, provavelmente transmitia uma imagem estigmatizada de seu lugar na Banda, de maneira semelhante ao que descreve Leonardo Pereira para artistas negros cariocas no fim do século XIX,

permanentemente comparados a músicos europeus, considerados pertencentes a uma cultura musical mais refinada e profissional.⁷⁸

Como a quantia de seus salários o mantinha na pobreza, Parreño tentou se afastar da instituição em outubro de 1865, alegando que “...encontrando-me responsável por uma numerosa família que tenho e não alcançando meu salário para suprir essas exigências, venho suplicar a V.E. que aceite minha renúncia à referida Banda de Música para poder me dedicar a outro trabalho e suprir as necessidades de minha numerosa família”.⁷⁹ De fato, Francisco vivia com sua esposa Florentina Cepeda, analfabeta e desempregada, e seus quatro filhos, de um a dez anos.⁸⁰ Por sorte, três meses antes, o Estado provincial havia aprovado a devolução dos salários do capitão Parreño à sua filha Zoila, embora o reembolso talvez não tenha sido imediato.

Cinco dias após o pedido de afastamento, o novo diretor, Begnis, rejeitou a solicitação alegando que “...o músico Francisco Parreño toca na Banda um instrumento principal e muito necessário, e não há como substituí-lo” e que “...de vez em quando faz exigências e reclamações”.⁸¹ No momento, não temos mais arquivos para acompanhar sua carreira na Banda, mas encontramos seu registro no censo provincial de 1887 como músico, chefe de um lar de nove pessoas, onde sua esposa era registrada como passadeira, seus filhos homens como pedreiro e músico, e suas filhas como costureiras (duas meninas a mais em relação ao censo de 1869). Além disso, Zoila, sua mãe, vivia com eles, cega e registrada com 100 anos, presumivelmente sob seus cuidados.⁸²

A composição desse lar revela claras divisões de gênero no trabalho das famílias afrodescendentes. Enquanto os homens ocupavam ofícios artesanais ou artísticos, as mulheres se concentravam em trabalhos de costura e passadoria, atividades precárias e mal remuneradas, tipicamente confinadas ao âmbito doméstico ou para terceiros. A figura de Zoila, idosa e cega sob os cuidados da família, também ilustra a ausência de redes de seguridade social pelo Estado, transferindo a responsabilidade do cuidado dos idosos inteiramente para as mulheres da casa, limitando ainda mais suas próprias oportunidades.

A trajetória dos Parreño termina no mesmo ano de 1887, com Francisco recorrendo à justiça para reivindicar uma pensão (que solicitava desde 1881) por seu cargo de alferes empregado pelo governo provincial, quando tinha 54 anos. Como sua mãe, ele conseguiu obter o que lhe cabia, podendo usufruir desses rendimentos pelo menos até outubro de 1893, quando faleceu aos 60 anos.⁸³ Até aqui relatamos a história dessa família, refletindo seus altos e baixos no longo caminho da abolição no século XIX argentino.

Um dos grandes problemas metodológicos das trajetórias são a variedade, a dispersão e a fragmentação das fontes que devem ser consultadas para sua elaboração, exigindo a revisão de diferentes arquivos, como registros anteriores à abolição, compra e venda de escravos, concessões e compras de liberdade, censos da segunda metade do século XIX, certidões de nascimento, casamento e óbito, processos judiciais, listas de funcionários em empregos públicos, contratos, imprensa e outros repositórios que contenham informações nominais, fornecendo as peças necessárias para reconstruir caminhos de emancipação por meio da redução da escala de análise, destacando variados contextos individuais e grupais que visibilizem a diversidade de um mesmo processo histórico em andamento e revelem as cores do silêncio.⁸⁴

Nesse sentido, podemos pensar o percurso de vida de várias gerações da família Parreño ao longo do século XIX em Santa Fé como um eco do processo de decomposição do trabalho escravo que atravessava os contextos hispano-americano e brasileiro, como um dos cenários em que os descendentes de africanos trazidos para as Américas atuaram como artífices de sua própria liberdade.

Conclusões: antes, depois e durante

O percurso apresentado ao longo deste capítulo permite reafirmar que a abolição da escravidão na Argentina não foi um ato repentino nem concluído em 1853, mas um processo complexo que articulou continuidades e rupturas entre a escravização, a liberdade condicional e as múltiplas formas de dependência que caracterizaram a segunda metade do século XIX. A incorporação da perspectiva do pós-abolição contribui para deslocar o olhar dos marcos normativos e constitucionais para as experiências de vida dos afrodescendentes, que enfrentaram os limites de uma emancipação formal em contextos atravessados pelo branqueamento social, pela racialização e pela precarização do trabalho.

A trajetória da família Parreño, analisada em suas distintas gerações, revela como as lutas pela emancipação não se esgotaram na letra constitucional, mas persistiram ao longo do tempo por meio de reivindicações judiciais, estratégias de mobilidade social e a busca por reconhecimento econômico e simbólico. Esses percursos permitem visibilizar a persistência de vínculos de subordinação, mas também as capacidades de agência dos afrodescendentes em cenários adversos. A história familiar, nesse sentido,

torna-se uma ferramenta metodológica para reconstruir os matizes e as contradições da liberdade em um país que se pretendia branco e europeu.

O diálogo com a historiografia brasileira e latino-americana enriquece a reflexão sobre o pós-abolição, ao situar o caso santafesino em um horizonte mais amplo e conectado. As ressonâncias entre os processos de controle laboral, disciplinamento social e branqueamento populacional permitem reconhecer dinâmicas compartilhadas na região, mas também particularidades próprias do contexto argentino. Uma perspectiva crítica dos marcos historiográficos nacionais é indispensável para desconstruir narrativas excepcionais sobre um país “sem raças” que minimizaram essa questão na Argentina.

Por sua vez, a proposta metodológica de reconstrução de trajetórias individuais e familiares abre um campo fértil para repensar a história social dos afrodescendentes na segunda metade do século XIX. A fragmentação das fontes exige um trabalho paciente de cruzamento e leitura atenta, mas essa dificuldade constitui também uma oportunidade para iluminar experiências invisibilizadas e dar densidade à perspectiva do pós-abolição. Os percursos de vida não apenas permitem reconhecer a diversidade de situações vividas, mas também romper com visões lineares sobre a liberdade e a suposta “desaparição” dos descendentes de africanos argentinos.

A trajetória dos Parreño, moldada pelo arco do violino, convida a considerar a cultura e a sociabilidade como espaços de resistência na experiência do pós-abolição. O instrumento do capitão Parreño não era apenas uma ferramenta de trabalho, mas um legado cultural transmitido através das gerações. Embora as fontes aqui analisadas o situem no âmbito militar e eclesiástico, é plausível pensar que suas cordas também soavam em espaços comunitários afrodescendentes. Resta investigar a existência em Santa Fé de ambientes artísticos que funcionavam como elementos de coesão, afirmação identitária e resiliência frente a um projeto nacional que buscava invisibilizá-los, como a companhia carnavalesca dos “Negros Santafesinos”, criada no fim do século XIX.

Em suma, abordar o pós-abolição *durante* o processo que implicou a desestruturação da escravidão, e não apenas antes ou depois da abolição jurídica, exige reconhecer que as lutas, os limites e as estratégias dos afrodescendentes fizeram parte da construção do Estado nacional e da modernização econômica na Argentina. Essa perspectiva convida futuras pesquisas a aprofundar-se nos mundos do trabalho, nas relações de gênero e nas dinâmicas locais de racialização, para continuar restituindo as vozes e presenças daqueles que atravessaram a abolição entre a escravidão e a liberdade.

Notas

- 1 Agradeço profundamente a Magdalena Candioti e a Fidel Rodríguez Velasquez pelos comentários e contribuições fundamentais que tiveram a gentileza de fazer para a escrita deste capítulo.
- 2 Alex Borucki, “250 años de tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata. De la fundación de Buenos Aires a los ‘colonos’ africanos de Montevideo, 1585-1835”, *Claves. Revista De Historia* 7, n. 12 (2021): 255-290.
- 3 Alex Borucki, David Eltis e David Wheat, “Atlantic History and the Slave Trade to Spanish America”, *The American Historical Review* 120, n. 2 (2015): 433-461.
- 4 Gonzalo Cáceres, “Mercado esclavista, orígenes y circulaciones regionales e inter-jurisdiccionales. Santa Fé, 1750-1810”, *Claves. Revista De Historia* 5, n. 9 (2019): 7-32.
- 5 Gonzalo Cáceres, “El tráfico de esclavos a Santa Fé (Río de la Plata) y sus conexiones con las rutas esclavistas atlánticas e interamericanas, 1641-1812”, *HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Local* 16, n. 35 (2024): 16-53.
- 6 Tais categorias de mestiçagem respondiam ao sistema de castas colonial. Magdalena Candioti, “Hacia una historia de la esclavitud y la abolición en la ciudad de Santa Fé, 1810-1853”, em *Cartografías afrolatinoamericanas II. Perspectivas centradas desde Argentina*, ed. Florencia Guzmán, Lea Geler e Alejandro Frigerio (Buenos Aires: Paidós, 2016), 99-121; Magdalena Candioti, Ariel Viola *et al.*, “Esclavos, libres y libertos en la ciudad de Santa Fé a inicios del siglo XIX. Un análisis demográfico y social a partir del padrón de población de 1816-1817”, em *Esclavos, una subjetividad negada. Estudio interdisciplinario en territorios periféricos de la Antigua Monarquía Hispánica. Siglos XVII a mediados del XIX*, ed. Mónica Ghirardi (Córdoba: Báez Editorial, 2019), 529-568.
- 7 Magdalena Candioti, *Una historia de la emancipación negra. Esclavitud y abolición en Argentina* (Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2021).
- 8 Magdalena Candioti, “Abolición y post-abolición de la esclavitud en la América Hispana: cambios legales y trayectorias personales. Una introducción”, *Anuario del Instituto de Historia Argentina* 22, n. 2 (2022): e170.
- 9 Sydney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, 5ta ed. (São Paulo: Companhia das letras, 2003 [1990]); Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)* (Campinas: Editora da UNICAMP, 2006); Hebe Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*, 3ra Ed. (Campinas: Editora da UNICAMP, 2013 [1995]).
- 10 Elena Studer, *La trata de negros al Río de la Plata en el siglo XVIII* (Buenos Aires: Departamento Editorial de la UBA, 1958); Carlos S. Assadourian, “El tráfico de esclavos en Córdoba, 1588-1610: según Actas de Protocolos del Archivo Histórico de Córdoba”, em *Cuadernos de Historia XXII* (Córdoba: Ed. UNC, 1965); Carlos S. Assadourian, “El tráfico de esclavos en Córdoba. De Angola a Potosí, siglos XVI a XVII”, em *Cuadernos de Historia XXXVI* (Córdoba: Ed. UNC, 1966); Marta Goldberg e Laura Jany, “Algunos problemas referentes a la situación del esclavo en el Río de la Plata”, em *IV Congreso Internacional de Historia de América* 6 (Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1966), 61-75; Marta Goldberg, “La población negra y mulata de la ciudad de Buenos Aires 1810-1840”, *Desarrollo Económico* 16, n. 61 (1976): 75-99; Lyman Johnson, “La manumisión en el Buenos Aires durante el virreinato”, *Desarrollo Económico* 16, n. 63 (1976): 333-348; Lyman Johnson, “La manumisión de esclavos en el Buenos Aires Colonial: un análisis ampliado”,

- Desarrollo Económico* 17, n. 68 (1978): 637-646; Lyman Johnson, “Estimaciones de la población de Buenos Aires en 1774, 1778 y 1810”, *Desarrollo Económico* 19, n. 73 (1979).
- 11 George R. Andrews, *Los afroargentinos de Buenos Aires* (Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989).
 - 12 Entre as publicações mais relevantes: Silvia Mallo e Ignacio Telesca, “Negros de la Patria”: *Los afrodescendientes en las luchas de independencia en el antiguo virreinato del Río de la Plata* (Buenos Aires: Ediciones SB, 2010); Magdalena Candiotti, “Hacia una historia de la esclavitud...”; Florencia Guzmán e María de L. Ghidoli, *El asedio a la libertad: abolición y posabolición de la esclavitud en el Cono Sur*, ed. F. Guzmán y M. L. Ghidoli, 1ra. ed. (Buenos Aires: Biblos, 2020); Magdalena Candiotti e Orlando G. Morales, *Esclavitud y diáspora africana en ciudades rioplatenses: población familia y estrategias de movilidad social entre 1776 y 1860*, 1ra. ed. (Buenos Aires, Editorial SB, 2023).
 - 13 Magdalena Candiotti, “‘El tiempo de los libertos’: conflictos y litigación en torno a la ley de vientre libre en el Río de la Plata (1813-1860)”, *História* 38 (2019): 1-28; Magdalena Candiotti, *Una historia de la emancipación*.
 - 14 Ariel Viola, “Politización miliciana en las compañías de pardos y morenos de Santa Fé: centralismo porteño, autonomía provincial y federalismo artiguista. 1810-1815”, *Claves. Revista de Historia* 5, n. 9 (2019): 63-88; Ariel Viola, “De los talleres a los cuarteles. Trayectorias de militarización de oficiales afroestizos en las compañías de pardos libres de Santa Fé en los primeros años revolucionarios”, em M. Candiotti e O. G. Morales, *Esclavitud y diáspora africana*, 247-266.
 - 15 O ano do seu nascimento surge de cálculos realizados a partir da compra de sua liberdade e das informações levantadas para aprovar o casamento com sua segunda esposa, documentos que são examinados neste trabalho.
 - 16 Departamento de Estudios Etnográficos y Coloniales (daqui em diante DEEC), Protocolos, n. 21, ff. 515-516v. Nessa fonte, detectamos que a compra da liberdade, feita pelo próprio escravizado, foi tramitada pelo síndico que administrava os bens do Comissariado dos Santos Lugares, instituição ligada à ordem franciscana. Ver Gonzalo Cáceres, “Acuerdos, condiciones y movilización de recursos para la libertad: la manumisión de esclavos en Santa Fé colonial, 1750-1810”, em M. Candiotti e O. G. Morales, *Esclavitud y diáspora africana*, 193-208.
 - 17 Todos os trechos das fontes foram traduzidos pelo autor.
 - 18 Em maio de 1816, recebeu 12 pesos por executar a música da missa de ação de graças e o Te Deum na Igreja Matriz, como parte das comemorações pelo sexto aniversário da revolução das Províncias Unidas do Rio da Prata; em 1818 “9 pesos ao Tnte. de Pardos, Maestro Francisco Parreño” e “6 pesos por um violino que foi entregue ao cacique de San Pedro”; e atuou na noite de 1823 em homenagem ao acordo estabelecido com a recém-criada Banda Oriental do Uruguai. Archivo General de la Provincia de Santa Fé (daqui em diante AGPSF), Contaduría, T. 17, f. 220; AGPSF, Contaduría, T. 19, f. 1625; AGPSF, Contaduría, T. 19, f. 1714.
 - 19 Archivo de la Arquidiócesis de Santa Fé (daqui em diante AASF), Libro de Matrimonios, 1804-1819, f. 281v.
 - 20 AGPSF, Gobierno, T. 1, L. 8, “Padrón del cuartel n° 2”, ff. 170-185; L. 9, “Padrón del cuartel n° 4”, ff. 186-210; Cabildo, Documentos Varios, T. 35, “Padrón del cuartel n° 3”, ff. 1-139.
 - 21 AGPSF, Contaduría. T. 23, 24, 26, 27, 32, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 43, 45, 49, 51.
 - 22 AGPSF, Expedientes Civiles, T. 1877, Exp. 174.
 - 23 AASF, Libro de defunciones, 1842-1854, f. 161.

- 24 Liliana Crespi, “Africanos en la frontera patagónica. Hombres y mujeres bajo una nueva modalidad de servidumbre (1826-1840)”, em *Actas de las Jornadas Experiencias de la diversidad IV* (Rosario: CEDCU-UNR, 2010); Magdalena Candiotti, “Abolición gradual y libertades vigiladas en el Río de la Plata. La política de control de libertos de 1813”, *Corpus* 6, n. 1 (2016): 1-14; Magdalena Candiotti, “Ciudadanos negros en el Río de la Plata. Repensar la inclusión política de los emancipados entre la revolución y la Constitución”, *Estudios Sociales* 53 (2017): 183-213; Magdalena Candiotti, *Una historia de la emancipación*.
- 25 Lea Geler, “¿Qué sería de la sociedad sin moda? Afrodescendientes de Buenos Aires, inclusión nacional y moda a fines del siglo XIX”, em *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico*, Vol. 3, orgs. C. V. Dantas, B. Loner, H. Mattos, K. Monsma e M. Abreu (Niterói: EDUFF, 2013), 33-52.
- 26 Paulina Alberto e Eduardo Elena, “Introduction. The shades of the nation”, em *Rethinking race in modern Argentina*, ed. Alberto, P. y Elena, E. (Nueva York: Cambridge University Press, 2016), 1-22.
- 27 Florencia Guzmán e María de L. Ghidoli, “La mediación de la raza. Complejidades y matices del binomio esclavización-libertad”, em F. Guzmán e M. L. Ghidoli, *El asedio*, 23-40.
- 28 Lea Geler, “Guardianes del progreso. Los periódicos afroporteños entre 1873 y 1882”, *Anuario de Estudios Americanos* 65, n. 1 (2008); Lea Geler, *Andares negros, caminos blancos: afroporteños, Estado y Nación. Argentina a fines del siglo XIX*, 1ra ed. (Rosario: Prohistoria Ediciones; TEIAA-Universitat de Barcelona, 2010).
- 29 Florencia Guzmán e María de L. Ghidoli, *El asedio*.
- 30 Magdalena Candiotti, “Abolición y post-abolición...”; Francisco Sosa e Alejandro Richard, “María Antonia acude a la justicia: Oportunidades y límites para la emancipación de las personas esclavizadas en Paraná durante el proceso abolicionista”, *Andes* 33, n. 2 (2022): 76-107; Magdalena Candiotti, “As últimas escravas: negociações e estratégias de liberdade na trajetória de mulheres escravizadas no Rio da Prata (Santa Fé e Paraná, 1810-1860)”, em *Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*, org. Rodrigues, J.; Silva, L. H. O.; Souza, A. F. S., 1ra. ed. (São Paulo: FFLCH-USP, 2023), 41-59.
- 31 Magdalena Candiotti, “Los caminos de Gregoria y Victoria. Experiencias de esclavitud y estrategias de emancipación en el litoral rioplatense, 1810-1860”, em *Nueva Historia de las Mujeres en la Argentina*, Vol. 1, dir. Débora D'Antonio; Valeria S. Pita (Buenos Aires: Prometeo, 2024), 96-117.
- 32 Entre as publicações mais relevantes: Tulio Halperín Donghi, “¿Por qué la inmigración? Ideología y política migratoria en Argentina”, em *El Espejo de la historia. Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas*, ed. Halperín Donghi, T. (Buenos Aires: Sudamericana, 1987); Ezequiel Gallo, *La Pampa gringa*, 2da ed. (Buenos Aires: Edhasa, 2004 [1983]); Juan L. Martirén, *La transformación farmer. Colonización agrícola y crecimiento económico en la provincia de Santa Fé durante la segunda mitad del siglo XIX* (Buenos Aires: Prometeo, 2016).
- 33 Entre as publicações mais relevantes: Mónica Quijada, Carmen Bernard e Arnold Schneider, *Homogeneidad y nación con un estudio de caso. Argentina, siglos XIX y XX* (Madrid: CSIC, Centro de Humanidades, 2000); Claudia Briones, “Mestizaje y blanqueamiento como coordenadas de aboriginalidad y nación en Argentina”, *Revista Runa* 23 (2002): 61-88; Alejandro Solomianski, *Identidades secretas: la negritud argentina* (Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2003); Ezequiel Adamovsky, “El color de la nación argentina. Conflictos y negociaciones por la definición de un ethnos nacional, de la crisis al Bicentenario”, *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* 49 (2012): 343-364; Lea Geler, “Categorías raciales en Buenos Aires. Negritud, blanquitud, afrodescendencia y mestizaje en la blanca ciudad capital”, *Runa* 37, n. 1 (2016): 71-87.

- 34 Ezequiel Gallo, *La Pampa gringa*.
- 35 Ariel Viola, *El blanqueamiento*.
- 36 Sobre este conceito para a história latino-americana: George R. Andrews, *Afro-Latinoamérica. 1800-2000* (Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, 2007).
- 37 Ariel Viola, *El blanqueamiento*.
- 38 Entre as publicações mais relevantes: Hilda Sabato e Luis A. Romero, *Los trabajadores de Buenos Aires. La experiencia del mercado: 1850-1880* (Buenos Aires: Sudamericana, 1992); Ricardo Falcón, “Los trabajadores y el mundo del trabajo”, em *Nueva Historia Argentina*, T. IV, dir. M. Bonaudo (Buenos Aires: Sudamericana, 1999); Mirta Z. Lobato, “Los trabajadores en la era del progreso”, em *Nueva Historia Argentina*, T. V, dir. M. Z. Lobato (Buenos Aires: Sudamericana, 2000), 465-506; Juan Suriano e Cristiana Schettini, *Historias cruzadas: diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo en Argentina y Brasil* (Buenos Aires: Teseo, 2019).
- 39 Ezequiel Adamovsky, *Historia de las clases populares en la Argentina. Desde 1880 hasta 2003* (Buenos Aires: Sudamericana, 2012).
- 40 Cecilia Allemandi, *Sirvientes, criados y nodrizas: una historia del servicio doméstico en la ciudad de Buenos Aires: fines del siglo XIX y principios del XX* (Buenos Aires: Teseo, 2017); Gabriela Mitidieri, *Costureras, modistas, sastres y aprendices. Una aproximación al mundo del trabajo de la aguja, Buenos Aires, 1852-1862* (Mar del Plata: EUDEM, 2021); Gabriela Mitidieri e Valeria Pita, “Dice que fue esclava... que siempre trabajo’. Notas sobre historias laborales desde el Asilo de Mendigos de Buenos Aires en la primera mitad del siglo XIX”, *Indicios* 1 (2022): 4-23.
- 41 Laura Colabella, *Los Negros del Congreso. Nombre, filiación y honor en el reclutamiento a la burocracia del Estado argentino* (Buenos Aires: Antropofagia y CAS-Ides, 2011).
- 42 Mario Margulis, “La racialización de las relaciones de clase”, em *La segregación negada. Cultura y discriminación social*, comp. Margulis, M. e Urresti, M. (Buenos Aires: Biblos, 1999).
- 43 “Constitución para la Confederación Argentina” (1853), em *Constituciones Argentinas. Compilación histórica y análisis doctrinario*, coord. Monti, N. (Buenos Aires: Ed. Ministerio de Justicia y DDHH, 2015), 137.
- 44 Magdalena Candiotti, *Una historia de la emancipación*.
- 45 Gabriel O. Morales y Luis C. Caballero, “Abolición de la esclavitud en Mendoza, 1853: Liberación y trayectorias sociales de los últimos esclavizados”, *Anuario del Instituto de Historia Argentina* 22, n. 2 (2022): e173.
- 46 Fátima Valenzuela, “La abolición de la esclavitud en Corrientes. Itinerarios y formas de vida de los esclavos liberados antes y después de 1854”, *Anuario del Instituto de Historia Argentina* 22, n. 2 (2022): e174.
- 47 Francisco Sosa, “Abolición y posabolición de la esclavitud en Paraná (Entre Ríos): la trayectoria de la familia Ferreira Antunes y sus esclavos”, *Anuario del Instituto de Historia Argentina* 22, n. 2 (2022): e175.
- 48 Registro Oficial de la Provincia de Santa Fé, T. III, 160-161.
- 49 *Ibid*, 161.
- 50 Alinnie S. Moreira, *Liberdade tutelada. Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831-c. 1870)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005. 256f.; Magdalena Candiotti, “Abolición gradual y libertades vigiladas...”, Magdalena Candiotti, *Una historia de la emancipación*.

- 51 Elciene Azevedo, “A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da ‘raça paulista’”, em *Trabalhadores na cidade*, org. Cano, J.; Pereira Cunha, M. C. e Chalhoub, S., 1ra. Ed. (Campinas: Editora Unicamp, 2009).
- 52 Sydney Chalhoub, *Visões da liberdade*.
- 53 Brodwyn Fischer, Keila Grinberg e Hebe Mattos, “Las leyes, el silencio y las desigualdades racializadas en la historia afrobrasileña”, em *Estudios Afrolatinoamericanos: una introducción*, ed. de la Fuente, A. y Andrews, G. R., 1ra. Ed. (Buenos Aires: Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center-Harvard University e CLACSO, 2018), 161-216.
- 54 Archivo del Convento e Iglesia de Santo Domingo, Santa Fé, Caja n. 3; Archivo de la Junta Provincial de Estudios Históricos de la Provincia de Santa Fé, Fondo Candiotti; AGPSE, Gobierno, T. XII, 1853. Agradeço a Magdalena Candiotti por compartilhar comigo esses acervos.
- 55 Lina Beck-Bernard, *El Río Paraná. Cinco años en la república argentina* (Santa Fé: UNL-Eduner, 2013 [1864]), 124-125.
- 56 Chefe federal entrerriano, líder da Confederação Argentina após a derrota sobre o portenho Juan M. de Rosas na Batalla de Caseros em 1852. Presidiu a Confederação Argentina com capital em Paraná e promulgou a Constituição sancionada em Santa Fé, mantendo-se separada de Buenos Aires até a unificação de 1860.
- 57 Silvia Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Revista Projeto História* 16 (1998): 25-38.
- 58 Robério S. Souza, *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)*. Dissertação (Mestrado), UNICAMP, Campinas (2007).
- 59 George R. Andrews, *Los afroargentinos*.
- 60 Ariel Viola, *El blanqueamiento*.
- 61 Lea Geler, “‘Pulenta’ con candombe: los afroporteños y la inmigración europea a fines del siglo XIX”, em *Uniones interétnicas en Hispanoamérica. Fuentes, avances y contenido de la cuestión: siglos XVII-XIX*, coord. N. Siegrist y M. A. Rosal (Buenos Aires: Mnemosyne, 2010), 151-168.
- 62 Laura Colabella, *Los negros*; Cecilia Allemandi, *Sirvientes, criados*; Ricardo Salvatore, *La Confederación Argentina y sus subalternos: integración estatal, política y derechos en el Buenos Aires posindependiente (1820-1860)* (Santiago de Chile: Eds. Biblioteca Nacional, 2020); Mitidieri, *Costureras, modistas*.
- 63 Federico G. Cervera, “Las milicias santafesinas”, em *Historia de las Instituciones de la Provincia de Santa Fé*, T. 3, Libro I, Capítulo IV (Santa Fé: Imprenta Oficial de la Provincia de Santa Fé, 1970).
- 64 Beatriz G. Mamigonian, *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*, 1ra. Ed. (São Paulo: Companhia das Letras, 2017).
- 65 Sidney Chalhoub, “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”, *História Social* 19 (2010): 33-69.
- 66 Paulina Alberto, *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in 20th Century Brazil*, 1ra. ed. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011).
- 67 Henrique Espada Lima, Waldomiro L. Da Silva Júnior e Beatriz G. Mamigonian, *Histórias de escravidão e pós-emancipação no Atlântico (séculos XVIII ao XX)*, 1ra. ed. (São Leopoldo: Casa Leiria, 2022).
- 68 Beatriz Loner, “Experiências e vivências de ex-escravos urbanos na sociedade do trabalho livre: trajetórias (in)comuns”, em *I Seminário Internacional de História do Trabalho –*

- V *Jornada Nacional de História do Trabalho* (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010).
- 69 AASF, Bautismos, 1832-1837, f. 51.
 - 70 María Inés Vendrame et al., *Micro-história, trajetórias e imigração* (São Leopoldo: Oikos, 2015).
 - 71 Magdalena Candioti, *Una historia de la emancipación*.
 - 72 Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, *Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation* (Cambridge: Harvard University Press, 2012).
 - 73 Magdalena Candioti, “As últimas escravas...”.
 - 74 Libreto do *Primer Censo General de la provincia de Santa Fé* (1887), Dpto. La Capital, Distrito Santa Fé.
 - 75 Museo Histórico Provincial “Brigadier General Estanislao López”. Banco de Imágenes “Florian Paucke”.
 - 76 AGPSF, Contaduría, T. 136, Doc. 9, f. 1.
 - 77 AGPSF, Contaduría, T. 110, 111, 112, 115, 116, 117, 121.
 - 78 Leonardo A. de M. Pereira, *A cidade que dança. Clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)* (Campinas: Editora da UNICAMP, Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2020).
 - 79 AGPSF, Gobierno, T. 29, f. 546.
 - 80 Libreto do *Primer Censo de la República Argentina* (1869), Provincia de Santa Fé, Sección La Capital, Población Urbana, Ciudad de Santa Fé.
 - 81 AGPSF, Gobierno, T. 29, f. 546v.
 - 82 Libreto do *Primer Censo General de la provincia de Santa Fé* (1887), Dpto. La Capital, Distrito Santa Fé.
 - 83 AASF, Entierros, 1893.
 - 84 Hebe Mattos, *Das cores*.

A construção da “Redentora”: o lugar de Isabel de Orléans e Bragança nas memórias da abolição da escravidão

Belén Peitti Bustos

Universidad de San Andrés (UdeSA)/CONICET

O que significa falar em “Redentora”?

No dia 13 de maio de 1888, a princesa regente Isabel de Orléans e Bragança assinou a Lei Áurea, abolindo legalmente a escravidão no Império do Brasil. Esse ato, como culminação de um longo processo de enorme impacto político, econômico, social e simbólico, foi rapidamente absorvido por diversos discursos que construíram sentidos em torno de sua figura. Um deles a transformou na “Redentora”: a princesa católica que, do cume do poder, libertou os escravizados.¹ Segundo os relatos da época, quem teria lhe conferido essa denominação foi José do Patrocínio, quando, em um gesto de gratidão, beijou os pés da princesa assim que a lei foi aprovada.² Rapidamente, o termo se converteu em um apelido popular que circulou em panfletos, jornais e discursos do período.

Para além do qualificativo de “Redentora”, contudo, essa representação não surgiu de maneira espontânea. Foi o resultado de um longo processo, cuidadosamente elaborado pela monarquia e por seus aliados, que buscava consolidar a legitimidade de Isabel como herdeira e garantir um eventual Terceiro Reinado. Também não se tratou de uma representação homogênea

ou incontestada. Pelo contrário, foi objeto de disputa, ressignificação e reelaboração tanto em seu tempo quanto nos anos posteriores.

Antes de adentrarmos na trajetória da princesa Isabel e nas disputas em torno de sua figura, vale a pena deter-nos brevemente na própria noção de liberdade que atravessa essas narrativas. Como observou Sidney Chalhoub,³ a liberdade nas últimas décadas da escravidão no Brasil não pode ser compreendida como uma condição absoluta, mas como um campo de negociação carregado de ambiguidades e desigualdades. A liberdade proclamada em 1888 não trouxe reparação econômica nem inclusão social: foi, antes, um ponto de partida frágil que inaugurou um novo ciclo de exclusões. Nesse contexto, a figura de Isabel não deve ser objeto nem de canonização nem de esquecimento, mas pensada como um nó em que se cruzam e se disputam religiosidade, política, gênero e raça no Brasil oitocentista.

Qualificar Isabel como “Redentora” implicou inscrever sua atuação em uma matriz cristã profundamente enraizada na cultura política e simbólica do Brasil imperial. Tratava-se de uma imagem que combinava elementos de religiosidade, monarquia e gênero, exaltando uma versão maternal da soberania feminina que redimia os oprimidos. A identificação com a redenção não surgiu de forma espontânea nem natural, mas foi o resultado de uma série de operações políticas que buscaram atribuir sentido ao ato abolicionista e, em particular, articular a figura de Isabel a uma causa que havia adquirido uma centralidade incontestável no debate público brasileiro das últimas décadas do século XIX. Foi um esforço de Dom Pedro II, imperador e pai de Isabel, que atuou juntamente com outras instituições da monarquia e seus poderosos aliados, os proprietários dos principais jornais, para que a identidade do abolicionismo ficasse associada à princesa.

Nas últimas décadas, essa narrativa em torno de Isabel e de seu papel no processo abolicionista tem sido objeto de crítica e desconstrução por parte da historiografia, especialmente daquela que adotou uma perspectiva centrada nas agências de baixo. Autores como Eduardo Silva, Beatriz Mamigonian, Keila Grinberg e João José Reis,⁴ entre outros, mostraram que a abolição não pode ser compreendida simplesmente como uma concessão das elites imperiais. Pelo contrário, tem sido interpretada como o resultado de um processo longo, conflituoso e multifacetado, no qual os escravizados, os libertos e suas redes de apoio desempenharam um papel protagonista. Essa historiografia tem se preocupado, justamente, em restituir aos afrodescendentes sua condição de sujeitos históricos ativos, capazes de organizar fugas, pressionar politicamente, utilizar o sistema judicial, formar

quilombos, promover campanhas e articular movimentos urbanos e rurais que corroeram as bases materiais, jurídicas e simbólicas do regime escravista.

Nesse renovado marco, a figura de Isabel foi deslocada e questionada. Não apenas por sua pertença ao aparato monárquico e sua condição de herdeira da ordem escravista, mas sobretudo pela forma como sua exaltação individual invisibiliza as múltiplas formas de resistência afrodescendente. A crítica historiográfica e política foi acompanhada também por um processo mais amplo de ressignificação da memória coletiva. Em vez de celebrar o 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea, muitos coletivos afrodescendentes têm promovido, desde o fim do século XX, a comemoração de 20 de novembro: o Dia da Consciência Negra, data em que se recorda a execução de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência quilombola. Isso não constitui apenas uma mudança de efeméride: implica uma reorientação no eixo da memória, um giro de uma história celebratória e oficial para uma memória crítica.

Então, o que implica hoje retomar a imagem da “Redentora”? Que riscos corremos ao recuperar essa figura? E que potencialidades oferece examiná-la criticamente sem desconsiderá-la de antemão? Este trabalho propõe justamente revisar a construção histórica de Isabel de Orléans e Bragança como Redentora não para restaurar uma visão heroica e monocausal da abolição, mas para compreender as condições que possibilitaram sua emergência, sua circulação e sua transformação ao longo do tempo.

Minha proposta é entender a figura de Isabel como um artefato cultural em disputa, que condensou sentidos diversos e contraditórios sobre liberdade, monarquia, papéis de gênero e nação. Essa figura foi moldada por discursos imperiais que buscavam legitimar a herdeira do trono; foi adotada por setores abolicionistas que necessitavam de aliados visíveis; foi celebrada por ex-escravizados em contextos específicos e até mesmo ressignificada por tradições religiosas afro-brasileiras que a incorporaram a seus panteões simbólicos. Ao mesmo tempo, foi rejeitada por setores escravistas por seu caráter “ditatorial” e criticada por republicanos por representar o último recurso para salvar uma monarquia em crise. Sua posterior exclusão do relato nacional republicano mostra até que ponto sua figura havia se tornado incômoda para a nova ordem.

Dessa forma, este capítulo propõe reconstruir de maneira cronológica essa trajetória, que se inicia com a Lei do Ventre Livre em 1871, se intensifica nas décadas de 1870 e 1880, culmina em 1888 com a assinatura da Lei Áurea e se redefine nos meses que precederam a queda da monarquia em 1889. A análise baseia-se em crônicas da imprensa, discursos parlamentares,

correspondência privada e testemunhos da época, com o objetivo de mostrar que a Redentora foi um artefato cultural e político em disputa, mais do que a encarnação natural de um destino providencial. Ao integrar a análise historiográfica crítica com a compreensão do uso político da memória, complexifica-se a figura da princesa. Isabel não foi simplesmente uma espectadora passiva nem a única agente da abolição. Foi uma figura que concentrou sentidos, expectativas, resistências e estratégias de legitimação. Examinar sua figura não implica prestar-lhe homenagem, mas compreender como se produziu historicamente uma narrativa de redenção que ainda hoje tem efeitos políticos.

Com esse objetivo, dividirei a análise em quatro momentos principais: primeiro, a sanção da Lei do Ventre Livre em 1871 como precedente; em segundo lugar, a maturação do projeto imperial no contexto da renovada agitação do movimento abolicionista a partir da década de 1880; em terceiro lugar, a culminação simbólica representada pelo 13 de maio de 1888; e, por fim, as contramemórias e resistências construídas em paralelo. O capítulo se encerra com uma reflexão sobre os usos político-memoriais dessa figura no campo das memórias da escravidão, da liberdade e da cidadania, que ainda permanecem em disputa.

1871 como prólogo da Redentora

Para compreender como se produziu a imagem da Redentora em 1888, é necessário retroceder quase duas décadas, até 1871. Debatida e sancionada durante a primeira regência de Isabel, embora idealizada pelo visconde do Rio Branco, a assinatura da princesa permitiu que a propaganda monárquica associasse seu nome ao “prólogo” do caminho rumo à liberdade.

A Lei do Ventre Livre havia sido concebida por volta de 1866 quando o conselheiro real José Antônio Pimenta Bueno realizou um estudo sobre as alternativas para abordar a questão da escravidão, e a libertação dos filhos de mulheres escravizadas foi apresentada como uma das opções. Embora essa proposta tenha sido discutida entre 1866 e 1867, a Guerra do Paraguai tornou-se prioridade para os esforços nacionais e deslocou a questão para um segundo plano. No entanto, Dom Pedro II referiu-se à importância dessa medida nos discursos do trono de 1867 e 1868. Com o fim da Guerra do Paraguai, o debate ganhou novo impulso, e o projeto foi apresentado ao gabinete em 27 de maio de 1871 pelo visconde do Rio Branco. Após vários meses de discussão, foi promulgada em 28 de setembro

e estabeleceu a liberdade dos filhos das mulheres escravizadas a partir de sua vigência, embora os mantivesse sob a tutela de seus respectivos senhores até completarem 21 anos de idade.⁵ Até o momento da sanção, Isabel manteve-se à margem das acaloradas discussões a respeito – como era costume do imperador.

A sanção dessa lei teve, em geral, uma recepção positiva e de celebração. Estava claro que o caminho rumo à abolição seria gradual, mas esse tipo de legislação dava impulso e esperança aos grupos abolicionistas e às pessoas escravizadas. Isabel escreveu à sua mãe:

Votou-se e foi sancionada a lei sobre o elemento servil, o que causou geral alegria. Os Beneditinos libertaram os escravizados que possuíam e cujo número era superior a mil. Estou certa que estas notícias lhes farão muito prazer.⁶

Gastón de Orléans também escreveu a seu pai com as novidades:

A votação da lei foi recebida com entusiasmo pelo público; desde então só há felicitações por esse motivo e as vozes da oposição não se fazem mais ouvir. [...] O povo que enchia as tribunas e galerias e todo o espaço livre por trás do recinto irrompeu em grandes aplausos e aclamações que a campanha da mesa diretora não conseguiu calar.⁷

Sua antiga institutriz, a condessa de Barral, escreveu a Isabel que o fato de ela ter assinado a lei

forneceu-lhe a ocasião, durante Sua Regência, de ligar seu nome a esse grande acontecimento e é uma glória de que Ele se demitiu em seu favor: Vivam os Pais que não são egoístas e os filhos que são gratos e reconhecidos.⁸

Não apenas ressaltava como em Isabel se construía uma figura política glorificada, mas também destacava a boa atuação de Dom Pedro ao permitir-lhe ter esse momento, sendo abnegado em prol de consolidar sua filha como herdeira do trono.

Dessa forma, em 1871 inaugurou-se uma genealogia abolicionista da princesa que a vinculava a uma “missão moral” cumprida com firmeza e caridade. Essa narrativa também funcionou para silenciar as críticas sobre sua aptidão política ou sua condição de mulher em um papel de poder. Ainda não se tratava de um culto pessoal, mas sim de uma primeira inscrição pública de sua figura na narrativa antiescravista.

A maturação do projeto imperial (1870-1880)

Se em 1871 Isabel apareceu apenas como regente ocasional, nas décadas seguintes a monarquia trabalhou com maior empenho em moldar sua imagem. Sua educação foi chave nessa operação: filha de Pedro II e Teresa Cristina de Bourbon, Isabel combinou a formação ilustrada do imperador com a religiosidade católica de sua mãe. Sua institutriz, a condessa de Barral, encarregou-se de treiná-la em história, línguas e política, mas também em música sacra, bordado e devoção mariana.

A intenção era clara: torná-la uma herdeira capaz de exercer uma soberania feminina que unisse virtude com autoridade. Seu casamento com o Conde d'Eu reforçou essa imagem: piedosa, austera, católica, Isabel encarnava um ideal de monarquia cristã que podia se apresentar como moderna e ao mesmo tempo fiel à tradição.

Enquanto isso, a questão escravista ganhava peso no debate público. Associações, clubes literários e jornais abolicionistas pressionavam por reformas mais radicais. A ausência do imperador – cada vez mais enfermo e frequentemente na Europa – acentuou a centralidade de Isabel como figura pública. Vinculá-la à abolição tornou-se um recurso estratégico: ao associar sua imagem a uma causa moralmente superior, a monarquia buscava legitimar seu direito ao trono e compensar as dúvidas geradas por uma sucessão feminina em um império patriarcal.

A culminação simbólica: 13 de maio de 1888

Essa preparação encontrou seu ponto culminante em 1888. No início de maio, as expectativas sobre uma ação rápida contra a escravidão eram altas. Essas expectativas se materializaram na abertura das sessões do parlamento no Rio de Janeiro, onde houve uma demonstração de apoio a Isabel: “A Princesa Regente foi recebida com os mais delirantes aplausos, e sua carruagem foi literalmente coberta de flores.”⁹ Nesse clima, a princesa pronunciou seu Discurso do Trono. Após falar da saúde de seu pai e de legislações gerais impulsionadas pelo novo gabinete, dedicou alguns minutos a apresentar um estado da questão sobre a escravidão:

A extinção do elemento servil, pela influência do sentimento nacional e da liberalidade particular... tem progredido pacificamente de modo que é hoje a esperança proclamada de todas as classes, com admiráveis exemplos de sacrifício próprio por parte dos proprietários.

Quando o interesse particular mesmo vier espontaneamente auxiliar a aliviar o Brasil da infeliz herança que as necessidades agrícolas têm conservado, confio em que não hesitareis em supprimir da lei nacional a única excepção que nella ha ao espírito christão e liberal das nossas instituições. Por meio de providências que resguardem a ordem na transformação do trabalho, acelerem o povoamento do paiz mediante a immigração, facilitem as communicações, aproveitem as terras devolutas, desenvolvam o crédito agrícola e reanimem a indústria nacional, pôde assegurar-se que a produção sempre crescente tomará vigoroso impulso e nos permittirá alcançar mais rapidamente os nossos auspiciosos destinos. Honoráveis representantes da nação, tendes missão altíssima nas actuaes circunstâncias. Tenho fé em que cumprireis o que o Brasil espera de vós. Está aberta a sessão.¹⁰

Em 7 de maio de 1888, após a recepção positiva do discurso do trono, foi apresentada uma proposta de supressão da escravidão à Assembleia Geral. Um colunista da imprensa da época refletia esse ambiente:

Não há ninguém que não veja que é a Infanta Isabel quem decreta a abolição; não há ninguém que não se aperceba do grande papel que ela está a desempenhar nisto... Neste momento, é quase impossível apontar todas as consequências deste ato ditatorial da excelente herdeira do trono...¹¹

Do debate dessa proposta surgiu a Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888. A redação da lei foi breve, direta e libertou todas as pessoas escravizadas de imediato.¹² Essa data implicou um dos momentos de maior mobilização simbólica e emocional da história do Brasil imperial. A aprovação e a assinatura da Lei Áurea geraram uma série de celebrações massivas que envolveram tanto as autoridades imperiais quanto amplos setores populares. Essas manifestações não só marcaram a culminação formal de um longo processo político, como também serviram como cenário privilegiado para a articulação de sentidos coletivos.

As celebrações populares começaram na noite anterior, quando correu o boato de que o Senado aprovaria a lei sem emendas. Os ex-escravos e abolicionistas se reuniram desde a tarde de 12 de maio, carregando diferentes instrumentos musicais. Juntos saíram em busca de retribuição com seus tambores de caxambu. Depois de comer e beber, os “negros” se agitaram e começou o *samba de roda*. As crônicas da época destacam que o samba de então era muito diferente, consistia em um “exótico amálgama” de danças regionais: capoeira, lundu, jongo, tambores, *cateretê* etc.¹³ Assim começaram seus festejos.

No Rio de Janeiro, as ruas se encheram de cidadãos que esperavam o anúncio oficial e, quando este ocorreu, a efervescência foi imediata. A imprensa da época, tanto monárquica quanto abolicionista, descreveu cenas de júbilo que combinavam elementos religiosos, militares, festivos e populares.¹⁴ A princesa saiu à sacada do Paço Imperial, acompanhada pelo Conde d'Eu, para saudar a multidão que a ovacionava. Além da presença da Princesa Isabel, acompanhada do Conde d'Eu e de seus filhos (o Imperador estava na Europa e só retornou ao Brasil em agosto de 1888) nas diversas celebrações e desfiles, várias unidades da Marinha e do Exército foram mobilizadas para desfilar nas festas, dando um caráter oficial às celebrações, marcando a presença da monarquia a partir de seus símbolos.

A multiplicidade de celebrações revela a variedade de atores envolvidos e a diversidade de sentidos que estavam em jogo naquela jornada. Por um lado, as festividades oficiais foram organizadas pelo Centro da Imprensa Fluminense (um comitê de jornais criado para unificar os festejos) com apoio da monarquia. As celebrações começaram com uma missa solene (*Te Deum*) na Igreja do Rosário, na presença da família imperial, e continuaram no Teatro Pedro II, onde se realizou uma homenagem central na qual foram pronunciados discursos em honra ao imperador e à princesa.¹⁵ José do Patrocínio atuou como orador central. Em seu discurso, proclamou o fim de um crime secular e agradeceu à Coroa por ter ouvido o clamor do povo.

O simbolismo religioso foi fundamental nesses atos. A imagem de Isabel como “Redentora” se consolidou apelando a um repertório que a posicionava como mediadora entre o poder divino e os escravizados. A representação da princesa como figura messiânica não foi simplesmente retórica: era funcional a um tipo de monarquismo paternalista e cristão que buscava reconciliar as massas com o regime em crise.

Em paralelo, houve celebrações espontâneas que transbordaram o controle oficial. Bailes, procissões populares, espetáculos de fogos de artifício, jogos e reuniões em tabernas e praças deram forma a um carnaval da liberdade que se estendeu por dias. Em bairros como São Cristóvão, o Largo do Paço, Vila Isabel e o Canal do Mangue, milhares de pessoas se reuniram para cantar, dançar e beber. A música afro-brasileira foi protagonista: sambas, lundus, jongs e capoeiras inundaram as ruas, em uma fusão festiva de heranças culturais. Essas celebrações se desenvolveram ao lado de barracas e tabernas, onde podiam adquirir roupas e acessórios que simbolizavam a mudança de status de homens e mulheres livres: chapéus, ternos, sapatos e guarda-chuvas.¹⁶

É particularmente interessante observar como os protagonistas dessas festividades tomaram a figura da princesa e a inscreveram em suas próprias matrizes simbólicas. Em diversas composições musicais, como os jongs, Isabel foi cantada como uma “rainha salvadora” que “endireitou o mundo”. O conhecido verso “*Eu pisei na pedra, a pedra balanceou / O mundo tava torto, a rainha endireitou*” reflete essa ideia.¹⁷ Longe de tratar-se de uma aceitação acrítica, tratou-se de uma leitura tática, na qual a figura de Isabel foi investida de poderes simbólicos que permitiam afirmar uma nova dignidade. Até mesmo a imprensa negra participou ativamente dessa construção. O periódico *O Exemplo*, publicado em Porto Alegre, escreveu dias depois que “a mão da Princesa foi instrumento de Deus” e que “a nação negra não esquecerá o seu acto”.¹⁸ Essas expressões podem ser lidas como parte de uma estratégia de reconhecimento simbólico que buscava garantir proteção e visibilidade em um contexto em que a liberdade jurídica não implicava igualdade social.

No entanto, essas manifestações também foram objeto de sátira e distanciamento. O escritor Joaquim Maria Machado de Assis, em uma de suas obras de ficção, reconstruiu o entusiasmo geral a partir da visão de seu personagem, Conselheiro Aires:

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral. Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na Rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. Deixei-os ir, a ele e aos outros, que se juntaram e partiram da Rua Primeiro de Março. Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fosse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido... Não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos. Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da Poesia.¹⁹

Esse olhar cético sugere que o consenso sobre a figura de Isabel estava longe de ser total. Mesmo entre os setores letrados e liberais, havia uma preocupação com o uso excessivo do culto à personalidade, embora se reconhecesse a importância do gesto político.

Do ponto de vista do regime imperial, as celebrações foram aproveitadas para articular uma narrativa de legitimidade. A tríade princesa-abolição-povo tornou-se um recurso poderoso para repor a centralidade da monarquia em um momento em que o imperador estava recebendo tratamento médico na Europa e a possibilidade de que Isabel tivesse de substituir seu pai estava cada vez mais latente. A imagem de Isabel rodeada de vivas, flores, crianças libertas e faixas com versos religiosos funcionou como uma tentativa de reconciliar a figura da herdeira com uma causa popular. Nesse marco, a *Revista Illustrada* publicou uma lâmina com retratos dos principais abolicionistas: Isabel ocupava o centro, maior que os demais, a única mulher, a única figura real, rodeada por Nabuco, Patrocínio e outros senadores.

Imagem 1 – Homenagem ao dia 13 de Maio de 1888 e à sanção da Lei Áurea na *Revista Illustrada*.



A essa imagem seguem-se declarações de outros presentes no dia 13 de maio: “A Princeza Imperial Regente, a 28 de Setembro de 1871, traçou o prólogo, e em 13 de Maio de 1888 escreveu o epílogo do grandioso futuro da nossa pátria.”²⁰ Traçava-se assim uma linha de continuidade na trajetória

de Isabel, ao recuperar o passado recente que sancionou a Lei do Ventre Livre. Nessa linha, cristaliza-se a imagem da princesa comprometida com a causa abolicionista que terminou por consolidar a legislação antiescravista.

Por fim, convém sublinhar que as celebrações de 13 de maio foram também um campo de disputa sobre o próprio sentido da liberdade. As ruas do Brasil imperial, convertidas em cenário de júbilo, escondiam também tensões latentes: a incerteza sobre o futuro, a falta de políticas de integração, a precariedade laboral, o racismo estrutural.

Assim, 13 de maio não foi apenas uma data festiva: foi um momento fundacional de múltiplas memórias. Nele entrelaçaram-se celebrações oficiais, apropriações populares, disputas simbólicas e negociações políticas. A figura de Isabel, no centro dessas representações, foi investida de uma densidade afetiva e política que excedeu seu papel institucional. Naquele dia, encarnou-se como mãe, rainha, santa, governante, símbolo e promessa. Uma promessa que, como veremos na seção seguinte, não tardou a ser colocada em questão.

Contramemórias e resistências

Desde o momento em que se construiu a imagem de Isabel como “Redentora” e essa imagem começou a circular no espaço público brasileiro, também surgiram vozes que a colocaram em questão. Essas resistências não responderam a uma origem única nem a uma posição política unificada: provinham de setores afrodescendentes que reivindicavam sua própria autoria na luta abolicionista, de antigos escravistas incomodados pela falta de compensação, e de republicanos que viram na exaltação da princesa uma última tentativa desesperada de manter viva a monarquia. O resultado foi um campo de disputa em torno da memória de 13 de maio e da significação do papel de Isabel, cujas tensões se projetariam muito além do contexto imediato da abolição.

Entre os primeiros a impugnar a imagem de Isabel como benfeitora absoluta estavam justamente aqueles que haviam sido libertos. Já em 1889, apenas um ano depois da Lei Áurea, uma assembleia de libertos e homens de cor realizada no Largo de São Benedito, em Campinas, redigiu um manifesto no qual se afirmava claramente que a emancipação havia sido obra “do povo brasileiro e do exército”.²¹ Em consequência, expressavam que não se sentiam em dívida com a princesa nem obrigados a defender o regime monárquico. Esse gesto, por si só, representa uma inflexão importante: o 13 de maio era

reconhecido como uma vitória, mas não como um ato de generosidade imperial. Em vez de agradecimento, proclamava-se autonomia histórica e política.

Meses depois, com a proclamação da República, esse mesmo grupo publicou um segundo manifesto, agora de adesão explícita ao novo regime. Sua linguagem era enfática: apoiavam “de forma absoluta” o governo republicano e reafirmavam que a liberdade não havia sido concedida, mas conquistada.²² O que se gestava ali era uma contramemória afrodescendente que buscava recuperar a agência política dos escravizados e dissociar a abolição da figura de Isabel. Essa linha de intervenção não foi isolada nem marginal. Em diversas cidades do interior paulista e do nordeste registraram-se reuniões, editoriais e atos similares nos anos seguintes, nos quais se questionava a narrativa de redenção cristã e se promovia uma visão popular e republicana do processo emancipador.²³

Em paralelo, outros atores sociais também disputavam o significado do 13 de maio, ainda que a partir de uma perspectiva totalmente diferente. Os grandes proprietários rurais protestaram contra a Lei Áurea não porque se opusessem à escravidão, mas pela falta de indenização àqueles que eram donos de pessoas escravizadas. Para eles, a liberdade dos escravizados deveria estar acompanhada de uma compensação econômica pela “perda de propriedade”. A atuação de Isabel, então, foi lida não como um ato heroico, mas como uma decisão arbitrária, autoritária e inconstitucional. O jornal *Correio Paulistano*, porta-voz dos setores conservadores do café paulista, chegou a afirmar que a princesa havia se arrogado um poder que não lhe correspondia e colocado em risco a estabilidade do Estado.²⁴

Esses setores, que até pouco antes viam Isabel como uma figura fraca e passiva no âmbito político e de governo, passaram a retratá-la como uma regente absolutista que agia sem consenso. A crítica assumiu um tom marcadamente ideológico: acusou-se a monarquia de ter cedido às pressões populares e de ter abandonado os proprietários legítimos. O gesto abolicionista foi assim ressignificado como um ato irresponsável, motivado pelo afã de construir uma imagem pública favorável para Isabel, diante de uma eventual sucessão ao trono.

Os grupos republicanos aproveitaram essa oportunidade para aprofundar a deslegitimação do regime. Em seus discursos, a abolição sem indenização foi apresentada como o último ato desesperado de uma monarquia moribunda.²⁵ Mas não se tratava somente de uma crítica econômica; também se atacava o componente religioso e emocional da imagem da Redentora. Vários editoriais satirizaram a “canonização prematura” de Isabel, denunciando o

uso político das metáforas cristãs.²⁶ Segundo essa retórica, se Isabel queria realmente completar sua “obra de salvação”, deveria sacrificar também o trono em favor de seus “redimidos”, o que a colocava numa posição paradoxal: quanto mais exitosa era sua imagem de benfeitora, mais alimentava a narrativa republicana de que o Império já não tinha razão de ser.

Diante dessas críticas, Isabel respondeu com clareza:

Apesar de nunca ter manifestado a minha opinião sobre esta idéa antes que me fosse feita a proposta, não podia considerá-la nem aconselhável, nem justa... Em primeiro lugar, o paiz só poderia compensar de maneira illusoria, visto que haveria de fazê-lo por meio de impostos que recahiriam sobre aquelles que nenhuma relação tinham com a questão. O fundo de emancipação, alimentado por impostos, o único applicável a este fim, teria sido menos que sufficiente. E a quem aproveitaria? Aos que não haviam libertado voluntariamente os seus escravos? Só serviria para pagar dívidas vencidas, sem proveito algum para a agricultura, e melhor fôra empregal-o em projectos que servissem ao bem geral da lavoura, o que seria o mais justo. Além disso, como já notei, a idéa da injustiça da escravidão e do excessivo tempo em que os proprietários haviam explorado os seus escravos não podia deixar de influir no meu espírito.²⁷

Como se observa nesta carta enviada aos seus filhos, a princesa expressou que nunca havia considerado justa a ideia de indenizar os proprietários, pois isso teria implicado punir os cidadãos comuns por meio de impostos. Além disso, assinalava que a escravidão havia durado demasiado e que o país deveria olhar para frente. Esse argumento, que combinava considerações morais, econômicas e políticas, buscava desmontar as acusações de autoritarismo. No entanto, o clima político da época já não era favorável. O regime imperial não conseguiu capitalizar o prestígio de 13 de maio, e a figura de Isabel, longe de se consolidar como símbolo nacional, foi rapidamente marginalizada do novo relato republicano.

O caso de Isabel Orléans e Bragança, nesse sentido, permite observar como se disputam os sentidos de um acontecimento histórico. Sua imagem foi simultaneamente exaltada e desvalorizada, instrumentalizada por monarquistas e abolicionistas, impugnada por escravistas e republicanos, ressignificada por afrodescendentes. Essas disputas continuam ressoando no presente. A crítica contemporânea à figura de Isabel insiste em apontar que exaltá-la como “a grande protagonista” implica reproduzir uma narrativa elitista, branca e paternalista. Nessa perspectiva, o que está em jogo não é apenas a memória do passado, mas também a forma como se define

quem tem direito de contar a história do Brasil. A imagem da “Redentora” aparece assim como um ponto de condensação de múltiplas fraturas: entre classe e raça, entre memória oficial e memória popular, entre religiosidade e secularização, entre colonialismo e nação.

Estudar as contramemórias de Isabel não significa tampouco negar que sua ação tivesse efeitos concretos, posto que a assinatura da lei foi um ato político de alto risco, mas pôr em questão o modo como esse gesto foi apropriado, glorificado ou rejeitado por diferentes atores. Mais ainda, significa reconhecer que a história da abolição não pode ser reduzida a um ato fundacional selado por uma assinatura, mas deve ser pensada como uma trajetória longa, conflitiva e plural, cujos protagonistas foram diversos e cujas memórias permanecem, até hoje, em disputa.

A construção política da “Redentora”

A imagem de Isabel Orléans e Bragança como “Redentora” foi, sobretudo, o resultado de um processo político cuidadosamente elaborado que combinou recursos simbólicos, religiosos, afetivos e estratégicos com o objetivo de consolidar uma imagem moderada e antiescravista da princesa, que seria o legado moderno do Terceiro Reinado – tudo isso em um momento de crescente tensão institucional. A operação que a elevou ao status de “Redentora” foi tanto uma forma de intervenção no debate público quanto uma tentativa de intervir na disputa pela sucessão imperial.

A formação de Isabel desempenhou um papel fundamental nessa construção. Filha de Pedro II e Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, foi educada sob uma disciplina rigorosa que combinava a cultura ilustrada de seu pai com a religiosidade católica de sua mãe. Essa dupla influência articulou uma concepção de poder que deveria ser ao mesmo tempo racional e moral, moderna e piedosa. Isabel foi instruída em história, ciências, geografia, línguas e matemática, mas também em bordado, pintura, música sacra e devoção religiosa. Sua preceptora, a condessa de Barral, assumiu a tarefa de formar a jovem como futura regente, mas o próprio imperador supervisionou pessoalmente sua educação, com a ideia de que deveria estar preparada para governar caso o trono não pudesse passar a um herdeiro homem.²⁸

Para além de seu perfil biográfico, Isabel foi moldada para encarnar um tipo de soberania feminina que deveria combinar autoridade com virtude, poder com modéstia, capacidade com fé. Seu compromisso com a causa abolicionista pode ser lido, então, como uma articulação entre convicção

moral e cálculo político. Desde meados da década de 1870, a questão escravista havia ganhado espaço na esfera pública brasileira, impulsionada por movimentos sociais, associações civis, clubes literários e redes internacionais. A sanção da Lei do Ventre Livre, em 1871, durante sua primeira regência, marcou um ponto de inflexão. Embora não tenha sido sua autora nem sua principal oradora, Isabel assumiu publicamente sua aprovação e, com isso, começou a inscrever-se na genealogia legislativa da liberdade.

A Lei do Ventre Livre foi, em muitos sentidos, um ensaio para o que viria depois. Foi apresentada pelo visconde do Rio Branco como uma medida gradualista que buscava libertar os filhos de mulheres escravizadas sem afetar diretamente os proprietários. A lei estipulava que os filhos nascidos a partir daquela data seriam livres, mas permaneceriam sob tutela de seus antigos senhores até os 21 anos. Essa fórmula intermediária não apenas evitava uma ruptura abrupta, como também permitia ao Império apresentar-se como reformista. A participação de Isabel, embora secundária no plano institucional, foi cuidadosamente aproveitada pela propaganda imperial para associá-la ao avanço moral da nação.

À medida que a questão escravista se tornava inadiável, também crescia a necessidade de reforçar a legitimidade de Isabel como herdeira do trono. Seu gênero, em uma sociedade profundamente patriarcal, era um obstáculo simbólico. Embora a Constituição Imperial permitisse que uma mulher assumisse o trono, isso não deixava de gerar desconfianças entre políticos, militares e elites regionais. A construção da Redentora serviu, então, como operação compensatória: ao vincular sua figura a uma causa “moralmente superior”, buscava-se converter sua eventual ascensão em um ato naturalizado, até mesmo providencial.

A analogia religiosa foi decisiva. O catolicismo oitocentista, atravessado pelas tensões do Concílio Vaticano I e pela reafirmação do dogma da infalibilidade papal, favorecia uma visão de mundo em que a ordem social deveria fundamentar-se em princípios cristãos.²⁹ Isabel, com sua formação devota, sua caridade pública, seu casamento com um príncipe católico (o Conde d’Eu) e seu estilo de vida austero, encarnava esse ideal de realeza virtuosa. A narrativa da Redentora não apenas respondia a essa matriz, como a amplificava: redimir os escravizados era também, nesse quadro, cumprir uma missão divina.

Mas a construção de Isabel como Redentora foi também uma resposta tática às críticas que a monarquia enfrentava de diversos lados. Por um lado, os republicanos ganhavam apoio entre militares, intelectuais e setores urbanos.

Por outro, a imprensa denunciava a inação do imperador, já doente e ausente, e a falta de reformas estruturais. Nesse contexto, Isabel se perfilava como alguém capaz de reativar o vínculo entre o trono e o povo, de reformular o pacto imperial a partir de outra sensibilidade. A ideia de uma regente mulher, piedosa e com ímpeto reformista, deixava entrever a possibilidade simbólica de um “Terceiro Reinado” com rosto feminino.

Cabe destacar que essa operação simbólica foi eficaz, mas também limitada. Não conseguiu reverter inteiramente as dúvidas sobre a viabilidade do regime, nem impedir a queda do Império em 1889. No entanto, conseguiu inscrever Isabel no panteão afetivo de uma parte significativa da sociedade. Nesse sentido, sua figura sobreviveu politicamente ao regime: foi exilada, mas não esquecida. Anos depois, em 1899, a Confederação Abolicionista a nomeou “presidenta perpétua”, em um gesto que recuperava sua imagem como figura moral da nação, mesmo na ausência de poder formal.³⁰

Por tudo isso, a Redentora não foi apenas uma etiqueta ocasional. Foi uma operação complexa de legitimação política, que combinou elementos afetivos, religiosos, jurídicos e estéticos. Foi também uma forma de disputa simbólica pelo sentido da abolição, que se jogou no corpo e na voz de uma mulher situada no topo da ordem imperial. Ler criticamente essa construção não implica negar seu impacto, mas compreender como e por que certas imagens se tornam centrais em determinados momentos históricos. Isabel foi muito mais que uma figura decorativa: foi uma peça-chave nas estratégias de poder, memória e futuro que a monarquia tentou articular em seu ocaso.

Conclusões

Em 15 de novembro de 1889, um ano após a sanção da Lei Áurea e com Dom Pedro II já de volta ao cargo de imperador do Brasil, um levante militar pôs fim ao regime monárquico. Após demonstrar-se incapaz de resolver os problemas nacionais, a monarquia havia perdido prestígio e acabou sendo derrubada por uma ação militar. O que a historiografia tradicional, representada de forma canônica por Emília Viotti da Costa, entendeu como a proclamação da República foi o resultado quase inevitável de profundas transformações estruturais que o Brasil vinha sofrendo. Segundo essa interpretação, o regime monárquico, ao revelar-se incapaz de resolver problemas cruciais como a emancipação dos escravizados – da qual dependia o desenvolvimento nacional –, perdeu prestígio e foi derrubado por uma passeata militar. A abolição, a imigração, a industrialização, a urbanização

e o antagonismo entre as regiões produtoras teriam contribuído, assim, para minar o edifício monárquico.³¹

No entanto, leituras mais recentes, como as de José Murilo de Carvalho e Celso Castro,³² complexificam essa narrativa, enfatizando a agência de grupos específicos, os conflitos intraelites, os fatores culturais e a natureza limitada e excludente do projeto republicano original. Enquanto a narrativa tradicional vê a abolição como um problema que a monarquia não soube resolver, a nova historiografia vê o 13 de Maio como um evento que desestabilizou o *status quo* e deixou a monarquia sem seu último pilar de apoio entre as elites agrárias, abrindo caminho para o golpe, mas sem determiná-lo de forma mecânica. Além disso, esse argumento é reforçado ao compreender que o movimento republicano foi essencialmente urbano, de elites regionais descontentes e de uma oficialidade militar influenciada pelo positivismo, mas com escassa penetração nas amplas massas populares. Para muitos, a República não significou uma ampliação da cidadania, mas uma troca de elites no poder. Além disso, Carvalho explora como a República se construiu primeiro como um ideal entre um grupo restrito, com símbolos e discursos (como o positivismo) que não necessariamente refletiam as demandas concretas da maioria da população. A proclamação em si foi um evento quase teatral, sem participação popular.

Com a proclamação da República, a figura de Isabel Orléans e Bragança foi deliberadamente retirada da memória oficial do Brasil. A narrativa republicana precisava desmarcar-se do passado imperial e, para isso, a protagonista da Lei Áurea – que até poucos meses antes havia sido exaltada como mãe dos escravos – foi deslocada das cerimônias, dos manuais escolares e dos discursos públicos. No entanto, esse apagamento não foi total nem definitivo. Ao longo do século XX, sua imagem reapareceu em diversos espaços sociais, religiosos e políticos, muitas vezes de forma contraditória.

Na década de 1950, em um Brasil marcado pela consolidação do regime democrático após a queda do Estado Novo e pelo fortalecimento de setores católicos na esfera pública, impulsionaram-se atos para resgatar a figura de Isabel como referência moral. Essa operação foi reativada nos anos 1970, em plena ditadura militar, quando seus restos foram repatriados da França.³³ Em ambos os momentos, a homenagem esteve cuidadosamente desenhada para despojá-la de qualquer conotação monárquica ou conflitante: a princesa era apresentada como uma mulher piedosa, de profunda fé e dedicação caritativa, cuja “missão” era entendida como estritamente humanitária.

As cerimônias, organizadas e promovidas sobretudo por círculos católicos conservadores, exaltavam sua “sensibilidade cristã” e seu trabalho de beneficência, evitando referências ao seu papel como herdeira do trono, à sua atuação política ou às tensões que atravessaram sua regência. Era uma operação de memória funcional ao presente: em vez da figura complexa que havia governado em um contexto de crise imperial, oferecia-se uma Isabel domesticada, símbolo de virtudes morais e ordem social, apta a integrar um panteão nacional que preferia a unanimidade cívica à densidade histórica.

Ao mesmo tempo, seu nome continuou circulando em âmbitos inesperados. Diversas práticas religiosas afro-brasileiras a incorporaram como figura de devoção. Em comunidades de candomblé e umbanda, seu nome apareceu em canções, rituais e relatos orais. Às vezes era invocada como protetora dos libertos; outras, como figura maternal que intercedia pelos sofrendores. Essa presença, como alertam autores como Flávio dos Santos Gomes e Robert Daibert Jr., deve ser lida em chave ambivalente: não apenas como expressão de gratidão, mas também como uma tática de reconfiguração simbólica do poder. Nessas tradições, Isabel foi absorvida em um panteão que ressignificava o imperial em chave afrodiaspórica, desmontando sua hegemonia e reapossando-se de seus signos.

Paralelamente, os estudos do pós-abolição mostraram com clareza que a Lei Áurea, embora tenha encerrado juridicamente o regime escravista, não garantiu condições materiais de liberdade. Não houve distribuição de terras, nem acesso a trabalho digno, nem cidadania plena para os libertos. Como apontam Mamigonian, Grinberg e Silva, a liberdade proclamada em 1888 foi um ponto de partida profundamente precário, que deu lugar a novas formas de exclusão, disciplinamento e violência racial. Nesse contexto, a exaltação de Isabel como “a grande protagonista” da abolição tem sido objeto de crítica: não apenas por seu caráter elitista e paternalista, mas porque contribuiu para invisibilizar as lutas coletivas que forjaram o processo emancipador desde baixo.

No entanto, ignorar completamente sua figura seria incorrer em um anacronismo metodológico. Isabel existiu, atuou, decidiu e foi significada por seu tempo. Sua intervenção, por mais condicionada que estivesse, teve efeitos concretos e gerou interpretações diversas. Foi exaltada por setores populares, resistida pelas elites escravistas, disputada pelos republicanos e apropriada pelas memórias negras. Em seu nome articularam-se projetos, projetaram-se esperanças e combateram-se fantasmas. Negar seu lugar na história da abolição não apenas empobreceria a análise, como deixaria

intactas as operações simbólicas que ainda hoje moldam nossas compreensões do passado.

A figura da Redentora, então, deve ser lida como uma construção complexa, historicamente situada e politicamente disputada. Não foi apenas o resultado de uma estratégia monárquica, nem unicamente uma expressão de religiosidade popular: foi um nó onde convergiram afetos, discursos, interesses e memórias. Seu estudo nos permite entender não apenas como a abolição foi narrada no século XIX, mas também como se continua narrando a liberdade, a cidadania e a identidade nacional no Brasil contemporâneo.

Através da figura da Redentora, iluminam-se tensões mais amplas: entre política e afeto, entre lei e experiência, entre gesto individual e ação coletiva. Em definitivo, Isabel foi, e continua sendo, um espelho das contradições de uma sociedade que ainda lida com o legado da escravidão. Estudá-la é também uma forma de interrogar como queremos recordar, e para quê.

Notas

- 1 Robert Daibert Jr., *Princesa Isabel entre o altar e o trono: Catolicismo e abolicionismo no projeto de Terceiro Reinado* (Curitiba: Appris, 2023); Robert Daibert Jr., “‘Santa Isabel’ e o escravo devoto: a princesa redentora por olhares negros e brancos”, *Afro-Ásia*, n. 31 (2004), 201-230; Robert Daibert Jr., “Isabel, a ‘Redentora’: a heroificação da princesa brasileira frente à crise monárquica e no advento da República”, *Varia História* 19, n. 29 (1998), 141-164; Regina Echeverría, *A história da Princesa Isabel: Amor, liberdade e exílio* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2016); James McMurtry Longo, *Isabel Orleans-Bragança: The Brazilian Princess Who Freed the Slaves* (Jefferson, NC: McFarland, 2007); Lourenço Luís Lacombe, *Isabel, a princesa redentora: biografia baseada em documentos inéditos* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989); Pedro Calmon, *A princesa Isabel ‘A Redentora’* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1941).
- 2 Renata Figueiredo Moraes, *Festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023).
- 3 Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).
- 4 Robert Daibert Jr., *Princesa Isabel entre o altar e o trono: Catolicismo e abolicionismo no projeto de Terceiro Reinado* (Curitiba: Appris, 2023); Robert Daibert Jr., “‘Santa Isabel’ e o escravo devoto: a princesa redentora por olhares negros e brancos”, *Afro-Ásia*, n. 31 (2004), 201-230; Robert Daibert Jr., “Isabel, a ‘Redentora’: a heroificação da princesa brasileira frente à crise monárquica e no advento da República”, *Varia História* 19, n. 29 (1998), 141-164; Regina Echeverría, *A história da Princesa Isabel: Amor, liberdade e exílio* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2016); James McMurtry Longo, *Isabel Orleans-Bragança: The Brazilian Princess Who Freed the Slaves* (Jefferson, NC: McFarland, 2007); Lourenço Luís Lacombe, *Isabel, a princesa redentora: biografia baseada em documentos inéditos* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989); Pedro Calmon, *A princesa Isabel ‘A Redentora’* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1941); Renata Figueiredo Moraes, *Festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023); Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990); Brodwyn Fischer e Keila Grinberg, eds., *The Boundaries of Freedom: Slavery, Abolition, and the Making of Modern Brazil* (Cambridge: Cambridge University Press, 2022); Beatriz Mamigonian, “In the Name of Freedom: Slave Trade Abolition, the Law and the Brazilian Branch of the African Emigration Scheme (Brazil–British West Indies, 1830s–1850s)”, *Slavery and Abolition* 30, n. 1 (2009), 41-66; Marcela Echeverri e Celso Castillo, “Ecos Atlânticos de las aboliciones hispanoamericanas”, *Historia Mexicana* 69, n. 2 (2019); Peter Blanchard, *Under the Flags of Freedom: Slave Soldiers and the Wars of Independence in Spanish South America* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008).
- 5 José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008).
- 6 Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. 6 de outubro de 1871. Arquivo Grão Pará. XLI-4.
- 7 Mary Del Priore, *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu* (São Paulo: Editora UNESP, 2013).
- 8 Arquivo Grão Pará, Coleção Condessa de Barral, “carta de la condessa de Barral a la princesa Isabel”, [Paris], 7 de noviembre de 1871, s.n.
- 9 *RIO NEWS*, Rio de Janeiro, 5 de mayo de 1888, 2.
- 10 Fala do trono na Abertura da Sessão da Assembléia Geral, em maio de 1888.
- 11 *Novidades*, 7 de maio de 1888.

- 12 James McMurtry Longo, *Isabel Orleans-Bragança: The Brazilian Princess Who Freed the Slaves* (Jefferson, NC: McFarland, 2007).
- 13 Petrônio José Domingues, “‘The Redemption of Our Race’: The Commemorations of the Abolition of Slavery,” *Revista Brasileira de História* 31 (2011): 19-48.
- 14 Ver: *Revista Tipográfica, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias e Cidade do Rio* de 13 a 26 de maio de 1888. Dados como as subdivisões das Forças Armadas que participaram, as marchas que forneceram a música para as comemorações, o número de participantes e as transcrições de discursos ou eventos principais estão coletados ali.
- 15 Renata Figueiredo Moraes, *Festas da abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023).
- 16 Petrônio José Domingues, “‘The Redemption of Our Race’: the commemorations of the abolition of slavery,” *Revista Brasileira de História* 31 (2011): 19-48.
- 17 Ver: Stanley Julian Stein, *Vassouras: um município brasileiro do café (1850-1900)* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990), 302-303; Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*, 2da. ed. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978), 332-333; Micênio Santos, *13 de Maio, 20 de Novembro: uma descrição da construção de símbolos nacionais e raciais*, Dissertação (Mestrado) – Programa de Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, 33-42; Renata Figueiredo Moraes, *Os Maiores de 1888: história e memória na escrita da História da Abolição*, Thesis (Masters) – Departamento de História, UFF, Niterói, RJ, 2007; Osório Duque-Estrada, *A abolição: esboço histórico, 1831-1888* (Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Murillo, 1918); Donatello Grieco, *Domingo, 13 de maio de 1888* (Rio de Janeiro: Record, 1988).
- 18 Repositorio UFRGS, “O 13 de Maio de 1888 nas linhas do Jornal *O Exemplo* (1920-1930).
- 19 Machado de Assis, *Memorial de Aires* (Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2010).
- 20 *Revista Illustrada*, 18 de maio de 1888, número 498.
- 21 Willian Robson Soares Lucindo, “A quem se deve a abolição: negros e as manifestações de 13 de maio em Campinas e Piracicaba (1888-1889),” *Topoi* 23 (2022): 126-147.
- 22 *Ibid.*
- 23 Para Fortaleza, ver: *O Cearense*; para São Luís, ver *Pacotilha e Diário do Maranhão*; para Recife, ver: *A Província*. Entre 1888 e 1889 encontram-se registros de reuniões, editoriais ou atos que questionaram o “isabelismo” e impulsionaram leituras populares e/ou republicanas da abolição.
- 24 Emília Viotti da Costa, *The Brazilian Empire: Myths and Histories* (Chicago: University of Chicago Press, 1985).
- 25 Bruno da Silva Antunes de Cerqueira, “O que se esconde sobre a abolição quando se nega a ação de D. Isabel e dos isabelistas no processo histórico e legislativo da Lei Áurea?,” *A Ordem* (2024).
- 26 Ver: *A Federação*, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1888, Ano V, N. 38, p. 2, 3ª coluna; *A Reforma*, 19 de fevereiro e [março] de 1888. Recortes do jornal pertencentes ao acervo do Arquivo Grão Pará.
- 27 McMurtry Longo, *Isabel Orleans-Bragança*.
- 28 Ver: Pedro Calmon, *A princesa Isabel “A Redentora”* (Rio de Janeiro: Brasiliense, 1941); Hermes Vieira, *Princesa Isabel, uma vida de luzes e sombras* (Rio de Janeiro: Edições GRD, 1941); Lacombe, *Isabel, a princesa redentora*; McMurtry Longo, *Isabel Orleans-Bragança*; Daibert Jr., *Princesa Isabel entre o altar*.

- 29 Robert Daibert Jr., “A princesa Isabel no cenário imperial: a lei Áurea e o abolicionismo católico”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 171 (2010).
- 30 Pedro Henrique Batistella, “A atualização do passado em disputa: historiadores(as), movimentos sociais e comemorações nacionais,” Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.
- 31 Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República* (São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985), 451-452.
- 32 Ver: José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2023); Celso Castro, *A proclamação da República* (Rio de Janeiro: Zahar, 2000).
- 33 Pedro Henrique Batistella, “A atualização do passado em disputa: historiadores(as), movimentos sociais e comemorações nacionais”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

Lavadeiras às margens do rio Paraná. A representação de mulheres trabalhadoras na fotografia de Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes (Argentina, 1880-1910)

María Florencia Rittiner Basaez

Universidad Nacional de Rosario (UNR)

Grupo de Estudios Afrolatinoamericanos (GEALA)

“Uma foto, por si só, não conta uma história, mas dá ao estudioso a possibilidade de persegui-la, de imaginá-la.”¹

Há alguns anos comecei a me perguntar sobre a presença de mulheres afrodescendentes nas fotografias da segunda metade do século XIX na cidade de Santa Fé, capital da província homônima na Argentina. Naquele momento, eu participava de um projeto de pesquisa dirigido pela Dra. Magdalena Candiotti (docente e pesquisadora do CONICET) que se propunha a investigar a presença de africanos e afrodescendentes escravizados e livres em nossa cidade e, também, dialogar com pesquisadoras e pesquisadores cujos questionamentos eram semelhantes para seus territórios provinciais e locais.

Imagem 1 – Lavadeiras às margens do rio Paraná
(nos arredores de Corrientes, c. 1880. Autor desconhecido).²



Essa preocupação me conduziu por diversos caminhos que me levaram a pesquisar nas fotografias da época. Nessa busca, uma imagem me mobilizou (Imagem 1): quatro mulheres posando na margem do rio, vestidas de maneira simples, com o que pareciam ser cestos ou recipientes sobre as cabeças. Seus traços fenotípicos poderiam ser identificados como africanos ou afrodescendentes, apesar da baixa qualidade da imagem. Em princípio, essas características que podíamos ver a olho nu e o título descritivo do Archivo General de la Nación, “Lavadeiras às margens do rio Paraná”, eram as únicas referências que eu tinha para começar a formular perguntas sobre aquelas mulheres: quem eram, onde viviam, que tarefas realizavam, para quem, por que posavam, para quem o faziam. Algumas dessas perguntas permitiam certas respostas e outras abriam espaço à imaginação, como nos propõe Sandra Machado Koutsoukos.

Essa fotografia foi fundamental para iniciar uma pesquisa com um olhar mais amplo, voltado a rastrear a presença daquelas mulheres trabalhadoras que se reuniam para lavar roupa na margem do rio, nos limites das cidades, nas representações fotográficas do fim do século XIX e início do século XX. O espaço analisado, portanto, é a região do Litoral argentino, composta pelas províncias de Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes. Essa região se caracteriza por ser rodeada de rios e lagunas, em particular o rio Paraná, que atravessa as três províncias e funciona como limite natural de cada uma.

A ocupação das mulheres em tarefas domésticas, trabalhando como lavadeiras, costureiras, tecelãs ou passadeiras, era extremamente relevante no período. A pesquisa de Mirta Lobato,³ embora se concentre no trabalho

industrial, destaca a importância de aproximar-se estatisticamente da quantidade de mulheres que trabalhavam dentro e fora do lar. Para isso, o primeiro Censo Nacional realizado em 1869 nos permite saber quantas mulheres se dedicavam ao ofício de lavar roupas. Em primeiro lugar, na província de Santa Fé, 1.478 mulheres declararam ser lavadeiras.⁴ Elas se concentravam principalmente nas cidades de Rosário e Santa Fé, capital provincial. Em segundo lugar, na província de Entre Ríos, registraram-se um total de 1.960 mulheres dedicadas ao lavado de roupas.⁵ Em terceiro e último lugar, na província de Corrientes, foram registradas 1.618.⁶ Esses dados evidenciam a relevância numérica desse ofício desempenhado exclusivamente por mulheres.

Consideramos também imprescindíveis as contribuições da pesquisa mais recente de Gabriela Mitidieri⁷ sobre as trabalhadoras das roupas na cidade de Buenos Aires durante a segunda metade do século XIX. A autora centra seu enfoque no trabalho e na forma pela qual as relações de gênero, raça, classe e idade organizaram as possibilidades de subsistência na cidade, em um período de transformações marcado pela imigração e pelas memórias da escravidão, que havia sido abolida na Constituição bonaerense de 1854.⁸

Em consequência, neste capítulo proponho colocar em diálogo as investigações historiográficas sobre o mundo do trabalho com as representações da cultura visual. Isso permitirá ensaiar uma forma de observar as fotografias entendendo-as como uma linguagem que produz significados sobre o lugar das mulheres trabalhadoras. Para construir o *corpus*, selecionamos aquelas fotografias nas quais se visualizam mulheres lavadeiras nas margens do rio Paraná das províncias de Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes. Essas fotografias pertencem ao Fondo de la Sociedad Fotográfica Argentina de Aficionados e ao Banco de Imágenes “Florian Paucke” do Archivo General de la Provincia de Santa Fe, disponível online.⁹

Em primeiro lugar, serão apresentadas algumas linhas sobre o contexto analisado e a irrupção da fotografia, a fim de conhecer quem eram os fotógrafos que percorriam as cidades e o que buscavam registrar. Em segundo lugar, a análise se concentrará na descrição do *corpus* fotográfico selecionado para rastrear alguns pontos de contato que permitam analisar as representações das mulheres lavadeiras. Por fim, colocaremos em diálogo essas descrições com os aportes da historiografia do mundo do trabalho para problematizar os significados que se sustentam e se reproduzem também através das imagens.

Um contexto de transformações: a fotografia em Santa Fé no fim do século XIX

A segunda metade do século XIX foi um período de grandes transformações para as províncias que formavam a Confederación Argentina, como Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes, situadas na região do Litoral da atual Argentina. Com a promulgação da Constituição em 1853, todas as províncias (com exceção de Buenos Aires, que na época funcionava como um estado independente e assinou sua adesão em 1860) concordaram com a abolição da escravidão e com o incentivo à imigração europeia para ocupar e colonizar o chamado “deserto”. Ao mesmo tempo, iniciou-se um processo de mudanças econômicas com o objetivo de se integrar à economia capitalista vigente. Essas transformações se materializaram com a instalação de ferrovias, novas formas de organização da terra, como as colônias agrícolas, e a tecnificação das áreas rurais para estabelecer um sistema de exportação em grande escala.

Essas mudanças provocaram, por um lado, o crescimento exponencial da população das províncias com a chegada de um grande número de imigrantes europeus, gerando um processo de “branqueamento” da população e, particularmente, da força de trabalho. Esse fenômeno sustentou-se sob a influência do racismo científico e estatal da época, que considerava que a população local não estava preparada para o trabalho capitalista, buscando, portanto, recrutar esse tipo de mão de obra entre os imigrantes europeus.

Por outro lado, a abolição da escravidão gerou mudanças no mundo do trabalho, promovidas por uma força de trabalho que, a partir da promulgação da Constituição Nacional, passaria a ser considerada livre. No entanto, para as mulheres afrodescendentes, as transformações foram principalmente formais; na prática, elas se viram obrigadas a se inserir no sistema laboral como funcionárias domésticas, desempenhando funções de lavadeiras, passadeiras, cozinheiras ou criadas, em condições semelhantes às de suas antecessoras escravizadas, com baixos salários e sem as soluções habitacionais que poderiam ter tido anteriormente.¹⁰ Ao mesmo tempo, trabalhos como os de Cecilia Allemandi,¹¹ Gabriela Mitidieri¹² e Ariel Viola¹³ nos convidam a refletir sobre as condições das trabalhadoras domésticas afrodescendentes e a competição laboral decorrente da imigração.

Além disso, as inovações técnicas e a chegada de população estrangeira provocaram uma diversificação dos ofícios e a introdução de novidades, como a fotografia. Os trabalhos de Luis Priamo¹⁴ para o caso da província

de Santa Fé permitem afirmar que a presença de fotógrafos se multiplicou entre o fim do século XIX e o início do XX nas diferentes localidades da província, principalmente na cidade capital e em Rosario.

As ideias da época sobre o que deveria ser a Argentina moderna também se manifestam nas representações visuais da sociedade. Nesse sentido, os ideais de progresso e de “nação branca” materializavam-se, por exemplo, em daguerreótipos ou fotografias, nos quais os autores se concentravam em retratar um clima de transformação e modernização. A esse respeito, Graciela Hornia¹⁵ questiona o que observam as pessoas que têm o poder de olhar e representar o mundo através da fotografia em seu artigo sobre o imaginário e o discurso visual em Santa Fé entre 1860 e 1910. A pergunta nos convida a pensar sobre os fotógrafos profissionais e amadores que registraram o período analisado: quem eram? Para quem trabalhavam? O que fotografaram? Como o fizeram? Qual é a importância da fotografia nesse momento? Essas são algumas das questões que tentaremos responder nesta seção.

Em primeiro lugar, no censo de fotógrafos profissionais da província de Santa Fé, Priamo¹⁶ contabiliza aproximadamente 18 fotógrafos na cidade de Santa Fé e cerca de 50 na cidade de Rosario durante o período estudado. No entanto, o censo está incompleto, dada a dimensão de ambas as cidades e por não contabilizar os fotógrafos amadores. Por exemplo, podemos mencionar entre eles Pedro Tappa, fotógrafo italiano que, durante o período analisado, trabalhou em Santa Fé, mas também manteve “filiais” e realizou viagens frequentes a outras localidades próximas. Outro exemplo é Augusto Lutsch, filho de imigrantes austríacos, cujo pai também foi fotógrafo e instalou sua casa de fotografia em Rosario em 1858; posteriormente, ele o faria na cidade de Santa Fé em 1886.

Por outro lado, os trabalhos já citados por Priamo nos permitem caracterizar o mundo da fotografia antes e depois de 1880. Inicialmente, em 1860, acessar um retrato fotográfico era uma prática restrita aos membros da elite que podiam custear um daguerreótipo. Nesse sentido, a fotografia era considerada um bem de luxo e prestígio social. Isso obrigava os fotógrafos a exercer sua profissão de forma itinerante, percorrendo diferentes localidades em busca de clientes e competindo também para mantê-los. Além disso, devido aos altos custos, ninguém podia fotografar por gosto; a prática realizava-se unicamente por encomenda. Essas características faziam com que os profissionais não pudessem sobreviver apenas com esse ofício e, para se manter, precisassem exercer múltiplas atividades complementares. Por exemplo, o já mencionado Pedro Tappa, além de sua loja de

fotografia, realizava simultaneamente outras atividades artesanais, como ferraria e serralheria.

Agora, se pensarmos no que observavam aqueles que tinham o privilégio de fazê-lo, por muito tempo, como mencionamos anteriormente, os fotógrafos estavam a serviço dos pedidos de seus clientes.¹⁷ Estes últimos acessavam a fotografia como um signo de status social e, portanto, pertenciam aos setores privilegiados da sociedade. No entanto, apesar do custo elevado desse procedimento, nesse período surgem em Buenos Aires os primeiros retratos de pessoas negras. Entre eles destaca-se o daguerreótipo “Negra escrava na época de Rosas”.¹⁸ Esse retrato é entendido como uma forma de “gratidão” por parte da família à qual a pessoa havia servido por tantos anos. Ao mesmo tempo, nos retratos familiares também se observa a presença de criadas e criados das famílias. Isso também era considerado um sinal de prestígio social, ou seja, a presença de negras e negros nas imagens fotográficas marcava a posição social e econômica da família, mas também desse grupo social.¹⁹

Em 1880, Priamo identifica mudanças relevantes pelas quais a fotografia se transformava em uma prática capaz de gerar estabilidade profissional e prosperidade econômica.²⁰ Essas mudanças manifestaram-se, primeiramente, na independência dos fotógrafos em relação à retratística, permitindo-lhes dedicar-se à fotografia de vistas ou costumes, que eram vendidas a diferentes meios gráficos ou comércios. Em segundo lugar, as inovações tecnológicas permitiram que pessoas amadoras tivessem acesso à prática fotográfica. Esse grupo era composto principalmente por homens ricos que exerciam profissões liberais. Particularmente, nas principais localidades da província de Santa Fé, o importante desenvolvimento econômico e industrial da época permitiu o crescimento da fotografia, não apenas profissional, mas também dos amadores que desejavam registrar o progresso.

Além do trabalho independente que cada um desses fotógrafos pudesse realizar, a partir de 1880 companhias industriais e ferroviárias, características do período, começaram a contratá-los para realizar seus álbuns institucionais. Podemos destacar, por exemplo, os trabalhos de Ernesto Schlei, que, no fim do século XIX, fotografou os estabelecimentos industriais da cidade de Esperanza e localidades próximas na província de Santa Fé. Em suas fotografias sobressaem as representações do progresso econômico e social no meio urbano. Por fim, os amadores documentavam em suas fotografias o ambiente imediato e familiar, como festas populares, desfiles patrióticos e celebrações religiosas, assim como registravam suas viagens.

A partir das informações expostas, podemos afirmar que a fotografia na região no fim do século XIX teve um desenvolvimento muito importante. Além disso, os trabalhos de conservação e pesquisa nos permitem conhecer esse desenvolvimento e, sobretudo, acessar diferentes arquivos de imagens para analisá-las. No entanto, a questão da representação daquelas mulheres trabalhadoras continua sendo um desafio.

Ainda assim, o trabalho realizado pelos fotógrafos da época, tanto profissionais quanto amadores, nos convida a reconstruir o espaço da cidade e de seus habitantes, com suas transformações e contradições. Com base nos aportes de De Certeau²¹ nos atrevemos a vinculá-los à figura do *flâneur* ou caminhante, considerando algumas de suas principais características como observadores e produtores de panoramas urbanos através da construção, nesse caso, de discursos visuais.

Para esse autor, são os cidadãos “a pé” que percorrem as cidades aqueles que têm a capacidade de abrir o espaço da criação e não se submeter à ordem dominante.²² Esses fotógrafos, alguns deles imigrantes, percorriam e observavam as cidades e localidades vizinhas, surpreendendo-se com as transformações da modernidade, com as ferrovias, o trabalho agrícola, os portos e os novos edifícios, que capturavam com suas câmeras. Alguns percorriam cidades em busca de trabalho, enquanto outros o faziam como atividade amadora e de lazer. Quanto a esses últimos, embora não tenhamos informações suficientes, as fotografias preservadas constituem um registro importante que nos permite conhecer os modos de ver a cidade e quem a transita e habita.

As lavadeiras e o rio: uma cena recorrente na fotografia

Para o período estudado, não identificamos muitas imagens nas quais as mulheres fossem protagonistas ou estivessem representadas, ainda menos se considerarmos as trabalhadoras. Em geral, como explicamos anteriormente, os fotógrafos estavam preocupados em retratar os espaços de trabalho vinculados às novas indústrias, de modo a glorificar o progresso.

A sub-representação das mulheres nas fotografias em geral foi destacada por Sergio Caggiano,²³ a partir da análise do livro *La fotografía en la Historia Argentina*, publicado pelo jornal *Clarín* em 2005. O autor ressalta também a vinculação das mulheres às tarefas que, por “natureza”, lhes eram atribuídas. A esse respeito, o conceito de “tecnologia de gênero” proposto por Teresa De Lauretis²⁴ nos permite pensar a fotografia como uma das variadas

tecnologias sociais através das quais o gênero, enquanto representação ou autorrepresentação, se produz. Portanto, a forma como as mulheres são retratadas também constrói e reproduz as ideias que a sociedade tem sobre o que deve ser uma mulher e quais espaços e funções ela deve ocupar.

Nesse sentido, a Imagem 1 com a qual iniciamos este capítulo também deu início a um percurso de busca que nos permitiu identificar a presença recorrente nos arquivos de retratos de lavadeiras às margens do rio, que se repetem na região do Litoral e em Buenos Aires.²⁵ A replicação dessa cena em diversos espaços evidencia um tipo de fotografia que se propõe a ilustrar os costumes e tradições da sociedade daquele momento, no qual mulheres de setores populares se encarregavam das tarefas de serviço doméstico para as elites.

A Imagem 1 nos remete às proximidades da província de Corrientes, às margens do rio Paraná. Seu autor, embora desconheçamos seu nome, pertencia à Sociedad Fotográfica Argentina de Aficionados; portanto, não era um profissional, e essas poderiam ser fotografias de uma viagem. Podemos também caracterizá-la como um registro fotográfico costumbrista, através do qual se representa um dos trabalhos atribuídos ao gênero feminino: o lavado de roupas. No enquadramento da fotografia, destaca-se a presença de quatro mulheres próximas à margem do rio; podemos distinguir parte da paisagem da beira, com o rio, um barco e a vegetação ao fundo. As mulheres estão vestidas com blusas brancas, saias em sua maioria também brancas e lenços cobrindo a cabeça. Caggiano caracteriza essa vestimenta como própria das mulheres negras,²⁶ embora seja mais pertinente pensá-la como vestimenta de trabalho. Sobre suas cabeças carregam cestos ou cântaros de água.²⁷

Um olhar atento permite pensar na preparação da foto, a partir da qual as lavadeiras se colocaram em pose para serem capturadas pelo fotógrafo. Ou seja, permaneceram imóveis por algum tempo, com o olhar intermediário, no qual se enfrentavam e podiam olhar umas às outras e também para a câmera. Nesse sentido, a imagem selecionada nos parece particular quanto à forma de retratar essas mulheres, bem como à possibilidade de visualizar suas características fenotípicas com maior detalhe.

O trabalho de Machado Koutsoukos,²⁸ que explora a fotografia em estúdio de afrodescendentes no Brasil, nos permite problematizar a prática da pose nas fotografias e questionar a capacidade de ação das mulheres retratadas a partir do conceito de autorrepresentação. Consequentemente, a fotografia não se constrói apenas com o olhar do fotógrafo, mas também com a participação ativa dos sujeitos, que exploram, também no rito da pose,

sua própria imagem.²⁹ Embora essas mulheres, ao contrário das fotografias de estúdio, não tenham ido até o fotógrafo para que ele realizasse o retrato, podemos inferir que puderam escolher posar para a foto e tiveram capacidade de decidir como posicionar o corpo e o rosto para se verem representadas de determinada maneira. Infelizmente, a baixa resolução da fotografia não nos permite visualizar as expressões faciais para distinguir ou inferir algo sobre elas, como emoções de gosto ou desgosto naquele momento, por exemplo.

Para reconstruir o contexto do retrato, foi indispensável explorar o álbum completo e analisar as fotografias disponíveis na fototeca do Archivo General de la Nación da Argentina. Isso nos permitiu imaginar uma possível viagem protagonizada pelo fotógrafo, que se aproximava de barcaça à margem do rio e encontrava as mulheres realizando diversas tarefas. Do mesmo álbum, selecionamos mais duas fotografias, as imagens 2 e 3, que nos permitem identificar e inferir algumas questões sobre o contexto e a construção da história do retrato da Imagem 1.

Na Imagem 2, com enquadramento mais amplo, visualizam-se várias mulheres e uma criança na margem do rio. Nessa fotografia, ao contrário da anterior, as mulheres não estão posando, mas realizando suas tarefas quase alheias à presença do olhar externo. Em um plano mais próximo, podemos distinguir duas mulheres que seguram cestos grandes cheios de roupas sobre a cabeça; uma está de pé e outra de joelhos, como se quisesse se erguer, e ao lado delas encontra-se uma criança de pé observando as mulheres. Um pouco mais afastadas, vemos duas mulheres cujos corpos estão na margem, quase sobre a água; uma está de joelhos enchendo um recipiente grande com água, e outra parece que havia realizado a mesma ação pouco antes, tentando incorporar seu corpo e afastar-se da água. Em um plano mais distante, podemos distinguir mais duas mulheres, uma com os pés na água segurando a saia, e a outra de joelhos com o corpo inclinado sobre a água, aparentemente no ato de lavar roupas. Atrás destas últimas, podemos observar cestos e montes de roupas sobre o chão.

Na Imagem 3, podemos imaginar que se trata de um momento posterior ao retrato da primeira fotografia. Nela, observamos a presença de duas das mulheres retratadas na Imagem 1, mas, como diferença, as mulheres já não estão posando para a câmera, e sim caminhando, afastando-se do espaço capturado pela lente. A partir disso, perguntamo-nos: o que as motivou a posar na fotografia? Que decisões tomaram ao se posicionar diante da câmera? Teriam tido a possibilidade de se ver nas capturas? Embora essas perguntas não possam ser respondidas a partir das fontes,

parece relevante considerá-las e problematizar a viabilidade de imaginar histórias possíveis que incorporem sua capacidade de pensar e agir para autorrepresentar-se.

Imagens 2 e 3 – Lavadeiras às margens do Rio Paraná
(nos arredores de Corrientes, c. 1880. Autor desconhecido).³⁰



No caso de Paraná, cidade capital da província de Entre Ríos, a cena das lavadeiras também se encontra representada, como evidenciado nas imagens 4 e 5 selecionadas. Essas imagens também pertencem ao Fondo de la Sociedad Fotográfica Argentina de Aficionados, podendo, portanto, ser registros de uma viagem ou de algum fotógrafo residente da província que enviava suas fotografias a Buenos Aires. As mulheres foram fotografadas realizando tarefas de lavagem às margens do rio. Como nas imagens anteriores, vestem roupas simples e lenços sobre a cabeça. Nesse caso, os cestos de roupas encontram-se no chão ao lado de cada mulher. O enquadramento das fotografias é amplo e permite visualizar a paisagem da margem com alguns barcos. Ambas as mulheres estão em posição semelhante, agachadas olhando o rio. Essa postura corporal era característica do trabalho de lavagem no rio, significando grande esforço físico durante longas jornadas. Também implicava estar na água e, grande parte do tempo, molhadas e expostas ao sol.

Na Imagem 5, vemos as duas lavadeiras presentes na fotografia anterior, mas, ao mudar a perspectiva da lente, percebemos que essas mulheres não estavam sozinhas. À frente delas, distinguimos um grupo de sete ou oito lavadeiras em posições semelhantes às descritas anteriormente. Nenhuma parece prestar atenção à câmera, continuando o trabalho alheias à presença do fotógrafo. Ao fundo, podemos identificar duas embarcações, uma carroça, cavalos e pessoas à distância, pouco nítidas. Essa fotografia

nos permite observar as interações no cenário da margem, com homens e mulheres realizando suas tarefas. Destaca-se também o caráter coletivo do ofício de lavar roupas.

Imagens 4 e 5 – Lavadeiras na costa da cidade de Paraná
(Paraná, Entre Ríos, c. 1880/1900. Autor desconhecido).³¹



No caso da província de Santa Fé, selecionamos as imagens 6, 7 e 8, pertencentes à cidade capital e ao Banco de Imágenes “Florian Paucke” do Archivo General de la Provincia de Santa Fé. As imagens 6 e 7 mostram o mesmo cenário costumbrista das lavadeiras, que realizam o trabalho sem destaque para os rostos. Na Imagem 6, podemos identificar um grupo de cinco mulheres de joelhos e uma de pé, lavando roupas à margem do rio. Vestem-se de forma similar às figuras anteriores, com saias largas, blusas e lenços na cabeça. Como nas cenas anteriormente descritas, ao lado das mulheres há cestos com roupas e recipientes, além de tecidos brancos no chão. Ao fundo, aparecem dois homens transitando, sem sabermos com que finalidade. Convive na fotografia a imagem costumbrista das lavadeiras realizando seu trabalho com a representação de uma cidade em progresso, evidenciada no fundo com o rio e as construções modernas. Nessa captura, ao contrário das fotografias 4 e 5, a câmera não passa despercebida, já que algumas mulheres e os dois homens olham diretamente para ela.

Imagem 6 – O campinho das lavadeiras (Santa Fé, c. 1880/1900. Autor desconhecido).³²



Imagem 7 – Lavadeiras junto ao rio (Santa Fé, c. 1900/1910. Augusto Lutsch).³³



Na Imagem 7, o cenário é semelhante à fotografia anterior, distinguindo-se a margem do rio e, ao fundo, edificações aparentemente em construção. Isso sugere um espaço em processo de transformação, no qual os trabalhos manuais das lavadeiras coexistem com a cidade em modernização. As lavadeiras junto ao rio de Santa Fé não olham para a câmera, concentrando-se

em suas tarefas. Também podemos distinguir uma mulher vestida de preto, parada atrás delas; contudo, a baixa qualidade da imagem não permite visualizar se olha ou não para a câmera. O grupo de lavadeiras é composto por sete mulheres vestidas com blusas brancas e saias simples. Pelo que se observa, nem todas usam lenços sobre a cabeça, como nas fotos anteriores.

Essas fotografias de Santa Fé são similares à Imagem 5, correspondente à cidade de Paraná, tanto nas posturas corporais para realizar o trabalho quanto no caráter coletivo da atividade.

Por fim, na Imagem 8, o cenário fotografado muda, sendo a protagonista principal a inundação de 1905 na cidade de Santa Fé. Esse fenômeno foi amplamente registrado por fotógrafos amadores,³⁴ como evidenciado na quantidade de imagens disponíveis no Banco “Florian Paucke”. Em primeiro plano, destacam-se duas lavadeiras em calçadas opostas, realizando tarefas devido à inundação. Como nos casos anteriores, vestem roupas simples, camisas brancas e lenços na cabeça. À esquerda, a mulher está de joelhos esfregando roupas, sem olhar para a câmera, com um grande cesto ao lado. À direita, vemos outra mulher lavando roupas de joelhos, mas ereta, olhando para o fotógrafo, rodeada de roupas e com um grande cesto à frente. Também aparece uma menina de pé, segurando um cesto e olhando para a câmera. Suas vestimentas de trabalho contrastam com o grupo de três jovens ao lado, vestindo vestidos ou saias e casacos escuros, com chapéus elegantes.

Imagem 8 – Inundação de 1905. Lavadeiras lavando roupa na rua alagada (Santa Fé, c. 1905. Autor desconhecido).³⁵



Atrás das jovens, na outra esquina, vemos um grupo de homens composto por adultos e crianças, todos em pé e olhando para a câmera. Sobre a rua inundada, atravessa uma carroça de transporte de pessoas. Também se destacam na fotografia as construções modernas, algumas muito recentes, como o edifício de dois andares que parece ter vigas laterais. A paisagem urbana em transformação mostra conflitos com o rio, que invadia as ruas. O trabalho de Graciela Silvestri aponta a relação ambígua das cidades com o rio: por um lado, como paisagem cotidiana, familiar e bela, considerada natural, embora tecnicamente transformada pelas edificações. Por outro, como paisagem perigosa diante das alterações do porto.³⁶ Particularmente nesse caso, podemos supor que os perigos do rio também se manifestavam para a sociedade através das inundações.

Em síntese, as imagens descritas nesta seção nos permitiram identificar elementos comuns nas representações visuais das lavadeiras fotografadas na região analisada. Em primeiro lugar, a vestimenta das mulheres é semelhante: roupas simples, compostas por blusas, saias largas e lenços na cabeça. Também se observa a postura corporal ao realizar as tarefas, principalmente de joelhos ou agachadas, com o corpo inclinado sobre a água para esfregar ou enxaguar as roupas. Vale destacar que, na maioria das imagens analisadas nesta seção, não é possível distinguir claramente os traços étnico-raciais das lavadeiras, ao contrário da Imagem 1. Em alguns casos, pode-se inferir que são brancas; no entanto, esses tons podem ser fruto da impressão da fotografia e não corresponder à realidade.

Em terceiro lugar, destacamos o trabalho coletivo das mulheres. Para lavar roupas no rio, elas não iam sozinhas, mas sempre em grupo, e isso se representa em todas as fotografias apresentadas. Por fim, parece pertinente mencionar a paisagem ribeirinha, localizada nas margens das cidades. O rio tem presença recorrente nas representações visuais da época, tanto no cotidiano das pessoas, destacando o natural em contraste com as edificações modernas, quanto como protagonista quando suas margens eram invadidas e modificadas pelo traçado urbano, tornando-se perigoso.

Imagens do “progresso”: o trabalho feminino em Santa Fé no fim do século XIX

As imagens selecionadas e descritas na seção anterior nos convidam a investigar as representações do passado, principalmente sobre o mundo do trabalho doméstico protagonizado por mulheres. O contexto de grandes

transformações iniciado em meados do século XIX, a partir da abolição da escravidão e da promoção da imigração europeia na Constituição, repercutiu no mundo do trabalho. No entanto, o fim da escravidão e a igualdade perante a lei não parecem ter provocado mudanças profundas nas tarefas às quais as pessoas afrodescendentes poderiam aspirar.

O trabalho de lavagem de roupas era uma atividade que, geralmente, realizavam as mulheres africanas e afrodescendentes, escravizadas ou livres.³⁷ Particularmente, para as mulheres cativas, a possibilidade de realizar esse trabalho, fora de suas obrigações com seus senhores, permitia-lhes uma capacidade de economia para a compra de sua própria liberdade ou a de suas famílias.³⁸ Nesse sentido, as fotografias selecionadas, por um lado, representam papéis de gênero ao mostrar aquelas atividades que as mulheres deveriam realizar, como a lavagem de roupas. Por outro lado, representam as tarefas que estavam vinculadas a um grupo social determinado por seu estatuto étnico-racial. Focando este último ponto, destacamos novamente que na Imagem 1 é possível distinguir nas mulheres traços fenotípicos de pessoas afrodescendentes.

O conceito de economia visual proposto por Débora Poole³⁹ nos permite pensar nas imagens visuais a partir de uma compreensão mais integral. Já que o vocábulo economia, para a autora, define um campo da visão organizado de maneira sistemática no qual se integram as relações sociais de desigualdade e poder, assim como sentidos de comunidade compartilhada. Consequentemente, poderíamos analisar as cenas das lavadeiras também como uma forma de representar as relações hierárquicas de raça, gênero e classe.

As fotografias convidam a uma análise crítica sobre as atividades laborais às quais as mulheres afrodescendentes puderam ter acesso após a abolição da escravidão. O passado de servidão transformou-se em um estigma que, mesmo após a obtenção da liberdade, limitava esses setores sociais, para os quais a condição servil era vista como sua única possibilidade.⁴⁰ O crescimento exponencial da população, impulsionado pela imigração europeia, transformou a sociedade ao preencher o “vazio” demográfico. No entanto, esse processo também levou à exclusão das culturas pré-existentes, como a africana, do projeto de nação. Como explica Allemandi, as mulheres (em especial as afrodescendentes) ficaram marginalizadas em trabalhos de baixa produtividade, especialmente nos empregos que já existiam anteriormente, como domésticas, serviçais, costureiras, lavadeiras, cozinheiras ou passadeiras.⁴¹ Consequentemente, além da liberdade e da igualdade formuladas na letra da lei, no sistema social e laboral as pessoas afrodescendentes não eram

iguais. Em lugar da equidade, estabeleceu-se uma hierarquia e segregação no mundo laboral. Tal como descreve Viola para a província de Santa Fé, formou-se uma “escala cromática do trabalho”.⁴²

Em relação a isso, para o caso de Entre Ríos, nos parece muito relevante o trabalho recente de Francisco Sosa⁴³ que explora, em um período de longa duração, as experiências de africanas e africanos escravizados e seus descendentes na cidade de Paraná no período da abolição e nos anos seguintes. O autor examina primeiro o Censo Nacional de 1869, no qual identifica que as mulheres lavadeiras representavam 5,18% do total da força laboral censada. Também destaca que as mulheres imigrantes não representavam um percentual significativo, com exceção das mulheres que se desempenhavam como costureiras.⁴⁴ A partir dos registros de batismos da Iglesia de Nuestra Señora de Paraná (1873-1876), Sosa analisa as ocupações das mulheres “de cor”. Suas descobertas mostram que, embora mulheres “brancas” também trabalhassem como lavadeiras, serviçais, passadeiras e costureiras, a maioria das mulheres “de cor” concentrava-se nessas tarefas domésticas. A análise dos registros revela uma diferença significativa na ocupação de lavadeira: 17,44% das mulheres “de cor” dedicavam-se a esse ofício, um percentual muito maior que 7,34% das mulheres “brancas” registradas na mesma atividade.⁴⁵

O trabalho de Valenzuela centra-se no caso da província de Corrientes, onde investiga o processo de abolição da escravidão. Mediante a consulta de diversas fontes, consegue reconstruir as experiências e transformações no mundo laboral, o que lhe permite analisar a margem de ação das pessoas que obtiveram liberdade após a Constitución Nacional em 1853. A partir do rastreamento dessas pessoas no Censo de 1869, a autora estabelece que, no caso das mulheres, ainda que possam ter mudado de senhores para patrões, continuaram realizando atividades vinculadas ao serviço doméstico, encontrando antigas escravizadas trabalhando como lavadeiras e costureiras.⁴⁶

Posteriormente, com a transformação demográfica, a partir do processo de imigração, incorporaram-se ao ofício de lavadeiras cada vez mais mulheres europeias, em particular italianas.⁴⁷ Isso pode explicar a diferença entre a Imagem 1, que é mais antiga e na qual se identificam traços de mulheres afrodescendentes, e as seguintes imagens (da 2 à 8), nas quais a identidade étnico-racial das mulheres não é clara devido à baixa qualidade das peças, ao plano mais geral ou ao fato de estarem de costas para a câmera.

No entanto, a partir dos dados estatísticos apresentados, podemos inferir que algumas das mulheres lavadeiras fotografadas poderiam ser

mulheres afrodescendentes. É importante olhar criticamente as fotografias, tendo em conta que, apesar de seu efeito de realidade ou objetividade,⁴⁸ são produzidas por seus autores. Ou seja, os fotógrafos compõem as cenas decidindo a distância, o enquadramento, quem está dentro e quem fica de fora, e de que maneira são fotografadas. Nesse processo de mudanças, as presenças de mulheres afrodescendentes tornam-se “invisíveis”, não são nomeadas ou fotografadas naquelas imagens que buscam representar ideias de progresso, mas apenas se cristalizam naquelas fotografias costumbristas ancoradas nas tradições e nas tarefas domésticas.

As imagens analisadas também nos permitem perceber as características do trabalho das lavadeiras, principalmente a forma coletiva de se organizarem. Como mencionamos anteriormente, as mulheres são fotografadas em grupo realizando seu ofício. O trabalho de Mitidieri, no qual são analisadas as trabalhadoras nas Sociedades Africanas de Buenos Aires em meados do século XIX, consegue colocar em diálogo o que observamos com outras fontes. A respeito disso, é importante destacar que o trabalho de lavar roupas permitiu àquelas mulheres maior mobilidade pela cidade, ao contrário daquelas que cumpriam serviços dentro das casas, assim como uma organização coletiva do trabalho e ações de ajuda mútua.⁴⁹ Talvez a possibilidade de trabalhar nas margens do rio também tenha permitido que as mulheres fossem retratadas por fotógrafos amadores ou viajantes que percorriam a cidade em busca de congelar cenas urbanas.

Por fim, as fotografias dos setores populares em geral e das mulheres trabalhadoras são representações a partir de um olhar de alteridade.⁵⁰ Peter Burke sustenta que a presença das mulheres nas representações visuais da vida cotidiana é um testemunho valioso de seus espaços e trabalhos. No entanto, também alerta sobre a natureza pitoresca dessas representações. Portanto, pode-se inferir que a fotografia constrói uma imagem da “alteridade” que é principalmente estereotipada e vista a partir de uma perspectiva ocidental, urbana e masculina. Linda Nochlin, em seu estudo sobre as representações pictóricas orientalistas, também aborda a ideia das representações “pitorescas”.⁵¹ Nelas, destaca uma ausência crucial: a história. Isso significa que o pitoresco é atemporal, como se os corpos representados existissem fora do tempo.

Dessa forma, as fotografias das lavadeiras representam um olhar estereotipado e pitoresco da época. Essa situação pode ter se exacerbado depois que as regulamentações municipais da cidade de Buenos Aires, entre 1872 e 1887, proibiram a lavagem no rio e nos cortiços devido às consequências das epidemias de febre amarela e cólera.⁵² Dessa forma, se os viajantes e

fotógrafos visitassem as cidades costeiras das províncias de Santa Fé, Entre Ríos ou Corrientes, as cenas das mulheres lavando roupas no rio representavam uma imagem tradicional, que correspondia mais ao passado do que ao progresso que estava sendo construído.

A visão estereotipada da “alteridade” nas imagens se reflete nas memórias de José Antonio Wilde, Guillermo E. Hudson e Lucio V. Mansilla, estudadas por Mitidieri. Esses cronistas, ao descreverem as lavadeiras como mulheres exóticas, rudes e hostis, evidenciam em seus relatos uma clara desigualdade de privilégios. Confrontam-se as marcas raciais e os benefícios dos jovens homens abastados com a árdua realidade das mulheres trabalhadoras, cujas vidas e objetivos na margem do rio eram completamente distintos.⁵³

Em síntese, tanto os discursos visuais quanto os escritos nos convidam a uma reflexão crítica sobre as narrativas do passado, prestando especial atenção à representação das mulheres trabalhadoras. Por um lado, em todos os casos as mulheres são retratadas em uma hierarquia social definida, ou seja, como trabalhadoras pobres. Isso se evidencia através de sua vestimenta e nas atividades que realizavam como lavadeiras, com seus corpos exigidos, seja de joelhos, com as mãos sobre a água, ou carregando cestos sobre a cabeça. Por outro lado, cabe destacar como as representações das lavadeiras funcionaram como discursos que legitimavam as desigualdades sociais. Essas imagens e narrativas as conceituavam a partir de diferenças apresentadas como naturais, em particular a raça e o sexo.⁵⁴ Dessa forma, as mulheres são fotografadas realizando tarefas que lhes são atribuídas como próprias por sua condição de mulher, mas também, em alguns casos, por não serem “brancas”. Essas diferenças se complexificam ainda mais com a presença de imigrantes europeias que gradualmente ocupavam aqueles ofícios menos hierarquizados.

No entanto, se nos permitirmos imaginar, alguma possível decisão dessas mulheres foi a de não estar sozinhas. A característica do trabalho coletivo, no qual se teciam redes de ajuda mútua, está presente em todas as fotografias analisadas. Além disso, apesar de não poder distinguir seus rostos, também podemos inferir que, em alguns casos, as mulheres decidiram posar diante da câmera, em outros se deram conta de sua presença e decidiram olhar para ela, e em outros talvez tenham continuado suas tarefas sem demonstrar interesse. Esses gestos são, em nosso entendimento, uma tentativa de problematizar a imagem e devolver àquelas mulheres a possibilidade de decisão e ação nos momentos em que eram observadas.

Conclusões

Iniciamos esta pesquisa com o objetivo de explorar as fotografias de mulheres lavadeiras nas províncias de Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes entre o fim do século XIX e o início do XX. Buscamos analisar de que modo essas imagens representam e, ao mesmo tempo, problematizam o lugar das mulheres trabalhadoras na cultura visual da época.

A partir de um *corpus* fotográfico selecionado, pudemos caracterizar o labor dessas mulheres, observando elementos recorrentes nas cenas, como suas vestimentas, a posição de seus corpos, o ambiente do rio e a organização coletiva de seu trabalho. Ao contextualizar essas fotografias com fontes censitárias e estudos historiográficos, conseguimos nos aproximar das transformações sociais e econômicas do período. Apesar da abolição da escravidão, as mulheres afrodescendentes, que historicamente haviam realizado esse ofício, continuaram confinadas a ele. A chegada da imigração europeia e sua gradual incorporação ao trabalho de lavadeiras complexificou ainda mais esse fenômeno, relegando as mulheres lavadeiras a uma representação “pitoresca”, desvinculada do ideal de progresso.

As imagens, longe de serem objetivas, funcionaram como discursos que perpetuaram desigualdades de gênero, raça e classe. Ao mostrar as lavadeiras em posturas que indicavam a dureza de seu labor, reforçavam estereótipos e as apresentavam como uma “alteridade” a partir de uma perspectiva predominantemente masculina, de classe alta e urbana.

No entanto, nossa análise também busca resgatar a capacidade de agência dessas mulheres. A evidência de seu trabalho coletivo e das redes de ajuda mútua, visíveis nas fotografias, demonstra que existia um espaço para decisão e ação. Nesse sentido, gestos como posar ou olhar para a câmera podem ser interpretados como atos de resistência, uma forma de reivindicar sua presença diante da lente fotográfica.

Notas

- 1 Sandra Sofia Machado Koutsoukos, *Zoológicos humanos: gente em exibição na Era do Imperialismo* (Campinas, Brasil: Editorial UNICAMP, 2020), 29.
- 2 AGN. Fototeca. Galerías Witcomb. Fondo Sociedad Fotográfica Argentina de Aficionados. Álbum n. 31. Inventario 1782.
- 3 Mirta Lobato, *Historia de las trabajadoras en la Argentina (1869-1960)* (Buenos Aires: Edhasa, 2007), 37-39.
- 4 *Primer Censo de la República Argentina verificado en los días 15, 16 y 17 de septiembre de 1869, bajo la dirección de Diego E. de la Fuente* (Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1872), 122.
- 5 *Ibid.*, 162.
- 6 *Ibid.*, 205.
- 7 Gabriela Mitidieri, *Las trabajadoras de las ropas: coser, lavar y disputar derechos en la ciudad de Buenos Aires, 1848-1870* (Ciudad de Buenos Aires: Prometeo, 2025).
- 8 Um ano depois que o restante das províncias reunidas na Confederação Argentina, já que Buenos Aires não aceitou a Constituição sancionada em Santa Fé e permaneceu como Estado separado até a unificação nacional de 1860.
- 9 Banco de Imagens “Florian Paucke” do Museu Histórico da Província de Santa Fé. Disponível em: <https://www.santafe.gov.ar/florianpaucke>.
- 10 Lea Geler, *Andares negros, caminos blancos: afroporteños, Estado y Nación. Argentina a fines del siglo XIX* (Rosario: Prohistoria Ediciones; TEIAA Universidad de Barcelona, 2010).
- 11 Cecilia Allemandi, *Sirvientes, criados y nodrizas: una historia del servicio doméstico en la ciudad de Buenos Aires: fines del siglo XIX y principios del XX* (Buenos Aires: Teseo, 2017).
- 12 Gabriela Mitidieri, “Entre lavados y costuras. La ciudad de Buenos Aires vista a través del trabajo femenino en la segunda mitad del siglo XIX”, *Revista Latinoamericana De Trabajo Y Trabajadores*, n. 6. (2023): 113-141.
- 13 Ariel Viola, *El blanqueamiento de la fuerza de trabajo en Santa Fé. Transformaciones demográficas y laborales durante la segunda mitad del siglo XIX* (Rosario: Prohistoria, 2023).
- 14 Luis Priamo, *Sobre fotografía del pasado. Investigaciones y ensayos* (Santa Fé: Ediciones UNL, 2023); Luis Priamo, “Fotografía, modernización y sociedad. La experiencia santafesina”, *Santa Fé entre dos siglos. Fotografías 1860-1910* (Santa Fé: Espacio Santafesino Ediciones, 2013).
- 15 Graciela Horna, “Santa Fé 1869/1910. Imaginario y Discurso Visual”, *Revista América*, n. 27 (2008).
- 16 *Ibid.*
- 17 Luis Priamo, “Fotografía, modernización y sociedad...”: 232.
- 18 Juan Manuel de Rosas foi estancieiro e atuou como governador caudilho da província de Buenos Aires durante 1829-1832 e 1835-1852.
- 19 Abel Alexander, “Retratos en negro: afroporteños en la fotografía del siglo XIX”, *Historias de la ciudad. Una revista de Buenos Aires* 7, n. 40 (2007): 6-18.
- 20 Luis Priamo, “Fotografía, modernización y sociedad...”: 215.
- 21 Michel De Certeau, “Andares en la ciudad”, *Bifurcaciones. Revista de Estudios Culturales Urbanos*, n. 7 (2008 [1980]).
- 22 *Ibid.*, 2.

- 23 Sergio Caggiano, *El sentido común visual. Disputas en torno al género, "raza" y clase en imágenes de circulación pública* (Buenos Aires: Miño y Dávila, 2012).
- 24 Teresa De Lauretis, "La tecnología del género", *Revista Mora*, n. 2 (1996).
- 25 Viviana Bartucci analisa de maneira intensiva as representações pictóricas de lavadeiras no caso de Buenos Aires. Viviana Bartucci, "Imagen y espacio. Las lavanderas y la ciudad de Buenos Aires (ca. 1840-1920)", *Épocas. Revista de Historia*, n. 10, (2014).
- 26 *Ibid.*, 69.
- 27 Para a descrição do cântaro de água, remetemo-nos ao trabalho de Richard e Schávelzon, no qual utilizam uma fotografia do fim do século XIX que mostra a realidade da população afro em um rancho ao pé da barranca do Paraná. Alejandro Richard e Daniel Schávelzon, *El Barrio del Tambor: arqueología histórica en espacios afro de Paraná* (Buenos Aires: Centro de Arqueología Urbana Ediciones, 2021).
- 28 Sandra Sofia Machado Koutsoukos, *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX* (Campinas: Editorial UNICAMP, 2010).
- 29 *Ibid.*, 63-64.
- 30 AGN. Fototeca. Galerías Witcomb. Fondo Sociedad Fotográfica Argentina de Aficionados. Álbum n. 31. Inventario 1794; 1781.
- 31 AGN. Fototeca. Galerías Witcomb. Fondo Sociedad Fotográfica Argentina de Aficionados. Álbum n. 29. Inventario 295-296.
- 32 Museo Histórico Provincial "Brigadier General Estanislao López", Código H05115670, Inventario 015670, Caja 51. Extraído de: Banco de Imágenes "Florian Paucke".
- 33 *Ibid.* Código I02105185. Inventario 005185, Caja 21.
- 34 Priamo, *Sobre fotografía del pasado*.
- 35 Museo Histórico Provincial "Brigadier General Estanislao López", Código H05015655, Inventario 015655, Caja 50. Extraído de: Banco de Imágenes "Florian Paucke".
- 36 Graciela Silvestri, "Empatía y distancia. Formas de comprender el paisaje fluvial", *Cuadernos Líricos*, n. 18, (2018): 2-4.
- 37 Mitidieri, *Las trabajadoras de las ropas*, 61.
- 38 Magdalena Candioti, "Los caminos de Gregoria y Victoria. Experiencias de esclavitud y estrategias de emancipación en el litoral rioplatense, 1810-1860", em *Nueva Historia de las Mujeres en la Argentina*, Vol. 1, dir. Débora D'Antonio; Valeria S. Pita (Buenos Aires: Prometeo, 2024), 96-117.
- 39 Débora Poole, *Visión, raza y modernidad: una economía visual del mundo andino de imágenes* (Lima: Sur Casa de Estudios del Socialismo, 2000), 15-16.
- 40 María Lourdes Ghidoli, *Estereotipos en negro. Representaciones y autorrepresentaciones visuales de afroporteños en el siglo XIX* (Rosario: Prohistoria, 2016).
- 41 Cecilia Allemandi, *Sirvientes, criados y nodrizas: una historia del servicio doméstico en la ciudad de Buenos Aires: fines del siglo XIX y principios del XX* (Buenos Aires: Teseo, 2017), 67.
- 42 Viola, *El blanqueamiento de la fuerza de trabajo en Santa Fé*, 53.
- 43 Francisco Sosa, *Experiencias y trayectorias de africanos esclavizados y sus descendientes en Paraná durante la abolición y posabolición de la esclavitud*. Tesis del Doctorado en Historia. Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires (2025).
- 44 *Ibid.*, 145.
- 45 *Ibid.*, 151-152.

- 46 Fátima Valenzuela, “La abolición de la esclavitud en Corrientes. Itinerarios y formas de vida de los esclavos liberados antes y después de 1854”, *Anuario Del Instituto de Historia Argentina* 22, n. 2, (2023): 19-20.
- 47 Viola, *El blanqueamiento de la fuerza de trabajo en Santa Fé*; Mitidieri, “Entre lavados y costuras...”.
- 48 Roland Barthes, “El efecto de realidad”, *Revista de Occidente*, n. 386-387, (2013): 210-219.
- 49 Mitidieri, “Entre lavados y costuras...”:123; Mitidieri, *Las trabajadoras de las ropas*, 84.
- 50 Peter Burke, *Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico* (Barcelona: Crítica, 2005).
- 51 Linda Nochlin, “El Oriente imaginario”, *Situar en la historia. Mujeres, arte y sociedad*, Ed. Linda Nochlin e Isabel Valverde (Madrid: Akal, 2020): 91.
- 52 Viviana Bartucci, “Imagen y espacio. Las lavanderas y la ciudad de Buenos Aires (ca. 1840-1920)”, *Épocas. Revista de Historia*, n. 10 (2014): 86-87.
- 53 Mitidieri, *Las trabajadoras de las ropas*, 80-81.
- 54 Verena Stolcke, “¿Es el sexo para el género lo que la raza para la etnicidad... y la naturaleza para la sociedad?”, *Política y Cultura*, n. 14, (2011): 27.

PARTE II

**TRABALHO, INSTITUIÇÕES
E VIOLÊNCIA POLÍTICA**

A trama sem fios: comunicação atlântica, trabalho e políticas na *Revista Telegráfica*. Argentina, 1914¹

Romina Caldera

Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales
Universidad Nacional de San Martín (UNSAM)

A telegrafia sem fios: da ilusão à guerra

Em 6 de abril de 1898, o oficial consular Belvise escrevia, a partir de Cardiff, uma carta ao então ministro de Relaciones Exteriores de la República Argentina, Amancio Alcorta. Seu objetivo era informá-lo sobre os experimentos que um jovem engenheiro italiano, Guglielmo Marconi, vinha realizando juntamente com seus pares na Inglaterra. Sua missiva tinha o título “Telegrafia através do espaço”. Nela, destacava que se tratava de uma das principais descobertas de 1897, porque permitia transmitir sinais sem a condução de fios, como se fazia até então. Depois de detalhar os princípios físicos do funcionamento dessas novas formas de comunicação telegráfica, os lugares em que haviam sido implementadas e seus principais resultados, concluía a carta observando que:

Não se pretende que, com este sistema, em seu estado presente os navios possam enviar mensagens à costa ou comunicar-se entre si, é eficaz para estabelecer comunicações entre a costa e os faróis e as ilhas ou sob condições semelhantes.²

No entanto, pouco mais de uma década depois, várias companhias de navegação em todo o mundo já contavam com contratos assinados com a companhia Marconi, sediada em Londres, que detinha a patente dos aparelhos radiotelegráficos. A empresa era responsável por fornecer os equipamentos que os navios transportavam e pelo treinamento do pessoal para operar os dispositivos que permitiam aos barcos comunicar-se entre si e enviar informações às estações costeiras.³

Na Argentina da transição do século XIX para o XX consolidavam-se grandes transformações econômicas, políticas e sociais que haviam se iniciado nas décadas anteriores. À consolidação do Estado nacional a partir de 1880 somou-se o crescimento populacional resultante das grandes migrações⁴ e o aumento das exportações de matérias-primas, que ainda mais assentaram as bases do modelo agroexportador.⁵ É por isso que as transformações econômicas concentraram-se especialmente na exploração de terras da região pampeana e basearam-se em uma rápida expansão do sistema de transporte. Em todo esse processo, o papel de um Estado cada vez mais robusto foi fundamental. Por meio de suas diferentes dependências, conduziu e impulsionou boa parte dessas obras, recorrendo ao investimento estrangeiro. Durante esse processo, a economia internacional também passava por mudanças importantes e atravessava um processo de integração que se estenderia até o estourar da Primeira Guerra Mundial, conflito que beneficiou o posicionamento da Argentina como exportadora de alimentos. Todas essas trocas comerciais sustentaram-se graças à expansão do navio a vapor que, com embarcações de maior velocidade, capacidade de carga e regularidade, reduziu os tempos do transporte marítimo, permitindo estabelecer regimes de maior previsibilidade ao comércio internacional.⁶

A atividade agroexportadora ampliou e complexificou o mercado de trabalho na cidade-porto de Buenos Aires. No início do século XX, as longas jornadas laborais e os baixos salários foram, em muitas ocasiões, fonte de alta conflitividade laboral. Os modos de organização e protesto operário foram múltiplos. Entre eles, os setores de transporte, como ferroviários, portuários e marítimos,⁷ ocuparam um papel central de disputa devido à sua posição estratégica no circuito agroexportador. A circulação de navios entre os portos europeus e americanos é um fenômeno histórico de longa duração que poderia ser traçado desde o período colonial. Em relação às rotas dos navios que se conectavam com Buenos Aires, um estudo recente revelou as entradas de embarcações no porto de Buenos Aires durante os primeiros meses de 1852, nas etapas iniciais da navegação a vapor. Ali demonstrou-se

que a quantidade de navios provenientes do Rio de Janeiro, tanto como origem quanto como escala, foi equivalente àqueles que chegavam de Cádiz. Esses foram os dois portos de ultramar, europeus e americanos, de onde provinham a maior parte das embarcações. Essa informação nos dá um indício da dinâmica de troca naval entre ambas as cidades portuárias sul-americanas e dos percursos de mobilidade no espaço Atlântico Sul-Americano.⁸

Embora essas rotas atlânticas tenham uma história complexa e particular que excede os limites deste texto, interessa recuperar a dimensão histórica desse espaço sobre o qual se construíram as trocas que transformaram rapidamente a sociedade argentina durante a virada do século. Os vapores que atravessaram o Atlântico conectaram regularmente os portos europeus e as capitais com os sul-americanos, como Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires, configurando um ambiente dinâmico caracterizado pela mobilidade, pelas trocas de informações, de bens comerciais, circuitos migratórios e trabalhadores.⁹

A demanda por informações sobre diversos aspectos da navegação, como rotas, conteúdo das cargas, tripulações ou possíveis eventualidades durante o trajeto, transformou-se em um insumo fundamental para o funcionamento do sistema agroexportador e da crescente atividade urbana. Nesse contexto, o telégrafo ocupou um lugar cada vez mais relevante. Desde a conexão ao cabo submarino em 1874, as comunicações foram se ampliando e, na década de 1910, já começava a se instalar o uso do telégrafo sem fios.

Existem destacadas pesquisas que estudaram o impacto do telégrafo na circulação de informações entre diversos pontos em escala global¹⁰ ou nas dimensões técnicas do processo.¹¹ Esses trabalhos ocuparam-se do impacto de notícias que ocorriam em geografias distantes na imprensa local entre o fim do século XIX e o início do XX. Este artigo propõe analisar uma publicação especializada: a *Revista Telegráfica*, que, entre muitos outros temas, aborda as questões laborais dos trabalhadores dessa atividade, especificamente durante o ano de 1914.

Esse recorte nos permite relevar problemas ligados à radiotelegrafia e seus contextos em seus primeiros anos de implementação. A análise situa-se especialmente no porto de Buenos Aires, mas com uma atenção especial aos navios que lá chegavam como ponto de destino ou de partida desde o chamado espaço Atlântico ou mesmo dos rios ou costas nacionais. Para isso, também consultamos documentação produzida pelo Estado Argentino, como compilações de antecedentes e leis concernentes à atividade telegráfica. Devido à atual situação de conservação da publicação, 1914 é o único ano

disponível, nesta etapa da pesquisa, para sua consulta correspondente ao nosso período de análise. No entanto, recuperaremos estudos prévios que tiveram acesso a números anteriores. Isso nos permite estabelecer, embora de modo parcial, algumas continuidades na agenda de temas e problemas abordados pela revista.

Em definitiva, este capítulo ocupa-se de determinados momentos de debate público registrados nas páginas da *Revista Telegráfica*, nas quais se expressam e tensionam os interesses do Estado nacional, dos trabalhadores do setor e dos especialistas, no contexto das rápidas transformações técnicas da comunicação e informação nos alvoreceres da Primeira Guerra Mundial. Em um primeiro momento, aborda-se a *Revista Telegráfica* como produto cultural e analisam-se alguns de seus temas de agenda. Em segundo momento, detém-se nas disposições regulatórias estatais acerca de quando e quem podia usar essas formas de transmissão informativa. Particularmente, ocupa-se das tensões políticas e questões de nacionalidade no início da Primeira Guerra Mundial e de como estas foram abordadas na *Revista Telegráfica*.

Informação sem fios em publicações de papel.

Os debates impressos em torno dos usos do telégrafo

Em maio de 1910, as autoridades nacionais da Argentina se preparavam para as festividades do centenário da Revolución de Mayo. Uma das convidadas ilustres era a infanta Isabel de Bourbon, tia do então monarca espanhol, Alfonso XIII. O vapor no qual viajou a representante da coroa espanhola fazia parte da frota da Compañía Transatlántica: o Alfonso XII. Esse navio foi o primeiro da empresa espanhola em que se realizaram despachos telegráficos sem fios, conhecidos como marconigramas.¹² Pouco depois de zarpar do porto de Cádiz, o marquês de Comillas recebeu um telegrama do capitão do navio informando que as condições da viagem eram normais e que a infanta desejava receber notícias de Madri. A pesquisa de Cruz e Piniella¹³ explica que, para então, o alcance da radiotelegrafia era limitado e incipiente. No entanto, todos os navios que contassem com dispositivos do sistema Marconi podiam estar comunicados. Os citados autores mencionam um interessante exemplo de um vapor italiano que, próximo à costa bonaerense, captou um telegrama enviado da Espanha com os resultados das eleições naquele país.

Imagens 1 e 2 – Capa e página 7 de “La Revista del Atlántico”, 1919.¹⁴



Em 1912, a Compañía Transatlántica começou a editar a chamada “La Revista del Atlántico” destinada aos passageiros durante as travessias. Contamos com um exemplar de 1919 que, embora posterior à nossa periodização, é relevante para situar alguns aspectos de sua proposta editorial em relação ao avanço da telegrafia sem fios. A própria publicação destacava na capa (Imagem 1) que oferecia notícias recebidas pela telegrafia sem fios. Este era um aspecto inovador e distintivo que permitia aos embarcados manterem-se comunicados com as notícias que aconteciam em terra durante a viagem. Na página 7 (Imagem 2) pode-se observar o cabeçalho para as notícias radiotelegráficas com o espaço em branco. Ali se explicava que a Compañía Transatlántica contava com um serviço da Compañía Internacional de Telegrafía sem fios exclusivo para seus vapores.

No início do século XX, a imprensa diária e as publicações periódicas haviam se expandido notavelmente nas cidades portuárias do Atlântico-Sul. A expansão da imprensa e a diversificação dos temas abordados faziam parte de um fenômeno regional que respondia a um notável crescimento do público e de seus interesses. Em Buenos Aires, existia um “mercado jornalístico diversificado”. A modernização da imprensa abria caminho com novos formatos jornalísticos. Esse crescimento se explica também pela existência de uma “massa de leitores ávida por notícias pertencentes a todas as faixas sociais”.¹⁵ Muitos haviam se incorporado à “cidade letrada” a partir do aumento da alfabetização e do ensino público.¹⁶

Por sua vez, no Rio de Janeiro, desde o fim do século XIX, os jornais comerciais incorporaram às suas páginas temas de interesse dos setores

trabalhadores, abrindo-se a um público mais amplo. Os donos de empresas jornalísticas, que até então representavam os interesses dos setores mais conservadores da capital da Primeira República, começaram a estabelecer novas negociações e acordos de leitura para captar um maior número de leitores. Essas estratégias baseavam-se em uma maior representatividade de vozes e sentidos, onde, por exemplo, as associações recreativas dos trabalhadores passaram a ter mais presença. Para 1920, o Rio de Janeiro contava com mais de 1.100.000 habitantes, dos quais 61,8% sabiam ler.¹⁷ O crescimento da população e das cidades foi acompanhado do aumento das publicações periódicas e da imprensa diária. Nelas refletiam-se distintos interesses de um público leitor cada vez mais interessado e diversificado. Estes nos falam de um campo de preocupações múltiplas que incluía desde os acontecimentos cotidianos, crônicas policiais, notícias internacionais até avanços técnicos. O dinamismo das mudanças sociais levou a que as publicações incorporassem novas seções.¹⁸

Na Argentina, em 1912, começava a ser editada a *Revista Telegráfica*. Sua particularidade reside no fato de se tratar de um produto cultural dedicado exclusivamente ao mundo do telégrafo. Constitui uma fonte histórica relevante para aproximar-nos, por um lado, dos impactos que a comunicação telegráfica estava produzindo a nível social, político e laboral. Por outro, do delineamento de um grupo interessado nesse campo que encontrava na publicação um espaço de expressão e intercâmbio.

Na capa da primeira edição (Imagem 3), representa-se uma figura feminina alada de pé sobre o globo terrestre e em suas mãos cabos expressando o domínio da eletricidade e do cabeamento telegráfico sobre o mundo. A utilização dessa imagem reforça a dimensão global do avanço tecnológico. No lado direito da composição aparecem ilustradas duas figuras fundamentais na história da telegrafia: Alessandro Volta e Samuel Morse, cujas contribuições científicas e técnicas foram decisivas para o desenvolvimento das comunicações modernas. Em seguida, a listagem dos colaboradores daquela edição. A revista esteve a cargo da família Arbó, que mais tarde contaria com sua própria editora dedicada à publicação de textos de difusão científica no campo da eletricidade, até seu último número em 2001.

Imagem 3 – Capa do primeiro exemplar da *Revista Telegráfica*, 15 de setembro de 1912.¹⁹



A *magazine* era uma publicação mensal e cobria temas relacionados com telegrafia, radiografia, telefonia e eletricidade em geral. O preço da assinatura era de \$4 por ano adiantado e cada número avulso tinha um valor de \$0,40.²⁰ Sua extensão aproximada era de 30 páginas, com fotografias. Na primeira página havia um sumário com os títulos de todas as notas que incluía o exemplar (Imagem 4).

Marina Rieznik releu e estudou os dois primeiros anos da publicação. Em seu estudo destacou que a *Revista Telegráfica* dedicava boa parte de suas páginas ao recrutamento e à formação de aspirantes a ocupar postos no serviço telegráfico nacional.²¹ Um insumo importante da informação que divulgava provinha de notas traduzidas do *Journal Telegraphique*.²² Nelas explicava-se como devia realizar-se a manutenção das linhas, os testes que se recomendavam aplicar e os materiais necessários para conduzir tais avaliações. Ademais, desde os primeiros números mencionavam-se os baixos salários dos trabalhadores telegráficos e, por conseguinte, o número de vagas não ocupadas ou, até mesmo, ocupadas por pessoas pouco qualificadas, com baixa formação científica.²³



Dois anos mais tarde, em 1914, a *Revista Telegráfica* ainda se ocupava do estado infraestrutural das linhas telegráficas na Argentina e realizava análises e recomendações sobre como evitar problemas que interrompessem as comunicações. Por exemplo, no início do inverno austral, em junho, publicou-se um artigo em que se alertava sobre a problemática das aranhas nos cabos. Os filamentos das teias eram arrastados pelo vento e se acumulavam nos cabos telegráficos, dificultando as conexões e provocando atrasos ou quedas do serviço. Existia um cargo dedicado ao cuidado das instalações, os guarda-fios. No entanto, dada a magnitude da rede e a escassez de pessoal, resultava impossível a limpeza dos cabos para evitar a acumulação do material obstrutor.²⁵

A revista realizava um acompanhamento das políticas públicas que afetavam em alguma medida a atividade. Ocupava um lugar importante na publicação a situação laboral dos trabalhadores telegráficos. Tal como assinalou Rieznik para os dois primeiros anos da revista, também durante 1914 sucediam-se as denúncias sobre as precárias condições laborais e baixos salários. Nos seguintes termos descrevia-se sua situação no marco do debate parlamentar pelo orçamento: “O pessoal de correios e telégrafos não é pessoal burocrático, mas sim o que mais trabalha e o mais escravo, o que mais sofre e o pior recompensado da administração nacional.”²⁶

Por sua vez, o título desta nota, que se repetiria em outras seções durante o ano, designava os trabalhadores como “Os Franciscanos do Orçamento”,²⁷

referindo-se ao seu caráter sacrificial por um serviço público central para o país que exige longas jornadas de trabalho. Rieznik, em seu citado artigo, destaca que esta complexa situação salarial era fonte de preocupação para os editores da revista porque, devido às péssimas condições de contratação, muitos poderiam deixar seus postos, o que poderia resultar na ausência de candidatos preparados para substituí-los e realizar corretamente o trabalho. A denúncia de um dos funcionários de Correios e Telégrafos no Congresso, sede do poder legislativo da Nação, dá conta da precariedade em primeira pessoa:

Se o pessoal de correios e telégrafos não pode gerir aumento de salário, sendo estes notoriamente ridículos e insuficientes para alimentar uma família; se as promoções são difíceis porque faltam postos minimamente remunerados e se descartamos por completo os reclamos coletivos por meios que a cultura do pessoal repudia, este optará por abandonar seus postos, como já o faz, à despeito da opinião de um senhor deputado que disse que no interior não se produzem vagas! Os postos desertados serão ocupados por pessoal incompetente porque o medianamente preparado não aceitará salários de vigilante, mas isso, o que importa? Que a Direção se vire. E assim passam os anos.²⁸

A continuidade nas menções às condições de trabalho, aos acompanhamentos do orçamento nacional e aos cortes da administração nacional durante todo o ano de 1914 evidencia a ausência de resolução desses conflitos. A linha da revista destaca o valor estratégico do saber dos trabalhadores dos Correios e Telégrafos para os interesses da Nação enquanto os contrapõe às escassas compensações que recebem por parte do Estado.

A pressão para evitar o déficit fiscal desde o ministério da Fazenda e as câmaras legislativas repercutia no orçamento nacional e com isso nos salários dos trabalhadores de correios e telégrafos. Desde os editoriais se destaca o compromisso dos trabalhadores em toda a escala hierárquica com o serviço público exercido e o quão injustamente são recompensados salarialmente. Assim, por exemplo, se expressavam em agosto de 1914 quando se discutia uma redução de salários para os trabalhadores estatais: “Muitas vezes temos demonstrado, nestas mesmas colunas, que, desde o diretor-geral até o último mensageiro que presta serviços em tão importante repartição, ganham salários miseráveis, a maioria, absolutamente insuficientes para poder comer e vestir-se decentemente.”²⁹

Mais uma vez, encontramos denúncias similares diante de medidas econômicas adotadas pelo governo nacional, que além disso repercutiam

na qualidade do serviço. Nesse sentido, a imprensa gráfica aparecia como setor afetado pelas interrupções nas comunicações telegráficas e questionava a atividade dos escritórios do setor.

A revista se posicionava em seus editoriais como interlocutora dos interesses dos trabalhadores do Telégrafo não só diante das autoridades governamentais, mas também diante da imprensa, defendendo seu compromisso e contextualizando os déficits do funcionamento no escasso orçamento destinado pelo Estado.³⁰ Define-se como parte integrante do campo das telecomunicações. Assim, no editorial publicado pelo terceiro ano da publicação reafirmava sua posição nesses termos: “Assinalamos os males de que padece nosso grêmio, serena e sistematicamente, procurando o melhor bem-estar material ao pessoal, para obter regularidade administrativa.”³¹ Como vemos, a publicação promulgava uma perspectiva de cooperação que integrava tanto os trabalhadores da imprensa quanto os do telégrafo, ressaltando o esforço compartilhado que implicava o desenvolvimento de suas tarefas.³² Desde suas páginas se promovia a necessidade de uma formação rigorosa e da mútua compreensão entre os ofícios, ao mesmo tempo em que se desencorajavam os conflitos abertos. Nesse sentido, a publicação assumia uma posição negociadora, orientada a sustentar a coesão do coletivo profissional.

Como vimos, a *Revista Telegráfica* se ocupava principalmente de defender os trabalhadores do serviço público de telégrafo. Denunciava de maneira recorrente os efeitos dos cortes orçamentários, que podiam incentivar a migração dos empregados mais qualificados para outros âmbitos. No entanto, os empregadores privados de telegrafistas, como as companhias ferroviárias, não ofereciam condições de trabalho mais favoráveis. A pesquisa de Florencia D’Uva sobre o trabalho de mulheres e menores nas ferrovias mostra que era habitual a incorporação de crianças e adolescentes nas estações de trem como telegrafistas, desempenhando tarefas sem remuneração e sob a justificativa de receber formação em um ofício. Do mesmo modo, essas funções recaíam com frequência em mulheres, que deviam enfrentar longas jornadas de trabalho, entre dez e doze horas diárias, com apenas um dia de descanso mensal, ao mesmo tempo em que assumiam outras tarefas vinculadas à manutenção da estação.³³ Ainda que este percurso não abranja todas as formas de contratação dos e das telegrafistas, permite advertir tensões e desigualdades em seu exercício laboral. Esses elementos complexificam a imagem de trabalhos destacados por sua inovação e sua contribuição à modernização acelerada das comunicações no período.

A formação de pessoal se encontrava entre outro dos grandes eixos da publicação. Em todos os seus números, podemos identificar artigos expositivos de explicações sobre as bases científicas do funcionamento dos aparelhos telegráficos e telefônicos. Por outro lado, se dedicam artigos à biografia de cientistas, principalmente físicos, que, com seus estudos precursores, lançaram as bases sobre as quais se apoia o funcionamento do sistema telegráfico. Existem outros consagrados a apresentar as novidades nas experimentações e avanços no campo a nível internacional. Nesse sentido, se destinavam seções a notícias sobre o uso do telégrafo no exterior, especialmente na Europa, nas revistas especializadas. Do mesmo modo, eram habituais as traduções de artigos publicados em revistas telegráficas europeias sobre novidades no campo.

A *Revista Telegráfica* exercia uma função pedagógica para seus leitores³⁴ e ressaltava a importância do estudo e da capacitação. Ainda que dedicasse boa parte de suas páginas às questões salariais, também incentivava a formação pessoal, o voluntarismo e o orgulho individual que residiam no conhecimento. Nessa direção, em um artigo publicado em março de 1914 se argumentava que: “Não esqueçamos o quanto podem a vontade e a perseverança; dediquemo-nos a ilustrar-nos, dando satisfação ao amor próprio, pessoal e racional, e não permitamos a que se diga que a inteligência se desenvolverá unicamente nos que recebem bem”.³⁵

É interessante como, ainda quando se articula como uma voz que reclama por melhores salários, sempre se argumenta em função dos conhecimentos dos trabalhadores especializados. O pessoal de telégrafos devia ter formação em física, geografia, aritmética, inclusive idiomas. Em outra seção habitual: “Técnica de trabalho”, a cargo de Alejandro Fournier,³⁶ se problematiza algum aspecto da cotidianidade da tarefa telegráfica. Esses registros nos permitem adentrar, ainda que parcialmente, nas experiências de trabalho. Um dos problemas assinalados é o da caligrafia na transcrição ou a localização de falhas no sistema e a interrupção. Nesses artigos se busca instruir no modo da adequada implementação da tarefa em questão. Por exemplo, quando o telegrafista não compreende as palavras enviadas por falta de conhecimentos prévios de idiomas estrangeiros ou nomes de estações. O redator do artigo considera que:

Não estaria demais que se desse, de tempo em tempo, uma revisão geral à lista de escritórios, escrevendo os nomes que se considerem mais difíceis de reter com sua correta ortografia. Com as mensagens em francês, inglês e alemão passa necessariamente o mesmo. Recomenda-se, para

familiarizar-se um tanto com a estrutura das palavras dos três idiomas citados, levar na carteira recortes de jornais de cada língua para praticá-los no manipulador nos momentos desocupados.³⁷

Esses são alguns casos da direção que se pretendia impor aos trabalhadores e aspirantes sobre sua formação e ética laboral, destacando o valor individual no marco de contribuição a um serviço público, que legitima o sacrifício da formação e os baixos salários.

Neste percurso por alguns momentos do ano de 1914, detivemo-nos em questões das condições de trabalho dos telegrafistas em terra. Por sua vez, a radiotelegrafia avançava lentamente não isenta de contradições. A telegrafia sem fios e seus princípios básicos também ocuparam um lugar destacado na revista. Em setembro de 1913, havia sido sancionada no Congresso a Lei 9127 sobre a regulação estatal das comunicações radiotelegráficas. A norma, além disso, exigia que todas as embarcações com mais de 50 tripulantes estivessem equipadas com um aparelho radiotelegráfico. Por sua vez, deviam ser construídas estações receptoras nas costas do território nacional. Isso gerou tensões entre o ministério da Marinha e do Interior e inconvenientes nas comunicações entre navios que circulavam no Atlântico Sul-Americano. Do mesmo modo, o estalido da Primeira Guerra Mundial e a declarada neutralidade da Argentina tensionaram ainda mais as comunicações entre os navios e as estações e quem exercia o controle desses intercâmbios de informação.

Na próxima seção vamos nos deter nas discussões em torno da aplicação da lei, das autoridades intervenientes e dos limites das autoridades por controlar um fluxo informativo que as ondas de rádio telegráficas, das quais falava o citado oficial consular no começo deste texto, já estavam habilitando.

Regulações políticas e tensões em um novo mundo do trabalho

Ao longo das jornadas do debate parlamentar pela Lei 9127 foram colocadas em questão várias preocupações dos representantes legislativos. A primeira, o controle estatal sobre a informação e a segurança e quem deveria ser o encarregado dessa regulação. Durante as sessões parlamentares se consensuou a importância de que o controle dessas comunicações fosse exercido pelo Estado nacional. Assim o declarava o deputado Etchecopar: “A radiotelegrafia está considerada hoje, em todas as partes, como um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento do comércio, para a segurança das nações e para facilitar o auxílio em casos de naufrágio (...).

É uma tendência generalizada em todas as nações a de monopolizar o serviço radiotelegráfico dentro do território de seus estados.”³⁸

A postura representada nessa declaração é a que terminou se impondo. A maioria dos representantes legislativos apoiou o controle das comunicações radiotelegráficas por parte do Estado. Considerava-se que as empresas privadas não prestavam um serviço adequado e que até o momento o Estado nacional havia sido o ator mais competente no controle das linhas telegráficas em terra e de sua atividade associada à gestão de correios.

Em maio de 1914, na *Revista Telegráfica*, tratava-se o tema da tensão entre o ministério da Marinha e do Interior pelo controle da radiotelegrafia. Em momentos em que o prazo estabelecido pela Lei 9127 para que as embarcações contassem com os aparelhos instalados: “As empresas manifestam dúvidas mais ou menos maliciosas, formulam consultas que sabem onde apresentar, e a lei não se cumpre”.³⁹ O artigo 4 da lei estabelecia um prazo de 90 dias depois da aprovação para que todos os navios que entrassem ou saíssem de portos argentinos com mais de 50 pessoas, incluídos passageiros e tripulantes, contassem com um aparelho de telegrafia sem fios funcionando corretamente.⁴⁰ No entanto, em julho de 1914, o estalido da Primeira Guerra Mundial tensionou as tentativas de aplicar a legislação na matéria e os interesses privados das empresas no marco dos potenciais usos da informação que se transmitia pelo telégrafo. À luz dessas preocupações, vamos nos deter em um caso que envolve a presença de radiotelegrafistas alemães a bordo de uma embarcação em águas argentinas. As decisões adotadas pelo Estado argentino nesse contexto nos permitem expor a relevância estratégica da radiotelegrafia no marco do conflito bélico.

Em dezembro de 1914, a Prefectura General de Puertos detectou que a bordo do barco Presidente Quintana em direção à Costa Sul viajavam dois radiotelegrafistas de nacionalidade alemã que não haviam sido declarados nem como tripulantes nem como passageiros. No entanto, as autoridades da embarcação lhes haviam permitido o ingresso à sala de comunicações. Do mesmo modo, o radiotelegrafista de nacionalidade argentina que exercia o papel oficial no navio havia sido afastado por disposição da empresa alemã Telefunken. Dita companhia controlava os sistemas de comunicação da embarcação que, ainda que pertencessem à marinha nacional, também faziam parte de uma empresa cujo diretório residia em uma das nações beligerantes. Pouco tempo antes, as autoridades também detectaram que, em outro navio da mesma companhia, o Cabo Corrientes, haviam sido extraídos aparelhos radiotelegráficos a fim de enviá-los à Alemanha para

sua reparação, segundo havia informado a empresa. Esse incidente levou o Poder Executivo a implementar medidas severas. Decidiu-se clausurar o uso das estações radiotelegráficas nos navios de bandeira nacional que realizassem percurso de cabotagem, ou seja, no interior do território nacional. Se o ministério da Marinha considerasse necessário, poderia dispor a presença de um oficial da armada a bordo dos navios. Parece-nos relevante compartilhar os fundamentos da medida, apesar de sua extensão, para compreender a periculosidade que representava para o Estado argentino o incidente. A letra da disposição narrava que:

Que os fatos comprovados se deduzem fundadas suspeitas de que possam estar servindo as instalações radiográficas de navios com bandeira argentina para cooperar no serviço de informações das nações que se encontram em estado de guerra, recebendo ou retransmitindo notícias de ou para os navios beligerantes que sulcam as águas do Atlântico-Sul; [...] Que não é possível deixar o serviço radiotelegráfico desses navios, que complementam o serviço radiotelegráfico da Nação, em condições que podem, pelo mau uso que se faça deles, comprometer a seriedade e imparcialidade do Governo Argentino; não podendo por outra parte suprimir de bordo esse serviço porque uma Lei Nacional o prescreve para segurança da navegação e dos passageiros que conduzam tratando-se de atos que podem afetar as boas relações da Nação com os países amigos em virtude da neutralidade declarada.⁴¹

Como vemos, a neutralidade da Argentina em tempos de guerra mundial podia se ver comprometida caso efetivamente estivesse transmitindo informação que beneficiasse alguma das nações beligerantes desde seu território nacional. Ainda que se trate de um caso pontual, embora seja possível que tenham existido outros dos quais ainda não temos registro, resulta revelador para dar conta do grau de integração das comunicações globais e das consequências concretas que poderiam ter nesse contexto bélico.⁴² Uma embarcação que se dirigia ao sul argentino podia comprometer a posição do país e envolvê-lo em um conflito armado? Nesse caso, conjugaram-se interesses de empresas privadas com a potencialidade da tecnologia comunicacional e de trabalhadores capacitados para implementá-la com a soberania de um Estado que antes de tudo defendia sua neutralidade no marco de uma ordem mundial que se estava redefinindo no campo de batalha.

Nessa ocasião, a *Revista Telegráfica*, em seu habitual editorial, manifestou sua preocupação pela impossibilidade de que aparelhos desligados pudessem responder a chamadas de socorro. No entanto, avalizava o critério

de nacionalidade para os usos desses dispositivos. Em tempos de guerra, a questão da nacionalidade no controle das comunicações era um problema central para os dirigentes.

Nesse mesmo ano, outra controvérsia sobre os usos da telegrafia sem fios por parte de privados havia sido colocada entre a imprensa comercial e a *Revista Telegráfica*. Em novembro de 1914, em uma coluna de opinião, retomou-se um debate colocado na imprensa comercial da cidade sobre o uso radiotelegráfico privado. Para então, a radiotelegrafia havia alcançado âmbitos privados de aficionados que podiam captar informação. Isso constituía um problema para as autoridades que proibiam o uso livre ou a realização de experimentos nesse campo sem autorização do ministério do Interior, segundo a Ley de Correos y Telégrafos de 1875. O colunista aprovava o controle governamental nestes termos:

A lei não proíbe, nem podem proibir as autoridades, que qualquer habitante tenha em sua casa um ou dez aparelhos transmissores ou receptores de “qualquer sistema”, mas sim proíbe em virtude de uma das razões que se vinculam estreitamente com os interesses gerais, a violação do segredo telegráfico (artigo 51 da Ley de Telégrafos Nacionales) e este não só pode violar-se interceptando uma comunicação alâmbrica, senão também quando por meio de uma instalação radiotelegráfica “receptora de notícias” se está habilitado para impor-se de todas as comunicações que se cruzam pelo éter.⁴³

Essa polêmica expressada na revista apresenta um indício interessante em torno da expansão desses dispositivos, seus alcances, as tentativas de controle das autoridades e o interesse por acessar à informação por parte dos cidadãos. Do mesmo modo, nos fala da acelerada transformação nos usos e apropriações dos aparelhos telegráficos. Desde as redes elétricas que levaram as empresas ferroviárias e a conexão ao mundo com cabo transatlântico nos anos 1870 até os aparelhos que funcionam por ondas de rádio no começo da Primeira Guerra Mundial. Esse percurso nos permitiu aproximar-nos de determinadas problemáticas a partir do uso e dos interesses políticos e econômicos em constante mudança em torno da telegrafia. Como vimos, em 1914 encontrava-se já instalada não só em navios mercantes, com fins comerciais e de segurança, senão em domicílios e oficinas onde podiam facilitar intercâmbios de notícias e informações privadas, tensionando as leis vigentes que perseguiram o segredo de qualquer despacho telegráfico.

Conclusões

Este capítulo propôs uma aproximação ao estudo da telegrafia e da radiotelegrafia no espaço atlântico situando-se na cidade portuária de Buenos Aires, prestando especial atenção ao seu vínculo com os mundos do trabalho marítimo nos anos anteriores e durante os primeiros momentos da Primeira Guerra Mundial. Por meio da análise da *Revista Telegráfica*, e de certas intervenções estatais e debates públicos, buscou-se demonstrar que a incorporação dessa tecnologia não apenas respondeu a necessidades comerciais ou de modernização, mas também reconfigurou relações laborais, estratégias de controle e formas de soberania.

O Estado argentino tinha sob seu controle o serviço telegráfico e a contratação de seus trabalhadores desde a sanção da Lei 750½ em 1875. No entanto, ainda em 1914 estes enfrentavam situações de trabalho precárias, com baixos salários e longas jornadas. A contínua necessidade de cortes orçamentários por parte do Estado recaía frequentemente sobre essa dependência. A *Revista Telegráfica* tornou-se um articulador das reivindicações dos trabalhadores do setor perante o Estado, enquanto promovia a formação, apelando à notabilidade da tarefa como serviço público. O surgimento e a continuidade dessa publicação até o fim do século XX, além das mudanças tecnológicas, nos permite pensar na existência de um campo de interesses sociais ligados aos usos e à implementação da telegrafia em diferentes âmbitos.

Em um segundo momento, a partir do caso de radiotelegrafistas estrangeiros a bordo de embarcações em águas nacionais no contexto da neutralidade argentina durante a Primeira Guerra Mundial, publicado pela *Revista Telegráfica*, permitiu-nos aproximar das tensões nacionais em torno dos usos do telégrafo. O Atlântico-Sul, embora geograficamente distante das frentes de batalha europeias, tornou-se um espaço estratégico onde se dirimiam aspectos-chave do conflito mundial: o comércio, a informação e a mobilidade. Nesse marco, a radiotelegrafia converteu-se em uma tecnologia ambígua: ao mesmo tempo que ampliava as capacidades comunicacionais dos navios e facilitava novas formas de circulação de notícias, também gerava suspeitas, tensões legais e até conflitos diplomáticos. A capacidade dos navios de transmitir mensagens de forma autônoma colocava em questão as capacidades do Estado argentino de controlar o que ocorria em seu espaço marítimo. A vigilância sobre esses sistemas, os debates em torno de a qual ministério correspondia sua regulação e a crescente necessidade de formar operadores qualificados dão conta de como essa inovação técnica ingressou

na agenda pública e estatal. Do mesmo modo, neste marco, um crescente número de aficionados que contavam com aparelhos de recepção em seu âmbito privado gerou uma forte polêmica. A mencionada Lei 750½ consagra o segredo telegráfico. A impossibilidade de controlar quem poderia interceptar mensagens tornava impossível assegurá-lo. Por isso, gerou-se uma nova frente de problemas para as autoridades na hora de controlar a difusão da informação.

Desde uma perspectiva mais ampla, a radiotelegrafia mostra como uma tecnologia global, desenvolvida e difundida no marco de empresas e redes internacionais, adquiriu significados específicos em contextos locais como o argentino. Por um lado, pelos problemas orçamentários para sustentar o serviço e trabalhadores capacitados e bem pagos. Por outro, particularmente durante o início da Primeira Guerra Mundial, a neutralidade não foi apenas uma decisão de política exterior, senão também um desafio cotidiano que envolveu decisões concretas sobre quais navios vigiar, quais operadores permitir, quais mensagens autorizar e como sustentar uma posição de não beligerância em um cenário crescentemente interrelacionado.

Neste cruzamento entre o global e o local, o técnico e o político, o estatal e o subalterno, inscreve-se a figura do operador radiotelegráfico, e, com ela, novas perguntas sobre soberania, trabalho e comunicação em um mundo que enfrentava fortes mudanças no início do século XX.

Notas

- 1  Este capítulo foi realizado com o apoio financeiro do projeto “PortADa. Port Arrivals Data. Automatic data collection for a large-scale comparative history of 19th century shipping: a Digital Humanities approach to maritime heritage”, no âmbito do programa da União Europeia HORIZON-MSCA-2022-SE-01-01, Projeto nº 101129889.
Financiado por la Unión Europea
- 2 Archivo General de la Nación (AGN), Fondo Correos y Telégrafos, caja 4, Mesa de Entradas, Ministerio del Interior.
- 3 Joaquín Cruz González e Francisco Piniella Corbacho, “Los comienzos del oficial radio-telegrafista marítimo en España,” *Llull* 38, n. 82 (2015): 259–290.
- 4 Recorrendo às informações dos três primeiros Censos Nacionais, sabemos que: em 1869, residiam na Argentina 220.000 estrangeiros, que representam 12,1% da população total. Em 1895, 1.004.525, 25,4% da população e, em 1914, 29,9% da população era estrangeira, com um total de 2.357.952 habitantes. Vanina Edit Modolo, “Análisis histórico-demográfico de la inmigración en la Argentina del Centenario al Bicentenario,” *Papeles de Población* 22, n. 89 (julio-septiembre 2016): 199–232.
- 5 As exportações passaram de representar, para o comércio exterior argentino, 47,6 milhões de pesos ouro no quinquênio de 1876-1880 a 409,5 milhões de pesos ouro entre 1911 e 1914. Roy Hora, *Historia económica de la Argentina en el siglo XIX* (Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010), 183.
- 6 *Ibid.*
- 7 Laura Gabriela Caruso e Gustavo Nicolás Contreras, “Constelaciones gremiales en el mundo marítimo argentin. La Federación Obrera Marítima y el Centro de Capitanes de Ultramar (1924-1934),” *Archivos. Revista de historia del movimiento obrero y la izquierda*, año XL, n. 22 (marzo-agosto 2023): 19–39.
- 8 Maximiliano Camarda, José Mateo, Agustín Nieto e Laura Caruso, “Arribos de embarcaciones en el puerto de Buenos Aires a mediados del siglo XIX: El potencial de The British Packet and Argentine News. Un ensayo metodológico,” *Ejes de Economía y Sociedad* 8, n. 15 (2024). Realizado no âmbito do Proyecto Portada: Port Arrivals Data. Marie Skłodowska-Curie Actions (Ref. 101129889).
- 9 Diego Galeano, *Delincuentes, viajeros, estafadores, punquistas y policías en el Atlántico sudamericano* (Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2018).
- 10 Para conhecer o processo de integração da Argentina ao cabo transatlântico, a presença das agências de notícias internacionais e seu impacto na imprensa, ver: Lila Caimari, “Noticias del mundo. Los diarios de Buenos Aires en la era del cable submarino (1866-1900),” *Hispanic American Historical Review* 96, n. 4 (2016): 607–640. Sobre a circulação de notícias internacionais de grande impacto durante o século XIX, como a Comuna de Paris, ver: Martín Albornoz e Claudia Román, “Los tres tiempos de la Comuna de París en Buenos Aires,” *Prismas. Revista de Historia Intelectual* 25 (2021): 159–169. A presença, na agenda jornalística, de informações sobre a guerra de independência cubana: Lila Caimari, “A cada uno lo que es propio: Vanguardia periodística y cobertura global en los diarios de Buenos Aires a fines del siglo XIX,” *Prismas. Revista de Historia Intelectual* 25 (2021): 179–186. Para a década de 1920, um caso de relevância internacional e suas leituras na imprensa argentina foi trabalhado por Luciana Anapio, “Los perseguidos por la justicia. El caso Sacco y Vanzetti en la construcción de una opinión pública sensible en Buenos Aires,” em *Buenos Aires mundializada. Prensa periódica y*

- momentos globales en la esfera pública porteña (1870-1940)* (Bernal: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2023).
- 11 Cruz González e Piniella Corbacho. “Los comienzos del oficial”, 259-290.
 - 12 *Ibid.*, 267.
 - 13 *Ibid.*, 269.
 - 14 La Revista del Atlántico, año VII, n. 40, 7 de agosto de 1919, Fondo Pérez y Cía. En Contenidos Digitalizados Universidad de Cantabria.
 - 15 Sylvia Saítta, *Regueros de tinta: el diario Crítica en la década de 1920* (Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013), 33.
 - 16 *Ibid.*
 - 17 Leonardo Affonso de Miranda Pereira, “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”, *História* (São Paulo) 35 (2016): 1-4.
 - 18 É o caso da revista *Caras y Caretas*, que incorporou a seção “Radio” durante a década de 1930. Nela, produziram-se diálogos cada vez mais amplos entre o meio impresso e o radiofônico, evidenciando a importância que este último tinha para o público. O tema foi estudado por Paula Martínez Almudevar, “Entre el acercamiento y la desconfianza. La radio en la revista *Caras y Caretas* en la década de 1930”, *Anuario del Instituto de Historia Argentina* 21, n. 1 (2021): e136.
 - 19 *Revista Telegráfica*, 15 de septiembre de 1912. Radio Club Argentino.
 - 20 Como referência, sabemos que, em 1905, o salário de um trabalhador não especializado era de \$1 por dia, portanto a compra de um exemplar avulso equivaleria a quase metade de um jornal. Informação recuperada de James Scobie, *Buenos Aires: Del centro a los barrios, 1870 a 1910* (Buenos Aires: Ediciones Solar, 1977), 174.
 - 21 Marina Rieznik, “Velocidad telegráfica y coordinación horaria en la Argentina (1875-1913)”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, n. 40 (junio 2014).
 - 22 Publicação do Bureau International des Administrations Télégraphiques, feita em Berna desde novembro de 1869. Recuperado de Gallica, Bibliothèque Nationale de France.
 - 23 Rieznik Marina, “Velocidad telegráfica y coordinación horaria en la Argentina (1875-1913)”, 52.
 - 24 *Revista Telegráfica*, 15 de enero de 1914, n. 17, año II, 2.
 - 25 Eduardo Holmberg, “Babas del Diablo,” *Revista Telegráfica*, n. 22, año 2 (15 de junio de 1914): 121-122.
 - 26 *Revista Telegráfica*, 15 de enero de 1914, n. 17, año II.
 - 27 *Ibid.*, 2.
 - 28 *Ibid.*, 3.
 - 29 *Revista Telegráfica*, “Rebaja de Sueldos!”, n. 24, año 2 (20 de agosto de 1914): 169.
 - 30 *Revista Telegráfica*, “Un año más”, n. 25, año III (20 de septiembre de 1914): 191-192.
 - 31 *Ibid.*: 191.
 - 32 Nesse sentido, destacamos a saudação final do editorial, em que sustentaram: “Ao iniciar nosso terceiro ano de vida, vá nossa saudação entusiástica aos camaradas do telégrafo e da imprensa.” *Ibid.*, 192.

- 33 Florencia D'Uva, "Los trabajos de mujeres y menores en los ferrocarriles de la Argentina a comienzos del siglo XX," *Trashumante. Revista Americana de Historia Social* 18 (2021): 149-153.
- 34 O leitor ideal prefigurado pela revista era especialmente o telegrafista. Podemos inferi-lo a partir deste parágrafo com o qual se encerrava o n. 18: "Nossos amigos do interior fariam obra boa convidando os novos chefes de escritório e os telegrafistas recentemente nomeados a se tornarem assinantes da REVISTA TELEGRÁFICA (sic). O mesmo poderia ser feito com aqueles antigos companheiros que ainda não figuram em nossas listas. Seria hora de que o pessoal se conscientizasse da importância que para ele tem a leitura e o estudo de uma revista eminentemente técnica e instrutiva como a nossa e que tão pouco sacrifício lhes exige". Em "Novos assinantes", *Revista Telegráfica*, año II, n. 18 (15 de febrero de 1914), 48.
- 35 *Revista Telegráfica*, "Estudiemos", n. 19, año II (15 de marzo de 1914): 56.
- 36 Nem todas as notas estavam assinadas. Durante 1914, "Técnica de trabalho" foi publicada em janeiro e março, em ambas as ocasiões assinadas por Alejandro Fournier. Pareceria tratar-se de colaborações esporádicas de especialistas, vinculados ao serviço de Telégrafos Nacionales. Por exemplo, outra seção habitual, "Momento Telegráfico", foi publicada assinada por Ricardo López. Na Imagem 2, capa da primeira edição, aparece seu nome e cargo na lista de colaboradores. Não assim, o de Alejandro Fournier, que parece ter sido incorporado em edições posteriores.
- 37 *Revista Telegráfica*, "Técnica del Trabajo", n. 17, año II (15 de enero de 1914): 8.
- 38 Cámara de Diputados de la Nación Argentina, 38ª reunión, continuación de la sexta reunión ordinaria, 11 de agosto de 1913.
- 39 *Revista Telegráfica*, "El Servicio Radiotelegráfico en la República Argentina y en Francia", n. 21, año II (15 de mayo de 1914): 104.
- 40 Ley 9127, Art. 4.: Exclusividad del Estado en la prestación del Servicio Radiotelegráfico, 16 de septiembre de 1913.
- 41 Orden General 214, 10 de diciembre de 1914, Comisión de Organización de la Marina Mercante, "Recopilación de Antecedentes que Interesan a la Marina Mercante y Policía Marítima", Tomo V (1937): 120-121.
- 42 Essas restrições se estenderão até outubro de 1919, quando, com o fim da guerra, o governo do então presidente Yrigoyen decreta a suspensão das restrições e destaca a importância da normalização do serviço radiotelegráfico público na marinha mercante. *Ibid.*, 185.
- 43 Fernando Selucchi, "La Radiotelegrafía y las medidas gubernativas", *Revista Telegráfica*, n. 27, año III (20 de noviembre de 1914): 256.

A violência política em cena: o crime do tenente-coronel Varela e do anarquista Wilckens na Argentina de 1923¹

Bruno Elviretti

Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS)

Após a Primeira Guerra Mundial, os preços da produção primária caíram drasticamente, o que afetou em grande parte a Argentina. Assim, por volta de 1920 vivia-se na Patagônia um clima de violência que recaía sobre os trabalhadores rurais, os quais se encontravam vinculados à Federación Obrera Regional Argentina (FORA). Obras como as de Marta Bonaudo e Susana Bandieri descrevem com precisão os conflitos que se disputavam naquela época no sul do país, principalmente nas províncias de Chubut e Santa Cruz. Esses trabalhadores haviam iniciado uma greve devido ao fato de suas reivindicações sobre melhores condições laborais não terem sido ouvidas pelos latifundiários e proprietários das terras. De fato, as autoras caracterizam a situação em que se contextualiza a luta, já que os trabalhadores desempenhavam suas tarefas por “16 horas diárias (...) com temperaturas de 18° abaixo de zero (...) com comida péssima, sem atendimento sanitário e com um uso generalizado de vales como meio de pagamento”.²

Com as reivindicações dos trabalhadores e o início das greves diante da inação dos patrões, a repressão militar não se fez esperar, sobretudo com a chegada ao comando do tenente-coronel Héctor Benigno Varela. Enviado pelo Poder Executivo, os enfrentamentos e massacres se intensificaram,

acabando assim, em 1922, com a greve daqueles trabalhadores que reclamavam por seus direitos, deixando um enorme derramamento de sangue. Uma vez regressado a Buenos Aires, o coronel foi recebido como herói, principalmente pela Liga Patriótica Argentina (LPA), uma organização de direita que havia orquestrado celebrações para enaltecer Varela. Contudo, o caso da Patagônia³ foi acompanhado pelos jornais por um anarquista alemão, que acabaria com a vida do militar em 25 de janeiro de 1923, como uma reivindicação em defesa dos trabalhadores assassinados no sul.

Esse crime, por sua vez, derivou em outro assassinato: o do próprio militante anarquista. Ele foi levado a cabo na madrugada de 16 de junho daquele ano em sua cela na Prisão Nacional localizada na cidade de Buenos Aires. Seu executor foi um membro do exército chamado Jorge Ernesto Pérez Millán Témperey e suscitou uma série de repercussões que se plasmaram nos dias subsequentes, pois não apenas foi objeto de interpretações e discussões públicas nas páginas da imprensa comercial e de esquerda, mas também provocou consequências concretas: gerou intensa mobilização dos sindicatos anarquistas diante do que concebiam como um assédio dos setores de direita respaldados pelo governo. Por quatro dias consecutivos, as ruas da cidade de Buenos Aires, principalmente, mas também as de Rosário e Córdoba, se viram repletas de trabalhadores protestando, e os vizinhos tornaram-se testemunhas da indignação gerada por esse novo crime na saga que começou em janeiro daquele ano.

O movimento anarquista não apenas denunciou, nas páginas de seus principais jornais, as afrontas da extrema-direita, como também recorreu a uma de suas premissas mais relevantes: a militância de urgência e a ação direta.⁴ Após a notícia do assassinato, os sindicatos anarquistas consideraram que a situação era suficientemente grave para não se expressar apenas por escrito. Ativou-se, assim, uma rápida série de conversas que convergiram em uma greve geral espontânea, a qual se desenrolou entre 17 e 21 de junho de 1923. Assim, o assassinato de Wilckens provocou rápida mobilização que, embora intensa e temporariamente limitada, permitiu aos anarquistas ocupar o espaço público, redobrar as críticas ao radicalismo e denunciar uma ofensiva dos grupos de direita, ao mesmo tempo em que convocava os trabalhadores simpatizantes das ideias de esquerda. Não obstante, proliferaram divisões entre os sindicatos sobre o que deveria ser feito de acordo com as divisões que marcavam o movimento anarquista da década de 1920: se chamar a uma paralisação geral por tempo indefinido, ou simplesmente homenagear o ácrata com manifestações públicas.

Além disso, é necessário sublinhar que, embora utilizemos essas fontes jornalísticas para reconstruir os crimes e recuperar as vozes que ali aparecem, também nos interessa recuperar seu papel como ator protagonista nos debates políticos durante os anos 20 do século passado. Sua importância na modernização estatal e na mudança de época reside na massividade e no acesso da população a esse meio informativo. Além disso, seu caráter “espetacular”, sobretudo com a incorporação e utilização de imagens, o tornava ainda mais atraente ao público espectador que o consumia.⁵ Por outro lado, no que diz respeito à imprensa anarquista em particular, esta era dirigida a seus próprios militantes, mas também aos trabalhadores em geral, pois também modernizaram sua gráfica e suas formas de comunicar através do jornal.⁶ Embora cada diário perseguisse objetivos distintos, o certo é que, com o assassinato de Wilckens, tanto *La Antorcha* quanto *La Protesta* – principais jornais anarquistas da época e aqui analisados – mantiveram unidos os ideais em prol de reclamar justiça, como costumava acontecer em casos tão repercutentes quanto esse.⁷

Vale mencionar que neste capítulo nos interessa recuperar o marco de discussão em torno da permanência da violência política durante as primeiras décadas do século passado. Por um lado, a obra de Francis Korn e Luis Alberto Romero⁸ reúne distintos trabalhos que sustentam que a transição dos governos oligárquicos para os democráticos (incluindo os golpes de 1930 e 1943) foi um processo marcado pela estabilidade e por uma “silenciosa transformação” da sociedade. Segundo essa interpretação, houve diminuição na intensidade dos protestos que se deveu ao crescimento do Estado, o qual havia gerado novos canais institucionais para a expressão de demandas sociais. Ademais, argumentam que a bonança econômica favoreceu o bem-estar social e o desenvolvimento industrial, tornando o país um destino atraente para imigrantes europeus, que se incorporavam a uma sociedade já integrada e em pleno processo de modernização.

Entretanto, outros trabalhos colocaram o foco na dimensão da violência que persistia durante aqueles anos e que não diminuiu com a abertura de novos canais de discussão nem com a chegada do voto democrático. Nesse sentido, as contribuições de Marianne González Alemán⁹ são chave para estudar a violência política na Argentina durante o período que nos interessa, pois suas pesquisas destacam como o conflito de rua teve vinculação política. Ou seja, intimidações, agitações e confrontos ocorriam por divergências políticas e sempre surgiam em defesa dos interesses de cada ideologia, seja anarquista, socialista, comunista, radical ou de direita.

Por outro lado, é importante compreender, para estudar a permanência do anarquismo durante os anos 20 do século passado, de que maneira se desenvolviam os vínculos regionais do movimento ácrata latino-americano. Ivanna Margarucci¹⁰ aproxima-se dos estudos do anarquismo desde uma perspectiva transnacional e argumenta que, desde os últimos anos, é possível apreciar uma mudança em torno dessa problemática, assegurando que os impactos sociais repercutiam nessa ideologia em nível regional. O exercício de observar além da própria localização é interessante, pois não apenas mostra a heterogeneidade de olhares e perspectivas, como também permite vislumbrar as formas em que circulavam os objetos, leis, pessoas e ideias.¹¹

Tal é o caso do crime de Wilckens, no qual jornais anarquistas como *A Plebe* em São Paulo ecoaram seu assassinato e instaram seus leitores a se mobilizarem naquela cidade brasileira para reclamar justiça. Vale mencionar que um exame superficial e ainda incipiente desse diário nos fornece as primeiras chaves de análise para compreender como a violência política e as problemáticas sociais tinham repercussões na região. Em outras palavras, o caso repercutiu não apenas nas principais cidades da Argentina, mas também em outras como São Paulo (Brasil); e, com isso, também podemos elucidar como se dirimiam os conflitos em ambas as nações, pois o protesto paulista também foi duramente reprimido pela polícia. Assim, é interessante abrir questionamentos a partir desse caso para, futuramente, realizar uma análise mais detalhada e profunda sobre a comparação das coberturas jornalísticas e diálogos entre as esquerdas da região, assim como a repercussão de outros casos violentos ocorridos durante as primeiras décadas do século XX. E, sobretudo, levando em conta as particularidades do jornalismo comercial e anarquista brasileiro de 1920, já que os primeiros se sustentavam graças às propagandas e anúncios pagos, além das vendas a um público maior,¹² enquanto os segundos dependiam exclusivamente das contribuições dos militantes, somando-se a isso a repressão, o fechamento e a censura de seus locais e gráficas.¹³

Dessa forma, no presente capítulo pretendemos lançar luz sobre dois pontos principais: em primeiro lugar, as formas em que se desenvolveram as exéquias do tenente-coronel Varela, assim como as repercussões de seu assassinato em janeiro de 1923 e as vozes que se pronunciaram sobre isso; e, em segundo lugar, interessa-nos tomar de forma comparativa a reação popular em torno do crime de Wilckens em junho do mesmo ano para explorar o rápido desenvolvimento da greve através dos sindicatos operários anarquistas, demonstrando também a permanência do movimento ácrata nesses anos. Nesse sentido, por meio da análise das fontes selecionadas e da concentração

nas problemáticas sociais que afetavam a população da época – Lei de residência, Lei de pena de morte, formas de dirimir conflitos etc. –, no presente capítulo buscamos demonstrar que os conflitos sociais e políticos recorreram à violência política durante os anos 1920 para resolver disputas, afastando-nos da literatura que afirma que aquela década foi de transformações pacíficas.

Impressões da violência: a imprensa comercial e de esquerda sobre o crime de Varela

O atentado contra o tenente-coronel Héctor Benigno Varela ocorreu na manhã de 25 de janeiro de 1923, nas proximidades de sua residência na rua Fitz Roy, na cidade de Buenos Aires. Como mencionamos, ele havia sido o responsável pela execução dos massacres na Patagônia entre o fim de 1920 e o início de 1922, no episódio conhecido como a Patagonia Rebelde. O militar saía de sua residência e se dirigia à Escuela de Caballería, da qual era diretor. A poucos metros, foi interceptado pelo anarquista de origem alemã, residente na Argentina há alguns anos, que lançou uma bomba caseira contra ele. A explosão atingiu ambos: Varela ficou incapacitado de se defender, e o ácrata sofreu um ferimento na perna causado por estilhaços, impedindo sua fuga imediata. Ao perceber que o militar não morrera, Wilckens sacou sua pistola e disparou entre quatro e cinco vezes contra o corpo de Varela. A polícia chegou em seguida e deteve o anarquista, que não ofereceu resistência.

Esse crime gerou ampla cobertura midiática e causou espanto e comoção social; de fato, a imprensa de diferentes espectros políticos dedicou várias páginas e dias ao episódio. Da leitura das fontes, identificamos três eixos que estruturam nossa análise, comparando as visões e posições da imprensa: primeiro, como os setores sociais (direitas e esquerdas) buscaram compreender a especificidade do atentado, ou seja, se Wilckens agiu sozinho ou não; em segundo lugar, os medos e ansiedades despertados ou reavivados por esses assassinatos, e as explicações apresentadas pelos veículos para interpretá-los; por fim, a caracterização de Varela e de Wilckens, retratados segundo as posturas ideológicas que emergiam dos discursos.

Toda a sequência do assassinato foi reconstruída nos jornais da época com base em depoimentos de pessoas que presenciaram o fato e até do próprio Wilckens, quando tiveram a oportunidade de entrevistá-lo. As testemunhas descreveram de diferentes formas o ocorrido naquela manhã de 25 de janeiro: “(...) o criminoso, que se afastara alguns passos, apontou com um revólver, disparando contra sua vítima três tiros. O Sr. Traverso credi-

ta ter ouvido o assassino dizer: ‘Vingo pelos meus irmãos!’”¹⁴ Além disso, algumas testemunhas relatam que Wilckens havia sido visto na região nos dias anteriores ao atentado; por exemplo, *La Razón* assinalava que “A mulher Fermina González (...) manifesta que nas circunstâncias em que se dirigia à rua (...) havia observado há alguns dias a presença do indivíduo que agora se revelava como autor do atentado”.¹⁵

Ademais, é possível encontrar nas crônicas adjetivações do ocorrido naquela manhã na rua Fitz Roy: um exemplo disso é a manchete do jornal *La Razón* que define o fato como um “atentado terrorista”.¹⁶ Da mesma forma, no jornal *La Nación*, o ataque de Wilckens era caracterizado como um “atentado anarquista”.¹⁷ As notícias desses jornais buscavam, ainda, compreender se Wilckens havia agido sozinho, por isso, nos dias subsequentes, começaram a insinuar a ajuda intelectual ou material que ele teria recebido na fabricação da bomba, para conseguir o revólver, e até questionavam sobre a localização da casa do ácrata: “O cômodo de referência, situado no segundo pátio da casa da rua Sarandí 1461, era ocupado pelo criminoso na companhia do sujeito Valentín Martín (...)”¹⁸ De fato, segundo relatam diferentes jornais, nos dias seguintes ao atentado, começaram a surgir diversos suspeitos que foram investigados pela polícia para saber se haviam oferecido algum tipo de ajuda ao ácrata ou se simplesmente o conheciam.

Além disso, esse caso também mereceu, naturalmente, a cobertura da imprensa de esquerda. Referimo-nos aos jornais anarquistas *La Protesta* e *La Antorcha*, e ao jornal socialista *La Vanguardia*, para obter uma visão mais ampla sobre a repercussão do atentado. Como contraponto, uma das principais denúncias feitas pela imprensa ácrata está estreitamente vinculada à suposta cumplicidade de Wilckens no momento de realizar o ato vingativo destacado pela imprensa comercial. De fato, em *La Protesta*, menciona-se na maioria dos artigos o ensaio dos jornais e da polícia em encontrar participantes do assassinato. Constantemente mencionavam a perseguição institucional ao povo trabalhador, sobretudo nesse caso, em que se investigaram conhecidos e amigos do ácrata para obter algum tipo de informação sobre o atentado. Nos últimos números sobre o assassinato, *La Protesta* repercutia a zombaria que significou tudo o que foi orquestrado pela polícia e pela imprensa comercial sobre a coautoria do fato, já que diariamente faziam referência a isso: “A novela terrorista forjada pela Ordem Social está condenada ao mais ruidoso fracasso, pois ninguém acredita na existência da terrível conjuração anunciada, como prato sensacional, pelos maiores canais de investigações.”¹⁹

Em consonância, o jornal *La Antorcha* denunciou de forma semelhante essa questão, pois, para eles, já era abusivo que instituições governamentais como a polícia e a justiça buscassem por todos os lados a existência de alguém que tivesse ajudado Wilckens no menor detalhe do atentado:

O que ocorre no processo contra Kurt Wilckens é mais uma prova do que dizemos. Salta aos olhos de todos, até dos mais lentos, que ele fez as coisas sozinho; (...) sem ajuda, nem cumplicidade de ninguém. Mas não importa: a polícia e o juiz se empenham em buscar para Wilckens, para que o acompanhem no processo, os cúmplices que ele não precisou para realizar seu ato.²⁰

Dessa forma, é possível compreender o sentido que a imprensa anarquista buscava dar a tudo isso: aprofundar na figura do perseguido. Os jornais comerciais, juntamente com a polícia, a seção Ordem Social e os juízes, esforçavam-se para encontrar outros autores do fato para, segundo os anarquistas, dar um castigo exemplar a quem merecesse, e assim deixar claro que nenhuma organização operária ou política que se pronuncie contra a “ordem estabelecida” ficaria impune.

A segunda questão levantada pelo jornalismo comercial está vinculada à ameaça que o anarquismo representava naquela época. Nesse contexto, insere-se o atentado perpetrado por Wilckens: após a cruel repressão no que ficou conhecido como Patagonia Trágica, o ácrata decidiu tomar partido e executar o represor. Para os setores mais conservadores da sociedade, isso colocava novamente o movimento anarquista como um potencial perigo para a nação. Esse clima era sustentado pelos setores contrarrevolucionários, de modo que a voz do presidente da Liga Patriótica, Manuel Carlés, ganhou relevância e apareceu reiteradamente na imprensa. Ao explicar os motivos do atentado, lamentava a eliminação da pena de morte e da Lei de Defesa Social, ambas ocorridas em 1921. Em particular, a Lei de Defesa Social proibia a entrada de estrangeiros condenados em outros territórios e de anarquistas que professassem ideologias que “atentassem” contra a ordem estabelecida. *La Nación* repercutia essa preocupação, publicando a diatribe de Carlés sobre essas questões:

Que ao menos esta tragédia nos sirva de lição! Já que o Congresso suprimiu a pena de morte, que liberte a sociedade das feras humanas, e revogue a lei de ordem social que impediu a entrada de prófugos e anistiados estrangeiros, que, ao menos, pedimos ao senhor presidente, que se imponha ao estrangeiro o juramento de respeitar a lei e as instituições nacionais.²¹

Nesse aspecto, o presidente da Liga Patriótica se pronunciava contra aqueles que deveriam fazer cumprir as leis, exaltando também a grandeza dos argentinos e a decadência trazida pelos estrangeiros com suas ideias, que tampouco cumpriam as regras estabelecidas. Essas palavras foram reproduzidas pelos diferentes jornais comerciais à risca.²² Nesse sentido, como aponta Sandra McGee Deutsch,²³ na década de 1920, a Liga “representava uma reação principalmente de origem local contra a classe operária imigrante”.²⁴ Segundo a autora, a Liga baseava-se na crença de que o governo radical não atuava frente ao perigo social representado pelos trabalhadores, de modo que “se os meios legais não fossem suficientes, recorrer-se-ia à coação ilegal”.²⁵ Essa caracterização revela a essência da organização, já que a violência e o desprezo pela liberdade de expressão eram as armas por excelência para se impor frente ao que eles denominavam perigo para a “argentividade”.²⁶ Dessa forma, voltando ao nosso caso, os acontecimentos na Patagônia geravam temores como a subversão da ordem nacional, e o assassinato de Varela estava relacionado à falta de resposta do governo radical frente ao perigo operário.

Por sua vez, vale mencionar brevemente a utilização da violência como entretenimento pela imprensa. O caso de *Caras y Caretas* é interessante de analisar, pois era a revista ilustrada da época à qual a população tinha fácil acesso durante a década de 1920, já que desde o início do século XX vinha ocorrendo uma massificação e ampliação do público consumidor. A modernização jornalística daqueles anos implicou a renovação das tecnologias de impressão que colocaram as fotografias em posição central.²⁷ No caso dessa revista, é possível perceber que a reconstrução do fato está vinculada à orientação que ela pretendia ter; em outras palavras, a revista buscava recriar com “espetacularidade” os episódios criminais, como esse assassinato político. Assim, as crônicas policiais convergiam nos meios populares – particularmente nesse caso, em *Caras y Caretas* – exibindo o caos da cidade e alimentando o sensacionalismo.²⁸

Embora a seleção de imagens tenha sido mencionada e recuperada por diferentes autores, não foi analisada em sua totalidade ou profundidade, de modo que este trabalho propõe dar os primeiros passos a esse respeito e oferecer um ponto de partida para trabalhos futuros sobre essas fotografias. É importante ter isso em mente, pois, por exemplo, Peter Burke sustenta que todas as imagens são fundamentais para compreender a história, sendo “vestígios” do passado, argumentando também que as imagens são um documento histórico que reflete um testemunho ocular e, portanto, é necessário saber quem as produziu.²⁹ Além disso, a reflexão sobre o uso das imagens

para entreter constitui um exercício interessante para compreender de que maneira a violência estava normalizada naquela época.

Imagens 1 e 2 – Reconstrução fotográfica do atentado perpetrado pelo anarquista alemão Kurt G. Wilkens contra o tenente Héctor B. Varela.³⁰



El teniente coronel Varela, herido en las piernas por los trozos de la bomba, se tambalea apoyándose en un árbol, y cuando el asesino, que se había refugiado en el agujero de la cuna núm. 1192, trata de aproximarse revolver en mano para ultimarlo, la víctima intentó sacar la espada, recibiendo un balazo en pleno pecho.

U N A L E V O S O
Después de arrojarte una bomba, el criminal
Coronel Héc



El asesino, que ya había iniciado su retirada al verlo aún en pie, de nuevo se encara con el militar y le dispara más de cerca con el propósito de no dejarlo con vida.



Un paso más y el criminal hace fuerza nuevamente. El atacado, en una postrer ansia de vida, alza uno de sus brazos para resguardarse.



ATENTADO ANARQUISTA
última a balazos a su víctima el Teniente
tor B. Varela.

Haciendo desesperados esfuerzos, la víctima, todavía aterrada al árbol pero débil ya por las heridas que la desambran, intenta cubrir su cuerpo con el tronco para librarse de la brutal agresión de que es objeto, y entonces recibe otro balazo que le destruye el brazo derecho.



Y cuando otra bala, casi a quemarropa, vuelve a herir su ensangrentado cuerpo, ya la existencia se le escapa al que pagaba con su vida el haber cumplido con su deber.



El teniente coronel Varela cae para no levantarse, recibiendo un nuevo disparo ya en el suelo.

Em primeiro lugar, é possível perceber que há uma reconstrução e uma descrição do que ocorreu naquela manhã de 25 de janeiro de 1923, o que nos indica que foi realizada uma encenação para produzir as imagens. Roland Barthes argumenta que toda imagem contém dois tipos de mensagens: a denotada e a conotada, sendo a primeira uma descrição do que vemos, e a segunda, o significado da imagem em si. Nesse sentido, ele argumenta que existem diferentes procedimentos de conotação: a saber, a trucagem, a pose, o objeto, a fotogenia, o esteticismo e a sintaxe.³¹ Contudo, nesse caso, interessa-nos recuperar principalmente a pose e o objeto que aparecem nas imagens, já que podemos perceber como, da parte de Wilckens, existe raiva, crueldade, determinação e frieza para atacar o fardado com o uso de um revólver; e como, da parte de Varela, há uma representação de vítima indefesa que suplica certa clemência, que não pode oferecer nenhum tipo de resistência diante do ataque perpetrado. Reconstruir o assassinato por meio de uma sequência em que se evidencia que Wilckens disparou várias vezes

sobre um Varela convalescente gera o efeito de que ele não teve piedade nem misericórdia em seu intento, reforçando assim a ideia da periculosidade do anarquismo, buscando gerar medos e ansiedades na sociedade.

Pois bem, no que diz respeito ao texto que acompanha as imagens, as breves linhas que atuam como legenda ampliam o contexto em que se supõe que o atentado foi realizado, já que apenas reconstroem com fotografias a segunda parte do atentado (os disparos) e não a primeira (o lançamento da bomba caseira). Assim, na foto repetem que ele desferiu diferentes tiros em várias posições, e as legendas buscam que não reste dúvida sobre a característica do assassinato a sangue frio. Isso pode ser entendido com o aporte de Barthes, que sustenta que a legenda atua como um parasita das imagens, fazendo com que, às vezes, o significado das fotografias se torne drasticamente novo em relação à mensagem que se buscava oferecer originalmente. No entanto, nesse caso o texto pretende assegurar que o significado da foto seja suficientemente explícito para que fique claro.

Em resumo, vale retomar o que foi explicado por Cora Gamarnik a respeito das reconstruções fotográficas realizadas por revistas como *Caras y Caretas*, as quais “se realizavam no mesmo lugar onde os fatos haviam ocorrido, enquanto em outros se construía os cenários. A fotografia estava nesses casos a serviço da ficção”.³² Assim, verificamos que essa produção realizada pela revista pretendia ocupar um lugar documental nesse meio, ampliando assim as repercussões que teve nos jornais impressos, e oferecia em imagens uma versão dos episódios que haviam causado profunda comoção social. A isso se soma o que Boris Kossoy sustenta, no sentido de que pensar a fotografia como um espelho ou como uma representação fiel da realidade daquela época nos levaria a um erro perigoso, já que elas podem ser facilmente manipuladas,³³ como pudemos perceber nas figuras analisadas acima. Finalmente, seguindo Gabriel Entín e Inés Yujnovsky,³⁴ compreendemos que, por meio do relato fotográfico, meios como *Caras y Caretas* pretendiam produzir significações para os acontecimentos em sintonia com os perigos e as ansiedades que ainda causava na sociedade o anarquismo ou “perigo vermelho”, que identificava as esquerdas como atores dissolventes da comunidade nacional.

Pois bem, se, por um lado, a imprensa comercial colocava o foco no perigo ácrata, por outro, a imprensa de esquerda criticava fortemente os discursos dos setores de direita e do jornalismo comercial. Desde os primeiros números dedicados à cobertura do caso, em ambos os jornais anarquistas criticava-se a imprensa comercial, acusando-a de tendenciosa

e de comunicar o atentado de modo parcial, ou seja, sem levar em conta as causas que o explicavam. Em outras palavras, criticavam os “jornais burgueses” por adjetivar, de forma simplificada, o fato como um atentado perpetrado por um anarquista e, portanto, “terrorista”. Por exemplo, em seu número de 27 de janeiro, assinalava-se que “a imprensa burguesa (...) lança dicterio contra os homens e as ideias que tem empenho em assinalar como responsáveis de um ato individual”.³⁵ Assim, segundo *La Protesta*, a esses jornais comerciais unicamente importava a ordem social, sem maior análise de por que se realizavam os atentados contra figuras políticas e militares.

Nesse mesmo sentido se pronunciava *La Antorcha*, por meio de adjetivos qualificativos contra a burguesia, seus meios de comunicação e seu sistema de justiça, que unicamente serviam para a detenção de trabalhadores, como ocorreu na Patagônia, já que “inventaram a lenda dos bandoleiros do Sul e o latifundiário coronel Varela (...) se fez dono do campo, assassinando-os da forma mais vergonhosa que se pode conceber”.³⁶ *La Antorcha* colocava em primeiro plano o motivo do crime. De fato, para a imprensa anarquista, o atentado contra o coronel Varela tinha um claro propósito: responder e fazer justiça aos crimes de 1920 a 1922.

No entanto, ambos os tipos de jornalismo criticavam fortemente o radicalismo por igual: a imprensa comercial, através das vozes que recuperava, lançava luz sobre a revogação de leis que, segundo eles, traziam paz à sociedade, justificando ao mesmo tempo a repressão na Patagônia. E, por sua vez, a imprensa de esquerda condenava o radicalismo por esse massacre e reivindicava o crime perpetrado por Wilckens, já que era tomado como um equilíbrio na balança das mortes. Essa denúncia ao radicalismo pode ser sintetizada na postura dos socialistas, que asseguravam que “a câmara, pelo voto dos deputados radicais, rejeitou a investigação”³⁷ na qual se examinaria a atuação militar nos territórios patagônicos.

Pois bem, o último aspecto que concentrou a atenção dos jornais referiu-se à figura do Coronel Varela. Para a imprensa comercial, este se apresentava como um herói da pátria, como aquele que unicamente estava cumprindo seu dever e suas ordens para trazer paz à sociedade argentina. Nas primeiras publicações da notícia, dava-se espaço às vozes próximas ao exército, ao Poder Executivo e à Liga Patriótica. De fato, a descrição da morte do militar era de que ele foi morto no cumprimento do dever, razão pela qual o Estado se encarregaria dos custos das honras fúnebres, do sepultamento etc.

A esse respeito, a imprensa de grande tiragem reproduzia literalmente os discursos proferidos pelas máximas figuras das mencionadas instituições,

e os que mais ressoam são os do ministro de Guerra Agustín P. Justo e de Manuel Carlés, presidente da Liga Patriótica. O primeiro reafirma a postura de que Varela faleceu no cumprimento do dever, e por isso o chama de “mártir” e merecedor das maiores honras por haver trazido paz ao país: “Eu estou certo de que o espírito deste mártir do seu dever há de ter-se sentido profundamente satisfeito por esta homenagem que ela [a nação] reserva aos que chegam ao sacrifício”.³⁸ Por sua vez, o segundo reafirma o mencionado por aqueles que o precederam nos discursos e faz uma denúncia diante da traição que supôs o assassinato do coronel: “O militar (...) que vai à guerra como foram ao Sul as forças que comandava o tenente-coronel cumpre como elas cumpriram uma missão de soberania exaltada pelo patriotismo.”³⁹ Dessa forma, a imprensa comercial deixava claro principalmente dois pontos: por um lado, que Varela foi uma vítima do movimento ácrata por um único motivo: dar a vida pelo país e trazer paz à sociedade. Por outro lado, também enfatizavam a responsabilidade do Poder Executivo pelo clima de violência que suscitavam os conflitos com os operários.

Pois bem, a imprensa de esquerda condenava não só Varela e sua repressão liderada no sul, mas também o governo que o enviou. Nesse sentido, tomava partido pelo ato de Wilckens e o enaltecia diante da total desaprovação feita pela imprensa burguesa. Não hesitavam em tornar explícito seu pensamento ao proclamar que: “Nós justificamos o atentado cometido por Kurt Wilckens. A matança perpetrada nas terras de Santa Cruz pelas forças do exército sob o comando do militar assassinado teve o prêmio merecido, na pessoa circunstancial.”⁴⁰ Assim, o movimento ácrata expressava sua reivindicação do atentado, já que permitiu trazer paz às famílias das vítimas da Patagônia: “Todos eles, trabalhadores honrados, tinham mães a quem sustentar, noivas a quem amar (...) e filhos de quem esperar vida e beijos todos os dias”.⁴¹ Dias depois, seguindo sua linha editorial, *La Antorcha* manifestava que: “O que [Wilckens] denunciava não eram execuções regulares, mas assassinatos. E mais que assassinatos, eram uma vergonha, a mancha para todos os homens de um povo”.⁴² Nesse sentido, *La Protesta* também erguia a bandeira do atentado e, da mesma forma, solicitava constantemente ajuda pelo ácrata detido, já que “por um amor excessivo à liberdade de todos os que sofrem, jogou fora a própria liberdade, dando a seu impulso generoso e desinteressado o mais precioso de sua pessoa: a vida”.⁴³ Dessa maneira, para o movimento anarquista a figura do mártir recaía unicamente sobre Wilckens, o qual deixou tudo para reivindicar os proletários assassinados no sul do país e, assim, dar paz às famílias que perderam seus maridos, pais e irmãos.

Em síntese, o episódio que descrevemos produziu na imprensa comercial um discurso que se concentrou na periculosidade do anarquismo, destacando não só o uso de bombas e da propaganda pelo fato, mas também a liderança do movimento operário e a difusão de suas ideias de violência. Por isso, nos artigos expostos, a narrativa da imprensa comercial girou em torno de certos tópicos, unificando a leitura desse episódio: mencionaram que possivelmente Wilckens tenha atuado com a cumplicidade de alguns de seus companheiros de ideologia, gerando dúvidas sobre sua ação individual, embora a polícia não tenha podido demonstrar a suposta colaboração. A isso se soma a questão estrangeira do ácrata, a qual as notas da imprensa comercial utilizavam para gerar um clima de ansiedade e indefensão diante da revogação que o radicalismo fez da Lei de Defesa Social e da eliminação da pena de morte. Por fim, a utilização da figura do mártir resulta interessante para analisar, pois, para uns, Varela aparecia como a vítima não só do Estado, mas também do anarquismo, enquanto, para estes últimos, o fardado encarnava as instituições do governo repressor, ao passo que Wilckens florescia como o vingador de seus camaradas.

Entre rituais: a organização dos trabalhadores diante da violência reacionária

Por causa do atentado contra Wilckens e sua morte, na madrugada de 16 de junho, a Federación Obrera Regional Argentina (FORA) anunciou uma greve geral por meio de um manifesto: “Trabalhadores!! Que ninguém se chame à traição: não lançar-se às ruas nesta emergência significa solidarizar-se com os bárbaros acontecimentos da Patagônia e com o repudiável assassinato cometido na Prisão Nacional.”⁴⁴ Por sua vez, a Unión Sindical Argentina (USA) e a Federación Obrera Comunista (FOC) também se pronunciaram a favor da realização da greve geral, decidida por meio de uma assembleia de trabalhadores convocada com urgência: “No local da rua Rioja 853, reuniram-se ontem à noite os comitês centrais da Unión Obrera Local (UOL) e da Unión Sindical Argentina”,⁴⁵ onde ainda “resolveu-se declarar a greve geral a partir de hoje [17 de junho de 1923] às 6 [da tarde] e sem prazo de vencimento, como protesto pelo fato ocorrido na Cárcel de Encausados”.⁴⁶ Assim, nesta segunda parte interessa-nos lançar luz sobre os acontecimentos ocorridos após o crime de Wilckens. Para isso, em primeiro lugar, colocaremos o foco na espontaneidade da greve, pois literalmente de um dia para o outro o protesto se fez efetivo; e, em segundo lugar, buscaremos

vislumbrar alguns fatos pontuais de repressão desencadeados pela polícia sobre os sindicatos e operários manifestantes.

O chamado à greve foi acatado imediatamente pelos diferentes sindicatos de trabalhadores filiados às Federações e Uniões, pois responderam positivamente os *chauffeurs*; os operários padeiros; a Federación Obrera Marítima; os pintores, serradores, oleiros e anexos; os vendedores de gasolina; a Federación Obrera Local Bonaerense (FOLB), assim como a “Federación Obrera Local Bonaerense Provincial, Provincial Santafesina, Provincial de Córdoba, Provincial Sanjuanina, Provincial Tucumana e Provincial de Jujuy”;⁴⁷ a Federación Vendedores de Diarios; os operários pedreiros; os operários metalúrgicos; os construtores de carroças; a Federación Obrera de Luz y Fuerza; os lavadores de carros; os construtores de carros; a Federación Empleados de Comercio; os operários do doce e até o Sindicato Zingueros y Anexos; os operários de penas; os cozinheiros e anexos; os operários chapeleiros; os canteiros e graniteros (seção Buenos Aires).⁴⁸ No dia seguinte, somaram-se a Federación Obrera de Sindicatos Ferroviarios e os operários gráficos.⁴⁹ Também se uniram os camaradas de ideologia da Federación Obrera Regional Uruguay (FORU),⁵⁰ as Federações Operárias Locais de Mar del Plata, Tigre e San Fernando, Bahía Blanca, Tandil, Piñeyro, Lomas de Zamora, Avellaneda, Rosário e Córdoba.⁵¹

Como podemos observar, a convocatória mobilizou rapidamente mais de 20 organizações de trabalhadores e contou com adesões em diferentes pontos do país, demonstrando o impacto que causou esse assassinato. Além disso, podemos perceber que esse crime havia ferido profundamente os sindicatos de esquerda, pois implicava um avanço concreto dos setores de direita sobre sua ideologia. Em outras palavras, embora o anarquismo estivesse presente na maioria dos sindicatos, isso não significou que o socialismo não prestasse sua adesão e apoio à greve geral, ao menos durante os primeiros dias, já que concebiam que a luta em conjunto contribuía para evidenciar uma luta mais ampla contra o capitalismo.

Dessa maneira, a greve geral foi realizada no dia seguinte ao assassinato – em 17 de junho de 1923 –, acompanhada de uma marcha em direção à Plaza Once (na cidade de Buenos Aires), local de concentração das manifestações dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX.⁵² Segundo *La Protesta*, “a greve geral decretada pelo proletariado inundou Buenos Aires com um rumor estranho. (...) No ambiente destacava-se a dor que o feroz e repugnante assassinato de Wilckens produziu em toda a população”.⁵³ Destacavam, ao mesmo tempo, a grande presença nos locais operários,

repletos de trabalhadores que se reuniram para saber de que maneira se organizaria a paralisação. Por sua vez, o Telégrafo nacional decidiu não aceitar telegramas sobre a mobilização e a greve sob a justificativa de que tais mensagens estavam “compreendidas entre aquelas cuja transmissão está sujeita à censura prévia, ‘considerando-se que afetavam a tranquilidade nacional e que podiam provocar distúrbios que se deve evitar por todos os meios’”.⁵⁴ Apesar disso, a notícia da greve difundiu-se rapidamente pelas principais cidades do país.

A greve geral e a marcha em direção à Plaza Once suscitaram uma escalada de violência que se concentrou em diferentes lugares do país e que tinha como protagonista a polícia e sua reação diante do protesto. Nesse sentido, os ácratas, por meio do Comitê de Greve, afirmavam que estavam “como em um estado de sítio. Os cães da ordem social detêm quantos companheiros levam manifestos ou fazem propaganda pela greve”.⁵⁵ Denunciavam também que “numerosíssimos companheiros dos diversos ofícios em greve encontram-se detidos, pelo simples delito de exercer um direito inalienável como é o de descansar e protestar”.⁵⁶

La Razón, por sua vez, informava que “um número considerável de ruas esteve intransitável nas primeiras horas do dia e isso, como dizemos, retirou de suas ocupações muita gente”.⁵⁷ No entanto, para esse jornal, o protesto terminaria muito cedo já que, segundo sua visão, não teve quase adesão, agradecendo também ao trabalho policial, pois estavam “seguindo o plano que foi traçado para a manutenção da ordem e para garantir a liberdade de trabalho”.⁵⁸ Contudo, tal força protagonizou diversos incidentes que ocorreram durante os dias de greve. Por exemplo, em Rosário, por motivo de cumprimento da greve chamada pela FORA, “mais de quatrocentas pessoas, que, depois de ouvirem os oradores, se dispuseram a sair à rua em manifestação, entoando hinos operários”.⁵⁹ Entretanto, ao não contar com a autorização para ocupar as ruas, a polícia interveio e se originou um tiroteio entre estes e os trabalhadores, resultando da briga vários oficiais feridos e até onze detidos. No dia seguinte, 18 de junho de 1923, distintos sindicatos aderidos à FORA mantiveram a greve em sinal de protesto, reinando assim “uma grande efervescência entre os trabalhadores, realizando-se assembleias continuamente”.⁶⁰

Outros incidentes ocorreram no local de padeiros e confeitários situado na rua Bartolomé Mitre 3200, esquina Agüero, no bairro portenho de Once.⁶¹ Tais acontecimentos se desenvolveram duas vezes, em dois dias distintos: o primeiro ocorreu no mesmo 17 de junho, nas portas do local,

entre 14h30 e 16h, quando “apareceu um indivíduo [...] que] sacou um revólver, fazendo um disparo ao ar, com o único fim – evidente – de provocar a desordem”.⁶² Imediatamente, chegou ao local um esquadrão de vigilantes que se encontrava nas imediações e, a partir disso, abriu-se fogo de ambos os lados, ou seja, entre os trabalhadores ali reunidos e a polícia que chegou. Isso provocou o fechamento do local pela polícia, fato ao qual os anarquistas aludiram posteriormente: “Estaremos frente a uma sangrenta repressão, das características daquela que suportou repentinamente o proletariado do país durante o primeiro governo radical?”,⁶³ referindo-se aos acontecimentos da Semana Trágica⁶⁴ e da Patagonia Rebelde.

Ao continuar com a greve geral, produziu-se outro choque entre a polícia e os trabalhadores, que teve como cenário, novamente, o local dos padeiros e confeitários, a apenas dois dias do enfrentamento mencionado anteriormente. Esse episódio pode ser considerado o mais violento de todos, já que o recinto “estava repleto de trabalhadores que comentavam diversamente a proibição arbitrária do comício que deveria realizar-se na Plaza Once, patrocinado pela FORA”.⁶⁵ Como a presença excedia a capacidade do local, “foi necessário que parte dela se estacionasse na calçada (...), pois era materialmente impossível entrar”.⁶⁶ Segundo o jornal *La Razón*, “um grupo numeroso de trabalhadores entrou no local que se encontrava fechado pela polícia há dois dias [...] passando pelos fundos das casas vizinhas”,⁶⁷ razão pela qual “os agentes que custodiavam a frente do local (...) avisaram a delegacia seccional, deslocando-se ao local o oficial inspetor Alberto Vaggi [...] quem] intimou os ocupantes do local a sua imediata desocupação”.⁶⁸ *Crítica* relatava que “saíram do local operário cerca de 200 pessoas, quando vários agentes do esquadrão sob o comando de um oficial tentaram dispersá-los para evitar que se dirigissem à Plaza Once”.⁶⁹

Tal tentativa de dissuasão se efetuou a partir de um disparo de fogo por parte da polícia, ao qual “seguiram outros e outros, até que ficaram no chão os trabalhadores caídos. Também alguns destes tentaram repelir e então ardeu Troia!”.⁷⁰ Entretanto, *La Protesta* enfatizava a crueldade por parte da polícia, pois, “quando os cossacos viram a rua desobstruída, desceram dos cavalos e penetraram no local, onde continuaram descarregando os revólveres contra a multidão amontoada que o preenchia”.⁷¹ Assim, os anarquistas condenavam a violência desempenhada pela força de segurança, que assinalava a “relação dos horrorosos crimes que hoje, novamente, mancharam as ruas da capital com o sangue mártir do proletariado”.⁷² Segundo sua visão, a responsabilidade pelo desencadeamento da violência é, por um

lado, a polícia, “os mesmos que pretendiam evitar distúrbios ácratas [na Plaza Once]”⁷³; e, por outro lado, “os mesmos que armaram o braço do assassino de Wilckens e os que chegaram em sua cumplicidade com os criminosos para impedir que o povo exteriorizasse livremente sua imensa pena e seus justificados rancores”.⁷⁴ Dessa maneira, os ácratas colocavam todo o peso e a responsabilidade nos mesmos atores que organizaram o crime de Wilckens: a polícia e os setores de direita.

O resultado desse enfrentamento se traduziu na detenção de “70 trabalhadores e uma mulher”,⁷⁵ resultando feridos cerca de 60 trabalhadores, além do próprio oficial inspetor Vaggi, com um ferimento na mão direita, e do agente do Escuadrón de Seguridad José Manuel Arias, ferido na região inguinal, com quadro grave que mais tarde, ainda nesse mesmo dia, terminou morrendo.⁷⁶ A este último se somaram os trabalhadores Juan Aon⁷⁷ e Enrique Gombas Vilameló, espanhol de 32 anos,⁷⁸ que foram vítimas da repressão policial no local operário. No dia seguinte ao enfrentamento, 20 de junho de 1923, realizaram-se manifestações nas cidades de Buenos Aires e Rosário pelas mortes de seus camaradas. Proporcionalmente, também continuaram as detenções, deixando um saldo de “250 companheiros [detidos], muitos dos quais têm contusões leves”.⁷⁹ Contudo, nesse mesmo dia, tanto a FORA como a USA, principais agrupações sindicais que levaram adiante as mobilizações, deixaram sem efeito a greve geral e resolveram retomar, para o dia seguinte – 21 de junho de 1923 –, o retorno ao trabalho.⁸⁰

Ficam abertos diversos interrogantes para próximas análises sobre esse tema, a saber, o cessar da greve foi produto apenas da repressão policial? Ou as discussões no interior dos sindicatos minaram essa unidade espontânea que surgiu pelo assassinato de Wilckens? De que maneira resolveram suas diferenças os anarquistas para concentrar seus esforços em mobilizar por seu mártir? Teriam sido mais fortes essas disputas internas do que o combate ao sistema? Que outros fatores externos influenciaram no retorno ao trabalho?

Em suma, nesta segunda seção podemos elucidar alguns aspectos relevantes sobre a reação anarquista frente ao crime de Wilckens. Em primeiro lugar, apreciamos a espontaneidade da greve, que era uma característica própria dos ácratas. Se o assassinato ocorreu em 16 de junho de madrugada, no dia seguinte, 17 de junho, as ruas das principais cidades do país já estavam tomadas pelos distintos sindicatos unidos nas uniões operárias. Em segundo lugar, encontramos que a polícia teve um papel ativo durante este processo repressivo devido à violência despendida contra os trabalhadores organizados. Finalmente, contemplamos que o assassinato

gerou tensões políticas que se dirimiram apelando à violência por meio dos enfrentamentos armados e assassinatos por ambas as partes entre o corpo policial e os operários anarquistas.

Conclusões

Ao longo deste capítulo, realizamos um brevíssimo percurso comparativo sobre os crimes do tenente-coronel Varela e do anarquista Wilckens. Em ambos os casos, os tumultos sociais suscitaram uma ampla gama de opiniões e vozes que se pronunciaram a respeito. Nesse sentido, constatamos que, se, por um lado, com o assassinato do uniformizado surgiram vozes denunciando as derrogações da Lei de Residência ou a eliminação da pena de morte, por outro lado, quando o ácrata alemão foi malogrado, justificaram tal crime. Algo similar podemos mencionar em relação à postura dos anarquistas, salvando todas as distâncias ideológicas com os setores de direita da sociedade, pois, ao ter sido “ajusticiado” Varela, reivindicaram a ação de Wilckens como uma contribuição necessária à sociedade. Ora, quando este último foi liquidado em sua cela, passou a fazer parte do panteão dos heróis e mártires do anarquismo e, por sua vez, anarquistas denunciaram o crime por meio de uma greve geral por tempo indefinido.

A partir disso, exploramos tal protesto, que se estendeu por cerca de quatro dias nas principais cidades do país, como Buenos Aires e Rosario, concentrando-nos principalmente na primeira. Isso nos serviu para examinar de que maneira se colocava em prática esse exercício revolucionário da militância de urgência dos anarquistas, pois, como pudemos observar, poucas horas após o assassinato de Wilckens eles convocaram greve por tempo indeterminado, obtendo uma adesão imediata e (quase) total. Por sua vez, essa reivindicação por parte do movimento ácrata deixa entrever não apenas as formas de dirimir conflitos de sua parte, mas também do governo. A esse respeito, a repressão foi uma resposta quase automática à greve, pois, durante o período em que se estendeu, a ação policial esteve presente, detendo militantes e fechando estabelecimentos. Ao mesmo tempo, isso nos permite compreender como a violência era utilizada, tanto pelas instituições do Estado quanto pelos próprios trabalhadores, os quais possuíam revólveres para enfrentar a polícia, embora certamente suas forças não fossem comparáveis.

Por outro lado, a abordagem desses casos nos oferece uma perspectiva de mais longo prazo, pois é quase inevitável realizar uma comparação com

crimes políticos anteriores, como o do anarquista russo Simón Radowitzky contra o chefe de polícia Ramón Falcón, responsável pelo massacre de operários em 1º de maio de 1909, em novembro daquele ano. Refletir sobre isso nos abre novos questionamentos para continuar pensando sobre a evolução da ação direta própria do movimento anarquista e, sobretudo, compreender o contexto em que os atentados se realizam. Em outras palavras, o crime de Radowitzky é um dos mais conhecidos da Argentina e possui suas próprias singularidades, enquanto o caso de Wilckens se distingue por estar inserido no contexto dos desafios da primeira experiência democrática atravessada pelos avanços do maximalismo de esquerda pela Revolução Russa de 1917; ao mesmo tempo, também se inscreve na longa tradição repressiva ao anarquismo que se desenvolvia desde o início do século passado, na qual se insere o atentado de Radowitzky.

Finalmente, vale sublinhar o papel fundamental e até protagonista da imprensa da época, pois tanto sua própria voz quanto as que recuperava em suas páginas davam conta do mal-estar social vivido naquele período. Não apenas o indicam os casos aqui recuperados, mas também a normalização da violência cotidiana – com as mortes de operários e do agente de polícia após a repressão da greve –, assim como sua utilização para entretenimento. A esse respeito, com a reconstrução de *Caras y Caretas* pudemos apreciar como se construíram as representações em torno das figuras do anarquismo, relacionadas ao medo e às ansiedades que tais personagens geravam na sociedade. Nesse sentido, é fundamental destacar o potencial dos testemunhos visuais para contribuir à construção de sentidos sociais, ou à forma como a imprensa – nesse caso, a revista citada – se valia deles para comunicar sentidos que só podem ser desvelados com uma análise atenta, aguçando o olhar para questões que vão além dos significados aparentes das imagens.

Em suma, aspiramos que esta contribuição seja um aporte ao debate historiográfico sobre a primeira experiência democrática, fornecendo subsídios para pensar as tensões políticas e o uso da violência durante os anos 20 do século passado, assim como a profundidade sobre a circulação dos ideais anarquistas na zona do sul americano. Ao mesmo tempo, incentivamos a produção de nova literatura que coloque o foco nesses aspectos e dê conta dos ecos que esses tipos de crimes suscitaram nas diversas partes do país, assim como na região.

Notas

- 1 Este capítulo faz parte da minha dissertação de mestrado, que estou concluindo no Programa de Pós-Graduação em História Contemporânea da Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS), sob a supervisão do Dr. Jeremías Silva. Esta contribuição foi possível graças a uma bolsa de formação docente da UNGS, bem como a uma estadia de pesquisa na PUC-Rio, financiada por uma bolsa do Programa "Move La América" da CAPES. Agradeço aos revisores e colegas pelos comentários e sugestões, que enriqueceram este trabalho.
- 2 Marta Bonaudo e Susana Bandieri, "La cuestión social agraria en los espacios regionales", em *Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, dir. Ricardo Falcón (Buenos Aires: Sudamericana, 2000), 264.
- 3 Vale a pena mencionar que a Patagônia argentina é uma vasta região ao sul do país, na qual se encontram as províncias de Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego. No entanto, para o caso de estudo que tomamos neste capítulo, nos referimos a tal região em função das mobilizações, greves e repressão de Chubut e Santa Cruz principalmente.
- 4 Juan Suriano, *Auge y caída del anarquismo: Argentina 1880-1930* (Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009).
- 5 Sylvia Saítta, *Regueros de tinta. El diario Crítica en la década de 1920* (Buenos Aires: Sudamericana, 1998); Sylvia Saítta, "El periodismo popular en los años veinte", em *Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, dir. Ricardo Falcón (Buenos Aires: Sudamericana, 2000), 435-471; Lila Caimari, "Suceso de cinematográficos aspectos. Secuestro y espectáculo en el Buenos Aires de los treinta", em comp. Lila Caimari, *La ley de los profanos. Delito, justicia y cultura en Buenos Aires (1870-1940)* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007).
- 6 Martín Albornoz, *Cuando el anarquismo causaba sensación. La sociedad argentina, entre el miedo y la fascinación por los ideales libertarios* (Buenos Aires: Siglo XXI, 2021); Mirta Zaida Lobato, *La prensa obrera. Buenos Aires y Montevideo. 1890-1958* (Buenos Aires: Edhasa, 2009).
- 7 Luciana Anapios, "La ciudad de las bombas. El anarquismo y la 'propaganda por el hecho' en la Buenos Aires de los años veinte", *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, n. 20 (2013), 42-75.
- 8 Francis Korn e Luis Alberto Romero, *Buenos Aires/ Entreguerras. La callada transformación, 1914-1945* (Buenos Aires: Alianza Editorial, 2006).
- 9 Marianne González Alemán, "La política al borde del enfrentamiento: violencia y cultura de la movilización en Buenos Aires (1932-1934)", *Revista de Historia Iberoamericana* 6, n. 1 (2013): 73-103; Marianne González Alemán, "Ciudadanos de la calle. Violencia, virilidad y civilidad política en la campaña presidencial porteña de 1928", *Hispanic American Historical Review* 94, n. 3 (2014): 421-453.
- 10 Ivanna Margarucci, "Repensando el anarquismo en América Latina. ¿Del nacionalismo metodológico a un giro transnacional incompleto?", *Prohistoria*, n. 34 (2020): 253-282; Ivanna Margarucci, "Encuesta sobre la actualidad de los estudios anarquistas", *Políticas de la memoria*, n. 21 (2021): 219-252.
- 11 Diego Galeano, *Criminosos viajeros. Circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016).
- 12 Leonardo Affonso de Miranda Pereira, "Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República", *História (São Paulo)* 35, n. 99 (2016): 1-21.

- 13 Carlos Marques, “A Imprensa Libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do Século XX”, *Antíteses* 5, n. 10 (2012): 855-864; Kauan William dos Santos, “Uma pedra no sapato: anarquismo e o sindicalismo revolucionário na década de 1920 no Brasil e as conexões translocais de práticas e ideias além do eixo Rio-São Paulo”, *Revista Hydra* 3, n. 6 (2019): 55-82.
- 14 “Manifestaciones de testigos”, *La Nación*, 26 de enero de 1923, p. 5.
- 15 *Ibid.*
- 16 “Amplia información sobre el atentado terrorista de esta mañana”, *La Razón*, 25 de enero de 1923, p. 1.
- 17 “El Teniente Coronel Héctor B. Varela fue víctima de un atentado anarquista”, *La Nación*, 26 de enero de 1923, p. 5.
- 18 Ver, por exemplo: “El teniente coronel Héctor B. Varela fue ayer víctima de un atentado anarquista”, *La Nación*, 26 de enero de 1923, p. 5; “Teniente coronel Héctor B. Varela”, *La Razón*, 26 de enero de 1923, p. 4; “Asesinato del Teniente Coronel Varela”, *La Prensa*, 26 de enero de 1923, p. 11.
- 19 “El proceso a Kurt Wilckens”, *La Protesta*, 7 de febrero de 1923, p. 1.
- 20 “El órgano y la función”, *La Antorcha*, 9 de febrero de 1923, p. 2.
- 21 “Efectuáronse las exequias del teniente coronel Héctor B. Varela”, *La Nación*, 27 de enero de 1923, p. 5.
- 22 Ver, por exemplo: “Efectuáronse las exequias del Teniente Coronel Héctor B. Varela”, *La Nación*, 27 de enero, p. 1; “Ayer se efectuó el sepelio de los restos del Tte. Cnel. Varela”, *La Época*, 27 de enero, p. 4; “La muerte del Teniente Coronel Varela”, *La Prensa*, 27 de enero, p. 9.
- 23 Sandra McGee Deutsch, “La derecha durante los primeros gobiernos radicales, 1916-1930”, en *La derecha argentina. Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales*, eds. Ronald Dolkart e Sandra McGee Deutsch (Buenos Aires: Textos Libres, 2001); Sandra McGee Deutsch, *Contrarrevolución en la Argentina, 1900-1932* (Buenos Aires: UNQ, 2003).
- 24 Sandra McGee Deutsch, “La derecha durante los primeros gobiernos radicales, 1916-1930”, 73.
- 25 *Ibid.*, 79.
- 26 *Ibid.*, 92-93.
- 27 Sylvia Saítta, “El periodismo popular en los años veinte”.
- 28 Lila Caimari, “Suceso de cinematográficos aspectos”.
- 29 Peter Burke, *Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico* (Barcelona: Crítica, 2005).
- 30 *Caras y Caretas*, n. 1270, 3 de febrero de 1923, p. 52 y 53. Fotos de Vargas.
- 31 Roland Barthes, *Lo obvio y lo obtuso* (Barcelona: Paidós, 2005).
- 32 Cora Gamarnik, *El fotoperiodismo en Argentina. De siete días ilustrados (1965) a la agencia SIGLA (1975)* (Buenos Aires: Pretéritos Imperfectos, 2020), 41.
- 33 Boris Kossoy, *Fotografía e historia* (Buenos Aires: La Marca, 2001).
- 34 Gabriel Entín e Inés Yujnovsky, “Discurso político y formación de la opinión pública: un relato fotográfico de la Semana Trágica”, *Revista Ojos Cruelles*, n. 2 (2005).
- 35 “Al margen de un atentado”, *La Protesta*, 27 de enero de 1923, p. 1.
- 36 “Matando fieras”, *La Antorcha*, 2 de febrero de 1923, p. 1.
- 37 “Los verdaderos responsables”, *La Vanguardia*, 28 de enero de 1923, p. 1.

- 38 “La muerte del Teniente Coronel Varela”, *La Prensa*, 27 de enero de 1923, p. 9.
- 39 *Ibid.*
- 40 “Chicotazos. El atentado”, *La Protesta*, 2 de febrero de 1923, p. 3.
- 41 *Ibid.*
- 42 “¡Siempre Santa Cruz!”, *La Antorcha*, 2 de febrero de 1923, p. 1.
- 43 “¡Ayudémoslo todos”, *La Protesta*, 3 de febrero de 1923, p. 3.
- 44 “El manifiesto de la Federación Obrera Regional Argentina”, *Crítica*, 16 de junio de 1923, p. 1.
- 45 “Declaración de huelga general”, *La Prensa*, 17 de junio de 1923, p. 17.
- 46 *Ibid.*
- 47 “Provincias que abarca la resolución”, *Crítica*, 16 de junio de 1923, p. 1.
- 48 Ver, por ejemplo, “Aumenta por momentos la efervescencia obrera. – Los *chauffeurs* celebran una gran asamblea extraordinaria. – Panaderos, limpiadores de auto y otros gremios se incorporan a la huelga”, *Crítica*, 16 de junio de 1923, p. 1; “El atentado contra Kurt Wilckens. Resoluciones de los sindicatos”, *La Vanguardia*, 17 de junio de 1923, p. 5; “Adhesiones al paro”, *La Protesta*, 18 de junio de 1923, p. 2.
- 49 Ver, por ejemplo, “La Federación Obrera de Sindicatos Ferroviarios declara el paro”; “Los gráficos”, *Crítica*, 17 de junio de 1923, p. 1.
- 50 Ver, por ejemplo, “En Montevideo”, *Crítica*, 17 de junio de 1923; “Del Uruguay”, *La Protesta*, 19 de junio de 1923, p. 3.
- 51 “Informaciones del Interior”, *La Protesta*, 19 de junio de 1923, p. 1.
- 52 Mirta Zaida Lobato e Silvana Palermo, “Del trabajo a las calles: dignidad, respeto y derechos para las y los trabajadores”, em *Buenos Aires. Manifestaciones, fiestas y rituales en el siglo XX*, ed. Mirta Zaida Lobato (Buenos Aires: Biblos, 2011), 45-76.
- 53 “Crónicas de la huelga”, *La Protesta*, 18 de junio de 1923, p. 1.
- 54 “El Correo rechaza telegramas”, *Crítica*, 16 de junio de 1923, p. 1.
- 55 “La reacción policial”, *La Protesta*, 18 de junio de 1923, p. 1; “El atentado contra Kurt Wilckens”, *La Vanguardia*, 17 de junio de 1923, p. 5.
- 56 “La reacción policial”, *La Protesta*, 18 de junio de 1923, p. 1.
- 57 “El paro decretado por la muerte de Wilckens”, *La Razón*, 18 de junio de 1923, p. 1.
- 58 *Ibid.*
- 59 “Añoche se produjo un grave desorden en Santa Fé”, *Crítica*, 18 de junio de 1923, p. 1.
- 60 “En Santa Fé”, *Crítica*, 18 de junio de 1923, p. 1.
- 61 Ver, por ejemplo, “Prodújose un tiroteo frente al local de los panaderos”, *Crítica*, 17 de junio de 1923, p. 1; “Un hecho de sangre”, *La Protesta*, 18 de junio de 1923, p. 2; “Incalificable”, *La Vanguardia*, 20 de junio de 1923, p. 1.
- 62 “Prodújose un tiroteo frente al local de los panaderos”, *Crítica*, 17 de junio de 1923, p. 1.
- 63 “Un hecho de sangre”, *La Protesta*, 18 de junio de 1923, p. 2.
- 64 Grande mobilização operária ocorrida no sul de Buenos Aires em janeiro de 1919, nas oficinas metalúrgicas Vasena. Ali, os assalariados reivindicavam melhores salários, uma jornada de trabalho de oito horas e a reintegração de companheiros despedidos. A repressão a eles deixou um saldo de 700 operários mortos e milhares de feridos.
- 65 “El choque”, *La Protesta*, 20 de junio de 1923, p. 1.
- 66 *Ibid.*

- 67 “En el local del Centro de Panaderos”, *La Razón*, 19 de junio de 1923, p. 1.
- 68 *Ibid.*
- 69 “Esta tarde se produjo un tiroteo del que resultaron 60 heridos y 3 muertos”, *Crítica*, 19 de junio de 1923, p. 1.
- 70 *Ibid.*
- 71 “El choque”, *La Protesta*, 20 de junio de 1923, p. 1.
- 72 *Ibid.*
- 73 “Más sangre proletaria”, *La Protesta*, 21 de junio de 1923, p. 1.
- 74 *Ibid.*
- 75 “Esta tarde se produjo un tiroteo del que resultaron 60 heridos y 3 muertos”, *Crítica*, 19 de junio de 1923, p. 1.
- 76 Ver, por ejemplo, “En el local del Centro de Panaderos”, *La Razón*, 19 de junio de 1923, p. 1; “Esta tarde se produjo un tiroteo del que resultaron 60 heridos y 3 muertos”, *Crítica*, 19 de junio de 1923, p. 1.
- 77 Ver, por ejemplo, “Fallecimiento de un herido”, *Crítica*, 19 de junio de 1923, p. 1; “Última hora”, *La Protesta*, 20 de junio de 1923, p. 1.
- 78 Ver, por ejemplo, “La policía realizó hoy el sepelio del obrero Enrique Gombas, muerto en la refriega de ayer”, *Crítica*, 20 de junio de 1923, p. 4; “El sangriento choque de ayer tarde. La policía realiza una espantosa masacre de trabajadores. ¿Complicidad de la U.S.A.?”, *La Protesta*, 20 de junio de 1923, p. 1; “La huelga tuvo consecuencias sangrientas”, *La Frontera*, 20 de junio de 1923, p. 2; “El martirologio proletario”, *La Protesta*, 22 de junio de 1923, p. 1.
- 79 “El choque”, *La Protesta*, 20 de junio de 1923, p. 1.
- 80 Ver, por ejemplo, “La F.O.R.A. resuelve reanudar mañana el trabajo a las 6 horas”, *Crítica*, 20 de junio de 1923, p. 4; “La F.O.R.A. y la F.O.L.B. decretaron para hoy, a las 6 horas, la vuelta al trabajo en la capital y en todos los pueblos de la república”, *La Protesta*, 21 de junio de 1923, p. 1.

As emissoras de rádio da cidade de Buenos Aires entre as narrativas editoriais e as ações do público radiofônico e de seus artistas (1930-1945)¹

Paula Martínez Almudevar

Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín /
Universidad Nacional Arturo Jauretche / CONICET

Entre as décadas de 1930 e 1940, surgiu no mercado editorial da cidade de Buenos Aires uma série de revistas destinadas a publicar e informar sobre a radiodifusão. Revistas como *Radiolandia*, *Antena* ou *Sintonía* publicavam semanalmente as novidades do *starsystem* radiofônico, a programação das emissoras, os novos contratos e as transformações do novo meio, que crescia e se desenvolvia à medida que se tornava mais popular e massivo.

Por volta de meados da década de 1930, essas revistas começaram a incorporar em suas páginas algumas notas que tinham como objetivo descrever a forma que tomava o mundo do rádio dentro das emissoras. Assim, os cronistas e fotógrafos enviados a elas não apenas capturavam fotos e entrevistavam artistas que circulavam pelos estúdios de gravação. Também colocaram o foco na dimensão material desse negócio: os edifícios das rádios e suas imediações. Por exemplo, a publicação, em 12 de dezembro de 1936, dos endereços dos estúdios das emissoras que naquele ano funcionavam na cidade de Buenos Aires, a pedido de seus leitores e leitoras,² pode expressar algo mais que seu interesse em enviar cartas às suas rádios

favoritas. A demanda motivada pela curiosidade de saber exatamente onde ficavam as rádios, em consonância com o número cada vez maior de pessoas que as visitavam, torna-se um indicativo para pensar nas mudanças que a radiodifusão portenha atravessava na década de 1930 e sua configuração como um entretenimento que podia ser visto, além de ouvido. Nesse sentido, o surgimento de um número cada vez maior de notas que tematizavam o espaço radiofônico portenho em suas diferentes dimensões exige uma pergunta sobre os sentidos construídos em torno do meio pelas revistas, assim como também pelos sujeitos que se vinculavam a ele.

Os estudos clássicos sobre a radiodifusão na Argentina têm assinalado o impacto que seu surgimento teve na sociedade das décadas de 1920, 1930 e 1940.³ Especialmente, concentraram-se em analisar suas implicações políticas e a utilização do meio por diferentes governos, especialmente os dois primeiros governos peronistas (1943-1955), para comunicar suas ações de governo, consolidar a imagem dos líderes políticos frente às “massas” e exercer a censura sobre os conteúdos e sujeitos que criticavam o partido governante.⁴ Algo similar ocorre com os estudos sobre radiodifusão em outros países do continente, como, por exemplo, o Brasil. As pesquisas que abordam o fazem para analisar a utilização política do meio de comunicação durante a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, assinalando que o rádio foi utilizado como um meio “direto para falar com as massas”,⁵ aplicando a censura e o controle nos conteúdos quando necessário.

Em certo ponto, ambas as historiografias parecem ter naturalizado o desenvolvimento do rádio entre as décadas de 1920 e 1930 a partir da evidência de sua transformação em um meio de comunicação de massas naquele momento. Neste trabalho, buscamos suspender o sentido evolutivo que se costuma atribuir a esse período para investigar as experiências, estratégias – algumas improvisadas e bem-sucedidas e outras nem tanto – e negociações que os diversos atores que fizeram parte desse mundo social desenvolveram.

Algumas pesquisas mais recentes abordaram o mundo do rádio a partir de uma perspectiva social e cultural, argumentando que a radiodifusão foi uma arena de negociações e o cenário de projetos cujo sucesso não estava totalmente assegurado nos anos 1930, mas que, em certa medida, era indefinido, sendo mais um campo de experimentações nas dinâmicas do mercado de entretenimento. Os anos 1930 também foram um cenário de disputa sobre sua forma e caráter, de avanços e retrocessos sobre seus formatos e conteúdos, no qual intervieram uma multiplicidade de sujeitos

com interesses por vezes contrapostos e com um conjunto de experiências históricas específicas. Concretamente, durante esse período, a presença do rádio na cidade se torna mais densa, com nove emissoras ocupando edifícios nas imediações do centro portenho, aos quais o público tinha acesso graças à publicidade impulsionada pelas revistas, à existência de um grande número de estrelas e astros radiofônicos e à construção de espaços especialmente projetados para fazer da atividade radiofônica um verdadeiro espetáculo.⁶

É por isso que me interessa continuar problematizando os sentidos e práticas que os artistas e o público produziam sobre esses espaços do rádio em um contexto amplo que abrange tanto a consolidação do rádio como espetáculo, principalmente durante a década de 1930, quanto as mudanças em suas funções e valorizações no marco de processos políticos cada vez mais complexos e simultâneos. Especificamente, o estourar da Segunda Guerra Mundial, a declaração de neutralidade por parte da Argentina e a sucessão de regimes políticos fraudulentos na Argentina durante a primeira metade da década de 1940 impulsionaram o estabelecimento de regulações radiofônicas que impactaram tanto o funcionamento e o trabalho dentro das emissoras quanto os sentidos sobre a importância da radiodifusão no país.

À luz dessas transformações, alguns artigos das revistas de espetáculo tomam outra cor ao colocar o foco em certos eventos, longe do glamour e dos ídolos do rádio, dando conta das tensões políticas presentes na cidade de Buenos Aires. Como o publicado por *Radiolandia* em 23 de outubro de 1943, sob o título “O atentado contra uma emissora argentina”, em que denunciava que o edifício da LR1 Radio El Mundo havia sido atacado com bombas de alcatrão por “inimigos do espírito liberal e democrático da República”.⁷ A conjuntura política aberta pelo estourar da Segunda Guerra Mundial no continente europeu havia gerado um processo de polarização social entre alguns grupos que estavam a favor dos países aliados – vinculados às ideias de liberdade e democracia – e se aproximavam de quem, desde 1935, fazia parte dos grupos antifascistas,⁸ frente a outros que, de extração nacionalista, buscavam combater essas expressões de apoio, que ainda atentavam contra a neutralidade adotada pela Argentina na guerra.⁹ O atentado à LR1 Radio El Mundo parece refletir que o fenômeno da guerra não impactava apenas as posições dos países latino-americanos, que escolhiam estrategicamente entre neutralidade e envolvimento no conflito, mas também aqueles enclaves encarregados de transmitir as informações que chegavam do Velho Mundo, como eram as emissoras.

Nesse sentido, as revistas especializadas em temática radiofônica não apenas respondiam à necessidade de publicitar e promover os programas emitidos e os artistas que se apresentavam nas emissoras, funcionando como um tradutor dessa novidade técnica frente à curiosidade de seus leitores.¹⁰ Para o início de 1940, essas revistas intervinham e configuravam certos sentidos em torno do lugar que os edifícios das emissoras, concretamente, e o rádio, simbolicamente, começaram a ter no debate público. Ao colocar o foco nas sanções e nos atentados sofridos por várias delas, não buscavam apenas informar seus leitores, também intervinham e se posicionavam politicamente, no marco de um contexto político local atravessado pelas discussões sobre o caráter totalitário do governo militar, que havia prometido eleições desde o momento da tomada do poder em 1943, mas permanecia no poder apesar dos fortes pedidos de abertura democrática e da declaração de guerra aos países do Eixo por uma grande quantidade de grupos, associações políticas e artistas, principalmente vinculados ao antifascismo.¹¹ Muito diferente era o caso de outros países vizinhos, como o Brasil, que, depois de sofrer o afundamento de seis navios nas costas próximas de Recife e Salvador, em 21 de agosto, declarou guerra às potências do Eixo.¹²

Seguindo a contribuição de Laura Caruso, Mike Savage e Karl Schlögel, que refletiram sobre a importância de colocar a dimensão espacial no centro da análise para construir uma visão mais sensível e situada sobre os sujeitos em estudo,¹³ este trabalho considera que os espaços não são estruturas vazias onde os sujeitos realizam suas atividades, pelo contrário, o espaço é uma construção social dos sujeitos e é a interação social que determina sua funcionalidade.¹⁴ Por isso, tem como hipótese que a transformação do *espaço* radiofônico, ou seja, seus novos edifícios e suas imediações, em expressão do negócio radiofônico durante a década de 1930 e em expressão das tensões políticas nos anos 1940, foi moldada e constituída como uma arena de intervenção, principalmente pelas revistas de rádio que imprimiam seus interesses políticos concretos, vinculados aos setores que se opunham ao governo militar e que pediam a volta da democracia.

O *corpus* documental que permite realizar esse exercício foi utilizado em várias oportunidades para analisar o conteúdo transmitido no rádio,¹⁵ a construção de representações, imaginários e sentidos sobre o *starsystem*, os espetáculos e o lugar das mulheres. No entanto, nesta ocasião, as fotografias e os artigos publicados nas revistas de espetáculos são úteis para reconstruir as transformações espaciais das emissoras no marco da conversão da radiodifusão portenha em entretenimento e para iluminar

como os debates públicos e os conflitos políticos eram percebidos por essa imprensa, que moldava certos sentidos em torno de algumas rádios e dos sujeitos que nelas trabalhavam.

Os sentidos construídos sobre o espaço: “palácios”, “palacetes” e um edifício para o rádio

O mercado de entretenimento portenho contava, nos primeiros anos da década de 1930, com uma ampla trajetória. Desde o início do século, os cabarés e teatros de variedades faziam parte das ofertas de diversão disponíveis aos habitantes da cidade.¹⁶ Durante a década de 1920, a oferta se diversificou e surgiram novos espaços, como as salas de cinema (mudo), e em 1925 o jornal *La Nación* informava sobre as sessões programadas para o dia 1º de setembro daquele ano em 30 teatros, 39 cinemas e três casas de variedades que ofereciam uma atraente programação de espetáculos. Para assistir a algum deles, os interessados deviam se dirigir ao “centro”, ou seja, à zona nevrálgica da cidade de Buenos Aires, onde convergiam as instituições governamentais, administrativas e financeiras. Seu epicentro era a Plaza de Mayo, e o mercado de entretenimento – isto é, os teatros, cinemas, cafés e cabarés – localizava-se em suas múltiplas artérias, principalmente na Avenida Corrientes e nas ruas Florida, Lavalle e Maipú.¹⁷ Assim, durante a década de 1920, a centralidade desse espaço urbano impulsionou a circulação de espectadores, artistas, trabalhadores, empresários teatrais e donos de salas de cinema, que ali confluíam em busca de diversão por um lado e de negócios por outro.

A radiofonia, por sua vez, começou na contramão e bastante distante – se falamos em distâncias – de todo esse florescente mercado de entretenimentos portenho da década de 1920. Tendo se iniciado como um passatempo de amadores, as estações estavam instaladas em casas de família ou de particulares, localizadas longe do centro. No entanto, nos primeiros anos da década de 1930, as principais *broadcastings* do país já haviam instalado seus estúdios nas proximidades do centro da cidade. A revista *Radiolandia* lembrava da seguinte maneira:

Foi necessário aproximar os estúdios. Longas viagens de metrô ou de automóvel precisavam fazer os cantores e músicos. Yankelevich decidiu então instalar os estúdios em pleno centro da cidade, deixando o equipamento em Flores. (...) A proximidade dos estúdios facilitou enormemente o desenvolvimento da parte artística da Rádio Nacional (sic).¹⁸

Fica claro, então, que os problemas de distância, transporte e espaço começaram a inquietar os *broadcasters*, neste caso Jaime Yankelevich, dono da LR3 Radio Belgrano (até 1934 Rádio Nacional). Enquanto o equipamento transmissor permanecia na sede original, onde a emissora havia dado seus primeiros passos, os estúdios foram transferidos oito quilômetros para a Avenida Belgrano 1841, no bairro de Monserrat, nas proximidades do centro portenho. Com isso, foram concebidos e estabelecidos espaços com maiores e melhores comodidades para o desenvolvimento da atividade radiofônica.¹⁹ O que interessa neste ponto, além das motivações comerciais dos donos das emissoras, é analisar como a imprensa do período caracterizou esses novos edifícios, quais foram suas valorizações e como isso influenciou o desenvolvimento da atividade.

Em primeiro lugar, deve-se destacar o uso, por parte de várias revistas, de conceitos como “Palácio” e “Palacete” para se referir aos edifícios que abrigaram diversas emissoras ao longo da década. Talvez a inauguração do “Palacio de las Broadcastings”, ocorrida em 20 de maio de 1933, tenha sido um dos eventos de maior cobertura nas revistas radiofônicas da época:

É que o ato inaugural do Palacio de las *Broadcastings* significou algo mais do que a consagração de um esforço pessoal e o triunfo da perseverante iniciativa de Don Jaime Yankelevich. Assinala o início de uma nova época do *broadcasting* argentino, definitivamente encaminhado pela senda do progresso. (...) Há três anos com seu poderoso equipamento Telefunken e agora com um edifício adequado à sua importância e ao desenvolvimento crescente da radiodifusão.²⁰

A menção ao “edifício adequado à sua importância” não era casual. Isso também ocorria com a referência ao equipamento Telefunken que o empresário de rádio havia comprado na Alemanha para tornar ainda mais nítidas as transmissões de sua emissora. Como se não bastasse, “El Palacio” não era o edifício ocupado apenas pela LR3 Radio Nacional, mas abrigava, em seus diferentes salões, também a LS4 Radio Porteña, a LR10 Radio Cultura e a LR6 Radio La Nación. Todas conviviam sob o mesmo teto e eram exploradas por Yankelevich por meio de diferentes contratos. Assim, “O Palacio de las *Broadcastings*” fazia jus ao seu nome pela variedade de rádios que se encontravam em seu interior. Mas, ao mesmo tempo, as comodidades e os serviços ali oferecidos revelavam o lugar que a radiofonia começava a ocupar. Em um percurso pelo *petit* hotel da rua Belgrano, a revista *Sintonía* relatava as comodidades apresentadas: desde um salão para engraxar sapatos até uma confeitaria e um restaurante, cujo serviço era

comparável ao do Plaza Hotel.²¹ Poucos meses depois desse acontecimento, outra revista dedicada à temática radiofônica, *La Canción Moderna*, dedicou algumas palavras à inauguração de um novo edifício, desta vez o da Radio Fenix, que denominou “o palacete”:

Esa es la verdad; Radio Fenix tiene escaleras (especial para poses bonitas), altos, subsuelo, y todo lo necesario para elegir la denominación que le corresponde en la escala aristocrática del mundo microfónico (sic)...²²

Embora nem todas as transformações dessas emissoras tenham sido descritas em torno desses conceitos, mantinha-se uma enunciação que revestia de grande prestígio as novas adaptações das rádios. Em 1934, por exemplo, a LS8 Radio Stentor inaugurou um novo edifício na rua Florida, que seria conhecido por algumas revistas da época como “Florida 8”.²³ A revista *Caras y Caretas* descrevia que Stentor contava “com comodidades destinadas ao público que desejasse assistir às audições. (...) Evita-se assim a situação de antipático hermetismo em que se colocam algumas de nossas emissoras, precisamente por absoluta falta de comodidades”.²⁴ A alusão às “comodidades” buscava distinguir as rádios que podiam oferecer um melhor serviço aos visitantes, já que a mudança para o centro portenho possibilitou que pessoas alheias à rádio adentrassem seus espaços e participassem de suas atividades.

Dessa forma, o sucesso de uma emissora passou também a ser medido pela quantidade de pessoas que a visitavam. Nessa mesma sintonia pode-se interpretar o movimento feito pela LR4 Radio Splendid, cujos primórdios foram em uma das salas do Cine-Teatro Grand Splendid, na Avenida Santa Fé 1800. Em 1º de maio de 1930, transferiu-se para um andar na Avenida Callao e, em 1935, adquiriu uma residência de categoria na rua Ayacucho. Para adaptá-la às suas necessidades, os donos da emissora, Antonio Devoto e Benjamín Gache, contrataram um arquiteto e os mais especializados técnicos de som provenientes dos Estados Unidos para realizar as reformas pertinentes: dez estúdios, um microcinema e um teatro com capacidade para 600 pessoas.²⁵

Por que eram necessários esses serviços? O que buscavam os *broadcasters* com a incorporação de um restaurante e um salão para engraxar sapatos, de um microcinema e de um teatro? O que expressam essas transformações, segundo a imprensa, sobre a radiofonia portenha em geral? A princípio, as mudanças de sede para o centro respondiam a uma necessidade funcional: maior espaço para o desenvolvimento dos programas e atualização técnica

dos equipamentos. Mas a incorporação e a projeção de múltiplos espaços para o desenvolvimento de outros tipos de serviços e entretenimentos dentro das emissoras de rádio evidenciam que o projeto dos empresários era integrar o rádio ao circuito de entretenimento portenho, rompendo assim com aquele “hermetismo” denunciado por *Caras y Caretas*. A mudança para o centro parece ter sido o primeiro passo, pois tornava mais acessível – e frequente – a visita de terceiros às emissoras.

Imagem 1 – Revista *Sintonía*, 3 de junho de 1933.



A presença de curiosos, amadores, ouvintes e figuras ilustres era cada vez mais comum nas salas e estúdios, assim como nas fotografias e crônicas das revistas especializadas. Como mencionamos, a inauguração do “Palacio de las *Broadcasting*” foi coberta por quase todas as revistas do meio, que dedicaram várias páginas a comentar o ocorrido. Não eram apenas empresários de rádio, amadores, artistas, músicos, jornalistas e técnicos que participavam desses eventos. Durante a inauguração dessa emissora, a presença de vereadores, deputados nacionais e até do ajudante de ordens do

presidente, em sua representação, expressava a importância que a radiofonia tinha para a sociedade como um todo no início da década. A imagem que acompanha a crônica da revista *Sintonía* ilustra de forma contundente a quantidade de presentes na cerimônia de inauguração do Palácio, cujos salões, embora amplos, pareciam pequenos para tantos convidados (Imagem 1).

As fotografias do artigo também mostram como estavam vestidos os participantes da cerimônia. Pelo que se pode ver, os homens usavam terno, gravata ou laço, enquanto as poucas mulheres presentes vestiam casacos de pele e pequenos adornos na cabeça. Essas características, somadas ao uso de conceitos como “palácio” ou “palacete”,²⁶ podem ter construído uma imagem específica sobre o radiofônico, vinculada a noções aristocráticas e a códigos de vestimenta e apresentação dignos de qualquer evento de gala celebrado nos mais importantes teatros ou cinemas do centro da cidade.

A partir dessa inauguração, as revistas especializadas começaram a introduzir, com cada vez mais frequência, crônicas e pequenos artigos de leitura rápida sobre alguma visita ao rádio. Assim, encontramos que as inaugurações de novos prédios, de transmissores com maior potência, de novas salas, a primeira emissão de um programa com um grande elenco artístico ou mesmo um simples concurso de amadores reuniam um público muito heterogêneo e os jornalistas que depois escreveriam sobre o ocorrido.

Entre os variados temas dos artigos publicados, chama a atenção aqueles que destacam o número cada vez maior de pessoas que apareciam assistindo às transmissões ao vivo de alguns dos artistas mais populares. Por exemplo, isso aconteceu quando o artista Fernando Ochoa se apresentou nos estúdios da Radio Nacional para realizar sua transmissão. Nesse caso, a fotografia que acompanha a crônica é extremamente chamativa. A legenda que a acompanha diz o seguinte: “Um detalhe do público agrupado diante da porta do estúdio da LR3 Radio Nacional, enquanto Ochoa interpreta seu *Bildigerno*”²⁷ (Imagem 2).

A fotografia cristaliza visualmente um dos limites materiais impostos ao público ouvinte, que, motivado pela presença dos artistas divulgados nas revistas, buscava ser espectador de sua atuação diante do microfone. O contraponto dessa presença é o surgimento de auditórios especialmente destinados para que o público presente pudesse desfrutar confortavelmente das audições ao vivo. Isso permite pensar que, após o processo de mudança das emissoras para o centro, que aparece com força própria, quase autônoma e homogênea, havia sentidos e usos em disputa que se expressavam nas configurações espaciais em transformação.

Imagem 2 – Revista *Sintonía*, 1º de julho de 1933.



Esse público que, aos olhos do fotógrafo de *Sintonía* em 1933, parecia um público invasor – que buscava a todo custo presenciar a transmissão atrás da porta do estúdio da emissora – começava a encontrar um lugar destinado à sua presença no rádio. Os esforços das emissoras para reconfigurar seus espaços e torná-los mais acolhedores para o público que se aproximava das estações começaram a ganhar cada vez mais velocidade e ocupavam mais espaço na imprensa. Algo foi mencionado sobre as intenções da Radio Stentor de incorporar, já em 1934, maiores comodidades para os espectadores radiofônicos. O salto se deu com a notícia de que estava sendo construído o primeiro edifício projetado para abrigar uma rádio: LR1 Radio El Mundo.²⁸

Com a construção e posterior inauguração do edifício da LR1 Radio El Mundo, começou a ganhar maior relevância no ambiente o lugar que o público radiofônico devia ocupar.²⁹ Isso se deve ao fato de que, na projeção dos diferentes espaços, estúdios e controles do novo edifício radiofônico, estava contemplada e planejada a presença de público nas audições.³⁰ O artigo da revista *Nuestra Arquitectura*, escrito pelo arquiteto Alfonso G. Spandri

–diretor do projeto – fundamenta as decisões arquitetônicas e espaciais que a tornaram possível. Os estúdios foram instalados na rua central Maipú 555, em um terreno de 15 metros de frente por 61 de fundo, enquanto o edifício para o equipamento transmissor foi construído na cidade de San Fernando, a 30 quilômetros de Buenos Aires. Entre as muitas variáveis que deveriam ser consideradas no momento do projeto, o arquiteto assinala:

Esse foi um dos pontos que, depois da distribuição dos estúdios, mereceu atenção preferencial, já que a uma *broadcasting* concorrem três classes de público: a primeira, composta pelo pessoal da administração que ocupa a parte anterior e deve frequentemente ir à posterior; a segunda, composta pelos artistas que atuam nos diferentes estúdios, deve chegar facilmente a eles e ser ao mesmo tempo controlada pelo pessoal da entrada; e a terceira, ou seja, o público que concorre por diversas razões à parte administrativa, deve ser facilmente separado das duas primeiras. Há, além disso, uma quarta classe de público: a dos visitantes que, por seu número crescente, criam necessidades que devem ser levadas muito em conta.³¹

Com isso, o arquiteto enumerava a multiplicidade de sujeitos que circulavam por uma emissora na cidade de Buenos Aires: o pessoal da administração, os artistas e um “público visitante” que, motivado por presenciar certas audições, se aproximava da rádio. O testemunho evidencia como, desde o primeiro momento em que se planejou o edifício da LR1, pensou-se no público como mais um sujeito, junto com os trabalhadores administrativos e os artistas. A experiência das emissoras preexistentes talvez tenha servido de referência aos projetistas, já que a realidade era que o público visitava as estações de rádio.

Enquanto algumas permitiam a entrada de espectadores até as portas dos estúdios, a Radio El Mundo inaugurava um auditório com capacidade para 120 pessoas, que se colocariam em arquibancadas situadas nos lados superiores do estúdio. Isso foi o que explicou Spandri no artigo mencionado, deixando claro que os espaços do edifício da Radio El Mundo eram de uso exclusivo para certas pessoas (Imagem 3). De todo modo, os espaços não são estruturas vazias onde os sujeitos realizam suas atividades; ao contrário, o espaço é uma construção social dos sujeitos, e é a interação social que determina sua funcionalidade.³² Nesse sentido, entre as declarações do arquiteto Spandri sobre o uso do auditório e o que realmente aconteceu nele há diferenças importantes. O que as revistas da época evidenciam é o uso desses espaços a partir da dinâmica que a radiofonia portenha havia

adquirido nos anos anteriores, e não a partir do que foi estabelecido pelo arquiteto. O público se colocava em cadeiras dispostas no interior do estúdio e não nas arquibancadas laterais. Foi o que aconteceu, por exemplo, na estreia do espetáculo “Cafiaspirina” em 15 de maio de 1937, descrita na matéria da *Radiolandia*, que inclui algumas fotografias nas quais se pode observar claramente a presença do público dentro do auditório³³ (Imagem 4).

As diferenças entre o uso planejado e o uso efetivo do auditório mostram os diferentes sentidos expressos pelas configurações espaciais, que mudavam e se adaptavam aos diferentes processos e necessidades do meio. Enquanto na projeção original tratava-se de um espaço que deveria ser ocupado apenas pelos músicos e artistas, a imprensa mostrava outra realidade. Na prática, a própria dinâmica radiofônica e a popularidade de alguns programas tornaram costumeira a presença do público nos estúdios.

Imagem 3 – Auditorio A – Radio El Mundo.³⁴



Imagem 4 – *Radiolandia*, 15 de maio de 1937.³⁵



Não obstante, com a mudança de década e a complexificação do panorama político local e internacional, as emissoras de rádio, seus edifícios e trabalhadores começaram a ser vistos, por certos grupos, como algo mais do que um meio de comunicação e entretenimento de massas. Algumas rádios em particular, junto a certos expoentes do coletivo artístico radiofônico, envolveram-se ativamente no debate público que tinha no centro da questão a posição argentina diante do desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial. A expressão pública de certas posições políticas derivadas disso gerou tensões e conflitos que se expressaram concretamente em atentados, tanto contra seus edifícios como contra os sujeitos que neles trabalhavam.

As emissoras e seus sujeitos como alvos de ataque e expressão de conflitos

Desde os primeiros anos da década de 1930, o rádio portenho era frequentado por políticos e utilizado por diferentes partidos para divulgar as trajetórias de seus principais expoentes, assim como também suas ideias, propostas e projetos parlamentares. Por exemplo, são inúmeras as vezes em que Nicolás Repetto ou Alfredo Palacios participavam de alguns programas nos quais expunham as trajetórias dos mais afamados militantes do Partido Socialista.³⁶ Aqueles que faziam parte dos governos de turno também aproveitavam o alcance cada vez mais amplo das emissoras para comunicar as medidas oficiais, como por exemplo as posições do governo diante do conflito europeu.³⁷ Não obstante, a eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa implicou que a liberdade com que certos sujeitos se expressavam através do éter fosse restringida. Isso se devia ao fato de que as autoridades argentinas haviam decidido adotar a posição de neutralidade diante da guerra que começara em 2 de setembro de 1939, o que implicava uma série de controles sobre o tipo de informação que podia ser transmitida por rádio,³⁸ os quais foram se endurecendo à medida que o conflito bélico se estendia no tempo e alcançava outros territórios. Por exemplo, em agosto de 1942 estabeleceram-se limitações à transmissão de noticiários por rádio. É muito provável que essas medidas tenham ocorrido como resultado da declaração de guerra às potências do Eixo por parte do Brasil,³⁹ depois de ter sofrido o afundamento de seis navios nas costas próximas a Recife e Salvador.⁴⁰

A incorporação de uma maior quantidade de “noticiosos” e de locutores que transmitiam os acontecimentos da contenda tornou-se um problema para as autoridades, que buscaram controlar os conteúdos transmitidos por

esses programas. O que estava por trás dessas regulações, no entanto, eram as tentativas de controlar e censurar os posicionamentos que muitos locutores e emissoras mantinham a favor da vitória aliada. Isso motivou que alguns desses locutores fossem diretamente associados ao apoio a certas posturas políticas e, por isso, despertassem as paixões de muitos ouvintes, tanto a favor quanto contra. A aberta transmissão de vozes favoráveis às potências do Eixo pelo éter nacional colocava em tensão a adoção da posição neutra do governo argentino. Enquanto a regulação do que a imprensa periódica colocava por escrito em seus exemplares era mais fácil de aplicar – ao menos era isso que criticava o periódico *Crítica* em seus múltiplos editoriais – para o que se transmitia pelas ondas, o controle estatal era muito mais poroso.

É por essa razão que, além dos fãs de certos artistas, que se aglomeravam nas imediações para conseguir um autógrafo das estrelas do rádio, começaram a frequentar esses mesmos espaços grupos de pessoas que buscavam agredir aqueles que sustentavam posturas políticas diferentes das suas. A lembrança dos “grupos filonazis” que se postavam à porta da emissora lançando ameaças contra o locutor Carlos Taquini, da LR1 Radio El Mundo,⁴¹ dá conta da dimensão política que a radiofonia começou a ter a partir do início dos anos 1940.

Outros espaços vinculados ao mercado do entretenimento, como o estádio Luna Park e os teatros da cidade, também acolhiam eventos que cruzavam artistas, locutores e causas políticas, como foram uma série de festivais solidários de 1942. Alguns deles, inclusive, eram organizados por associações de artistas que haviam sido criadas com o objetivo de ajudar “as vítimas do nazi-fascismo” e eram presididos por atores radiofônicos. Esse foi o caso, por exemplo, da Agrupación Gente del Espectáculo Público de “ajuda aos povos agredidos pelo nazi-fascismo”, cujo presidente era o reconhecido ator de rádio Fernando Ochoa.⁴² Além disso, a associação compartilhava escritório com outra importante organização do período chamada Ayuda Periodistica Antinazi, que estava sob a direção do jornalista Guillermo Salazar Altamira, que há algum tempo fazia parte do periódico *Argentina Libre*, um dos órgãos de imprensa mais importantes das agrupações anti-fascistas portenhas.⁴³

Em certo sentido, os espaços utilizados para esses eventos tornavam-se não apenas lugares de lazer, mas também começavam a fazer parte da sociabilidade política de artistas e público em geral, o que se traduzia em um perigo concreto tanto para as autoridades, que buscaram proibir e perseguir esse tipo de ideário durante o período,⁴⁴ quanto para grupos nacionalistas

que viam nos teatros e cinemas espaços perigosos.⁴⁵ Por exemplo, o periódico comunista *La Hora* informava que, momentos antes de terminar um dos eventos realizados no estádio Luna Park, do qual participava a associação presidida por Ochoa, a polícia havia impedido Carlos Taquini de recitar a prosa preparada para o evento, assim como também a execução de outro dos números artísticos planejados.⁴⁶ Sobre o mesmo assunto fazia menção o jornal *Crítica*, que em sua edição de 24 de dezembro de 1942 ampliava essa informação:

A polícia impediu que Alberto Gerchunoff, presidente da Ayuda Periodística Democrática, agradecesse à participação do público, e que atuassem o locutor Taquini e Fernando Ochoa. Enrique de Rosas, Narciso Ibáñez Menta e outras figuras de nosso cenário expressaram a fé democrática dos artistas argentinos, unidos na Agrupación Gente del Espectáculo Público de Ayuda a las Democracias, ao se aproximarem do microfone.⁴⁷

É evidente como os teatros e estádios, que faziam parte da oferta de entretenimentos da cidade, tornaram-se, nos primeiros anos da década de 1940, pontos de preocupação e vigilância por parte de diferentes grupos políticos. A esses espaços somavam-se os edifícios das emissoras de rádio, que foram vítimas de certos atentados a partir de 1943. Especificamente em 23 de outubro desse ano, a *Radiolandia* publicava em sua primeira página um artigo intitulado “O atentado contra uma emissora argentina”, no qual denunciava que a LR1 Radio El Mundo havia sido atacada com bombas de alcatrão por “inimigos do espírito liberal e democrático da República”.⁴⁸

Embora a revista reforçasse a ideia de que se tratava de “sujeitos irresponsáveis”, era notória a mudança de postura em relação à emissora. Não apenas podia – e iria – sofrer silenciamentos, como acontecia desde 1941, mas também o novo contexto político havia transformado certas rádios, junto com outros edifícios da cidade, em alvos de ataques. Antes do golpe, alguns “elementos desconhecidos” – como os chamava *Antena* – atentaram contra a vitrine de uma livraria do centro por vender um livro de marcada tendência democrática. Seu autor, o cantor e compositor Enrique Rando, deixava registrada na nota sua manifestação de protesto por esse ato: “Um novo atentado que se soma aos já realizados em outras oportunidades que creio óbvio recordar.”⁴⁹ O testemunho de Rando mostra que esse ato de vandalismo não foi o primeiro, mas parecia ser expressão de um processo de polarização política que ativava as reações dos grupos nacionalistas que viam nos apoios aos aliados e às democracias um perigo concreto.

Considerando esse contexto, a conversão da LR1 Radio El Mundo em alvo desse tipo de atentado podia dever-se ao fato de que a emissora era dirigida por um presidente que havia se manifestado a favor dos valores democráticos, e duas de suas principais figuras eram o locutor Carlos Taquini e o artista Fernando Ochoa, que haviam participado recentemente de festivais e espaços vinculados ao antifascismo, como mencionamos anteriormente. Além disso, e apesar do endurecimento da censura no meio radiofônico a partir de junho de 1943, é provável que algumas emissoras continuassem informando e transmitindo notícias ou comentários que violavam a neutralidade e expressavam um posicionamento favorável a um dos lados do conflito bélico europeu, principalmente o das tropas aliadas. Dessa maneira, assim como os teatros e estádios se transformaram em focos de vigilância por parte da polícia, as emissoras de rádio em seus sentidos mais materiais – isto é, seus edifícios – e, nesse caso, a LR1 Radio El Mundo, foram o alvo que expressou as tensões de certos grupos cujas ideias não coincidiam com as emitidas pela *broadcasting*.

As bombas de alcatrão que explodiram na fachada da emissora podem ser a evidência concreta de que o rádio havia deixado de ser apenas um entretenimento. Desde o início da guerra e seus desdobramentos, ele era percebido por muitas pessoas como um poderoso meio de comunicação. No entanto, o novo processo político aberto com o golpe de Estado de junho de 1943 parece ter imposto à radiofonia um caráter ameaçador que deveria ser não apenas fortemente regulado e controlado pelo novo governo, mas também atacado por outros grupos que tinham visões diferentes das emitidas através de seus microfones. Mas não apenas o sentido das emissoras havia mudado nessa nova conjuntura. Nos primeiros anos da década de 1940, as revistas de rádio haviam deixado para trás algumas das estratégias editoriais com as quais buscavam imprimir à radiofonia sentidos de *glamour* e hierarquia. Com as emissoras e a técnica já consolidadas, as revistas passaram a iluminar uma dimensão que se tornava cada vez mais evidente à medida que os acontecimentos mundiais e locais se desenvolviam: o lugar político ocupado pelo meio e pelos sujeitos que nele trabalhavam. Assim, as revistas começaram a publicar, com maior frequência, matérias nas quais intervinham diretamente no debate público. Com isso, deixavam de ser meros veículos publicitários do *starsystem* e das programações radiofônicas para se tornarem atores que expressavam, à medida que o contexto local se tornava mais complexo, uma posição concreta diante da polarização política reinante em Buenos Aires.

Especialmente as celebrações pela libertação de Paris, realizadas na capital argentina em agosto de 1944, evidenciaram que aqueles que aclamavam o avanço aliado frente ao fascismo na Europa aproveitavam as diretrizes em defesa da democracia para criticar a continuidade do governo militar na Argentina. Isso provocou enfrentamentos entre esses grupos e aqueles que apoiavam as autoridades no poder, caracterizados pela imprensa de massa como “nacionalistas”.

No fim de 1944, o governo nacional havia ativado alguns mecanismos institucionais em consonância com a decisão de criar condições para o restabelecimento do sistema democrático. Desde dezembro de 1944, *Crítica* informava que as autoridades trabalhavam em um novo Estatuto de los Partidos Políticos com a intenção de convocar eleições livres.⁵⁰ A isso se somou a declaração de guerra à Alemanha e ao Japão no fim de março de 1945 e o aval da comunidade internacional, que até então não reconhecia o governo argentino.⁵¹

Paralelamente à aplicação de medidas que pareciam evidenciar uma posição próxima ao campo dos aliados – e da democracia – por parte das autoridades governamentais, ocorreram uma série de confrontos que expressavam a crescente polarização política no país e tinham como foco não apenas as emissoras, mas também seus artistas. Um deles teve como vítima o reconhecido ator radiofônico Fernando Ochoa, que havia participado, no Club Universitario de La Plata, de uma festa denominada da Reforma, em referência às ações estudantis que promoviam uma reforma universitária diferente da implementada pelo governo militar.⁵² Segundo a imprensa radiofônica, Ochoa havia recitado um “discurso de profundo fervor democrático” e, quando descia do palco, foi agredido por um espectador que declarou na delegacia tê-lo agredido “por suas palavras de caráter democrático, já que ele sustenta ideias ‘nacionalistas’”.⁵³ No entanto, a matéria que continha essa informação repetia, como vimos anteriormente, as estratégias de visualização utilizadas pelas revistas. Embora o corpo do artigo descrevesse a agressão, as fotografias que o acompanhavam não correspondiam ao fato em questão. Pareciam, antes, fotos de arquivo que a revista tinha à disposição e que mostravam Fernando Ochoa sorridente, de terno e posando (Imagem 5).



Talvez, como o ataque havia acontecido na cidade de La Plata, no salão do Club Universitario, não houvesse fotógrafos presentes que pudessem registrar o acontecimento. De certo modo, esse fato revela a ampliação das redes de sociabilidade e circulação que vários artistas possuíam nessa época. Embora Ochoa tenha ido recitar alguns de seus mais conhecidos versos gauchescos, o fazia no contexto de um evento de caráter político, realizado fora dos circuitos e espaços clássicos de entretenimento que costumava frequentar.

Enquanto *Radiolandia* titulava “Fernando Ochoa agredido por um totalitário”, a imprensa de massa, como o *Crítica*, fazia o mesmo com “Foi agredido F. Ochoa por um reacionário”.⁵⁵ No corpo do artigo, o periódico também enfatizava o discurso do ator, no qual fez “comentários desfavoráveis aos governos totalitários”.⁵⁶ O fato de a revista de espetáculos relatar e descrever a agressão sofrida pelo ator de maneira semelhante à publicada pelo jornal de grande circulação mostra certo deslocamento ou ampliação nos temas de interesse desse tipo de publicação.

Em meados da década de 1940, revistas de rádio como *Radiolandia* ou *Antena* passaram a incorporar, gradualmente, matérias nas quais apresentavam claros questionamentos sobre a política nacional, e não apenas

sobre as regulações aplicadas à radiofonia. As denúncias sobre atentados a edifícios e artistas e os silenciamentos das ondas mostram a convivência, no interior dessas revistas, de temáticas antes impensáveis. Por um lado, a publicidade da programação artística, destacando o *glamour* das estrelas do rádio e do cinema; por outro, a intervenção política concreta no âmbito de um debate público que parecia colocar as emissoras e seus artistas em constante tensão. Além de promotoras de atores, atrizes, músicos e cantores, as revistas radiofônicas tornaram-se atores políticos ativos à medida que a conjuntura local se tornava mais complexa. Diferentemente dos primeiros anos de existência, quando buscavam construir sentidos de respeitabilidade e hierarquia em torno das emissoras de rádio, a década de 1940 as encontrava intervindo ativamente em um debate mais amplo, no qual a radiofonia e seus trabalhadores eram atacados por serem importantes veículos de ideias e opiniões.

Mas não somente os opositores à liberdade e à democracia podiam ver uma mudança nos artistas. Aqueles que liam cotidianamente revistas como *Radiolandia* e *Antena* provavelmente também percebiam certas mudanças nos sentidos atribuídos a seus artistas favoritos. E podiam evidenciar também que o lugar que o *starsystem* ocupava na sociedade estava mudando. A partir desse momento, esses artistas que antes frequentavam os espaços tradicionalmente vinculados ao circuito do entretenimento de massa ampliaram sua circulação por outros espaços com significações políticas concretas, o que também implicou que seus próprios lugares de trabalho e suas atuações fossem lidos em outra chave.

Isso também acontecia com as emissoras. Nos primeiros dias de janeiro de 1946, o edifício da Radio El Mundo foi novamente vítima de um atentado por parte “[d]aqueles que não lhe perdoam sua clara postura democrática”.⁵⁷ Sobre o fato *Radiolandia* exclamava que “...cumprido seu plano intimidatório, os agressores se retiraram. Deixavam atrás o saldo doloroso do episódio, que mostra sem disfarces o clima que se vive na cidade capital da República”.⁵⁸ Com isso ficava claro não só que o contexto político local havia se tornado mais complexo no último ano, mas também que os artistas e seus diferentes lugares de trabalho – tanto os teatros como as emissoras – eram lugares que haviam deixado de ser considerados apenas como espetáculos e tinham se tornado enclaves de algo mais, vinculados principalmente às diferentes posições políticas que dividiam uma sociedade que estava prestes a eleger democraticamente suas novas autoridades.

Conclusões

A análise das revistas especializadas em radiofonia durante as décadas de 1930 e 1940 permite tornar visíveis a transformação do espaço radiofônico portenho e a redefinição do papel dos sujeitos que o habitavam e trabalhavam nele. Longe de serem meros registros gráficos ou publicitários, essas publicações atuaram como agentes culturais e políticos, participando ativamente e intervindo na construção de sentidos sobre as emissoras, os artistas e o meio radiofônico em seu conjunto.

Num primeiro momento, e com o objetivo de promover o meio radiofônico em seus primeiros anos de desenvolvimento, as revistas contribuíram para instalar uma imagem glamourosa e hierarquizada do rádio, integrando-o ao circuito de entretenimentos portenho e exaltando suas qualidades edilícias e técnicas. No entanto, à medida que o cenário político local e internacional se tornou mais conflituoso, começaram a intervir no debate público, dando conta da crescente politização do meio e de seus trabalhadores.

Nesse processo, o espaço radiofônico tornou-se objeto e cenário de disputas simbólicas e materiais. As emissoras deixaram de ser unicamente lugares onde se transmitiam os programas ou onde se aglomerava o público curioso para ver seus artistas favoritos, e converteram-se também em enclaves carregados de significados políticos, suscetíveis a ataques provenientes de grupos políticos que a imprensa classificava como “totalitários” e a censuras por parte de um Estado que se justificava com o argumento de manter a neutralidade frente à guerra, no marco de maiores denúncias sobre as simpatias do governo diante do ideário fascista. Do mesmo modo, os artistas e locutores, inicialmente valorizados como parte do *starsystem* radiofônico e reconhecidos como figuras e ídolos populares, também foram progressivamente percebidos como porta-vozes e defensores dos “ideais democráticos”, estendendo sua influência para além dos limites do rádio e tornando-se uma ameaça para outros grupos políticos.

Desse modo, o trabalho demonstra que as revistas radiofônicas não apenas acompanharam o desenvolvimento do meio, mas foram protagonistas de sua consolidação e ressignificação, operando como dispositivos de intervenção em uma conjuntura marcada por tensões políticas, redefinições culturais e disputas pelo sentido do público. Assim, o estudo de seus discursos permite reconstruir uma dimensão espacial, simbólica e política da radiofonia portenha, que resulta relevante para compreender a centralidade que o meio teve na vida social argentina do período.

Notas

- 1 Este capítulo faz parte da minha tese em andamento, que realizo no Doutorado em História da Escola IDAES sob a direção e codireção das doutoras Cristiana Schettini e Carolina González Velasco, respectivamente, graças ao apoio de uma bolsa de doutorado do CONICET e durante uma estadia de pesquisa na PUC-Rio com uma bolsa do Programa *Move La América* da CAPES. Agradeço pelos comentários e sugestões das/os avaliadores e colegas que participaram desta compilação.
- 2 “¿Dónde funcionan los estudios de las emisoras?”, *Radiolandia*, 12/12/1936, n. 456.
- 3 Ricardo Gallo, *Ese mundo tan sonoro*, Tomo I (Buenos Aires: Corregidor, 1991); Tomo II (Buenos Aires: Corregidor, 2001); Andrea Matallana, *Locos por la radio: una historia social de la radiofonía en la Argentina, 1923–1947* (Buenos Aires: Prometeo, 2006); Carlos Ulanovsk, *Días de radio. Historia de la radio argentina* (Buenos Aires: Espasa Calpe, 2001).
- 4 Federico Lindenboim, *La radio durante el primer peronismo (1943–1955). Hegemonía política, campo del espectáculo y entretenimiento de masas*. Tesis doctoral (Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2020); Andrea Matallana, *Locos por la radio*; Pablo Sirvén, *Perón y los medios de comunicación. La conflictiva relación de los gobiernos justicialistas con la prensa. 1943–2011* (Buenos Aires: Sudamericana, 2012).
- 5 José G. Vinci de Moraes, “Rádio e música popular nos anos 30”, *Revista de História* 140 (1999): 82.
- 6 Paula Martínez Almudevar, *Tiempo de audiciones: negocio, mercado del entretenimiento y trabajo artístico en la construcción de la radio. Buenos Aires, década de 1930*. Tesis de maestría inédita (Buenos Aires: EIDAES-UNSAM, 2022).
- 7 “El atentado contra una emisora argentina”, *Radiolandia*, 23/10/1943, n. 814.
- 8 Andres Bisso, *Acción Argentina. Un antifascismo nacional en tiempos de guerra mundial* (Buenos Aires: Prometeo, 2005).
- 9 Mercedes Lopez Cantera, *Entre la reacción y la contrarrevolución: orígenes del anticomunismo en Argentina (1917–1943)* (Buenos Aires: Imago Mundi, 2023).
- 10 Daniel Biltereyst e Liesbet Van de Vijver, *Mapping Movie Magazines: Digitization, Periodicals and Cinema History* (Londres: Palgrave Macmillan, 2020); Florencia Calzón Flores, *Ídolos del espectáculo y cultura de masas. Las estrellas de cine en Argentina durante el período de producción industrial, 1933–1955*. Tesis doctoral inédita (Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2021); Cecilia Gil Mariño, *El mercado del deseo: tango, cine y cultura de masas en la Argentina de los 30'* (Buenos Aires: Teseo, 2015); Leonardo Pereira, “Negociacões impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”, *Historia* 35, n. 99 (2016): 1–21.
- 11 Paula Martínez Almudevar, “‘Las fiestas del arte y la democracia.’ Conexiones artístico-políticas en el mundo de la radio porteña durante los primeros años de la Segunda Guerra Mundial (1939–1942)”, *Mundos do Trabalho* 17 (2025): 1–20.
- 12 Alexandre Fortes, *The Second War World and the Rise of Mass Nationalism in Brazil: Class, Race and Citizenship* (Switzerland: Palgrave Macmillan, 2024).
- 13 Laura Caruso, “La huelga, el carnaval y los comicios: el mundo del trabajo portuario en Buenos Aires y la configuración de una comunidad obrera, verano de 1904”, *Historia Crítica* 73 (2019): 163–191; Mike Savage, “Espaço, redes e formação de classe”, *Revista Mundos do Trabalho* 3, n. 5 (2011): 6–33; Karl Schlögel, *En el espacio leemos el tiempo. Sobre historia de la civilización y geopolítica* (Madrid: Siruela, 2007).

- 14 David Harvey, “La construcción social del espacio y el tiempo”, em *La condición de la posmodernidad* (Buenos Aires: Amorrortu, 1998); Claudia Tomadoni, “A propósito de las nociones de espacio y territorio”, *Gestión y Ambiente* 10, n. 4 (2007): 53–65.
- 15 Andrea Matallana, *Locos por la radio*.
- 16 Cristiana Schettini, “South American Tours: Work Relations in the Entertainment Market in South America”, *International Review of Social History* 57 (2012): 129–160.
- 17 Carolina González Velasco, *Gente de teatro: ocio y espectáculos en la Buenos Aires de los años veinte* (Buenos Aires: Siglo XXI, 2012).
- 18 “Radio Belgrano cumple 12 años”, *Radiolandia*, 4/07/1936, n. 433.
- 19 Andrea Matallana, *Jaime Yankelevich, la oportunidad y la audacia* (Buenos aires: Capital Intelectual, 2013).
- 20 “La inauguración del Palacio”, *Sintonía*, 3/06/1933.
- 21 Hotel de categoría de la ciudad de Buenos Aires.
- 22 “El Palacio y el Palacete”, *La canción moderna*, 9/10/1933, n. 290.
- 23 A revista *Radiolandia*, por exemplo, dedica, em meados de 1930, uma série de artigos intitulados dessa maneira para falar das novidades da emissora.
- 24 “Inauguración del nuevo edificio de Radio Stentor”, *Caras y Caretas*, 15/09/1934, n. 1876.
- 25 “Del Nuevo edificio de Radio Splendid”, *La canción Moderna*, 7/09/1935.
- 26 A utilização de denominações aristocráticas como “palácio” ou “palacete” não foi exclusiva da radiofonia. Muitas salas de cinema portenhas também se converteram, entre os anos 1930 e 1940, em edifícios de grande importância, cujas denominações como *Palais* eram comuns (Cosarinsky, 2006) e se assemelham às utilizadas para as emissoras.
- 27 *Sintonia*, 1/07/1933.
- 28 Atualmente é o edifício que ocupa Radio Nacional.
- 29 O caso da Radio El Mundo será abordado em outro trabalho.
- 30 A incorporação de um teatro ou de um espaço com poltronas e um palco, destinado à transmissão de programas radiofônicos, foi uma decisão tomada não apenas por alguns *broadcasters* portenhas. Grandes emissoras estrangeiras, como a British Broadcasting Company, no Reino Unido, e a National Broadcasting Company, nos Estados Unidos, projetaram suas novas instalações com auditórios com poltronas para o público. Para um estudo sobre ambos os casos em particular, consultar: Assa Briggs, *The History of Broadcasting in the United Kingdom. Vol. II: The Golden Age of Wireless* (Oxford: Oxford University Press, 1995); Michele Hilmes, *Hollywood and Broadcasting. From radio to cable* (Illinois: University of Illinois Press, 1990).
- 31 “Un edificio para LR 1 Radio El Mundo”, *Revista Nuestra arquitectura*, marzo de 1936.
- 32 David Harvey, “La construcción social del espacio y el tiempo”; Claudia Tomadoni, “A propósito de las nociones de espacio y territorio.”
- 33 “Nuevos programas en Radio El Mundo”, *Radiolandia*, 15/05/1937.
- 34 *Revista Nuestra Arquitectura*, marzo de 1936.
- 35 *Revista Radiolandia*, 15/05/1937, n. 478.
- 36 Javier Guiamet, *El socialismo argentino y la cultura de masas. Dilemas y estrategias del PS en los años de entreguerras* (Saénz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2023).
- 37 “Declara la neutralidad de nuestro país el P. Ejecutivo”, *El Mundo*, 4/09/1939.
- 38 “Restricción informativa”, *Radiolandia*, 23/09/1939, n. 601.
- 39 “Exáltose el principio de la libertad de prensa”, *Crítica*, 22/08/1942.

- 40 Alexandre Fortes, *The Second War World and the Rise of Mass Nationalism in Brazil*.
- 41 Carlos Araújo, *El Boletín Sintético de Radio El Mundo*. Serargentino.com, 10 out. 2018.
- 42 Paula Martínez Almudevar, “‘Gauchos extranjerizantes.’ Nuevas experiencias políticas en la radio a partir de la trayectoria del actor Fernando Ochoa. Buenos Aires, 1939-1942”, *Prácticas de oficio*, n. 30 (2023): 23-37.
- 43 Andres Bisso, “Argentina libre y antinazi. Dos revistas en torno de una misma propuesta político-cultural del antifascismo argentino (de la Segunda Guerra Mundial a la inmediata postguerra, 1940-1946)”, *Temas de Nuestra América* 25, n. 47 (2009): 63-84.
- 44 Mercedes Lopez Cantera, *Entre la reacción y la contrarrevolución*.
- 45 Mariela Rubinzal, “La cultura combate en las calles: nacionalismo e industrias culturales en la Argentina de entreguerras”, *Anuario del Instituto de Historia Argentina* 16, n. 2 (2016): e022.
- 46 “Improcedente actitud policial”, *La Hora*, 24/12/1942.
- 47 “Grandes proporciones alcanzó el festival periodístico de ayuda a las democracias”, *Crítica*, 24/12/1942.
- 48 “El atentado contra una emisora argentina”, *Radiolandia*, 23/10/1943, n. 814.
- 49 “Antena Informa”, *Antena*, 25/03/1943, n. 631.
- 50 “Se discuten los estatutos de los partidos políticos para luego llamar a elecciones”, *Crítica*, 13/12/1944.
- 51 “Dicen en Montevideo que en la semana próxima sería reconocido el gobierno argentino por varios países”, *Crítica*, 10/03/1945.
- 52 Osvaldo Graciano, “La agenda política de los estudiantes reformistas en la Universidad Nacional de La Plata, 1918-1946”, em *Juventudes Universitarias en América Latina* (Buenos Aires: H. y A. Ediciones, 2018); César Tcach, “La represión al Partido Comunista en los orígenes del peronismo. Una mirada desde Córdoba”, *Ayer. Revista De Historia Contemporánea* 118, n. 2 (2020): 165-195.
- 53 “Fernando Ochoa agredido por un totalitario”, *Radiolandia*, 30/06/1945, n. 902.
- 54 *Radiolandia*, 30/06/1945, n. 902.
- 55 *Crítica*, 22/06/1945.
- 56 *Ibid.*
- 57 “El atentado contra Radio El Mundo”, *Radiolandia*, 12/01/1946, n. 930.
- 58 *Ibid.*

Somos um:¹ comunidade, pertencimento e ordem entre cadetes da Escuela Penitenciaria de la Nación argentina

Lucía Marina Pereyra

Universidad Nacional de San Martín (UNSAM/CONICET)

As 7h10 da manhã, os e as cadetes entram no *casino*² para tomar o café da manhã. Fazem isso em trote, respeitando uma ordem hierárquica que vai dos de maior aos de menor antiguidade: terceiro ano primeiro, até chegar ao primeiro ano, cujos integrantes devem pedir permissão para se sentar. Mulheres e homens usam o mesmo penteado e vestem uniformes idênticos, respectivamente, e se posicionam nas mesas de acordo com seu gênero e ano de curso. Durante os 15 minutos do café da manhã, alguns permanecem em silêncio enquanto outros conversam em voz baixa. Ao fim, todos permanecem em silêncio, com o olhar fixo à frente e os punhos cerrados apoiados sobre a mesa até que os e as responsáveis anunciam a normativa de formação e se retiram, seguindo a mesma ordem em que entraram, rumo ao pátio para o hasteamento da bandeira.

Essa breve cena revela como, em apenas 15 minutos, entram em jogo os princípios fundamentais que estruturam a vida cotidiana na Escuela Penitenciaria de la Nación (EPN). A rotina organiza corpos e espaços e constrói vínculos hierárquicos: a ordem de entrada e saída, a obrigação de pedir permissão apenas para o primeiro ano, a disposição por gênero e antiguidade, a uniformidade no vestir e na postura. Cada gesto, cada regulação corporal e cada norma implícita constituem um aprendizado incorporado de disci-

plina, sincronia e subordinação. Assim, a vida cotidiana aparece como um dispositivo formativo em que a uniformidade, a ordem e a hierarquia não são meros requisitos administrativos, mas práticas que moldam a identidade dos cadetes como membros de uma comunidade institucionalmente coesa.

A EPN é um instituto educacional destinado à formação dos e das oficiais do Servicio Penitenciario Federal (SPF), a instituição do Estado nacional argentino responsável pela gestão e administração dos estabelecimentos penitenciários de jurisdição federal. A formação, em sua fase inicial, ocorre em regime de internato, que estrutura não apenas os tempos e espaços de vida, mas também as formas de estar e de ser reconhecido. Portanto, os e as cadetes devem desenvolver certas aptidões que lhes permitam consolidar-se e sustentar sua permanência na instituição. Adaptar-se e superar o primeiro ano é vivido como uma instância crítica que implica enfrentar os desafios impostos pelo regime de internato. Em particular, indicam que os vínculos formados entre eles e elas são, para a maioria, um apoio emocional fundamental para conseguir persistir em sua formação como cadete e, especialmente, não abandonar a Escola. Essa experiência de adaptação e de construção de laços solidários não é um fenômeno isolado, mas se inscreve em um debate mais amplo sobre como se produz a ordem em instituições estatais fortemente hierarquizadas.

Nesse sentido, diversos estudos demonstram que a ordem não é imposta apenas por meio de normas formais, mas sim produzida de maneira situada, por meio de práticas cotidianas, relações interpessoais e conhecimento incorporado. A seção seguinte revisa trabalhos focados em três contextos principais – prisões, polícia e sistema prisional – com o objetivo de situar este capítulo em um campo que problematiza a produção da ordem como um processo dinâmico, coproduzido por aqueles que vivem e trabalham nessas instituições.

No caso das unidades penitenciárias pertencentes ao Servicio Penitenciario Bonaerense,³ os trabalhos de Nogueira⁴ e Ángel⁵ mostram como a governabilidade cotidiana na prisão se constrói “de baixo”, por meio de estratégias interacionais e hierarquias informais. A partir da figura do *limpeza*,⁶ esses estudos revelam que o poder penitenciário não é homogêneo nem exclusivamente estatal, mas uma articulação instável entre dispositivos institucionais e códigos locais que regulam a vida coletiva. Em consonância com essa perspectiva, em minha monografia de graduação trabalhei no Centro Universitario San Martín⁷ (CUSAM), explorando como a afetividade, expressa em vínculos e narrativas, pode operar como forma de ancoragem subjetiva e

comunitária dentro do confinamento, mostrando que a agência persiste de maneira ambígua e situada, mesmo em contextos altamente regulamentados.

Por sua vez, os estudos sobre formação policial na Argentina destacam que a ordem e a identidade institucional se constroem tanto por meio de normas formais quanto através de discursos afetivos, trajetórias familiares e práticas corporais. Calandrón,⁸ a partir da experiência profissional dos e das agentes da Policía de la Provincia de Buenos Aires,⁹ e Sirimarco,¹⁰ a partir de seu trabalho de campo na Escuela de Suboficiales y Agentes de la Policía Federal Argentina,¹¹ analisam a noção de “família policial” como metáfora organizadora da pertença institucional. Por outro lado, Ugolini,¹² na Escuela de Policía de la Provincia de Buenos Aires, mostra como a formação molda corpos e emoções para produzir um sujeito policial moralmente diferenciado do “afuera”. Esses trabalhos permitem pensar a comunidade policial como uma unidade coesa, mas também hierarquizada, onde a ordem se legitima por meio de narrativas morais e distinções simbólicas.

No campo específico do Servicio Penitenciario, o trabalho de Galvani¹³ na Escuela de Cadetes do Servicio Penitenciario Bonaerense propõe uma leitura crítica da disciplina, mostrando como os cadetes ressignificam e negociam as normas através de seus corpos, mesmo em contextos de forte regulação. Complementarmente, Mouzo¹⁴ analisa a formação dos e das agentes do SPF, destacando como o regime de internato da EPN modela subjetividades obedientes, resistentes e hierarquizadas por meio de sanções coletivas e práticas de confinamento. Assim, evidencia-se que a Escuela não forma apenas agentes operativos, mas também corpos e afetos institucionalmente significados.

Da mesma forma, diversos estudos brasileiros têm explorado de que forma se constroem comunidade, pertencimento e ordem nas prisões paulistas a partir de pesquisas sobre o Primeiro Comando da Capital¹⁵ (PCC). A dissertação de mestrado de Karina Biondi¹⁶ analisa como os membros do PCC formam uma “coletividade” na qual as identidades individuais se fundem e como o pertencimento se organiza por meio de rituais de inclusão, processos de classificação interna e normas de comportamento compartilhadas, enquanto a ordem se sustenta por princípios coletivos e disciplina transitória. Além disso, Camila Nunes Dias e Ruan Lisboa¹⁷ mostram como o PCC instaurou uma ordem carcerária estável e previsível por meio de um modelo híbrido que combina normas estatais e regras informais, fundamentado na adesão a uma ética criminal e na construção de lealdade e confiança entre os membros. Por sua vez, Nicole de Oliveira¹⁸ enfatiza a

expansão do PCC tanto dentro quanto fora das prisões, descrevendo um sistema de comunidade e pertencimento que inclui assistência às famílias, educação, rituais de ingresso e contribuições obrigatórias, e uma ordem sustentada em um estatuto formal e em um sistema de justiça interno (“Tribunal do Crime”) que regula conflitos, distribui sanções e assegura a coesão coletiva. Esses trabalhos mostram que comunidade, pertencimento e ordem não são estáticos, mas construídos de forma dinâmica, por meio de normas, práticas e vínculos sociais, e oferecem um marco conceitual valioso para situar, a nível regional, os processos de formação e regulação em instituições de segurança e penitenciárias da região.

Em suma, os estudos mencionados coincidem em apontar que a ordem institucional não se impõe de maneira unívoca, mas é disputada no terreno, por meio de relações situadas, negociações práticas e saberes incorporados. Portanto, este capítulo busca contribuir para a complexificação das discussões a respeito do funcionamento efetivo das instituições de controle social. Para isso, propõe-se uma leitura etnográfica da experiência formativa dos e das cadetes do primeiro ano da Licenciatura en Tratamiento Penitenciario dentro da EPN, baseada em observações participantes realizadas durante os anos 2022 e 2023, entrevistas abertas e materiais produzidos pelos e pelas próprias cadetes no marco de uma atividade acadêmica. A proposta parte da tentativa de compreender como se constroem comunidade, pertencimento e ordem em um contexto de alta regulação institucional, como é a Escuela Penitenciaria de la Nación, entendendo que os e as cadetes não são meros receptores de disciplina, mas atores que intervêm ativamente na produção da ordem. Nesse sentido, observar a EPN a partir de uma perspectiva “de baixo” permite iluminar dimensões da vida institucional que costumam permanecer ofuscadas pelas hierarquias formais. Em vez de analisar unicamente o que a instituição produz, o foco se desloca para como ela é produzida socialmente por aqueles e aquelas que a habitam.

A formação na Escola não se limita ao plano institucional formal, mas se complementa com mecanismos informais que surgem da prática cotidiana entre os cadetes. Por meio da experiência compartilhada, as e os cadetes elaboram interpretações próprias sobre o que significa fazer parte da instituição, construindo um saber prático que circula de forma horizontal. Sob uma perspectiva etnográfica, este capítulo busca compreender como se produz esse saber informal, que não substitui nem questiona a ordem institucional, mas a sustenta e reforça por meio de estratégias de adaptação e aprendizagem situadas.

Um corre, todos corremos: comunidade e aprendizagem

A Escuela Penitenciaria de la Nación “Dr. Juan José O’Connor”, localizada no município de Ezeiza, ao sul da província de Buenos Aires, é o espaço de formação das e dos futuros oficiais do Cuerpo General y Cuerpo Administrativo del Servicio Penitenciario Federal (SPF). Esse é o órgão responsável pela gestão dos estabelecimentos penitenciários de jurisdição federal na Argentina. Além de executar as penas privativas de liberdade, o SPF é encarregado da implementação de programas criminológicos voltados à redução da reincidência criminal, ao desestímulo da criminalidade e à contribuição para a segurança pública.

Em 2009, a partir do convênio firmado entre o SPF e a Universidad Nacional de Lomas de Zamora, foi criada a Licenciatura en Tratamiento Penitenciario.¹⁹ O curso tem duração de três anos em regime de internato, de segunda a sexta-feira, período durante o qual homens e mulheres realizam suas atividades separadamente, exceto as aulas acadêmicas, que ocorrem pela manhã, das 8h às 12h. Em caso de receber uma sanção, um(a) cadete pode perder o benefício de saída durante o fim de semana, devendo permanecer dentro da Escola até o fim da semana seguinte. Ao concluir a etapa de formação como cadete, os e as estudantes se formam com o grau de subadjutor(a) (primeira hierarquia da carreira de oficial). Em seguida, devem completar a formação por mais um ano para obter o título de Licenciado(a) en Tratamiento Penitenciario, já sem estarem alojados na Escola.

Além disso, para poder se candidatar, os e as aspirantes devem cumprir certos requisitos, entre os quais se destacam os seguintes: ser argentino(a) (nativo ou por opção), ter entre 17 e 27 anos no momento da entrada, uma altura mínima de 165cm para homens e 162cm para mulheres (requisito não excludente) e ser solteiro(a) e sem filhos durante todo o curso. Durante o primeiro e o segundo ano, usam o uniforme regulamentar, que consiste em paletó e calça azul, camisa branca e sapatos pretos (com salto baixo no caso das mulheres). O paletó conta com apliques: um distintivo com o sobrenome na altura do peito do lado esquerdo do paletó e algumas barras sobre os ombros, cuja quantidade indica o ano em que se encontra (uma barra para o primeiro ano, duas para o segundo, três para o terceiro). Também, exige-se que os homens mantenham o cabelo curto e a barba completamente raspada, e que as mulheres prendam o cabelo em um coque firme e arrumado a três centímetros da nuca.

Na sua maioria, os e as cadetes têm entre 18 e 25 anos, esta é a sua primeira experiência com um curso universitário e chegam à EPN em busca de uma colocação profissional segura. Grande parte deles vem de diferentes províncias da Argentina e, com frequência, vivem próximo a unidades penitenciárias. Muitos e muitas são incentivados por familiares que pertencem a alguma força de segurança, geralmente ao próprio SPF. Outros e outras se sentem atraídos pelas facilidades que a profissão oferece: o recebimento de uma remuneração mensal e a cobertura da obra social do SPF desde a incorporação à EPN. Além disso, a posterior atribuição de um destino dentro dos estabelecimentos penitenciários ou órgãos de apoio, localizados em todo o território nacional, após a graduação. Os e as cadetes aspiram a um plano de carreira de 30 anos de serviço ativo, com 30 dias de descanso anual.

A primeira metade do ano é vivida pelos e pelas cadetes como uma etapa crítica, na qual devem enfrentar o desafio do regime de internato. Os e as estudantes indicam que encontram três tipos de motivação para persistir no esforço de adaptação à Escola: o apoio da família, “manter o foco na meta” pensando que “isso é passageiro” e a “*camaradagem*”.²⁰ Este último fator refere-se ao apoio que se oferecem mutuamente e que lhes serve de sustentação moral no cotidiano. Em particular, a cadete A.C. indica que a maior dificuldade ao ingressar na instituição é abandonar a família. Destacam que, em sua maioria, vêm de diferentes províncias e a única comunicação com seus familiares ocorre por chamada ou videochamada, as quais acontecem apenas durante o fim de semana. Por conta disso, sofrem mudanças emocionais e surgem dúvidas e questionamentos sobre a decisão tomada ao ingressar. Em especial, aponta-se a mudança que implica instalar-se na Escola, na qual devem aprender a viver sozinhos e a conviver com a solidão.

Este sentimento de desarraigo e adaptação forçada longe do ambiente familiar não é exclusivo de A.C., mas aparece reiteradamente nos relatos daqueles que vivenciam seu primeiro ano. Por sua vez, o cadete G.B. compartilha essa percepção e menciona o apoio de seus colegas para enfrentar a situação:

Os que somos de outras províncias estamos longe de nossas famílias e as possibilidades de visitá-las são limitadas, mas recebemos o apoio de nossos *camadas*²¹ que muitas vezes até nos convidam a passar um tempo em jantares ou aniversários de suas próprias famílias. Isso torna mais suportável o decorrer das semanas; inclusive, procuramos nos animar mutuamente e ouvir os problemas que cada um enfrenta. Muitas vezes

estamos passando pelas mesmas situações e tentamos encontrar soluções para elas (Cadete de 1º ano G.B., 2022).

Essa descrição evidencia a importância dos vínculos forjados entre os cadetes para atravessar o regime de internato. A esse respeito, a cadete A.C. sustenta que “a baixa de um afetaria o grupo emocionalmente, já que cada integrante tem o mesmo grau de importância”. E menciona algumas frases recorrentes entre o grupo, como: “somos uno”, “la caída de uno es caída de todos” e “uno corre, todos corremos”.

Nesses relatos se condensa um sentimento de unidade que transcende as expectativas individuais. Ao se constituírem como *camada*, a identidade de cada cadete começa a se definir em relação às demais, e o grupo surge como uma rede de apoio mútuo que amortiza as exigências do confinamento e dá sentido à experiência compartilhada. O erro de um afeta a todos, não apenas pelas consequências institucionais que possa gerar, mas porque compromete um equilíbrio emocional e moral que o grupo construiu coletivamente.

Nesse contexto, entre as cadetes femininas, quando a conduta de alguma *camada* é considerada problemática, deve-se *poner en onda* [dar um toque]. A cadete A.O. explica que isso consiste em reunir algumas companheiras no banheiro da companhia²² para tratar assuntos pendentes ou resolver situações que afetam a convivência. O objetivo dessa prática coletiva não é sancionar, mas reencaminhar a conduta de forma coletiva, sem necessidade de envolver supervisores. A localização dentro do banheiro varia conforme a natureza do tema. Se o problema for grupal – por exemplo, quando uma cadete está desanimada ou visivelmente preocupada –, a conversa costuma ocorrer diante das pias e espelhos. Ali se gera um espaço de apoio para que possa desabafar e compartilhar o que a está afetando, com o propósito de encontrar formas de integrá-la melhor e acompanhá-la. Em contrapartida, se o encontro ocorre no setor central, onde estão os vasos sanitários, é sinal de que se trata de um assunto mais íntimo. Nesses casos, a conversa se restringe a uma ou duas pessoas de confiança, escolhidas por quem precisa falar. Por fim, quando o grupo se reúne ao fundo do banheiro, onde estão os chuveiros, geralmente busca-se resolver conflitos relacionados à convivência: atitudes egoístas ou pouco solidárias que afetam a *camadería* e requerem uma conversa mais direta para recompor o vínculo.

Esse tipo de intervenções mostra como a vida em comunidade não se sustenta apenas através do afeto ou do companheirismo espontâneo, mas

também por meio de formas coletivas de regulação. A prática de *poner en onda* exemplifica uma modalidade de cuidado que não exclui a correção: trata-se de uma estratégia interna, gerida pelo próprio grupo, que permite abordar condutas consideradas problemáticas sem recorrer à sanção formal. Tal como explica a cadete A.O., essa instância combina apoio emocional, escuta ativa e delimitação dos valores esperados de cada integrante. Nesse sentido, o cuidado entre cadetes não se opõe à ordem, mas se torna um de seus suportes centrais. Ou seja, a comunidade se constrói em diálogo com a ordem que se deseja sustentar.

Por conseguinte, a vida cotidiana na EPN não é regida apenas pelas normas escritas do regulamento institucional. Grande parte da ordem social entre os cadetes se organiza em torno de regras não escritas que regulam a convivência, definem o que é certo ou errado em termos morais e orientam as formas legítimas de pertencimento. Essas regras não são elaboradas pela autoridade formal, mas emergem da interação constante entre aqueles que compartilham o regime de internato. Trata-se de acordos tácitos, práticas aceitas, gestos valorizados ou malvistas, que configuram uma forma de vida comum dentro do confinamento formativo. Em um tecido institucional que impõe formas diferenciadas de organização e papéis específicos, as cadetes e os cadetes desenvolvem códigos que só fazem sentido dentro da comunidade que os compartilha. O cuidado entre iguais convive com estruturas de condução que definem responsabilidades e hierarquias internas, e é aí que se configura uma comunidade sustentada no afeto e no cuidado mútuo em relação à organização disciplinar.

A vida no internato se organiza em companhias separadas por gênero, cada uma com seu próprio esquema de condução. A companhia de cadetes femininas está a cargo de três cadetes do terceiro ano (femininas) e duas instrutoras oficiais, enquanto a companhia de cadetes masculinos conta com três cadetes do terceiro ano (masculinos) e dois instrutores oficiais. Embora as e os cadetes responsáveis ainda não possuam um grau hierárquico oficial, sua antiguidade e trajetória na Escola os posicionam como figuras de autoridade diante daqueles que acabam de ingressar. São eles que coordenam as rotinas diárias, ensinam as normas de conduta e orientam a vida coletiva dentro do confinamento formativo. Esse papel intermediário – sem posto formal, mas com poder prático – os converte em mediadores fundamentais entre as e os cadetes do primeiro ano e os quadros institucionais. A cadete C.M. assinala que a função das e dos responsáveis consiste em orientar os demais anos, compartilhando com eles os conhecimentos e experiências que

acumularam ao longo de sua passagem pela Escola. Sua tarefa não se limita a dar instruções: corrigem a forma como são executadas as rotinas diárias, o alinhamento pessoal, o modo de falar e de responder aos superiores e, em geral, tudo aquilo que diz respeito ao desempenho como cadete. Embora ainda não tenham se formado, as e os responsáveis têm autoridade para dar ordens no cotidiano e, ao conviverem na mesma companhia, sua presença é constante, funcionando como um guia – e também como uma referência – para aqueles que acabam de ingressar.

Pois bem, o vínculo entre cadetes e responsáveis não se configura unicamente como vínculos de subordinação. Pelo contrário, muitas vezes se expressa por meio do cuidado, da orientação e do acompanhamento afetivo. A cadete C.M. relata que, no caso do *efectivo*²³ feminino, a convivência entre responsáveis e cadetes favorece o desenvolvimento de certa cumplicidade, a partir da qual as responsáveis assumem uma atitude protetora e, com o tempo, “desenvolvem um instinto maternal”. De fato, quando esse tratamento carinhoso se expressa diante de outros, costuma ser motivo de brincadeiras: entre risadas, alguns as chamam de “mamás”, uma maneira de marcar (ainda que em tom jocoso) que ultrapassaram os limites do estritamente hierárquico. Nesse sentido, a convivência entre cadetes de diferentes anos evidencia uma trama complexa, em que o afeto e a autoridade não se excluem mutuamente, mas se articulam em modos singulares de relação entre aqueles que compartilham o regime de internato.

Essas dinâmicas afetivas não constituem uma exceção, mas fazem parte do cotidiano do regime de internato. Longe de uma lógica puramente disciplinar, a hierarquia também se exerce em gestos de ensino sobre a vida diária: desde mostrar como se deve arrumar a cama, ou como fazer o coque regulamentar, até oferecer apoio emocional em momentos de crise. O reconhecimento dessas figuras baseia-se na legitimidade construída a partir do exemplo e do saber acumulado ao longo dos anos que atravessaram na Escola, mas não se esgota nisso.

De fato, grande parte do aprendizado cotidiano ocorre nesse entrelaçamento entre hierarquia e companheirismo. Aprender a “fazer bem” uma tarefa muitas vezes não depende apenas da instrução oficial, mas da transmissão entre pares. Esse ensino entre iguais não apenas permite uma adaptação mais rápida ao regime, como também constrói formas de pertencimento e reconhecimento dentro do grupo. Por exemplo, quando alguém se esquece de arrumar a cama ou deixa o uniforme desorganizado, o castigo formal poderia resultar em sanções. No entanto, é comum que um colega mais

experiente intervenha antes, arrume discretamente ou avise o outro com antecedência. Esses gestos reforçam uma lógica de controle comunitário na qual se privilegia o cuidado coletivo e a proteção mútua, mas também consolidam hierarquias informais entre aqueles que “sabem como fazer as coisas” e aqueles que ainda não sabem.

Um elemento central nessa construção de comunidade entre cadetes é a valorização do compromisso e da solidariedade. Ajudar um colega em um momento difícil, compartilhar itens de higiene ou encobrir alguém diante de um superior são ações cotidianas valorizadas positivamente. Em contrapartida, aqueles que agem com desinteresse, apontam as falhas dos outros ou se mostram soberbos costumam ser alvo de comentários críticos ou diretamente marginalizados. Em particular, costuma-se dizer que essas pessoas “se *empacharon*”,²⁴ uma forma irônica de indicar que se deixaram levar por sua boa reputação entre os superiores e perderam o sentido de reciprocidade. Essas dinâmicas, longe de serem excepcionais, fazem parte de uma política interna que permite regular a convivência fora dos canais formais.

Em conjunto, os relatos das e dos cadetes apresentados até aqui permitem observar como a vida no internato configura simultaneamente um espaço de comunidade e de hierarquia. Por um lado, o acompanhamento entre pares, a transmissão prática do saber e as estratégias de cuidado mútuo reforçam o sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham uma mesma condição, especialmente nesse contexto de isolamento afetivo. Por outro, a supervisão constante das e dos responsáveis, as avaliações implícitas sobre o desempenho e as regras não escritas que organizam as interações marcam distâncias e hierarquias internas. A experiência de “ser cadete”, portanto, não se reduz a uma identidade fixa: é um posicionamento relacional que se constrói dia após dia no vaivém entre solidariedade horizontal e diferenciação vertical.

Por outro lado, a posição ocupada pelos cadetes do terceiro ano evidencia a maneira como a hierarquia se materializa na experiência cotidiana. As e os responsáveis representam o primeiro elo da cadeia hierárquica que as e os cadetes enfrentam ao ingressar. São a autoridade mais próxima, aquela com quem se relacionam diariamente e por meio da qual aprendem, ao mesmo tempo, como se comportar e como obedecer. Nesse vínculo, a subordinação não se ensina apenas com palavras, mas se experimenta: acata-se enquanto se aprende. Assim, a hierarquia torna-se uma prática incorporada (internaliza-se ao colocá-la em ação), e a distância em relação aos responsáveis

converte-se em uma forma concreta de compreender “o lugar” que cada pessoa ocupa dentro da instituição. Da mesma forma, para quem acaba de ingressar, as e os responsáveis condensam o modelo do que é preciso chegar a ser. Embora não compartilhem exatamente a mesma vida no internato, sua presença constante funciona como lembrete das exigências institucionais e como veículo de transmissão do que se espera.

Além disso, as práticas de afeto e cuidado que as e os cadetes desenvolvem na construção de sua comunidade não surgem de forma espontânea nem respondem a uma condição pré-existente à Escola. Pelo contrário, são produto da experiência compartilhada no regime de internato e do processo de instrução penitenciária. Trata-se de saídas coletivas e criativas que as e os próprios cadetes elaboram como formas de adaptação ao contexto. Em vez de se oporem diretamente à ordem, essas práticas permitem que se apropriem da disciplina e contribuam para seu sustento a partir de uma dimensão afetiva. Essa comunidade não funciona apenas como um apoio emocional que favorece a permanência, mas também como um espaço de aprendizado informal entre pares, onde se transmitem saberes e códigos necessários para a adaptação. Por meio de vínculos horizontais, as e os cadetes ensinam-se mutuamente o que se espera deles, como se comportar e como encarnar o modelo do “bom cadete”. Assim, a adaptação à vida na Escola depende tanto da internalização hierárquica mediada pelas e pelos responsáveis quanto das formas de socialização que constroem entre si, nas quais o afeto, o cuidado e o ensino entre pares se tornam recursos-chave para sustentar a ordem institucional.

Para que no sean cachivaches: hierarquia e pertencimento

Na EPN, cada ação cotidiana é regulada por um protocolo preciso: há uma maneira específica de arrumar a cama, de fazer o coque, de hastear a bandeira, de servir o mate cozido, de saudar, de entrar e sair de um espaço. Essas formas não são apenas detalhes organizativos; são modos pelos quais a ordem hierárquica se faz corpo, gesto e ação. A hierarquia institucional não se expressa unicamente em patentes formais ou sanções disciplinares, mas se materializa no cotidiano por meio de procedimentos estabelecidos, distribuições espaciais, cores distintivas e papéis atribuídos. Cada coisa e cada momento têm uma forma “correta” de ser realizados.

Como relata a cadete A.B., todas as jornadas acadêmicas começam com o hasteamento da bandeira nacional argentina, uma cerimônia que, embora

simples, condensa múltiplas formas de controle e autoavaliação. A tarefa fica a cargo de dois cadetes do primeiro ano, que se revezam diariamente de acordo com seu gênero. “É importante realizar bem o hasteamento”, explica A.B., “isso significa ficar firme, sem se mover, que a bandeira esteja bem esticada e não toque o chão”. Uma vez finalizado o ato, os e as bedéis²⁵ devem informar aos oficiais superiores se o hasteamento foi realizado “com” ou “sem” novidades.²⁶ A diferença entre ambas as categorias pode parecer pequena, mas adquire grande relevância na lógica institucional: se a bandeira se enroscou, se tocou o chão ou se houve qualquer outra irregularidade, informa-se como novidade e isso se torna objeto de atenção e possível sanção. Esse exemplo permite observar como, mesmo nas práticas mais simples e previsíveis, a disciplina e a lógica hierárquica estruturam a ação. Cada movimento deve ser realizado de um modo específico e cada procedimento deve ser validado.

Do mesmo modo, a cadeia informativa é contínua, já que, depois desse relatório inicial, os e as bedéis devem reportar aos e às bedéis gerais do terceiro ano as “novidades sobre o efetivo”, ou seja, o número de presentes, ausentes e cadetes dispensados por motivos de saúde naquele dia. O sistema de “novidades” não é uma mera formalidade: organiza uma gramática institucional em que cada desvio – por menor que seja – deve ser registrado e comunicado. Assim, a cadeia de comando não se exerce apenas em momentos excepcionais, mas se reproduz cotidianamente por meio de relatórios e supervisões que legitimam ou corrigem o desempenho.

Por outro lado, essa lógica hierárquica também se estende a outras práticas cotidianas, como a preparação do café da manhã. Nelas, as hierarquias tornam-se tangíveis até mesmo nos objetos que se manipulam, nos turnos que se respeitam e nos gestos que se esperam. O cadete N.B. descreve em detalhe em que consiste a “*fajina*²⁷ de *casino*” durante o momento do café da manhã:

A atividade consiste em preparar a mesa para o café da manhã de todo o efetivo. Primeiro colocam-se as xícaras, oito por mesa; em segundo lugar, as colheres (também oito) e as geleias, duas por mesa; e, em terceiro, as cestas de pão, que são categorizadas por cores: cinza para o 3º ano, brancas para o 2º e amarelas para o 1º. É uma cesta com oito pães para cada mesa. Depois das cestas, coloca-se o mate cozido, uma jarra por mesa. Uma vez terminadas todas as mesas, os *fajineros* são autorizados a tomar café da manhã antes que chegue o restante. Quando o efetivo se retira, os *fajineros* têm cinco minutos para deixar tudo em ordem (Fragmento de descrição da cadete do 1º ano N.B., junho de 2022).

Esse relato evidencia como a ordem hierárquica não apenas organiza as relações entre pessoas, mas também distribui objetos, tempos e tarefas. Não se trata simplesmente de quem tem mais autoridade, mas de como essa autoridade é codificada. A ordem, portanto, não é apenas simbólica: ela se materializa nas cores, nos turnos, nas formas de circulação. Nesse sentido, o café da manhã é mais do que uma rotina alimentar, é uma cena pedagógica que inscreve hierarquias por meio do que há de mais cotidiano e sutil. A Escola não apenas forma futuros oficiais, mas também molda suas percepções sobre o lugar que ocupam – e deverão ocupar – dentro de um sistema em que cada coisa tem seu lugar e sua lógica de subordinação.

Na EPN, cada gesto tem sentido porque faz parte de um sistema de signos: a cor da cesta de pão, a ordem para se retirar, quem solicita o relatório e como, quem fica para limpar etc. Esse sistema não é evidente ao ingressar: aprende-se, decodifica-se, interioriza-se. Essas gramáticas são aprendidas na prática, interpretadas na interação cotidiana e sustentadas pela vigilância mútua entre pares.

A disciplina é uma linguagem que os corpos devem aprender a falar. Ser cadete na EPN implica aprender a agir como tal: saber como caminhar, ficar em pé e saudar. E, como apontam os cadetes, implica também “ter caráter”. Nesses termos, o “caráter” se manifesta como uma qualidade performativa, observável na forma de “gritar” ao responder, na postura corporal rígida e na ausência de gestos faciais ao formar, e na execução intensa das tarefas atribuídas, a ponto de que o “desespero” seja interpretado como sinal de compromisso.

Mais precisamente, pode-se entender o caráter como um componente central do sistema de reputações que atravessa a vida interna da Escola. Nesse contexto, “ter caráter” significa ocupar um lugar visível e reconhecido dentro da comunidade. No entanto, esse sistema de reputação também produz seus contrários. No extremo oposto daqueles que conseguem se destacar de forma positiva, surgem figuras que condensam o mau exemplo. Tal é o caso do *cachivache*,²⁸ termo que se utiliza cotidianamente dentro da EPN para designar os cadetes que não alcançam os níveis de desempenho, responsabilidade ou destreza esperados pelo grupo. Trata-se de uma categoria informal, mas altamente eficaz para estabelecer fronteiras morais dentro do coletivo. A cadete P.A. explica isso com clareza ao definir o *cachivache* como “um cadete a quem falta ser mais ativo, organizado e rápido”.

Essa designação não apenas descreve uma falta de habilidades, mas funciona como um aviso coletivo. Segundo o relato, depois de terminar a

fajina no cassino, os e as responsáveis do 3º ano reúnem todos os *fajineiros* e lhes indicam em que devem melhorar, insistindo para que realizem bem as funções “para que não sejam *cachivaches* no futuro”. Nesse sentido, o *cachivache* não é simplesmente alguém que falha, mas alguém que não consegue encarnar adequadamente o papel de cadete. Sua menção opera como um lembrete permanente do que não se deve ser. A categoria atua tanto como mecanismo de disciplinamento entre pares quanto como dispositivo de classificação moral.

Nessa lógica reputacional, a pertença à Escola não se define apenas pela obediência às normas formais, mas pela capacidade de manter certa visibilidade legítima diante dos superiores. Existe também entre os cadetes o chamado *fantasma*, que se esforça para passar despercebido, evitando toda exposição desnecessária. No entanto, essa tentativa de invisibilidade não escapa aos dispositivos morais internos do grupo. Como expressou um cadete durante uma conversa informal: “O bom de ser *fantasma* é que você não se expõe, mas cedo ou tarde vão começar a exigir mais de você, para que forme o caráter.” Nesse sentido, a tentativa de evitar o julgamento acaba produzindo o contrário: quem tenta não ser visto acaba sendo notado precisamente por sua ausência.

Assim, a figura do *fantasma* ilustra um paradoxo de pertença: mesmo aqueles que tentam se retirar do jogo reputacional permanecem inscritos nele. Ser cadete não implica apenas cumprir as regras visíveis, mas também aprender a jogar – e sobreviver – dentro de um campo de julgamentos mútuos, classificações e avaliações informais que regulam, em última instância, quem pertence e quem fica à margem.

Toda comunidade moral requer não apenas exemplos positivos, mas também negativos que funcionem como advertência e reforcem os limites do grupo.²⁹ A pertença, portanto, não se define unicamente pela permanência formal no regime de internato, mas pelo reconhecimento – positivo ou negativo – que se inscreve no olhar dos outros. Mesmo aqueles que buscam evitar essa exposição, como os *fantasmas*, acabam sendo lidos, nomeados e situados dentro de um mapa reputacional que organiza a vida cotidiana.

Em definitivo, as figuras do *cachivache* e do *fantasma* condensam duas formas distintas de desalinhamento com o ideal do “bom cadete”. O primeiro representa o fracasso visível: quem não consegue estar à altura do ritmo, do compromisso ou das expectativas coletivas. O segundo, por sua vez, encarna a tentativa de não ficar sob o radar, de eludir o olhar de superiores e pares.

Mas ambos, em sua diferença, iluminam um mesmo fenômeno: a maneira como a comunidade de cadetes constrói – e vigia – sua própria ordem.

Nesse sentido, o caráter não é uma propriedade individual, mas uma construção relacional, situada e continuamente posta à prova. Na EPN, aprender a ser cadete implica, também, aprender a ser alguém para os outros: construir uma presença que seja lida como legítima dentro do universo hierárquico e normativo que os cadetes habitam e reproduzem. A linguagem da disciplina não apenas se aprende, mas também se atua e se diz: ela também é avaliada, narrada e disputada entre pares. Por isso, categorias informais como *cachivache* ou *fantasma* não são simplesmente apelidos, mas formas locais de intervenção sobre a conduta, que sustentam e complexificam o regime disciplinar “de baixo para cima”.

Em síntese, o caráter ritualizado da vida no internato constitui um aprendizado fundamental para quem ingressa. Não se trata apenas de se adaptar a novas rotinas, mas de incorporar uma lógica hierárquica que atravessa o visível e o invisível e que comunica um posicionamento dentro de uma cadeia de comando. Nesse entramado institucional, onde cada gesto conta, a hierarquia se encarna em disposições corporais, tons de voz, intensidades de movimento e modos de estar. Aprender a ser cadete, nesse sentido, é tanto aprender a prestar contas quanto demonstrar desespero ao executar uma tarefa diante de um superior. Pertencer à Escola implica performativizar um ideal de cadete que deve ser reconhecido pelos demais como tal.

Está tudo permitido até que te vejam: a ordem em jogo

Uma vez superado o impacto inicial do confinamento e adquiridas as regras básicas do regime, os e as cadetes começam a se mover com maior desenvoltura dentro da Escola. Já não se trata apenas de se adaptar, mas também de aproveitá-la da melhor forma possível: reconhecer os limites do controle, interpretar os climas institucionais e desenvolver práticas que lhes permitam ganhar tempo, conforto ou benefícios sem chamar atenção. Essa fase do processo formativo não implica uma ruptura com a ordem, mas uma forma de habitá-la com desenvoltura e astúcia. Nesse sentido, as rotinas diárias deixam de ser vividas exclusivamente como imposições externas e passam a ser reconfiguradas por aqueles que as praticam.

Como relata a cadete A.B., depois da prática de desfile³⁰ eles têm apenas cinco minutos para tomar banho e se preparar antes de descer para o lance.³¹ Esse momento, que poderia ser vivido com ansiedade pela exigência

do tempo, torna-se para muitos uma competição lúdica: “aproveitamos para ver qual grupo, se o feminino ou o masculino, está pronto primeiro”, comenta, com certa cumplicidade. Esse tipo de prática ilustra como, à medida que ganham familiaridade com as rotinas, os e as cadetes não apenas as executam mecanicamente, mas começam a apropriá-las e dotá-las de novos sentidos. O que num primeiro momento era vivido como uma exigência vertiginosa – banhar-se, trocar de roupa, apresentar-se em menos de cinco minutos – passa a ser agora uma competição informal entre companhias. O controle do tempo já não responde apenas à pressão institucional, mas também ao desejo de superar-se entre pares, introduzir o jogo e fortalecer o espírito coletivo. Assim, a rotina se transforma em termos de sociabilidade e afirmação grupal: a rotina torna-se competição, ressignificando a exigência em termos lúdicos.

Nesse novo momento, as normas permanecem presentes, mas se transformam em terreno de experimentação prática. Os e as cadetes aprendem que a autoridade tem fissuras, que o regulamento convive com hábitos não escritos e que existem gestos que podem ser tolerados – ou punidos – dependendo do contexto. Por exemplo, a cadete M.A. comenta: “para o fim da aula [acadêmica] pedimos permissão aos professores para ir ao banheiro pentear o cabelo, tirar fiapos e ajeitar as rugas da roupa, e assim estar bem quando *pasen revista*”.³² E “outra esperteza do cadete é esconder doces nos bolsos para comê-los quando não estão nos vendo”. Surgem então esse tipo de acordos informais e formas de contornar certas restrições sem questioná-las abertamente.

Como dizem entre os cadetes: “aqui está tudo permitido até que te vejam”. Nessa frase se condensa uma ética da transgressão discreta, na qual cada passo requer medir o humor do superior, o olhar alheio ou a oportunidade certa. Essas transgressões, aparentemente menores, fazem parte de um aprendizado mais amplo: o de saber se mover dentro de uma ordem que impõe hierarquias formais, mas que também deixa espaços para negociação, cumplicidade e interpretação, permitindo aos e às cadetes construir uma inteligência prática, sustentada na compreensão fina do entorno.

Diante de um regime que busca ordenar cada gesto, pessoa e objeto, os e as cadetes desenvolvem saberes situados que lhes permitem cumprir as exigências sem se entregar por completo à sua lógica. Essa capacidade remete ao que Michel de Certeau³³ chamou de “táticas”: práticas criativas de quem, sem deter o poder de definir as regras, encontra margens dentro do sistema para adaptá-lo às suas necessidades. A cadete M.A. assegura que as

práticas que desenvolvem para não serem sancionadas dependem da “viveza” (esperteza) de cada uma. E oferece um exemplo claro ao descrever o que acontece durante a “revista de armários” na companhia feminina. O armário é um móvel individual com três prateleiras e um cabideiro, no qual cada cadete deve guardar, de forma organizada e regulamentar, seus pertences pessoais, incluindo uniformes e artigos de higiene. Durante a inspeção, o mínimo detalhe fora do lugar – como um cabelo em um pente ou uma dobra em uma peça – pode gerar uma observação ou sanção. Diante disso, conta M.A., as cadetes desenvolvem táticas que lhes permitem evitar sanções sem se expor: “Usamos dois pentes, um limpo que fica sempre no armário para passar a revista e outro que usamos de fato e levamos conosco, porque, se encontrarem um cabelo no pente do armário, nos chamam a atenção”. Isso também ocorre com os uniformes: “Deixamos um pendurado, que não usamos, para que pareça perfeito, e os demais guardamos no fundo, em sacos pretos, escondidos”.

Esse relato revela uma lógica meticulosa de camuflagem: não se trata de eliminar a desordem, mas de torná-la invisível. A tática não busca alterar a norma, mas contorná-la por meio de estratégias e antecipação. É uma inteligência prática que exige conhecer em detalhe tanto as exigências institucionais quanto os pontos cegos do controle. Cada movimento é calculado para sustentar uma aparência impecável, embora por trás se organize uma rede de pequenos desvios.

Essas táticas não se limitam ao espaço da companhia. Elas também aparecem no uso do corpo e do tempo: pentear-se escondido no banheiro antes de sair de uma aula, esconder doces nos bolsos ou usar dois pentes para evitar a desordem. Como destaca a própria cadete, essas práticas se apoiam em uma astúcia que é socialmente valorizada entre os pares e que, por sua vez, define uma forma de reputação informal. Quem consegue transgredir as normas sem ser descoberto não apenas mantém seu privilégio (por exemplo, a folga ou a boa reputação), mas também demonstra uma capacidade de adaptação que gera reconhecimento. Nesse sentido, a habilidade de esconder, simular ou disfarçar não é apenas um recurso de sobrevivência, mas também uma maneira de exercer certo poder dentro de uma estrutura altamente hierarquizada. Saber como driblar as inspeções sem provocar conflito ou como escapar a tempo de uma sanção são formas de ler o ambiente e posicionar-se nele. Em uma instituição onde o mérito está formalmente associado ao cumprimento rigoroso das normas, a astúcia surge como um saber alternativo, não oficial, mas altamente eficaz.

Embora as transgressões cotidianas abram margens de ação, elas não se desdobram em um vazio. A ameaça da sanção – e, com ela, a perda do franco, um dos privilégios mais valorizados – funciona como lembrete constante dos limites. O controle não se exerce apenas a partir dos quadros institucionais formais, mas também através da vigilância praticada pelas e pelos encarregados que, como já foi mostrado na seção anterior, são cadetes do terceiro ano que representam uma autoridade consolidada pela experiência.

Os vínculos com esses superiores imediatos estão marcados por uma ambivalência. Por um lado, ensinam, orientam e cuidam. Por outro, observam, corrigem e delatam. As relações não se explicam unicamente em termos de obediência formal ao regulamento, mas também na maneira como se constroem os vínculos cotidianos. Como mostra a cadete P.A., o que está em jogo muitas vezes não é tanto o que se faz, mas como se é interpretado: “Os encarregados não gostam que os homens conversem muito com as mulheres porque dizem que estão *dulceando*”³⁴ e continua: “Também não gostam que um cadete se junte muito com outro cadete superior, porque, se acontece, acham que ele se *empachó* e o repreendem na frente dos outros.” Esses comentários revelam a existência de um sistema sutil de vigilância moral, no qual a transgressão nem sempre está no que se faz, mas em como e com quem se faz. Falar demais, mostrar-se demasiado à vontade com os superiores ou interagir com um cadete de outro gênero pode ser interpretado como falta de comportamento.

Então, a transgressão não se define unicamente por desobedecer às regras explícitas, mas por adotar atitudes que possam ser interpretadas como uma proximidade excessiva, uma confiança indevida ou uma falta de recato diante da hierarquia. Essas formas de controle simbólico não são simplesmente coercitivas: também ensinam a se mover em um campo saturado de códigos não ditos. As e os cadetes aprendem a calibrar suas ações segundo o olhar dos outros, a agir com moderação, a não se expor. A sanção – embora nem sempre se concretize – torna-se uma possibilidade latente que organiza a conduta cotidiana e molda os vínculos: saber quando calar, como cumprimentar, com quem falar, o que evitar para não receber uma repreensão pública e tornar-se um exemplo disciplinador da conduta para o grupo.

Aprender a ser um “bom cadete” não implica apenas cumprir as regras explícitas, mas também incorporar os códigos implícitos que regem a vida cotidiana na Escola. Trata-se de conhecer, interpretar e reproduzir pautas de comportamento tácitas que nem sempre estão formalizadas, mas que são fundamentais para ser reconhecido como parte da comunidade. De fato,

desde simular a ordem do armário até evitar mostrar-se em contato com um cadete de outro gênero, o importante não é tanto que não haja transgressão, mas que esta não seja visível. Portanto, em um contexto altamente normatizado como a Escola, a regra não implica necessariamente seu cumprimento e, inclusive, o aparente cumprimento pode ser apenas isso, aparência. Existe um mundo oculto, subjacente e dinâmico onde as normas são habitadas, reinterpretadas e negociadas, mas raramente questionadas.

Em suma, as e os cadetes aprendem a se mover em um terreno saturado de regras visíveis e invisíveis, onde a transgressão discreta, a camuflagem e os avisos dos encarregados configuram um saber prático indispensável para “parecer” e ser reconhecidos como bons cadetes. Dessa forma, a Escola não apenas incute disciplina de cima para baixo, mas também se reproduz “de baixo para cima”, nas táticas, negociações e aprendizados cotidianos que as e os próprios cadetes elaboram para habitá-la. As pequenas transgressões, longe de questionar a ordem, a reafirmam e a tornam habitável, mostrando que a vida institucional se sustenta na tensão entre obediência e astúcia, sanção e reconhecimento.

Conclusões

Este capítulo se propôs a compreender como se constroem comunidade, pertencimento e ordem em um espaço altamente regulamentado como a Escuela Penitenciaria de la Nación, observando a experiência formativa das e dos cadetes a partir de uma perspectiva etnográfica. Longe de considerar a disciplina como um mecanismo vertical imposto de forma unívoca, a análise mostrou que a ordem institucional também se produz entre pares, nas interações cotidianas, na afetividade compartilhada, nos gestos de cuidado, nos aprendizados informais e nas hierarquias simbólicas que organizam a vida no internato.

A experiência de ser cadete implica muito mais do que o cumprimento de normas explícitas: envolve aprender a se mover dentro de um universo saturado de códigos implícitos, onde cada gesto comunica, é interpretado e sancionado. Nesse contexto, as e os cadetes desenvolvem formas de agência situadas que lhes permitem não apenas se adaptar ao regime institucional, mas também sustentá-lo e reproduzi-lo por meio de práticas de cuidado, táticas, classificações e reconhecimento mútuo. Longe de opor resistência direta, a reprodução da ordem ocorre de forma adaptativa: se encarna, se negocia e se transmite entre pares, especialmente em figuras ambíguas como

as e os encarregados, que, sem deixar de ser cadetes, exercem autoridade disciplinar e ensinam a partir da experiência.

Assim, este trabalho contribui para os debates sobre a produção de ordem além da dimensão normativa em instituições de controle social, mostrando que o processo formativo na EPN não se esgota na instrução formal, mas envolve um aprendizado informal e horizontal que produz saberes práticos e uma comunidade situada. Observar a Escola a partir da perspectiva de quem a habita permite visibilizar essa dimensão relacional da ordem institucional, muitas vezes ofuscada pelas hierarquias formais, e compreender que o pertencimento não é dado, mas se constrói dia a dia, no vínculo com os outros, nos silêncios e advertências, na resistência e no parecer.

Por fim, embora este capítulo tenha se centrado em uma leitura etnográfica do presente da EPN, é pertinente abrir novas linhas de pesquisa que articulem essa perspectiva com uma visão histórica. Investigar como se configuraram ao longo do tempo as práticas de formação, os dispositivos disciplinares e os sentidos de pertencimento nas forças de segurança permitiria situar essas experiências em processos mais amplos na Argentina e na região, oferecendo assim um marco mais completo para compreender continuidades e transformações na construção estatal das subjetividades penitenciárias.

Notas

- 1 O itálico será utilizado para dar conta de categorias empregadas especificamente pelas e pelos interlocutores do campo de estudo, assim como expressões textuais.
- 2 Espaços de uso comum para racionamento e recreação em instituições, que podem ser hierarquizados, são denominados cassinos ou refeitórios/áreas de vivência. Na Escola Preparatória de Navios (EPN), a estrutura comum é dividida hierarquicamente para atender separadamente cadetes e oficiais.
- 3 O Servicio Penitenciario Bonaerense é uma força de segurança pertencente à província de Buenos Aires (Argentina) que se encarrega da custódia e guarda dos processados e da execução das sanções penais privativas de liberdade dentro dessa jurisdição.
- 4 Gonzalo Nogueira, *El orden indecible: Configuraciones del confinamiento social en una cárcel del conurbano bonaerense* (Tese de doutorado, Universidad Nacional de San Martín, 2017).
- 5 Luis A. Ángel, *La política acá la hacemos nosotros”: Relaciones de gobernabilidad y jerarquización en una cárcel bonaerense* (Monografia de graduação, Universidad Nacional de San Martín, 2015).
- 6 Ángel esclarece que o termo “limpieza”, como construção de categoria nativa, refere-se a quem mantém a ordem no pavilhão e em outros espaços, e, especificamente, a quem funciona como elo entre os detentos e os agentes penitenciários.
- 7 O CUSAM é um espaço educativo que depende da Universidad Nacional de San Martín, situado dentro do Complexo Penitenciário nº 48, no noroeste da província de Buenos Aires, que oferece cursos de graduação e oficinas tanto para presas e presos quanto para agentes do Servicio Penitenciario Bonaerense.
- 8 Sabrina Calandrón, *La sagrada familia y el oficio policial. Sentidos del parentesco en trayectorias y prácticas profesionales cotidianas* (Monografía final, Maestría en Estudios de Familia, Universidad Nacional de San Martín, 2011).
- 9 A Polícia de la Provincia de Buenos Aires é a força de segurança encarregada de manter a ordem pública e proteger os cidadãos no território da província de Buenos Aires, Argentina.
- 10 Mariana Sirimarco, “A ‘família policial’: Vinculações e implicações entre relato e instituição”, *Mana* 19, n. 3 (2013): 559-580.
- 11 A Policía Federal Argentina é uma instituição civil armada que cumpre funções de segurança e judiciais no território das províncias e da capital da Nação, dentro da jurisdição do Governo Nacional.
- 12 Agustina Ugolini, “Uniformando las conductas: Corporalidades legítimas en la Escuela Bonaerense de Policía”, *Questión. Revista Especializada en Periodismo y Comunicación* 1, n. 43 (2014).
- 13 Iván Galvani, “Si te quedás pensando te vuelan la cabeza. Técnicas corporales, disciplina y reflexividad en la Escuela de Cadetes del Servicio Penitenciario Bonaerense”, *Jornadas de Cuerpo y Cultura de la UNLP* (La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2008).
- 14 Karina Mouzo, “El cuerpo penitenciario”, *Delito y Sociedad. Revista de Ciencias Sociales* 3 (2012): 89-106.
- 15 O Primeiro Comando da Capital é uma organização criminosa brasileira que estabeleceu e mantém uma ordem carcerária nas prisões paulistas e que também opera no mundo do crime fora das cadeias. Foi fundada em 31 de agosto de 1993 em uma unidade penitenciária no interior de São Paulo, especificamente no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, conhecido como “Piranhão”. Seu mito fundacional é a Massacre de Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, que deixou 111 presos mortos.

- 16 Karina Biondi, *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos (2009).
- 17 Camila Nunes Dias e Ruan Lisboa, “El orden carcelario construido por el PCC en São Paulo: un abordaje que articula la investigación tradicional y la reflexividad a partir de la vivencia personal”, *Prisiones. Revista electrónica del Centro de Estudios de Ejecución Penal* 2, n. 3 (2023): 47-66.
- 18 Nicole de Oliveira, *As influências do crime organizado: um olhar a partir do Primeiro Comando da Capital (PCC)*. Monografia de graduação, Universidade Federal de Santa Maria (2016).
- 19 No ano 2024, o convênio foi encerrado e a Licenciatura em Tratamiento Penitenciario deixou de incorporar novas turmas de cadetes.
- 20 O termo refere-se à relação que mantém entre si as e os cadetes por pertencerem à mesma “camada” (turma) de ingressantes.
- 21 Dentro da EPN, as e os cadetes usam a expressão “camada” para se referir às colegas e aos colegas com quem compartilham a mesma coorte de ingresso na Escola.
- 22 Chama-se “compañía” o espaço onde se alojam as e os cadetes. Estas se dividem por gênero e, dentro de cada uma, as e os cadetes se organizam segundo o ano de formação.
- 23 Dentro da EPN, o termo “efectivo” faz alusão ao conjunto total de pessoas que compõem um grupo, nesse caso, de cadetes de todos os anos.
- 24 No contexto da EPN, este termo é usado para se referir ao erro que cometem as e os cadetes ao exagerar sua confiança em si mesmos, especialmente no que diz respeito ao seu desempenho e ao vínculo com os superiores.
- 25 Chama-se “bedel” a(o) cadete que cumpre a função de responsável pelas tarefas administrativas e gerais do grupo. Esse cargo geralmente dura toda a semana.
- 26 Considera-se novidade toda informação que deve ser transmitida às e aos superiores, sendo o critério dependente de quem e quando deve prestar contas.
- 27 O termo “fajina” faz alusão à tarefa de manutenção e limpeza; portanto, no caso da EPN, “fajiner(a)” é aquele ou aquela que está encarregado(a) da gestão e limpeza de alguma área comum designada.
- 28 Termo pertencente ao lunfardo rioplatense. Em uma de suas acepções, refere-se a uma pessoa que gosta de fazer coisas incoerentes ou fora de lugar.
- 29 Frederick Bailey, *Gifts and Poison: The Politics of Reputation* (Oxford: Basil Blackwell, 1971), cap. 1.
- 30 Uma das habilidades técnicas específicas da instrução penitenciária consiste na prática de desfile, na qual devem aprender a marchar e a manusear armamento ao ritmo da banda musical que toca nos atos oficiais da instituição.
- 31 Na Argentina, é costume servir uma refeição, entre o almoço e o jantar, semelhante ao café da manhã, que recebe o nome de *merienda*.
- 32 Chama-se “pasar revista” o ato de supervisão dos e das cadetes e seu desempenho (em seu sentido mais amplo) por parte dos superiores.
- 33 Michel de Certeau, *La invención de lo cotidiano. Vol. I: Artes de hacer*, trad. Alejandro Corella (México: Universidad Iberoamericana / ITESO, 1990 [1980]).
- 34 O conceito de *dulcear* implica qualquer intercâmbio de caráter romântico entre cadetes. Essa prática está implicitamente proibida dentro da EPN, especialmente entre cadetes de anos diferentes.

PARTE III

**CONSUMOS, CULTURA
MATERIAL E PATRIMÔNIOS**

O abastecimento urbano entre o planejamento e a improvisação municipal: feiras francas e mercados de bairro (Buenos Aires, 1900-1930)¹

Erica Cubilla

Instituto de Ciencias, Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS)

Na edição de 3 de dezembro de 1915, a revista ilustrada *Fray Mocho* (FM) publicava a seguinte charge:

Imagem 1 – Charge “O que vendem no mercado”.



- “O que vendem no mercado”.
- Zenona, que seja a última vez que você traz carne de cavalo!
- Você está enganado. Eu não mandei trazer... – E isto que encontrei no *puchero*??²

A Imagem 1 destaca uma temática que ganhou notoriedade em Buenos Aires no início do século XX. Os mercados e o problema do abastecimento urbano em uma cidade que se definia como o “celeiro do mundo” evidenciavam o dilema dos habitantes para acessar produtos de primeira necessidade de boa qualidade e a bom preço. Esse tema de interesse popular era refletido na imprensa gráfica, não apenas em artigos e reportagens, mas também em seções de humor e caricaturas, utilizando a ironia como principal ferramenta para tratar da chamada questão social.³ Temas como o alto custo de vida, a baixa qualidade dos alimentos e a crescente insatisfação da população trabalhadora eram publicados com frequência nessas revistas ilustradas.⁴ A situação retratada pelo desenhista José M. Cao para FM revela uma problemática difundida, conhecida pelos consumidores e criticada e satirizada na imprensa escrita da época. A cena familiar ilustra um homem que encontra uma ferradura em seu prato de ensopado e repreende uma mulher, que estaria encarregada tanto das compras quanto do preparo da comida, por ter trazido carne de cavalo, a qual era vendida fraudulentamente como carne bovina.

O abastecimento da cidade foi um desafio para a Municipalidade, não apenas pelo crescimento populacional resultante das grandes ondas migratórias, mas também pela conflitividade social do momento. As revistas ilustradas eram a vitrine que refletia uma conjuntura marcada pela greve e pelas reivindicações. A cidade experimentou, em 1904, a primeira greve geral e, em 1907, a greve dos inquilinos e a criação do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), para mencionar apenas alguns acontecimentos de relevância. Isso se desenvolveu no cenário de uma cidade em franco crescimento, cujos habitantes experimentaram o advento de, segundo Fernando Rocchi, uma “sociedade de consumo”.⁵ Esta se caracterizou não mais por uma economia de subsistência, mas pela aquisição de bens e serviços de maneira recorrente e pela substituição deles sem esperar que sua vida útil estivesse esgotada. No ritmo do surgimento da publicidade, da expansão do uso de marcas comerciais, da estabilidade dos salários e do início de uma crescente produção de mercadorias variadas, a cidade foi protagonista de um processo mundial de crescimento do consumo.⁶

Esse processo foi marcado pelo aumento de preços e pelo consequente encarecimento da vida na Capital Federal e no restante do país, a partir da crise econômica gerada como consequência da Primeira Guerra Mundial.⁷ A preocupação com o custo de vida da população não foi exclusiva do período de guerra para o caso argentino, tampouco apenas da cidade de

Buenos Aires.⁸ No fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os países latino-americanos sofreram oscilações econômicas que obrigaram os governos de plantão a projetar e implementar ações para proteger a população assalariada. No caso uruguaio, por exemplo, já em 1917 e devido ao desabastecimento como consequência da Primeira Guerra Mundial, o governo instituiu o conceito de “artículos de primera necesidad” para se referir à alimentação da população e criar políticas de acesso das classes trabalhadoras a esses produtos por meio da Lei de Subsistências nº 5618. Essa lei permitia que o Estado regulasse os preços e comprasse e vendesse farinhas, leguminosas, carnes, frutas e verduras a preços mais acessíveis para a população. Embora se especificasse que caducaria com o fim da Grande Guerra, foi retomada com a crise mundial de 1929.⁹ No caso brasileiro, o conflito bélico também afetou as importações e exportações, bem como a organização do comércio e a distribuição nos mercados de consumo, situação que não se recuperou totalmente e voltou com a crise econômica de 1929.¹⁰

A partir da chamada Grande Depressão, os governos dos países da América do Sul se viram obrigados a assistir a população trabalhadora em termos de consumo e alimentação. Segundo Juan Carlos Yáñez Andrade, além de Institutos nacionais e congressos de especialistas dedicados ao estudo da alimentação, foram estabelecidos refeitórios ou restaurantes populares voltados para esse setor social.¹¹ Especificamente, entre 1934 e 1941, em Lima funcionaram quatro restaurantes populares; entre 1934 e 1943, em Montevidéu, existiam 45 refeitórios, e, entre 1936 e 1942, o Chile contava com quatro restaurantes em Santiago e 24 no restante do país. A Argentina, por sua vez, estabeleceu refeitórios escolares durante 1930, contabilizando 246 na cidade de Buenos Aires e 628 no restante do país.¹²

Este capítulo concentra-se em uma análise em escala local das políticas municipais dedicadas a promover e baratear o consumo das classes média e trabalhadora. Dialoga com uma historiografia sobre a Argentina moderna que abordou a temática do consumo urbano nesses setores sociais.¹³ Alguns pesquisadores e pesquisadoras prestaram atenção especial aos consumos populares, ampliando a preocupação clássica sobre as condições e os níveis de vida das famílias trabalhadoras, seus salários e o consumo de bens materiais da cesta básica durante as primeiras décadas do século XX.¹⁴ A partir da história social, analisou-se o surgimento do trabalhador-consumidor, as políticas estatais em nível nacional e o papel da publicidade durante o peronismo clássico (1945-1955).¹⁵ Nos últimos anos, algumas pesquisas buscaram

complexificar a análise das práticas de consumo, prestando atenção especial às hierarquias de classe, gênero e idade.¹⁶

Nutrido por essas orientações historiográficas, este estudo procura restituir o protagonismo da Municipalidade da cidade de Buenos Aires na redução do custo de vida das e dos portenhos durante as três primeiras décadas do século XX. Os órgãos estatais concentraram-se em dois aspectos fundamentais. Por um lado, preocuparam-se com a modernização do consumo a partir da regulamentação dos problemas de salubridade e higiene nos espaços de venda de alimentos, e com a elaboração e publicação de estatísticas sobre o consumo mediante a criação de uma Direção municipal dedicada a esse fim.¹⁷ Por outro lado, como documentamos a seguir, tomaram medidas concretas que promoveram o consumo cotidiano em locais de venda cujos preços eram controlados. Especificamente, a Municipalidade construiu e remodelou mercados municipais, autorizou mercados privados e organizou circuitos de feiras francas nos diferentes bairros da cidade, com o objetivo de oferecer produtos a preços acessíveis, direto do produtor ao consumidor, sem intermediários.

Em síntese, a Municipalidade enfrentou o desafio de reduzir o custo de vida da população na cidade capital. Qual foi o diagnóstico realizado diante desse desafio? Em que medida as políticas projetadas foram implementadas? Que noções sobre a modernidade da cidade refletiam? Que espaços ocupavam as feiras e os mercados da cidade? Para ensaiar respostas a esses questionamentos, analisamos a Memoria de la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. Os dados reunidos nessa publicação serão, junto ao Boletín del Departamento Nacional del Trabajo (BDNT) e às revistas ilustradas FM e PBT, o *corpus* documental central deste capítulo. O capítulo está dividido em três seções. Na primeira, reconstruímos as transformações edilícias da cidade de Buenos Aires desde meados do século XIX até o início do século XX, em termos de construção e instalação de infraestrutura para o abastecimento urbano. Na segunda seção, analisamos o surgimento das feiras francas como ferramenta para reduzir os custos da alimentação em tempos críticos para o consumo. Na terceira, investigamos o impulso dado pela Municipalidade aos mercados da cidade, com o objetivo principal de modernizar a compra e venda de alimentos. Finalmente, a modo de conclusão, refletimos sobre o papel da Municipalidade diante da expansão do consumo a preços acessíveis e de qualidade na Capital Federal.

Buenos Aires rumo à primeira década do século XX

A Buenos Aires do início do século XX distava muito daquela grande aldeia de meados do século XIX. Como veremos, as particularidades edilícias da cidade permearam a política estatal dedicada a intervir na redução do custo de vida das classes média e trabalhadora. Na época colonial, como parte do Vice-reinado do Rio da Prata e administrada pela coroa espanhola, Buenos Aires iniciou-se como porto dedicado ao contrabando de africanos escravizados e de bens materiais para os habitantes locais, configurando um espaço de comércio eminentemente ilegal. No contexto da Revolução Industrial, que transformou o esquema de organização econômica mundial, a região de Buenos Aires e do Litoral adquiriu um papel fundamental como produtora de matérias-primas para exportação. Dessa forma, concentraram-se ali tanto o comércio quanto sua administração, enquanto crescia a atividade de salgadores e curtumes.¹⁸ Foi construído o edifício *La Recova*, que funcionou entre 1803 e 1884 e foi o primeiro dedicado exclusivamente ao abastecimento de bens para os habitantes da cidade, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias e a qualidade dos produtos de consumo.

Desde meados do século XIX, o crescimento populacional e a ampliação do traçado urbano se fortaleceram. A cidade expandiu-se para o norte, oeste e sul, espaços nos quais existiam edificações e população, e que se consolidaram após a promulgação da Lei de Federalização de 1880. A partir dessa regulamentação, a província de Buenos Aires cedeu parte de seu território à nação para a demarcação definitiva da Capital Federal da República Argentina. Especificamente, os partidos de San José de Flores e Belgrano foram incorporados ao território inicial da Capital, como ilustra o Mapa 1.

Como apreciamos no mapa, em cor mais intensa indica-se o Antigo Município de Buenos Aires antes da Federalização e, em cor clara, os Partidos de San José de Flores e de Belgrano, cedidos pela Província de Buenos Aires. O novo limite adotado após a promulgação dessa lei é demarcado com uma linha dupla. Concretamente, os territórios da Capital Federal e da província mudaram em sua extensão, e foi fixado o limite entre ambos os distritos com a projeção da Avenida General Paz, construída entre 1937 e 1941. Até esse momento, esses locais haviam sido zonas de residência e lazer das classes mais abastadas. Sua incorporação ao distrito capitalino não alterou imediatamente essa função, mas iniciou um processo de transformação, cujas especificidades e ritmos ainda são objeto de reflexão da história urbana e social.

Mapa 1 – Plano de ampliação da Capital Federal (1888).¹⁹



Segundo documenta Adrián Gorelik, desde 1884 essa gestão ficou atrasada na Legislatura da Província de Buenos Aires devido a conflitos políticos, que só seriam resolvidos em 1887:

Com a incorporação dos municípios completos de Flores e Belgrano, sob o razoável argumento de que ambos eram, na verdade, apêndices da capital: municípios despovoados e não desenvolvidos produtivamente, prolongações que serviam às classes urbanas abastadas para lazer e descanso sazonal – não esqueçamos que os próprios legisladores da província que discutiam a cessão viviam em Buenos Aires e vários deles possuíam suas chácaras nos arredores da cidade –, com o que o raio da capital passou a ser superior a quinze quilômetros...²⁰

Sabemos que o processo de integração desses espaços à tradicional cidade do século XIX exigiu a participação ativa do Estado nacional e da Municipalidade. Para esse fim, esta supervisionou a divisão de terrenos para a construção de habitações e promoveu o traçado de ruas e o investimento em meios de transporte (trens, bondes e metrô), que resultariam anos mais tarde na formação de novos bairros.²¹

Nessa transformação espacial, Buenos Aires não era totalmente excepcional. Naquele período, já no início do século XX, outras cidades latino-americanas sofreram transformações em sua infraestrutura, guiadas pelas ideias de modernidade das capitais europeias.²² Por exemplo, a então

capital do Brasil, Rio de Janeiro, foi protagonista de mudanças edilícias de igual calibre. A reforma urbana de 1903-1906 esteve inspirada em Paris²³ e concentrou-se na renovação do porto e da Avenida Central, na abertura de outras avenidas e ruas, na construção de túneis, na demolição do antigo mercado municipal e na proibição da venda ambulante de alimentos, entre outras medidas.²⁴

Como mencionamos, desde seus primórdios, a cidade de Buenos Aires constituiu-se como polo comercial do Estado nacional devido à presença do porto e de numerosos mercados. Já no século XIX, esses espaços começavam a ser regulados paulatinamente pelo Estado devido às condições de higiene. Existiam nesse período o Mercado Once de Septiembre (atual Plaza Once de Septiembre, em frente à Ferrovia linha Sarmiento), o Mercado de Constitución (atual Plaza Constitución), o Mercado de Santa Lucía e o Mercado do Centro.²⁵ Segundo a reconstrução de Valeria Pita, no período de 1850 a 1870 funcionaram na cidade uma dezena de mercados que “foram concebidos como locais de venda de produtos de abastecimento, com espaços e bancas diferenciados, hierarquizados segundo a posição ocupada na edificação e o tamanho”.²⁶ Segundo constata essa historiadora, entre os mais frequentados estavam os mercados de Lorea (1864), Independencia (1866), Florida (1866), Del Centro (1862), Del Plata (1862), Del Comercio (1862) e Constitución (1862). Foram construídos por empresários, em acordo com a Municipalidade, em praças ou antigos mercados que não estavam regulamentados.

A novidade residia na diferenciação das bancas e na hierarquização interna baseada no tamanho e na localização desses espaços. Ainda assim, segundo Pita, esses locais eram geralmente desordenados e incluíam uma série de elementos e atores que interagem no mesmo lugar: “Empresários, municipais, funcionários, comerciantes, trabalhadores, transeuntes, viajantes, pessoas da cidade e do campo, (...) bancas, quartos, barracas, lojas e carroças se dispunham de forma caótica. Entre eles circulavam inspetores, porteiros, empregados e *habitués* que se abasteciam nos mercados”.²⁷

Antes do centenário da Revolução de Maio²⁸ o Estado municipal projetou uma série de remodelações no centro da cidade que incluíam a construção de novos edifícios, como o Teatro Colón, e a abertura de avenidas e diagonais. Chegada a década de 1910, a maioria dos mercados mencionados anteriormente e existentes desde meados do século XIX foram demolidos. Estes estavam localizados no que constituía o centro e o núcleo histórico da cidade, ocupando espaços envolvidos nas grandes obras de infraestrutura

planejadas. Por exemplo, em 1911 foi projetada a demolição do Mercado do Centro, executada em 1913 para dar lugar à construção da avenida Diagonal Sur. Tal era a relevância do edifício que essa demolição foi coberta pela imprensa da época, destacando sua trajetória e seu lugar central na geografia urbana de uma cidade que crescia exponencialmente:

A popularidade desse mercado, nos últimos trinta anos, não tinha limites. Era conhecido até na zona rural, e não havia viajante que viesse às pampas pela primeira vez que não trouxesse “encomendas” daqueles amigos, que ainda desconheciam a capital, mas que não ignoravam a existência dele como mercado “bom e barato”. O Mercado do Centro abasteceu a população central durante muitos anos.²⁹

Embora destacasse a importância desse Mercado, a nota a seguir também ressaltava a necessidade de sua demolição, já que ocupava um ponto nevrálgico em Buenos Aires. Suas carroças de frutas e verduras obstruíam a passagem e sua estética não era compatível com os “edifícios provechosos a la buena estética edilicia” que seriam construídos com a abertura da nova avenida.

Com essa infraestrutura modesta e em plena reforma, o governo municipal enfrentava o problema do abastecimento urbano e as críticas e sátiras das revistas ilustradas a esse respeito. Com mercados que não chegavam aos novos bairros do subúrbio, mercados do século XIX sendo demolidos e uma crescente conflitualidade social, tornou-se necessário gerar políticas concretas para melhorar o acesso aos produtos de primeira necessidade. Juntamente com as transformações edilícias, a modernização do traçado urbano inspirada nas capitais europeias e o crescimento populacional decorrente das ondas migratórias, também foram reformados os antigos mercados, dando origem aos grandes mercados de abastecimento e às grandes lojas de luxo no centro da cidade. A implantação da ferrovia, a construção do porto, o bonde, a melhoria das estradas e a abertura de avenidas foram, sem dúvida, algumas das mudanças mais significativas para o desenvolvimento do comércio em Buenos Aires.

Do produtor ao consumidor: feiras francas no subúrbio

Em 1911, o BDNF da República Argentina publicou um relatório intitulado “Abaratamiento de los artículos de consumo”:

Em 15 de janeiro do corrente ano, a municipalidade da Capital inaugurou a primeira feira franca de frequência absolutamente livre para todos os produtores de artigos de consumo. Posteriormente, estabeleceram-se

diversas feiras francas em vários pontos do município, tendo especialmente em conta aqueles lugares em que a população operária é maior e mais compacta. (...) Como objetivo principal, buscam aproximar o produtor do comprador, suprimindo os intermediários que, como se sabe, encarecem o custo do artigo de consumo. (...) No que se refere ao sucesso das mesmas, basta consignar o dado de que os artigos são vendidos com uma redução de 30 a 40% como termo médio geral...³⁰

O relatório do BDNТ ilustrava, em um contexto de aumento dos aluguéis e de flutuações nos salários da classe trabalhadora na cidade de Buenos Aires, o impulso que a Municipalidade tentou dar ao consumo urbano a partir de circuitos de feiras francas nos bairros. Embora as feiras já funcionassem anteriormente de modo irregular, foi no início da década de 1910 que a Municipalidade tomou medidas em favor da organização desses espaços para o abastecimento das e dos habitantes da capital. Essa estratégia para diminuir os custos de vida da população, acalmar os conflitos sociais existentes e alcançar os novos bairros do subúrbio consolidou-se como uma das principais ferramentas utilizadas pelo governo municipal para contribuir com a redução do custo de vida, junto aos mercados.³¹

De modo comparativo, as feiras apresentavam uma estrutura diferente dos mercados. Não possuíam um local fixo nem prédio próprio, mas circulavam por diferentes pontos da cidade. Fizeram parte da rede comercial da capital e permitiram à Prefeitura alcançar os bairros mais distantes do centro, os quais não contavam com mercados municipais de proximidade, como vemos no Mapa 2, na seção seguinte. Funcionavam entre cinco e dez horas da manhã na interseção de ruas movimentadas, em praças ou próximas a estações de trem, para o que se interrompia o trânsito.

Os feirantes ou pequenos produtores, geralmente homens, chegavam de madrugada com seus carros carregados de mercadorias, como vemos na Imagem 2. Ali montavam inúmeros pontos de venda com uma ou duas mesas ao ar livre ou simplesmente descarregavam no chão suas caixas e cestos de produtos alimentícios e artigos diversos. Essa estratégia de venda foi utilizada em vários países latino-americanos como forma de baratear o custo de vida da população e aproximar produtores e consumidores. No Brasil, por exemplo, as feiras livres funcionaram nos diferentes estados desde o fim do século XIX e início do século XX. Ofereciam uma variedade de produtos de primeira necessidade e se organizavam nas ruas, articulando feirantes e vendedores ambulantes.³²

Imagem 2 – “A exploração da fruta. Comerciantes de varejo, que trazem para a Capital a única que se consegue a baixo preço: os escolhidos da colheita”, 1918.³³



A partir de um decreto de novembro de 1914, durante a intendência de Enrique Palacio (1914-1915), a organização, o controle de preços e a higiene dos mercados municipais, particulares, açougues e feiras livres passaram a depender da Subintendência da Municipalidad. Especificamente em relação às feiras, o objetivo principal era alcançar “a economia compatível com o bom serviço”. As primeiras medidas tomadas para um melhor funcionamento foram: “Exigir a cédula de identidade, certificados de saúde e blusas higiênicas aos vendedores. Vigiar-se o uso de pesos e medidas.”³⁴ Mesmo com essas exigências, a quantidade de vendedores aumentou, o que permitiu à Municipalidade a possibilidade de selecioná-los. De todo modo, o balanço sobre a presença e o funcionamento dessas feiras era desfavorável por parte da própria gestão municipal:

Pois bem: se, com o estabelecimento das feiras francas e as melhorias sucessivamente introduzidas em seu funcionamento, se obteve a redução nos preços de certos artigos de primeira necessidade, esta Subintendência não acredita que se tenha resolvido um problema de tão vital importância, como é o de prover ao público consumidor mercadorias, não só com a diminuição do custo, mas também e, acima de tudo, de boa qualidade e em condições aceitáveis de higiene.³⁵

Embora as feiras tenham cumprido o objetivo de reduzir os custos, sua higiene e estética geravam reservas nos próprios funcionários municipais. Os produtos oferecidos estavam ao alcance das mãos dos consumidores que circulavam entre os postos. Eram dispostos de maneira acessível, expostos ao manuseio constante e aos distintos fatores climáticos, como o vento que trazia terra e poeira, e o calor sufocante sem aparelhos de refrigeração. Essa situação constituía a principal fonte de crítica a essa modalidade de compra e venda. Durante os meses de verão, com as altas temperaturas, aumentava a apreensão de carnes em decomposição e de frutas e verduras em estado de putrefação. A única solução para essa situação, para a Subintendência, era que a Municipalidade estabelecesse mercados municipais em todos os bairros da capital, já que isso permitiria “o funcionamento de locais higiênicos e amplos (...), chegando assim à municipalização desses serviços”.³⁶

Por volta de 1918, continuou a coexistência de mercados e feiras francas. Estas últimas não foram substituídas por novos estabelecimentos nos bairros mais afastados, como propunha a Subintendência para 1914. Pelo contrário, pareciam consolidar-se com uma maior organização por parte do governo municipal. As feiras passaram a estar sob a organização da Superintendência de Mercados e contavam com cinco circuitos distribuídos em diversas zonas da cidade. Cada um desses circuitos tinha quatro feiras em locais diferentes por dia e revezavam de terça a domingo. A presença de forma estendida, seis dias por semana, ganhava relevância em um contexto no qual a conservação de alimentos por meio da refrigeração não era habitual nas residências portenhas. As famílias que não dispunham de dispositivos para o armazenamento adequado e a preservação dos alimentos precisavam comprar seus produtos frescos diariamente.

Segundo os relatórios municipais, somando os cinco circuitos, contava-se um total de 2.035 barracas de venda alugadas pela Municipalidade que ofereciam alimentos, plantas e carvão ao público (322 de horticultores, 290 de verduras, 264 de frutas, 167 de plantas e flores, 162 de batatas, 134 de venda de carne bovina, 103 de ovina, 97 de suína, 84 de aves, 62 de queijo e manteiga, 63 de ovos, 59 de peixe, 50 de miúdos, 44 de vitela, 43 de pão, 36 de talharins, 36 de leite, 29 de carvão).³⁷ Assim como os mercados, as feiras francas geravam receitas para os cofres estatais, já que cada feirante pagava uma taxa para ocupar seu posto: os vendedores de carne, verdura, fruta, peixe, queijo e similares, aves e carvão pagavam \$0,20 por dia; os vendedores de batatas e flores, \$0,10 por dia; e os vendedores de ovos, pão e massas frescas, \$0,05 por dia. Para dimensionar o que esse valor representava,

segundo o DNT, nas feiras francas um frango era vendido a \$0,50, uma dúzia de ovos a \$0,65 e um quilo de batatas ou cebolas a \$0,20. Nesses locais, os preços e a qualidade dos alimentos eram controlados e inspecionados pela autoridade sanitária municipal, que podia aplicar multas àqueles que não estivessem em conformidade. Para a venda de leite, por exemplo, em 1918 foram analisados 10.874 litros e apreendidos, por diversas causas, 144 litros, além da cassação de nove permissões para comercializar esse produto.³⁸

Esses espaços foram relevantes para o consumo a preços módicos, até 40% inferiores ao valor nos comércios, segundo documentava o DNT em 1911. Essa medida em prol do barateamento do custo de vida não esteve isenta de disputas, já que as estratégias municipais continham uma crítica aos intermediários ou pequenos comerciantes de bairro que, segundo seu diagnóstico e o do DNT, eram os responsáveis pelo encarecimento dos produtos de primeira necessidade. Do mesmo modo, em seus primórdios, esses espaços foram marcados por opiniões negativas a respeito da higiene e da ordem. Já por volta da década de 1930, com a ampliação do uso do automóvel e do ônibus como meios de transporte, somou-se a reprovação pela ocupação do espaço público e pelo transtorno ao trânsito.

Em meados da década de 1920, a julgar pelas frequentes críticas publicadas nas revistas ilustradas, o barateamento no preço dos produtos mostrava-se difícil de cumprir:

A Municipalidade, em seu desejo de baratear os artigos de consumo, encheu os bairros da cidade de feiras francas, onde, à vista e paciência dos empregados municipais, tem-se a franqueza de cobrar pelas coisas mais do que elas valem nos mercados. Agora, por ocasião da criminoso manobra do “*gremio panaderil*”, aumentando o preço do pão, ocorre o mais inusitado que se possa imaginar: enquanto nas padarias – talvez por temor de infringir a lei que proíbe qualquer consórcio, convênio ou trust – o pão é vendido a um preço legal, nas feiras ele aumentou cinco centavos, o que causa protestos do público, mas é consentido pelos funcionários da comuna.³⁹

Como se assinala na nota da FM, as feiras se localizaram em diversos bairros do subúrbio, chegando a espaços que não tinham mercados municipais ao seu alcance. Estavam presentes na sociabilidade e na vida cotidiana da cidade e ocuparam, desde cedo, o imaginário cotidiano por meio de narrativas, opiniões e ilustrações. Em geral, com uma crítica aos preços e em relação à política nacional e internacional. As imagens nas revistas ilustradas mostravam um espaço desorganizado, com mercadorias no chão

e barracas precárias, muito frequentado por mulheres com seus cestos e sacolas de compras, e pouco atraente para o passeio cotidiano.⁴⁰

Funcionaram desse modo durante toda a década de 1910, consolidaram-se mesmo após a crise da Primeira Guerra Mundial e, durante toda a década de 1920, tornaram-se parte da paisagem da cidade de Buenos Aires. Sua marca continuou presente inclusive em tempos de bonança econômica e de aumento dos salários. Já na década de 1930, com o auge das feiras a partir da crise mundial de 1929, os próprios moradores que formavam as associações de bairro faziam reivindicações à Municipalidade pelo deslocamento de feiras que obstruíam o trânsito e produziam lixo no espaço público. A expansão urbana da rede de bondes e ônibus e o uso do automóvel foram decisivos no momento de justificar as críticas às feiras. Ao mesmo tempo, os comerciantes dos bairros se agrupavam nessas associações e podiam, assim, enfrentar a concorrência pelos preços e a atração de consumidores que as feiras geravam em detrimento dos comércios locais.

Em resumo, as feiras francas surgiram no início do século XX; o governo municipal as expandiu por toda a cidade, aprofundando sua organização e controle a partir da década de 1910, e consolidaram-se como espaço de consumo já na década de 1930. Foram uma expressão da modernidade em uma cidade expandida e transformada, com uma população crescente em conflito com o alto custo de vida. No entanto, suas características não atendiam às normas de higiene e estética esperadas tanto pelos funcionários municipais quanto pela imprensa da época. Como veremos a seguir, o objetivo perseguido como ideal para o abastecimento urbano era a construção de mercados municipais modernos em todos os bairros. Ainda assim, consolidou-se, ao contrário, um sistema de circuitos de feiras que se revezavam em diversas zonas e que sobreviveram ao longo do tempo às críticas por sua falta de higiene e salubridade.

Entre a modernização e o controle de preços: mercados de abastecimento urbano

...deduzimos a necessidade de que o Estado intervenha nos preços do consumo, e se as leis não nos permitem obrigar o vendedor a aceitar os preços que a autoridade designar, esta pode, em contrapartida, multiplicar os locais de venda municipais para baratear os artigos de primeira necessidade. (...) Se a época não é propícia para a construção de novos e modernos mercados, devemos buscar nos mercados livres, com uma

nova organização e com nova orientação, a solução do problema. Não aspiramos a mais.⁴¹

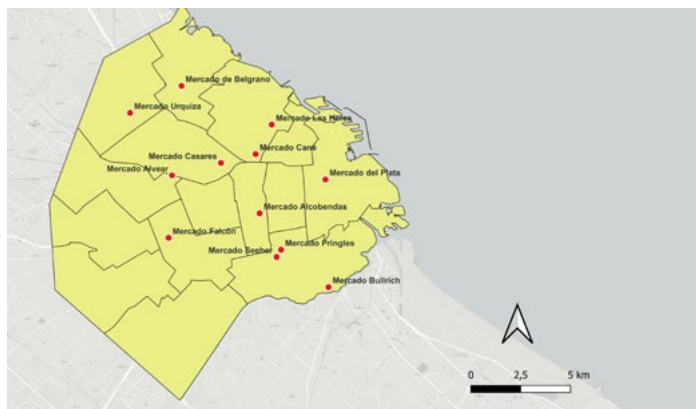
Durante o governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1922 e 1928-1930), o médico e professor Joaquín Llambías foi designado o primeiro intendente pertencente à Unión Cívica Radical (UCR).⁴² Exerceu o cargo entre 14 de novembro de 1916 e 14 de novembro de 1919.⁴³ Em sua extensa nota enviada à FM, referiu-se à atuação de seu governo diante do “fenômeno do consumo” como uma política experimental, levando em conta que se tratava de uma questão de caráter “moderníssimo”. Esse cenário de uma “sociedade moderna” apresentava-se ao governo municipal como um desafio e o levava a tomar medidas a respeito. Essas medidas seriam destinadas a intervir nos preços dos produtos de primeira necessidade, ajudando a população a reduzir os custos de vida em meio à crise econômica marcada pelo encarecimento e pelo desabastecimento, consequência da Primeira Guerra Mundial. Por um lado, isso implicou um confronto com os comerciantes varejistas, os intermediários que, segundo o que foi expresso na nota, especulavam com os preços. Por outro, exigiu uma política estatal atenta à infraestrutura existente em termos de abastecimento urbano. As principais estratégias para combater o encarecimento foram o incentivo à construção de novos e modernos mercados ou a reforma dos já existentes.

Essa política, baseada na projeção de mercados por toda a cidade de Buenos Aires, não era uma novidade para a década de 1910. Como já mencionamos na primeira seção, a presença dos mercados vinha sendo marcante desde o século XIX. A novidade residia nas características espaciais da cidade, em comparação com a Buenos Aires oitocentista. A partir dessas reformas, durante a década de 1910, foram construídos novos mercados. Naquele momento, os mercados da Capital Federal se dividiam entre os que eram organizados pela Municipalidade e os que eram administrados por proprietários privados.⁴⁴

Essa dualidade nos modos de administração desenvolveu-se desde a fundação dos primeiros mercados em meados do século XIX. Embora tenham existido iniciativas municipais para unificá-los sob a gestão da Municipalidade – por parte do intendente Torcuato de Alvear (1880-1887), por exemplo –, foi apenas em 1967 que se criou a Corporación del Mercado Central de Buenos Aires.⁴⁵ Para 1918, existiam 14 mercados municipais: Bullrich, Del Plata, Las Heras, Pringles, Bunge, Belgrano, Urquiza, Falcón, Casares, Alcobendas, Cané, Alvear, Seeber e Crespo. Metade deles funcionava

em edifícios decimonônicos e a metade restante em edifícios construídos no início do século XX, entre 1907 e 1918, e situavam-se em bairros fora do centro da cidade, embora ainda não alcançassem as zonas mais afastadas, próximas ao limite com a província de Buenos Aires. Bairros como Villa Lugano, Liniers ou Villa Devoto ainda não contavam com um mercado próximo para acessar alimentos com preços regulados pelo Estado municipal.

Mapa 2 – Mercados municipais de Buenos Aires entre 1914 e 1918.⁴⁶



Segundo a Memoria Municipal de 1918, entre esses 14 mercados varejistas, somavam um total de 928 postos de venda, dos quais a maioria dos que estavam alugados se dedicava à comercialização de alimentos (315 eram para a venda de carne, 108 de verduras, 86 de peixe, 75 para a venda de fruta, 68 de aves, 19 de queijo, 12 de leite, 9 de pão), apenas 91 ofereciam artigos diversos.⁴⁷ Esses estabelecimentos foram utilizados pela Municipalidade como instrumentos para tentar melhorar os preços dos produtos que eram adquiridos pelos moradores da cidade e, por serem administrados pelos funcionários municipais, os controles e inspeções relativos à higiene tornavam-se mais viáveis.

O interesse da Municipalidade pelo bom funcionamento desses mercados era duplo. Além do consumo dos moradores, representavam receitas para os cofres municipais por meio de impostos, aluguéis dos postos e multas resultantes das inspeções realizadas. O planejamento da implantação e da gestão dos mercados era orientado por uma ideia de modernidade centrada na higiene e na organização da compra e venda de alimentos em edifícios limpos, arejados e luminosos. Por isso, os funcionários municipais planejaram estender sua construção a todos os bairros da cidade durante os diferentes

governos de turno nas três primeiras décadas do século XX. No entanto, os documentos municipais demonstram que esse objetivo foi alcançado apenas parcialmente. Em 1925, o intendente radical que governou entre 1922 e 1927, Dr. Carlos Martín Noel, apresentou ao Poder Executivo Nacional, por meio da Comisión de Estética Edilicia, o “Projeto Orgânico para a Urbanização do Município”. Nele, Noel propunha alcançar a urbanização da cidade por meio da reconquista do rio, da construção de novos edifícios nacionais e municipais na Diagonal Norte, Sul e Avenida Santa Fé, da “Regulamentação de Praças e Parques”, do “Embelezamento de bairros suburbanos”, do “Abastecimento geral da cidade” e do tratamento dos resíduos.

O “Abastecimento geral da cidade” era um ponto importante desse plano e propunha novamente, quase dez anos depois da nota de Llambías a FM, a construção de mercados nos bairros da cidade:

Devem ser estabelecidos três centros essenciais – grandes mercados – que, de acordo com a própria tradição dos serviços de abastecimento de Buenos Aires, correspondam às três principais linhas de ferrovias, ou seja, aos meios de comunicação com as fontes de produção. Esses mercados – de caráter geral – seriam, portanto, os encarregados de fornecer aos mercados setoriais, sabiamente distribuídos, os produtos alimentícios, evitando-se, dessa forma, a existência de estabelecimentos inadequados, do ponto de vista higiênico, nas zonas centrais.⁴⁸

O relatório que justificava essa renovação definia quais eram os artigos de consumo “de primeira necessidade” para a população em 1925: a carne, o peixe, as aves, as frutas e verduras, o leite e o pão. Sobre eles, a Municipalidade devia zelar por um fornecimento “regular, abundante, higiênico e econômico”. Contudo, segundo essa análise, a cidade carecia de estabelecimentos industriais e comerciais que permitissem cumprir essas quatro condições do abastecimento urbano. Isso era o resultado de “improvisações, para suprir necessidades prementes com soluções provisórias, que depois se tornaram permanentes, sendo urgente substituí-las mediante a aplicação de um plano que satisfaça as exigências do presente e preveja as de um futuro próximo”.⁴⁹ Por isso, esse plano de reestruturação propunha uma nova forma de organização, aproveitando os meios de comunicação já existentes, como a ferrovia. Ao mesmo tempo em que explicava as falhas no funcionamento do abastecimento urbano, argumentava sobre a falta de um sistema de mercados atacadistas que se conectasse com mercados varejistas distribuídos em diversos espaços da cidade:

...os mercados varejistas continuam a desempenhar um papel duplo: o de atacadistas, onde são armazenadas grandes quantidades de mercadorias provenientes dos locais de produção, e o de varejistas. Essa ambiguidade de função se traduz em diversos problemas sérios, como o uso ineficiente do solo, o tamanho excessivo que geralmente ocupam e a completa falta de apelo estético em seus edifícios, que, carentes de harmonia arquitetônica, prejudicam significativamente a beleza das áreas circundantes. Além disso, eles interrompem o trânsito devido ao fluxo de inúmeros veículos pesados e produzem gases nocivos, bem como uma grande quantidade de resíduos cujo descarte é problemático e dispendioso.⁵⁰

As carências edilícias se uniam à necessidade de um controle estatal dos preços e geravam um abastecimento urbano deficiente. O ponto de contato entre esse diagnóstico e o do intendente Llabrás em 1917 era o papel dos intermediários entre o produtor e o consumidor, que, segundo a Municipalidade, continuavam elevando o custo de vida dos moradores de Buenos Aires. Cabia ao governo municipal a obrigação de proteger os habitantes das “mãos rapaces dos especuladores”.

A solução proposta para 1925 consistia na construção e remodelação de quatro mercados atacadistas. Em Chacarita (pela sua proximidade entre as linhas dos Ferrocarris Central de Buenos Aires e Pacífico), La Boca/Estación Casa Amarilla (pela sua proximidade aos barcos pesqueiros e de frutas que chegavam do Tigre e à linha do Ferrocarril del Sur), Puerto Nuevo (receberia os produtos de embarcações do Tigre, da pesca local dos rios Paraná e Uruguai, e da costa deste último) e Estación Ingeniero Brian (por ser um ponto de convergência das linhas dos Ferrocarriles del Oeste, del Sur e da Compañía General de la Provincia de Buenos Aires). Esses mercados atacadistas se articulariam com os mercados varejistas municipais e privados já existentes em toda a cidade, e com 20 novos mercados municipais que se projetavam nos bairros suburbanos.

Encontramos aqui um ideal de modernidade, definido assim pelas fontes municipais para os mercados dessa gestão. Esse ideal se expressava tanto na arquitetura dos mercados quanto na higiene que a venda de alimentos exigia. Mesmo com sua marca modernista, esses projetos enfrentavam fortes críticas que os colocavam em discussão tanto por sua higiene quanto por seus preços. Assim se manifestou uma nota intitulada “O mercado de verduras”, publicada em FM em novembro de 1916: “Se fôssemos julgar pelo que dizem as donas de casa, tal mercado não existe, e descrevê-lo ou apenas mencioná-lo parece uma ironia. Pois o legume é um artigo de luxo e ‘colocar uma

batata no *puchero*’ significa um desperdício.”⁵¹ Evidentemente, os esforços da Municipalidade para baratear o custo de vida não alcançavam a todos, mesmo no caso de seus mercados. A crise econômica e o aumento dos preços dos alimentos causados pela Primeira Guerra Mundial, a seca, as pragas e a posterior crise de 1929 afetavam fortemente as famílias trabalhadoras, segundo relatava para a revista ilustrada uma daquelas “donas de casa” que compareciam regularmente para fazer suas compras no Mercado de Abasto:

Um *puchero* com repolho, batatas, abóbora e cenouras é hoje comida de deuses. Ignorando a carne, por que o primeiro para fazer um ensopado de lebre é precisar de lebre, repetimos o que nos dizem nas casas (...): repolho? Quatro folhas soltas, secas, retorcidas, como escabrosas, cobertas de bichos que é preciso tirar com escova, a isso chamam repolho, filhinho. E seja o verdureiro napolitano, genovês ou turco, ele age assim, não te vendem aquela porcaria que chamam de repolho por menos de 20 centavos. (...) As cenouras que antes te davam de brinde com a verdurinha... Bem: aquela verdurinha já sabes que foi suprimida há muito tempo. Se queres cenouras, três, pequenas, quebradas, abertas, cinco centavos.⁵²

Segundo a nota, era impossível comprar e de muito má qualidade alimentos como batatas, repolho, abóbora e cenouras para o *puchero*. Isso também ocorria com os vegetais necessários para preparar uma salada, como repolho branco, escarola, alface, couve-flor e aspargos. Ficavam fora da equação as carnes que, por si só, segundo a narrativa, já não eram acessíveis. Nem mesmo nos leilões, à tarde, o Mercado de Abasto oferecia bons preços, levando-se em conta que nesse horário tratava-se de frutas e verduras não tão frescas quanto pela manhã.

Além dos preços, a questão da qualidade dos alimentos era uma problemática de competência da Municipalidade. Apesar da proclamada modernidade dos mercados, esta muitas vezes não atendia aos padrões esperados. As memórias municipais registravam a quantidade de inspeções, multas e confisco de alimentos em mau estado ou insalubres. Leite e carnes eram os principais produtos que não superavam os controles da Inspeção Veterinária e acabavam confiscados. No caso do leite, por estar em mau estado e conter bactérias. A carne era um produto ainda mais complexo porque, além dos controles de higiene, somava-se a venda de carne de cavalo de forma fraudulenta e ilegal, como se fosse carne bovina, tal como vimos na vinheta no início deste capítulo.⁵³

Em síntese, os mercados, espaços de longa tradição na cidade, foram impulsionados pela Municipalidade com o objetivo de modernizar o abastecimento urbano e melhorar tanto os custos quanto a qualidade dos alimentos de consumo cotidiano. No entanto, suas características particulares, como sua extensão, sua localização, sua falta de articulação e a quantidade de postos, somadas ao contexto de crise econômica e escassez de produtos, dificultaram o controle tanto dos preços quanto da salubridade, elementos utilizados pela imprensa escrita para realizar uma crítica sustentada sobre esses espaços tão bem avaliados nas fontes municipais.

Conclusões

Este capítulo aproximou-se do estudo das políticas municipais em um contexto de transformações urbanas e de conflito social, diante do aumento do custo de vida, principalmente da alimentação, dos moradores da cidade de Buenos Aires durante as três primeiras décadas do século XX. A questão social trazia consigo essa problemática, juntamente com os aumentos nos preços dos aluguéis, vestuário e artigos de primeira necessidade, situação que causava maior precarização na vida das famílias trabalhadoras e da classe média, e as consequentes greves e protestos. Segundo os contemporâneos, essa preocupação crescente própria das cidades modernas exigia políticas sintonizadas que melhorassem substancialmente os custos e a qualidade de vida da população.

As medidas tomadas se desenvolveram entre as ideias de modernização do abastecimento urbano, a infraestrutura existente e a emergência que as crises econômicas representaram. Especificamente, nos concentramos em reconstruir o fortalecimento dos mercados e das feiras livres como espaços de consumo a preços controlados e de produtos seguros para a saúde dos consumidores. Essas propostas colocavam o foco na luta contra a especulação de preços por parte dos comerciantes tradicionais e baseavam-se na convicção da defesa do produtor e do consumidor. Essa análise nos permitiu dimensionar o problema do alto custo de vida, o encarecimento dos produtos alimentícios e até mesmo a indigência, em uma grande cidade que se pretendia moderna.

Em conjunturas críticas, emergiram com força atores como o governo municipal, projetando políticas estatais para reduzir os custos de vida. Os mercados e feiras foram incluídos na fisionomia da cidade e na vida cotidiana, não de forma imediata e tranquila, mas como objeto de um bom número de críticas e reprimendas ao longo do período. A higiene, a ordem,

a localização e, fundamentalmente, os preços representaram alguns dos principais pontos de desaprovação por parte da imprensa. Particularmente, os contextos de crises econômicas revelaram as falhas na implementação da redução do custo de vida para os moradores de Buenos Aires, objetivo que se pretendia alcançar já desde antes do início do século XX. Ainda em meados de 1920, continuava sendo uma meta para o intendente C. M. Noel. A julgar pelo tom irônico com que as revistas ilustradas se referiam a esses espaços e seus preços, a melhoria no abastecimento dos produtos de primeira necessidade parecia não atingir toda a população. A situação também era reconhecida nas fontes municipais, que demonstram que, embora tenham sido tentadas estratégias de intervenção pública, não se conseguiu alcançar a profunda modernização do abastecimento urbano conforme planejado.

Em termos objetivos, com os mapas 1 e 2, documentamos a penetração territorial da Municipalidade nesses bairros do subúrbio a partir da construção de novos mercados. Da mesma forma, os circuitos de feiras livres completavam a presença estatal no espaço. Diante do desafio da redução do custo de vida, a política municipal implementada pelos sucessivos governos oscilou entre mercados e feiras. Ambos os recursos exigiram organização estatal, tanto para o controle de preços e higiene quanto para o planejamento de circuitos, localização ou coleta do lixo gerado.

Em síntese, o consumo na cidade de Buenos Aires durante as três primeiras décadas do século XX, dada sua importância para o bem-estar da população, foi objeto de preocupação política. As crises causadas pelo aumento dos preços dos produtos da cesta básica, em conjunturas internacionais críticas ou em momentos de seca e más colheitas no país, demandaram a intervenção do governo municipal. As estratégias para promover a redução do custo de vida nessas conjunturas foram permeadas pela urgência, gerando disputas entre os diferentes atores e as necessidades particulares dos habitantes. Consequentemente, ao longo desse período, os mercados municipais e as feiras livres cristalizaram um ideal de modernidade em termos de abastecimento urbano próprio da cidade de Buenos Aires.

Notas

- 1 Este capítulo faz parte da minha tese de doutorado em andamento, que estou concluindo no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do IDES-UNGS, sob a supervisão da Dra. Silvana Palermo, graças a uma bolsa de doutorado do CONICET e durante um período de pesquisa na PUC-Rio com uma bolsa do Programa "Move la América" da CAPES. Sou grata pelos comentários e sugestões dos revisores e colegas que participaram desta compilação.
- 2 Fonte: "Lo que venden en el mercado", FM, 03/12/1915, n. 188. *Puchero* é uma preparação similar a um cozido, comida clássica de panela, econômica, na qual todos os ingredientes se fervem formando um caldo.
- 3 Sobre as revistas ilustradas e a questão social: Mirta Zaida Lobato, "Escenas de lo social en publicaciones de circulación masiva: *Caras y Caretas* (1898-1930)", em *La Cuestión Social y sus itinerarios de difusión a través de las publicaciones periódicas argentinas 1870-1930*, ed. Ricardo González Leandri e Juan Suriano (Maryland: Global South Press, 2017), 57-90.
- 4 As revistas ilustradas foram meios de imprensa escrita que circularam na Argentina desde o fim do século XIX. Combinaram notícias e extensas matérias de interesse geral com imagens chamativas, entre as quais se incluíam fotografias, ilustrações e tiras de humor gráfico. Voltadas para um amplo público leitor, essas revistas constituíram parte central da cultura popular das primeiras décadas do século XX. Existem numerosos estudos sobre sua incidência na cultura, na política e na sociedade da época: Fátima Álvez, "Familias de inmigrantes frente a la Gran Guerra en las revistas ilustradas de Argentina (1914-1918)", *Trashumante. Revista Americana de Historia Social*, 21 (2023): 122-149. Silvana Palermo, "El encanto de la 'incógnita': la campaña presidencial de 1916 en Argentina según las revistas ilustradas", *Pasado Abierto* 11 (2020): 112-137; Geraldine Rogers, *Caras y Caretas: cultura, política y espectáculo en los inicios del siglo XX argentino* (La Plata: EDULP, 2008).
- 5 Fernando Rocchi, "Inventando la soberanía del consumidor: publicidad, privacidad y revolución del mercado en Argentina, 1860-1940", em *Historia de la vida privada en la Argentina*, Dir. Fernando Devoto e Marta Madero (Buenos Aires: Taurus, 1999), 299.
- 6 Fernando Rocchi, "A la vanguardia de la modernización: la incipiente formación de un campo publicitario durante la década de 1920", *E.I.A.L.* 27, n. 2 (2016): 50; Andrea Lluch e Fernando Rocchi, "Vendiendo la economía: las marcas comerciales, el marketing y la publicidad en Argentina (1876-1930)", *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales* 60, n. 230 (2020): 69.
- 7 Para aprofundar sobre essa questão: Juan Suriano, "La Primera Guerra Mundial, crisis económica y agudización del conflicto obrero en Argentina", *Estudios históricos* 30, n. 60 (2017): 93-114; Fernando Remedi, "La sociedad en la guerra. Alimentación y Primera Guerra Mundial en Córdoba (Argentina)", *Prohistoria*, n. 7 (2003): 153-176.
- 8 Eduardo Elena, "Precios y valores: nuevas miradas sobre el problema del costo de vida en América Latina durante el siglo XX", *Historia Crítica*, n. 87 (2023): 7.
- 9 Aldo Marchesi, "De artículos de primera necesidad a necesidades básicas insatisfechas. Una mirada al proyecto de bienestar en el siglo XX uruguayo a través del debate sobre el costo de vida", *Historia Crítica*, n. 87 (2013): 77-99.
- 10 Olivier Compagnon, *América Latina y la Gran Guerra: el adiós a Europa (Argentina y Brasil, 1914-1939)* (Buenos Aires: Crítica, 2014), 129.
- 11 Para uma análise detalhada sobre a alimentação das classes trabalhadoras e os refeitórios populares na América Latina, ver, entre outros: Paula Aguilar, "Hogares, alimentación y salarios: La encuesta higiénico-económica del Instituto Nacional de la Nutrición",

- Avances del Cesor*, n. 13 (2015): 159-180. Sandra Aguilar Rodríguez, “La mesa está servida: comida y vida cotidiana en el México de mediados del siglo XX”, *Revista de Historia Iberoamericana*, n. 2 (2009): 52-85; María José Billorou, “El surgimiento de los comedores escolares en la Pampa en crisis”, *Quinto Sol*, n. 12 (2008): 175-200; Paulo Drinot, “Food, Race and Working-class Identity: Restaurants Populares and Populism in 1930s Peru”, *The Americas*, n. 62 (2005): 245-270; Juan Carlos Yáñez Andrade, “Alimentación abundante, sana y barata. Los restaurantes populares en Santiago (1936-1942)”, *Cuadernos de Historia*, n. 45 (2016): 117-142.
- 12 Juan Carlos Yáñez Andrade, “Los pobres están invitados a la mesa. Debates y proyectos transnacionales de alimentación popular en América del Sur, 1930-1950”, *Historia Crítica*, n. 71 (2019): 66.
 - 13 Sobre os balanços historiográficos a esse respeito, Inés Pérez, “Consumo y género: una revisión de la producción historiográfica reciente sobre América Latina en el siglo XX”, *Historia Crítica*, n. 65 (2017): 29-48; Inés Pérez, “Apuntes para el estudio del consumo en clave histórica”, *Avances del Cesor V*, n. 13 (2015): 97-106; Fernando Rocchi, “El consumo en la historia global y transnacional. Una perspectiva latinoamericana”, *Anuario IEHS*, n. 36 (2021): 181-207.
 - 14 Elena, “Precios y valores: nuevas miradas...”; Cecilia Lanata Briones, “Una nueva estimación del índice del costo de vida, Argentina 1912-1932”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, n. 53 (2020): 64-92; Fernando Rocchi, “Una expansión desigual. Los cambios en el consumo argentino, desde principios del siglo XX hasta la década de 1940”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, n. 53 (2020): 228-254.
 - 15 Natalia Milanese, *Cuando los trabajadores salieron de compras. Nuevos consumidores, publicidad y cambio cultural durante el primer peronismo* (Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2014).
 - 16 Paula Bontempo, *Mujeres en colores. Cosméticos, belleza y consumos femeninos en la primera mitad del siglo XX argentino* (Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2024); Juan Buonuome, “El partido de los consumidores. Publicidad, consumo y cultura de clase en la prensa socialista argentina, entre el Centenario y la Gran Depresión”, *Desarrollo Económico* 56, n. 219 (2016): 245-276; Erica Cubilla, “Comerciantes y profesionales de Villa Devoto: género, trabajo y sociabilidad en la Buenos Aires de los años treinta”, em *Género, trabajo y política: estudios sobre sociabilidades y conflictividad en la Argentina del siglo XX*, comp. Andrea Andújar, Laura Caruso e Silvana Palermo (Buenos Aires: Imago Mundi, 2022); Inés Pérez, *El hogar tecnificado. Familias, género y vida cotidiana* (Buenos Aires: Biblos, 2012); Cecilia Tossounian, *La joven moderna en la Argentina de entreguerras. Género, nación y cultura popular* (Rosario: Prohistoria Ediciones, 2021).
 - 17 Analiso esse aspecto das políticas municipais em um capítulo da minha tese de doutorado; por questões de espaço, não o desenvolvo nesta publicação.
 - 18 Sassano Luiz reconstruiu as características comerciais da cidade de Buenos Aires em diferentes períodos históricos: Silvana Sassano Luiz, *Nuevos lugares en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: los centros comerciales*, Tese de Doutorado, Universidad Complutense (Madrid: Mimeo, 2016).
 - 19 Fonte: Plano do Território cedido pela nação argentina para a ampliação da Capital Federal, com indicação do limite definitivamente adotado, 1888.
 - 20 Adrián Gorelik, *La grilla y el Parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936* (Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2010), 127.

- 21 Para uma análise da expansão da cidade em relação às ferrovias e ao bonde, ver James Scobie, *Buenos Aires. Del centro a los barrios 1870-1910* (Buenos Aires: Ediciones Solar/Hachette, 1977).
- 22 Ver, por exemplo: Adrián Gorelik e Fernanda Arêas Peixoto, *Ciudades sudamericanas como arenas culturales* (Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2016).
- 23 Sobre esse processo: Davis Harvey, *París, capital de la modernidad* (Espana: Akal, 2014 [2008]).
- 24 Jeffrey Needell, *Belle époque tropical: sociedad y cultura de élite en Río de Janeiro a fines del siglo XIX y principios del XX* (Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012).
- 25 Graciela Aguilar, Leonel Contreras e Mónica Sanjurjo, *Mercados de Buenos Aires* (Buenos Aires: Olmo Ediciones, 2014).
- 26 Valeria Silvina Pita, “Mercados de abasto y trabajadores. Negociaciones, disputas y formas de ganarse la vida en Buenos Aires, 1850-1870”, *Revista Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda*, n. 14 (2019): 55.
- 27 *Ibid.*, 56.
- 28 Em 1910, Buenos Aires comemorou o centenário da formação do primeiro governo patriótico que deu início ao processo de independência em 25 de maio de 1810.
- 29 “Cosas que se van. El Mercado del Centro”, FM, 27/6/1913, n. 61.
- 30 Departamento Nacional del Trabajo de la República Argentina. BDNT, Buenos Aires, 1911, 98.
- 31 Por exemplo, L. Caruso investiga as características das feiras no bairro de La Boca nos primeiros anos do século XX. Laura Caruso, “Consumo y abastecimiento en un barrio obrero a orillas del Riachuelo: ferias, mercados y venta ambulante, La Boca (1878-1920s)”, em *Género, trabajo y cuestión social en la Argentina del siglo XX*, comp. Andrea Andújar, Silvana Alejandra Palermo e Jeremías Silva (Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 2025).
- 32 Sobre esse tema, ver, entre outros: Francis Manzoni, *Mercados e feiras livres em São Paulo 1867-1933* (São Paulo: Sesc São Paulo, 2019); Antônio Hélio Junqueira e Marcia da Silva Peetz, *100 anos de feiras livres na cidade de São Paulo* (São Paulo: Via Imprensa Edições de Arte, 2015).
- 33 Fonte: Archivo General de la Nación, Archivo Fotográfico, Argentina.
- 34 Memoria de la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires, 1915, 51.
- 35 *Ibid.*, 54.
- 36 *Ibid.*, 55.
- 37 *Ibid.*, 1918, 493.
- 38 *Ibid.*, 246.
- 39 “Ferias francas”, FM, 3/3/1925, n. 271.
- 40 Veja também a ilustração: Hoffman, “Las ferias francas”, FM, 20/04/1917; “En la feria franca”, PBT, 18/7/1914, n. 503.
- 41 Joaquín Llambías, “El abaratamiento de la vida. Opiniones del señor intendente municipal de la Capital”, FM, Buenos Aires, 19/07/1917, n. 273, 1.
- 42 Em 1912 foi sancionada a Lei Sáenz Peña, que garantiu o voto obrigatório, secreto e universal masculino. Isso provocou um processo de democratização política que levou ao poder, em 1916, a UCR, o principal partido de oposição liderado por Hipólito Yrigoyen. A primeira experiência democrática na Argentina provocou uma participação política mais ativa da sociedade, no que se conheceu como democracia de massas.

- 43 O sistema de governo na Capital Federal era composto por um intendente escolhido pelo presidente da nação em acordo com o Senado, e suas funções tinham duração de três anos. Do mesmo modo, para a função legislativa contava-se com o Honorable Consejo Deliberante, com 22 membros eleitos por voto de um eleitorado limitado (deviam ser homens maiores de idade, alfabetizados, cidadãos com uma contribuição anual de \$100 e um ano de residência, ou estrangeiros alfabetizados, com uma contribuição anual de \$200 e dois anos de residência).
- 44 Em um capítulo de uma coletânea, analiso a presença dos mercados de capital privado na cidade de Buenos Aires: Erica Cubilla, “El abaratamiento de la vida. Política municipal, mercados y ferias francas en Buenos Aires durante la crisis de la Primera Guerra Mundial”, em *Género, trabajo y cuestión social en la Argentina del siglo XX*, orgs. Andrea Andújar, Silvana Palermo e Jeremías Silva (Buenos Aires: Imago Mundi, 2025), 131-152.
- 45 Para aprofundar sobre a conformação do Mercado Central, veja Sassano Luiz, *Nuevos lugares en la Ciudad*.
- 46 Fonte: elaboração técnica de Constanza Torrilla, 2024.
- 47 Memoria de la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires, 1918, p. 517.
- 48 Municipalidad de la ciudad de Buenos Aires, “Projeto Orgánico para a Urbanização do Município” (Buenos Aires: Talleres Peuser, 1925), 323.
- 49 *Ibid.*, 325.
- 50 *Ibid.*, 326, tradução livre.
- 51 “El mercado de verduras”, FM, 03/11/1916, n. 236.
- 52 *Ibid.*
- 53 Para uma análise detalhada do circuito de venda de carnes na Argentina: Andrea Lluch, “Del Campo a la mesa. La comercialización de carnes en la Argentina: actores, mercados y políticas de regulación (1895-1930)”, em *Las manos visibles del mercado. Intermediarios y consumidores en la Argentina*, ed. Andrea Lluch (Rosario: Prohistoria Ediciones, 2015).

Fragmentos esquecidos, valorizações presentes: a coleção de metais de Nueva Cádiz de Cubagua

Josennya Noroño Torres

Centro de Antropología, Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC)

A coleção Nueva Cádiz, preservada na Unidade de Investigação Aplicada à Conservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Centro de Antropologia do Instituto Venezuelano de Investigaciones Científicas (IVIC), é composta por fragmentos de cerâmica, artefatos líticos, metais, vidros, restos ósseos humanos e faunísticos, artefatos de concha e alvenaria provenientes da ilha de Cubagua.¹ Essa coleção é o resultado, em grande parte, das escavações realizadas por José María Cruxent entre 1955 e 1961.² Desse conjunto, três peças (uma coluna, uma gárgula e o Escudo das Cinco Chagas)³ e vários fragmentos cerâmicos permanecem em regime de empréstimo no Museu Nueva Cádiz, na ilha de Margarita, Venezuela.

Imagem 1 – Peças metálicas da Colección Nueva Cádiz de Cubagua.



O restante dos materiais provenientes dessas escavações faz parte hoje das coleções do Museu de História Natural da Flórida.

Nueva Cádiz é o nome que recebeu a mais famosa pescaria de pérolas do sul do Caribe durante as primeiras décadas do século XVI.⁴ Ela estava localizada na ilha de Cubagua e foi protagonista de inúmeros processos e relações que a conectaram ao mundo Atlântico por meio da colonização, do comércio de pérolas e do tráfico de pessoas escravizadas, indígenas e africanas.⁵ Seu nome surgiu com a designação de cidade no ano de 1528.

Sua história vai até o ano de 1542, quando foi finalmente abandonada.⁶ Hoje, os vestígios dessa cidade são uma ruína da qual provêm as coleções que deram origem a esta pesquisa – e onde existem declarações legais que asseguram, de direito, mas não de fato, sua proteção: em 1979, foi declarada monumento nacional;⁷ em 1983, foi estabelecido um uso turístico para a ilha de Cubagua;⁸ isso também foi refletido em 1999 no Plano de Ordenamento Territorial do estado de Nueva Esparta;⁸ e, por fim, no ano 2000, foi declarada Bem de Interesse Cultural.⁹

Estado da questão

Recentemente, a valorização do patrimônio de Nueva Cádiz tem marcado presença em discussões que abrangem desde a legislação promovida pelo Estado venezuelano até os trabalhos de historiadores, antropólogos e arqueólogos, que, a partir de diferentes perspectivas e análises, buscam explicar e reconstruir sua história sob enfoques variados, sejam eles históricos, culturais, sociais ou mesmo relacionados ao uso.

Nesse sentido, Rodríguez Velásquez¹⁰, em uma reflexão historiográfica sobre a ilha de Cubagua, oferece uma visão na qual uma pluralidade de avaliações narra relatos associados ao passado histórico da ilha, entrelaçando histórias de “perlas, esclavitud y desastres naturales”. Com um enfoque histórico, sua contribuição para esta pesquisa reside em incluir em seu relato três objetos da coleção que fizeram parte dos estudos iniciais realizados por José María Cruxent, os quais permitem vislumbrar as formas de vida da sociedade que habitou a ilha, sua persistência em diferentes momentos e que ainda pode ser observada na atualidade.

Scaramelli¹¹ menciona os estudos sobre Cubagua realizados, como são: as escavações executadas por Cruxent e as colaborações junto a Rouse, das quais derivará a publicação *Arqueología cronológica de Venezuela*. A realizada com John Goggin, na qual os estudos dos restos cerâmicos forneceram uma cronologia cerâmica vinculada à área do Caribe e outras regiões, definindo um novo estilo cerâmico identificado como uma Ware Indígena.¹² Há aqui também a primeira referência de intervenção direta sobre os muros das ruínas de Cubagua, realizada por Cruxent e sua equipe; o fato de se falar em consolidação nos leva a pensar no mau estado de conservação que as ruínas apresentavam na época, não se fazendo referência nem aos materiais nem às técnicas utilizadas para essa intervenção, o que põe em questão o conceito de autenticidade. Refere-se ainda à proposta de uma hipótese da ocupação

do sítio por europeus, indígenas e escravizados africanos, realizada por Cruxent. Destaca-se a valorização da autora quanto à posição governamental, ao evidenciar como os projetos do Instituto de Patrimonio Cultural de Venezuela (IPC) respondem a dois princípios ideológicos promovidos pela Quinta República: o bolivarianismo¹³ e o guaicaipurismo.¹⁴

Assim, para a celebração dos 200 anos da Guerra de Independência, o IPC auspicou o projeto “Pueblo Admirable”, para o qual foram financiadas pesquisas arqueológicas em sítios associados à vida de Simón Bolívar. Os objetos recuperados nessas investigações resultaram em uma exposição intitulada “En los Tiempos de Bolívar: Una Evocación Arqueológica de la Vida Cotidiana durante la Época del Libertador”. A abertura dessa exposição ocorreu em 17 de dezembro de 2006, data da morte de Bolívar, e tinha como objetivo aproximar a figura do Libertador dos cidadãos, em um claro exemplo de culto aos heróis.

Com uma clara visão nacionalista, a fim de deixar manifesta a soberania, a identidade venezuelana e a valorização do nosso patrimônio, o IPC realizou levantamentos e escavações arqueológicas para fundamentar e justificar os projetos de inclusão na lista de patrimônio mundial dos primeiros sítios coloniais de Cubagua e Ciudad Bolívar, estes últimos localizados em Angostura del Orinoco, uma região representativa dos indígenas, do assentamento colonial e núcleo do movimento de independência. Aqui, a arqueologia é um dos meios para justificar uma nova visão, na qual as valorizações de Cubagua pelo Estado se refletem além de seu valor histórico, vinculadas a uma perspectiva política que vê na ocupação da ilha de Cubagua desde suas origens o avanço da expansão capitalista global. Nesse sentido, sob a interpretação do novo sistema de governo no país, busca-se conferir novos sentidos de apropriação do patrimônio. Um exemplo do denominado Guaicaipurismo, ou enfoque nos valores indígenas e direitos ancestrais, foi a campanha realizada pelo IPC para que a Piedra Kueka retornasse ao país.

Antczak¹⁵ nos apresenta as pesquisas arqueológicas realizadas na Venezuela, ao mesmo tempo em que deixa claro qual tem sido o papel do Estado frente a essas pesquisas, com discursos discordantes ao se expressar, na constituição de 1999, uma definição de patrimônio cultural que confere voz e direitos a setores da sociedade antes marginalizados, mas sem estabelecer políticas de ação e financiamento para projetos arqueológicos, históricos e de conservação, que, com base em propostas críticas, auxiliem na redefinição do que constitui o patrimônio cultural nos distintos períodos históricos.

Um novo estudo de Rodríguez Velásquez¹⁶ nos conecta brevemente com o material arqueológico de Nueva Cádiz de Cubagua, deixando claras as instituições garantidoras e responsáveis por todo o material produzido na escavação, assim como também pelas pesquisas realizadas sobre a coleção da qual o Estado venezuelano foi e é garantidor. No nosso caso, da coleção Nueva Cádiz de Cubagua, existe uma parte cujo destino foi o Museu de História Natural da Flórida e para a qual não houve uma lei de proteção que regulasse seu retorno ao território nacional. Também se ressalta o fato de que os materiais custodiados pelo Museu de Ciências e pelo Centro de Antropologia do IVIC, naquele momento, são referenciados pelo autor como “não processados”; esta é uma realidade que, para benefício das coleções em ambas as instituições, deu uma guinada de 180 graus, sobre a qual se falará amplamente ao abordar a apresentação da coleção.

Por sua vez, uma nova dissertação desenvolvida por Rodríguez Velásquez e Antczak¹⁷ dá espaço a quatro afirmações que enfatizam e ajudam a visualizar o patrimônio existente na ilha. A primeira, associada aos restos arqueológicos, destacando-se a cerâmica europeia e a produzida pelos povos indígenas, não apenas de Cubagua, mas também em sua vinculação com o Caribe. A segunda: à fragilidade na valorização das pesquisas arqueológicas no que tange ao conhecimento dos povos originários, situando-os sob a perspectiva da visão europeia, apesar do vasto registro material associado à população indígena. A terceira faz referência à existência do patrimônio imaterial, expressa através da fé na Virgen del Valle, própria de toda a região.

Em quarto lugar, apontam a fragilidade da legislação de 1979 como mecanismo de proteção ao decretar os restos arqueológicos da cidade de Nueva Cádiz como Monumento Histórico da Nação, evidenciando o marcado viés que essa proteção refletia, ao ser valorizada por representar evidência de uma das primeiras atividades de urbanização realizadas pelos espanhóis no mundo. Com a declaração do ano 2000 como Bem de Interesse Cultural, há uma evolução do conceito de patrimônio, ao reconhecer e proteger, além das ruínas da cidade de Nueva Cádiz, o patrimônio arqueológico representativo da cultura indígena e os sítios paleontológicos anteriores à chegada dos europeus. Isso se manifesta, tanto no discurso quanto na representação, pelo marcado caráter político que sustentava as ações de criação do parque, em uma placa de mármore que explica essa visão ao expor: “Estas ruínas são um recordatório mordaz da barbárie do capitalismo, mesmo em seu início.” Muito se disse até hoje sobre o patrimônio e sua proteção, mas as poucas ações realizadas foram sustentadas sob um marcado viés nacionalista.

É talvez a primeira vez que aparece na literatura uma referência mais ampla e geral das exposições e coleções provenientes de Nueva Cádiz de Cubagua.

Todo o exposto anteriormente funciona como preâmbulo que nos introduz à valorização do patrimônio e, dentro dessa linha de pensamento, nos convida a nos debruçar sobre o nosso, que é a coleção da primeira escavação arqueológica sistemática realizada no país. Por isso, nos parágrafos seguintes é apresentada uma visão sobre o estudo e o conhecimento da coleção de metais de Nueva Cádiz de Cubagua.

A proteção

Na Venezuela, tanto o conceito de patrimônio quanto sua valorização, inicialmente, centraram-se no pensamento positivista.¹⁸ As ações nesse sentido estavam relacionadas à antiguidade e ao fato arquitetônico, vinculando-os aos heróis nacionais. O primeiro documento a tratar do tema é o Decreto de Proteção de Documentos Oficiais e Objetos Históricos de 1914, que limitava sua atuação a evitar a venda de documentos oficiais, uma fragilidade que marcaria o decreto por não delimitar o alcance do “objeto histórico”.¹⁹

Em 1945 são proclamadas a Lei de Proteção e Conservação de Antiguidades e Obras Artísticas da Nação e a Lei de Arquivos Nacionais, dando início à legislação patrimonial por parte do Estado venezuelano, com uma visão limitada do patrimônio, na qual se expressam critérios de valorização de monumentos, bem como os princípios de restauração definidos pelas escolas científicas europeias. O viés dessa lei se evidencia ao não refletir a diversidade cultural, étnica e regional do país, assim como também não refletir um convite às classes sociais para expressarem seus próprios discursos relacionados ao passado e ao presente. O fato de deixar nas mãos dos cinco membros que compuseram a Junta Protetora e Conservadora do Patrimônio Histórico e Artístico da Nação a decisão sobre quais são os bens que constituem o patrimônio nacional é discordante e carece de equidade e justiça tanto do ponto de vista social quanto cultural.

Passaram-se 48 anos até a derrogação da antiga lei de patrimônio e a entrada em vigor, em 1993, da Lei de Proteção e Defesa do Patrimônio Cultural. Esta incorporou melhorias, como a definição de patrimônio cultural, com uma visão mais ampla e coerente do que o conceito de patrimônio histórico e artístico, mas perpetuou e reproduziu os parâmetros existentes na antiga lei, relacionados à identificação dos bens e à atuação sobre eles (ver artigo 6). Sob uma classificação preestabelecida dos bens patrimoniais

– bens móveis, bens imóveis, povoados, sítios arqueológicos, obras de arte, entorno ambiental e paisagístico, patrimônio vivo, entre outros –, será o Estado quem os identifica e protege nas distintas esferas: nação, estado e município, limitando uma participação ampla e democrática de fato.

Uma experiência na realização do 1º censo do Patrimônio Cultural no país, em 2004, resultou, como corolário, que dos 630 bens declarados até então, em sua maioria relacionados ao fato arquitetônico monumental, chegou-se a um registro de mais de 60 mil bens. Segundo palavras do Arq. José Manuel Rodríguez, presidente do IPC, esse registro foi realizado com a participação das comunidades, com o aval dos diferentes instrumentos legais, o que constitui uma ferramenta jurídica efetiva para a defesa e gestão do patrimônio cultural.

No processo de valorização patrimonial que envolve Cubagua, Nueva Cádiz e as coleções provenientes de lá, mediaram-se processos de ação relacionados com o poder, a legislação, a antiguidade, a identidade, o sentido de pertencimento e a interpretação. Para compreender a complexidade desses processos de valorização, é necessário estudar e distinguir, ao longo do tempo, os atores que tentam tecer os fios que constroem o discurso patrimonial: o Estado, os profissionais e a comunidade. É nesse variado conjunto de representantes com interesses diversos que se desenvolveu um discurso que cimenta as redes e relações que os representam, através do passado em um presente cheio de interesses e contradições, onde o objeto patrimonial passou a ser isolado e desprovido de unidade, ao se desconhecer a relação entre o material, os habitantes da ilha e os processos culturais; e onde a inexistência de planos estratégicos integrais levou, ao longo do tempo, a visões enviesadas e ações falhas.

Agora, tentemos então relacionar as práticas patrimoniais reproduzidas por cada um dos atores, vinculando, em primeiro lugar, as ações políticas do Estado para compreender sua gestão na ilha.

A declaração das ruínas de Nueva Cádiz como monumento nacional em 1979 manteve-se apegada à interpretação do passado, desta vez vinculada a edificações em ruínas que evidenciavam a antiguidade da cidade, e à ideia de monumento imóvel. Fez isso com um discurso que valorizava a presença dos outros e invalidava os ocupantes originários da região: “Representa o testemunho de uma das primeiras atividades de urbanização realizadas pelos espanhóis no novo mundo”, situando-nos em um mundo novo, quando existíamos há 13.000 anos antes do presente.

Essa declaração não implicou ações físicas na conservação do bem. Dez anos depois, a Direção de Patrimônio Cultural do Conselho Nacional de Cultura desenvolverá o “Projeto de Recuperação das Ruínas de Nueva Cádiz, ilha de Cubagua, Venezuela: uma abordagem contextual”.²⁰ Esse projeto, com parâmetros técnicos bem definidos sobre as atividades a serem realizadas na ilha, retoma as ideias de Cruxent sobre a criação de um museu *in situ*, com uma visão ampliada do patrimônio, na qual se valoriza tanto as ruínas quanto o contexto que evidencia as ocupações pré-hispânicas da ilha, contemplando um polígono de 700 hectares.²¹

Em 1997 entra em vigor o Plano de Ordenamento Territorial do estado de Nueva Esparta, que confere à ilha um uso turístico e a coloca sob uma Proposta de Área sob Regime de Proteção Especial (ABRAE). No ano 2000, ela é declarada Bem de Interesse Cultural sob a tutela do IPC, com o objetivo de oferecer uma visão integral de planejamento e gestão do bem, deixando claro que o patrimônio não diz respeito apenas ao passado, que, no caso em estudo, o é, nem se tratava apenas de coisas materiais, que também o são, mas de um conceito mais amplo, no qual se valoriza a paisagem, as ruínas, os sítios arqueológicos e os bens móveis. Para fortalecer esse discurso de patrimonialização, o IPC decretou o Parque Arqueológico, Paleontológico e Geológico Cubagua, em uma tentativa de gerar proteção sobre o bem patrimonial de toda a ilha e, assim, promover sua valorização por meio do conhecimento e da difusão de todos os valores patrimoniais nela existentes. Com esse ato, buscou-se atribuir significado no presente, mediante uma aparente legislação integral para a proteção do bem, que implicava um sistema de proteção sobre 22,4km.²

Para alcançar o exposto, o IPC propôs quatro eixos de ação no desenvolvimento do trabalho dentro do parque. Uma área social, relacionada com o vínculo entre a população de pescadores da ilha e a promoção da organização social da comunidade, na qual foram instaladas células fotovoltaicas nas rancherías²² da ilha, uma torre de prova para energia eólica e uma usina dessalinizadora de 1.500 litros de água potável diários. Uma área educativa, com o funcionamento de uma escola dotada de refeitório; também foram entregues uniformes e material escolar. Uma área ecológica com a função de recolher resíduos sólidos nas ruínas da Ciudad de Nueva Cádiz e na Bahía de Charagato, assim como um serviço semanal de coleta de lixo nas rancherías. Incluiu-se ainda uma área técnica, onde foram georreferenciados 88 novos sítios, produto das prospecções arqueológicas e escavações.²³ Com base nesses estudos realizou-se a delimitação arqueológica da ilha e a execução de trilhas

geológicas e arqueológicas, “que mostravam os atrativos turísticos, históricos da ilha através de uma sinalização didática e informativa”.²⁴

Nenhuma dessas ações teve continuidade ao longo do tempo, as respostas do Estado enquadraram-se em um posicionamento tradicionalista, já que se privilegiou a preservação do patrimônio acima do bem-estar de seus habitantes. O projeto de criação do Parque Arqueológico, Paleontológico e Geológico Cubagua gerou muitas expectativas nos moradores, sustentado ainda por um investimento considerável, que, ao parafrasear a voz do IPC, defendia uma melhor qualidade de vida para os moradores da ilha. No entanto, quatro anos após seu início, ainda não havia sido inaugurado, e os pescadores continuavam à espera das promessas que acabaram por se diluir no silêncio estatal e em um parque inacabado.

A coleção de Nueva Cádiz de Cubagua

A primeira aproximação a esta coleção foi realizada há 60 anos, estabelecendo novos conhecimentos e rompendo paradigmas vinculados às nossas origens, apoiando-se esse conhecimento em estudos relacionados com a cerâmica, por parte de Cruxent e colaboradores, como já foi mencionado. Outro campo de investigação foram, por sua vez, os restos zooarqueológicos estudados por Wing,²⁵ que direcionou suas pesquisas ao conhecimento da alimentação dos habitantes de Cubagua. Nesta segunda aproximação, começamos a obter novas respostas com o estudo e conhecimento de duas materialidades ainda pendentes de investigação: os metais estudados por Noroño Torres²⁶ e o vidro estudado por González.²⁷

Está sendo investigada uma grande quantidade de artefatos metálicos, muitos deles com problemas de conservação devido a patologias causadas pela corrosão. De modo geral, todos os objetos provenientes de Nueva Cádiz apresentam problemas de acordo com a sua natureza, de forma que, nos artefatos cerâmicos e vidros, podemos observar abrasão, manchas de sais e desvitrificação; nos materiais orgânicos, como restos ósseos e malacológicos, existe muita fragilidade. Por tudo o que foi exposto, é urgente o conhecimento desses materiais a fim de estabelecer ações para a preservação e valorização da coleção de Nueva Cádiz de Cubagua; para isso, discutiremos sobre aqueles que estão sendo atualmente intervencionados.

Hoje podemos afirmar que na Unidade de Investigação Aplicada à Conservação do Patrimônio Material e Imaterial do Centro de Antropologia do Instituto Venezolano de Investigações Científicas está sendo desenvolvida

uma atividade que, além do resgate e valorização de seu patrimônio, iniciada em 2022 com a coleção de metais e vidro de Nueva Cádiz de Cubagua, defende estudos interdisciplinares que vinculam distintas áreas, nas quais o conhecimento científico fornece ferramentas para intervenções adequadas sobre o material arqueológico, não apenas de Cubagua, mas também das coleções provenientes de todo o país.

A maior parte dessa coleção encontra-se no IVIC, totalizando 341 contêineres (em processo de pré-inventário foram adicionados 5 aos 336 que haviam sido relacionados anteriormente).²⁸ A amostra, em geral, é composta por contas de vidro, jade, elementos estruturais como colunas, elementos funcionais e decorativos como gárgulas em pedra e gres, um registro extenso de restos cerâmicos importados e locais, objetos metálicos, ossos e pedras, material fotográfico e cadernos de campo.

Os avanços no estudo dos metais

Com o objetivo de estudar a coleção de metais de Nueva Cádiz de Cubagua, realizou-se uma revisão exaustiva dos contêineres que a abrigam. Do total de 341 contêineres, há metais em 175, o que implica sua presença em 51,31% deles. Foram analisados 449 artefatos, dos quais 13 não haviam sido identificados. Graças à colaboração do arqueólogo Konrad Antczak, puderam ser identificados dois novos (um possível selo em forma de rosa e um fecho de gancho para cinto).

Tendo sido identificados 36 tipos de objetos associados ao seu uso, com essas duas novas identificações passaram a ser 37 (o fecho de gancho estaria na categoria das fivelas), que incluem: alfinetes (n=35), argolas (n=11), alças (n=9), armas brancas (n=68), arpões (n=2), projéteis (n=2), barras (n=62), dobradiças (n=1), botões (n=2), correntes (n=8), guizos (n=10), pregos (n=30), fecho de livros (n=6), ponteiras (n=12), facas de pérola (n=19), dedais (n=12), escória (n=10), dobradiças de porta (n=7), fivelas (n=22), ferragens de barril (n=9), joias (n=2), lâminas “verdes” (n=35), chaves (n=2), puxadores (n=1), moedas (n=15), passadores (n=3), peso aninhado de moeda (n=3), pesos de balança (n=1), peça em espiral (n=3), peça oca (n=7), peça ornamental (n=12), peça perfurada (n=10), pratos (n=3), chumbo fragmento (n=1), selo (n=1), tampas (n=3), torres (n=3) e peças não identificadas (n=11).

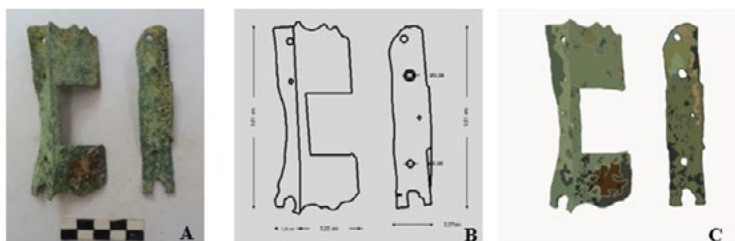
Imagem 2 – Possível selo.



A fim de sistematizar a informação e associar os distintos objetos com a atividade em que eram utilizados, foram categorizadas seis atividades descritas a seguir. A título de exemplo, damos referências de alguns dos objetos que permitiram a caracterização, com o objetivo de explicar, de forma breve, seu uso, assim como suas vinculações com as formas de vida desenvolvidas na ilha.

1- Atividade construtiva (pregos, argolas, dobradiças, chaves, fechaduras, dobradiças de porta, puxadores, passadores), dos quais alguns podem estar relacionados com a construção, enquanto outros estão mais associados a fechamentos, ou ainda como componentes de portas e janelas. De todos esses objetos, os de maior quantidade são os pregos, que se encontram em todos os contêineres onde há metal. Isso é indicativo de sua localização no contexto da cidade, por estarem associados ao uso tanto em madeira quanto em alvenaria. Embora Willys²⁹ relacione em sua tese comprimentos e espessuras, os pregos, no caso de nossa coleção, apresentam um alto grau de oxidação, o que impede correlacionar dimensões com as estabelecidas por esse autor. Caracterizam-se também aqui os pregos com cabeça larga e corpo curto, assim como a cabeça quadrada. Dobramentos em muitos deles também são possíveis indicativos de seu uso em entablamentos de telhados.

Imagem 3 – Dobradiça.

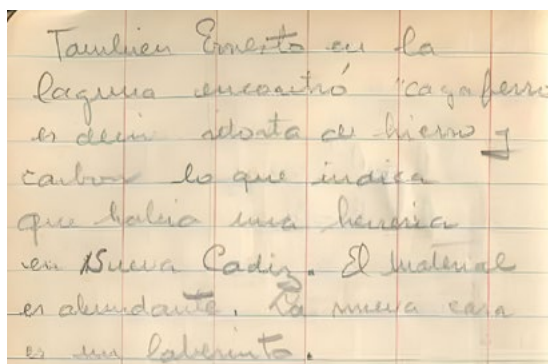


Foi coletada apenas uma dobradiça (IVICMABI-NE-CUB-33-22-0001) em liga de cobre, com um mecanismo simples e de pequenas dimensões, o que sugere seu uso em janela.

No caso das fechaduras, foram coletados seis mecanismos de fechadura (IVICMACD-NE-CUB-30-22-0001 a 06), possivelmente utilizados em baús de armazenamento, o que estabeleceria conexões com mobiliário não estudado.

2- Atividade laboral ferrarias: escória, barras, estanho. O dado arqueológico indica a existência de escória (cagaferro é o vocábulo em catalão) e próxima a uma fonte de água, condição indispensável para realizar a forja; além disso, a lagoa onde foi localizada a escória está próxima à área onde os navios ancoravam.

Imagem 4 – Caderno de Campo de José María Cruxent.³⁰



Nos processos de *juicios de residencia* mencionam dois ferreiros: Diego de la Peña,³¹ que além disso atuou como procurador e conseguiu que se desse à cidade o nome de Nueva Cádiz, e o segundo, Diego Díaz,³² o que pode indicar que tal atividade era desenvolvida na ilha.

Existem dois restos de materiais associados à atividade metalúrgica na coleção, sendo um a escória³³ (IVICMAES-NE-CUB-02-22-0001 ao 10).

A Imagem 5 evidencia o resíduo de produção por ser o que permanece nos fornos de fundição do processo de transformação do minério em metal.³⁴ O segundo são as barras (IVICMABR-NE-CUB-02-22-0001 a 62), que são produtos intermediários da fundição: geralmente produzidos a partir do metal bruto, com os quais depois se elaboram os objetos. Principalmente podem ser lingotes ou gotas. Muitas dessas aparecem na coleção e também podem estar associadas a servir como lastro nos processos de navegação entre Espanha e América.

Imagem 5 – Amostra de escória.



Outro metal referenciado nos inventários por Otte³⁵ é o estanho, assim “36 libras (em 28 peças) de estanho”. O metal era associado, nessa época, à fabricação de fivelas,³⁶ também utilizado como revestimento em dobradiças, puxadores de portas e janelas e pregos para evitar sua oxidação.³⁷

3- *Atividade comercial* (moedas e pesos aninhados ou ponderais). Os comerciantes tiveram grande influência na conformação da cidade e nas transações comerciais realizadas nela, um local onde se trocava comercialmente desde vidas até objetos, razão pela qual se apresenta aqui um dos objetos relacionados a essas atividades. Os pesos aninhados ou ponderais são objetos utilizados para quantificar o peso do ouro e da prata segundo as leis ditadas pelos reis católicos. Em 1261, estabeleceu-se em Castela a obrigação de pesar o ouro, a prata e as moedas pelo marco de Burgos de 230 gramas, mantendo-se essa unidade até a segunda metade do século XIX, quando foi implantado o sistema métrico decimal. Cabia aos ourives colocar esses

metais para controlar seu peso e sua qualidade; a partir do século XIV, estabeleceu-se em Castela a marcação com punções de garantia: primeiro a do local, depois a marca de verificação ou contraste e, mais tarde, a do artífice.³⁸

Eram produzidos em Nuremberg, que detinha o monopólio da produção e distribuição de pesos aninhados de latão desde o século XVI, e os pesos eram ajustados às normas locais de peso do país para o qual seriam enviadas.³⁹ Embora tenha sido afirmado que os pesos produzidos no século XVI eram muito simples e foram se tornando mais elaborados com o tempo, a evidência arqueológica sugere, no entanto, que as tampas decoradas e as alças de transporte também eram características do século XVI.

Os pesos aninhados eram elaborados em latão e consistiam em uma série de pesos graduados em forma de copo que se encaixavam uns dentro dos outros, o copo de maior tamanho continha o restante, o que tornava estas uma unidade compacta. Devido à delicadeza da ação para a qual foram elaborados, deviam estar marcados por lei com o signo do mestre cujo ateliê as produzia. Nas tampas costumavam ser colocadas marcas que identificavam o lugar para o qual seriam enviadas; o peso e a marcação dos copos em meias onças, um sistema próprio para pesar ouro na Espanha e na América colonial durante a segunda metade desse século.⁴⁰

São três os pesos aninhados ou ponderais que compõem a coleção (IVICMAPA-NE-CU-11-22-0001 a 03). Do primeiro, conserva-se a tampa, um copo interior e uma espécie de dobradiça; dos outros dois, apenas a tampa. Deve-se destacar o alto grau de deterioração por oxidação que apresentam. Uma vez realizado o trabalho de conservação e limpeza das tampas, poderão ser observadas as marcas que indicam o ateliê de origem, o local para o qual eram destinadas, o peso e a marcação das onças.

Imagem 6 – Pesos aninhados ou ponderais.



Além das pérolas como moeda de pagamento assinaladas por Rodríguez Velásquez (2023).⁴¹ Os pesos aninhados ou ponderais, assim como as moedas, indicam que outras formas de pagamento coexistiram com as pérolas em Cubagua.

a) *Atividade doméstica*, associada a objetos pessoais, vistos como dados que podem contribuir à análise cultural e histórica: alfinetes, botões, correntes, guizos, fechos de livros, pontas de armação, dedais, fivelas. Vale destacar que muitos desses objetos possuem uma dupla aplicação, uma relacionada à função que cumprem e outra que diz respeito à sua decoração e que estariam associadas ao valor ornamental e ao gosto e seleção de quem os portava.⁴²

b) *Fivelas*. A maioria das fivelas utilizadas em roupas pessoais foi feita com metais não ferrosos. As ligas de cobre foram o principal metal empregado para tais fivelas entre os séculos XIII e XIX. O estanho foi usado para fivelas principalmente no século XV.⁴³

Para a identificação das fivelas, trabalhou-se com o catálogo de Whitehead.⁴⁴ Essa classificação foi realizada com base em diversas características, tais como a forma e a função; para isso, estão sendo realizadas análises em conjunto com a unidade de Microscopia Eletrônica e o laboratório de materiais do IVIC, com o objetivo de determinar materiais e tecnologia. Isso constitui um feito pioneiro no país, ao integrar estudos vinculando-os com outras áreas de conservação e restauração dos materiais arqueológicos.

De um total de 22 fivelas, foi possível situar cronologicamente 20, a MAHB-NE-CUB-19-23-0004, por ser um fragmento, não constitui uma amostra diagnóstica, e a MAHB-NE-CUB-19-23-0022 corresponderia a uma contemporânea.

Para White,⁴⁵ a fivela foi a forma predominante de fechamento até o fim do século XVIII. As identificadas em Cubagua podem ser comparadas com as encontradas em La Isabela e Nombre de Dios, atribuindo-lhes a temporalidade do século XVI.

Da mesma forma, as fivelas têm associações de gênero: as de joelho e meia para homens e as de cinto para mulheres. Em qualquer caso, fica claro que as fivelas foram usadas por ambos os sexos, variando, para alguns, sua colocação no corpo e em consonância com as exigências da vestimenta.⁴⁶

Na coleção encontramos desde as mais simples, como as fivelas de anel, uma elaborada em metal ferroso e que estaria associada às utilizadas em cavalaria (MAHB-NE-CUB-130-23-0015, MAHB-NE-CUB-132-23-0016). Os estudos de Wing⁴⁷ não encontraram evidências de gado cavalar; no entanto, em Otte⁵¹, nas mercadorias importadas, aparecem referenciadas rédeas, freios, cabeçadas, esporas, almártigas,⁴⁸ cintas, rédeas de mula, todos associados à montaria de cavalos ou mulas. Outra (MAHB-NE-CUB-334-23-0021), segundo a evidência dos achados escavados, sugere que era usada para prender cintos na cintura ou na coxa, fabricada em estanho, datando principalmente dos séculos XV e XVI, sendo utilizada em sapatos no período medieval tardio. As de um único laço em forma de D (MAHB-NE-CUB-13-23-0003). As de olho ou em forma de oito (MAHB-NE-CUB-30-23-000005, MAHB-NE-CUB-125-23-00005, MAHB-NE-CUB-132-23-000005), realizadas em uma liga de cobre ou estanho fundido, utilizadas em sapatos. As assimétricas (MAHB-NE-CUB-91-23-0003, MAHB-NE-CUB-115-23-0011), a primeira de linhas muito simples e a segunda com dois pontos de destaque no centro da fivela e do corpo. As retangulares (MAHB-NE-CUB-77-23-0008, MAHB-NE-CUB-115-23-0010, MAHB-NE-CUB-125-23-0012, MAHB-NE-CUB-280-23-0018, MAHB-NE-CUB-291-23-0019). Duas (MAHB-NE-CUB-13-23-0002, MAHB-NE-CUB-125-23-0013) que apresentam decoração com nó moldado na borda inferior e entalhes em forma de cordão em todo o quadro. Por fim, uma fora de série (MAHB-NE-CUB-334-23-0001), que não pôde ser identificada por catálogo; as análises realizadas determinaram que é elaborada em latão com pequenas incrustações de vidro que lembram brilhantes. Seu caráter ornamental está associado ao luxo e ao poder aquisitivo de quem a utilizou.

Imagem 7 – Fivelas.



4- *Armamento defensivo e ofensivo* (munições, armas brancas, ponteiros e cotas de malha). Da revisão bibliográfica e como primeira aproximação às munições presentes na Coleção Cubagua, são três as estudadas e de diferentes dimensões (IVICMAMN-NE-CUB-147-23-0001 a 03). A menor tem diâmetro de quinze milímetros e está associada ao uso do arcabuz ou espingarda. A segunda, vinte e três milímetros, e a terceira, quarenta e cinco milímetros, a qual serviria para armas montadas como espingardas. Esta última poderia ter aumentado seu volume original em função de concreções causadas pela oxidação; contudo, os exames para determinar o tipo ou os tipos de metais presentes tornarão possível situá-las no tipo de armas em que foram utilizadas.

Imagem 8 – Munição de espigarda.



5- *Segurança e controle.* No segundo grupo dessa categoria estão elos de maior dimensão, entre oito e dez cm de comprimento (IVICMACD-NE-CUB-123-23-0002, IVICMACD-NE-CUB-123-23-0005), estes poderiam estar relacionados com método de controle e segurança para manter os escravos sob vigilância.

Imagem 9 – Elos de corrente.



O que foi exposto anteriormente faz parte da documentação prévia que todo objeto de coleção deve possuir, isso, além de fornecer informações sobre ele, é um instrumento que serve de apoio e orientação para qualquer outro estudo específico posterior. No nosso caso, o objetivo é a conservação da coleção. Daí que seja tarefa preponderante e urgente o inventário e a catalogação científica das coleções; esta é uma árdua tarefa, pois a maioria das coleções é composta por fragmentos. No entanto, nos metais e vidros, essas ações já foram iniciadas com rigor.

No caso dos metais, foi inventariado e catalogado o total da coleção, com histórias clínicas em 74 objetos, duas por cada categoria descrita, a

fim de identificar o estado de conservação em que se encontram, estabelecendo e relacionando os deterioros presentes, assim como suas causas de alteração, e determinar quais são passíveis de tratamento e selecionar os mais adequados para intervenção. Todas as informações preliminares, juntamente com as análises, constituem o diagnóstico, que não é mais do que uma interpretação dos dados obtidos pelos exames e pela observação científica dos objetos no contexto em que se encontram. Embora esses números sejam resultado de trabalho e ações conjuntas, estamos focados em gerar ações sistemáticas que nos permitam ir consolidando tanto as ações quanto os trabalhos conservativos e/ou restaurativos que garantam a valorização das coleções das quais somos guardiões e responsáveis.

Conclusões

Como já foi expresso em várias oportunidades, a coleção estudada permaneceu 60 anos em silêncio, e uma lei de proteção limitada para o momento da escavação permitiu a saída de parte desta sem que houvesse ações para seu retorno ao país.

O anteriormente escrito se refere diretamente à gestão das coleções e às ações sobre elas no século passado. Muito ocorreu desde então. A legislação existente no país naquele momento passou de um conceito de patrimônio estreito e reduzido, sempre associado ao monumental e arquitetônico, para outro mais amplo, que pretende que o patrimônio cultural tenha voz e direitos em setores da sociedade antes marginalizados. No entanto, na prática, para sua proteção não se estabeleceram políticas de ação e financiamento para projetos arqueológicos, históricos e conservativos, que com base em propostas críticas contribuam para redefinições do que constitui o patrimônio cultural nos diferentes níveis.

O caso de Cubagua é um excelente exemplo de valorização parcial ao longo do tempo: passou a ser estimado em diferentes decretos, desde as ruínas da cidade de Nueva Cádiz até um que abrangeu toda a ilha com os diferentes elementos patrimoniais. Por isso, muitas foram as ações desenvolvidas em Cubagua para sua proteção. Apesar disso, nenhuma delas teve continuidade ao longo do tempo, as respostas do Estado enquadraram-se em um posicionamento tradicionalista, pois se privilegiou a preservação do patrimônio em detrimento do bem-estar de seus habitantes.

A valorização do patrimônio e, portanto, das coleções começa com seu conhecimento, em que a pesquisa e a avaliação dão lugar à socialização

desse conhecimento, que deve ser resguardado e protegido não apenas pelo Estado, centros de pesquisa e profissionais técnicos, mas também pelas comunidades de onde procedem.

As coleções de Nueva Cádiz de Cubagua, resguardadas na Unidade de Pesquisa Aplicada à Conservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Instituto Venezuelano de Pesquisas Científicas, após 60 anos, fazem parte de um trabalho no qual se desenvolvem de maneira interdisciplinar o conhecimento e a intervenção científica como parte de sua valorização, a fim de garantir sua salvaguarda e poder mostrar às comunidades parte de seu patrimônio que permanecia oculto, desconhecido e desvalorizado.

Os objetos materiais podem ser exibidos dando lugar a usos e representações muito diversas, mostrando um discurso de quem os apresenta, baseado em seus juízos técnicos, de valor, crença etc. Mas será o discurso que inter-relaciona os atores com esses objetos que conseguirá conectar com o verdadeiro sentido de identidade e valor patrimonial, aproximando-nos de um passado que devemos conhecer para enfrentar de maneira mais adequada o futuro.

Sobre Cubagua e, portanto, sobre os restos materiais das diferentes culturas em tempos diversos, foram realizadas múltiplas declarações, mas estas apenas estabeleceram o direito de serem protegidas; sobre elas, as ações até o momento foram insuficientes para sua conservação, resguardo e apropriação conjunta de todos os entes envolvidos.

As coleções de Cubagua existentes nas diferentes instituições que as acolhem estão protegidas, mas e quanto às ruínas? Os vestígios arqueológicos, paleontológicos e geológicos que persistem em seu habitat natural encontram-se expostos a diversos fatores naturais e antropológicos que afetam sua conservação, em que a ausência de políticas de manutenção constitui um risco latente para o sítio, sem uma proteção real apesar dos decretos, pois continuam vulneráveis ao saque e ao expolio.

Notas

- 1 José María Cruxent e Irving Rouse, “An Archeological Chronology of Venezuela”, *Washington Pan American Union* 2, Estudios Monográficos, n. 4 (1958).
- 2 Raymond Willys, “The Archeology of 16th Century Nueva Cadiz” (Unpublished. M.A. thesis. Departament of Anthropology. University of Florida, 1976), 3; Kay de Scaramelli, “Historical archaeology and the politics of empowerment in Venezuela”, em *Archaeologies of early modern Spanish colonialism* (New York: Springer International Publishing, 2016), 74.
- 3 Alberta Zucchi, *El Nacional*, Caracas, 4 de diciembre de 2011.
- 4 Fidel Rodríguez Velásquez, “Excavando el pasado del caribe insular venezolano: historia e historiografía de los primeros 100 años de arqueología en las islas de Cubagua y Margarita 1915–2019”, *Caribbean Studies* 48, n. 1 (2020), 93.
- 5 *Ibid.*, 115.
- 6 Kay de Scaramelli, “Historical archaeology...”: 64.
- 7 Gaceta Oficial n. 31886, datada de 20 de novembro.
- 8 Áreas Bajo Régimen de Administración Especial (ABRAE).
- 9 Gaceta Oficial n. 36.996, datada de 19 de julho.
- 10 Fidel Rodríguez Velásquez, “Representación e historiografía: miradas múltiples al pasado de la Isla de Cubagua (1892-2014)”, *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* 10, n. 23 (2017), 23.
- 11 Kay de Scaramelli, “Historical archaeology...”: 74.
- 12 Loza indígena, acredita-se que este tipo seja de fabricação nativa americana, mas imita formas europeias.
- 13 O bolivarianismo é uma corrente de pensamento político e social inspirada nas ideias e ações de Simón Bolívar, o líder da independência venezuelana. Caracteriza-se pela busca da unidade latino-americana, da justiça social e da oposição ao imperialismo, especialmente dos Estados Unidos. É um adjetivo intimamente relacionado com o chavismo, a ideologia política do falecido presidente venezuelano Hugo Chávez.
- 14 Tendência governamental centrada na valorização dos valores indígenas e dos direitos ancestrais por meio da exaltação da figura do Cacique Guaicaipuro, líder indígena destacado por sua resistência à colonização espanhola no século XVI.
- 15 Konrad Antczak, “Historical Archaeology in Venezuela”, *Post-Medieval Archaeology* 3, n. 52 (2018), 418.
- 16 Fidel Rodríguez Velásquez, “Excavando el pasado del caribe insular venezolano...”, 107-113.
- 17 Fidel Rodríguez Velásquez e Oliver Antczak, “Nueva Cádiz de Cubagua and the Pearl Fisheries of the Caribbean”, *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History* (2023), 12-13.
- 18 Com o culto a Bolívar, busca-se produzir a identificação subliminar entre o herói e o governante.
- 19 Octavio Sisco, “En tutela de los valores culturales capitalinos: la Ordenanza sobre defensa del patrimonio histórico de la ciudad de Caracas de 1944. Un análisis crítico”, Trabalho Especial de Graduação Mestrado em História, Universidad Nacional Experimental de las Artes, Centro Nacional de Estudios Históricos (2024), 37.
- 20 Luis Molina, Carmen Ferriz, Fabiola Velasco e Maya Felice, “Proyecto de Recuperación de las Ruinas de Nueva Cádiz, isla de Cubagua, Venezuela: un enfoque contextual” (Caracas: Consejo Nacional de la Cultura, 1991).

- 21 Fidel Rodríguez Velásquez, “Excavando el pasado...”: 121.
- 22 Moradias precárias.
- 23 Informe IPC, “Localidades arqueológicas Cubagua, 22 de abril de 2009”.
- 24 Pedro Biern, “Apertura de Parque Arqueológico, Paleontológico y Geológico de Cubagua”, 15 de octubre de 2009.
- 25 Elizabeth Wing, “Animal Remains Excavated at The Spanish Site of Nueva Cádiz on Cubagua Island, Venezuela”, *Nieuwe West-Indische Gids/ New West Indian Guide* May 41, issue 2 (1962): 162-165.
- 26 Josennya Noroño Torres, “La Colección Nueva Cádiz de Cubagua: Una Revaloración”, *Contribuciones en Venezuela Arqueológica* (Tübingen: Scdinge Hall Verlag, 2024), 209-212.
- 27 Hielen Gonzales, “Patrones de Consumo Reflejados en el Uso del Vidrio: Sitio Nueva Cádiz (1516-1543)”, Trabajo final de graduação em Antropologia, Universidad Central de Venezuela. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Escuela de Antropología, Caracas (2024), 41-49.
- 28 Josennya Noroño Torres, “La Colección Nueva Cádiz...”: 211.
- 29 Raymond Willys, “The Archeology of 16th...”, 95-99.
- 30 José María Cruxent, *Libreta de Campo de Excavaciones Arqueológicas en Nueva Cádiz de Cubagua* (Cubagua: Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas, 1955), 27.
- 31 AGI. Fol. J53, 833R.
- 32 AGI. J56, Fol. 943R.
- 33 Neste caso, além disso, coincide que a escória acumulada se caracteriza majoritariamente por sua aparência em forma de lágrimas. São escórias compactas que foram derramadas em estado líquido e perderam temperatura bruscamente, solidificando-se em placas. Isso é indicativo da atividade realizada *in situ*.
- 34 Não se conseguiram fornos como evidência.
- 35 Enrique Otte, *Las perlas del Caribe: Nueva Cádiz de Cubagua* (Caracas: Fundación John Boulton, 1977), 481.
- 36 Carolyn White, *American Artifacts of Personal Adornment, 1680-1820. A Guide to Identification and Interpretation* (Lanham/ New York/ Toronto/ Oxford: Rowman & Littlefield Publisher, 2005).
- 37 Lluisa Amenos, “Materiales y técnicas aplicados al trabajo del hierro en época medieval (ss. XI-XV): la aportación de las fuentes documentales”, Congreso de conservación y restauración del Patrimonio Metálico (2009), 181-185.
- 38 Fernando Ramos, “Instrumentos para el peso y el cambio de monedas. Catálogo de balanzas, cajas de cambista y ponderales”, Fundación Museo de las Ferias, Monografías del Museo n. 1, Medina del Campo (2003), 62-68.
- 39 Kathleen Deagan, *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean 1500 – 1800*. Vol. 2: Portable Personal Possessions (Washington and London: Smithsonian Institution Press, 2002), 262-264.
- 40 Fernando Ramos, “Instrumentos para el peso y el cambio de monedas...”, 63.
- 41 Fidel Rodríguez Velásquez, “Enredados por las Perlas”, Tese de Doutorado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro (2023), 108.
- 42 John Von Hoelle, “Thimbles, archaeology and New Word”, *Thimbletter* (1988).
- 43 Ross Whitehead, *Buckles 1250-1800* (Chelmsford: Greenlight Publishing, 1996), 8.
- 44 *Ibid.*

- 45 Carolyn White e Mary Beaudry, “Artifacts and Personal Identity”, *International Handbook of Historical Archaeology*, eds. T. Majewski, D. Gaimster (New York, 2009), 215.
- 46 María Herradón, “Las hebillas, joyas olvidadas. Indumentaria”, *Revista del Museo del Traje 1* (2008): 104-125.
- 47 Elisabeth Wing, “Animal Remains Excavated at The Spanish Site of Nueva Cádiz on Cubagua Island, Venezuelan”, *New West Indian Guide* (1961): 162-165.
- 48 A almártiga (ou almártigas) é um equipamento tradicional utilizado em equinos, comumente descrito como uma cabresta ou cabeçada de corda, muitas vezes feita de crina ou couro, utilizada para guiar ou amarrar o cavalo.

PARTE IV

**LUTAS SOCIAIS, MILITÂNCIAS
E RESISTÊNCIAS**

Os Congressos de Cultura Negra das Américas (CCNA): uma história do ativismo negro transnacional (1977-1992)

Julimar Mora Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

São Paulo, 21 de agosto de 1982, 10h30. O fotojornalista Juvenal Pereira registrou um momento-chave da cerimônia de abertura do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas (CCNA). Realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o evento teve duração de seis dias, reunindo mais de 200 delegados, entre pesquisadores, integrantes de grupos culturais, guias religiosos, sindicalistas, governantes e lideranças políticas dos quatro lados do Atlântico, em sua maioria do Sul das Américas, do Caribe e da África Austral e Ocidental.

A fotografia revela uma diversidade de presenças. Destaca a centralidade das religiões de matriz africana, por meio de uma cerimônia religiosa liderada por Tata Wndembcoacy e dedicada a *Exu, orixá*¹ dos caminhos, da comunicação e do dinamismo. Participaram as *filhas de santo* do terreiro *Xoroquê* (zona leste de São Paulo), que inauguraram a terceira edição do congresso com uma “força espiritual marcante”, que ficou registrada nas memórias do encontro publicadas nos primeiros volumes de *Afro-diáspora: Revista Quadrimestral do Mundo Negro*.² No centro da cena pode se ver um símbolo bem conhecido entre o ativismo negro da época: o do *quilombismo*,³ que encarnava a matriz política das teses defendidas pelo intelectual afro-brasileiro Abdias do Nascimento em favor de uma sociedade baseada nos valores

dos antigos quilombos. Concebido como uma alternativa de organização social, cultural e política antirracista, o *quilombismo* propôs três princípios fundamentais: ação coletiva, democracia participativa e solidariedade com outros povos oprimidos, como base para uma autodefinição do negro para além das fronteiras nacionais. O logotipo, que havia sido apresentado e discutido em uma das sessões de debate do 2º CCNA, realizado no Panamá em 1980, viria a nortear política e epistemologicamente a terceira edição do congresso, na qual Nascimento foi escolhido como anfitrião e presidente (ver Imagem 1).

Imagem 1 – Cerimônia de abertura do 3º CCNA.⁴



A sessão de abertura (da esquerda para a direita na imagem) foi presidida por: Elisa Larkin Nascimento (Brasil), como secretária-geral do 3º CCNA; George Priestley (Panamá), como representante permanente do comitê organizador do 2º CCNA; Padre João Edênio Reis Valle (Brasil), vice-reitor para Assuntos Comunitários da PUC-SP; Dalmo Dallari (Brasil), representando o Arcebispo da Cidade de São Paulo; Abdias do Nascimento (Brasil); Geralda Severino (Brasil), representando a Associação das Trabalhadoras Domésticas (SP) e o Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado (MNU); Akinyemi Fayomi (Nigéria), Cônsul da República Federal da Nigéria

no Rio de Janeiro; e Eduardo de Oliveira (Brasil), proeminente poeta e ativista ligado ao MNU.

Três elementos distinguiram o 3º CCNA de suas edições anteriores. Em primeiro lugar, a adoção do *quilombismo* representou uma posição inédita: o uso desse símbolo indicava que o congresso estava em conflito direto com a ditadura cívico-militar brasileira, entendida pelos seguidores desse movimento como um regime racista ligado ao autoritarismo branco, que muitas vezes era comparado ao regime do apartheid sul-africano.⁵ Isso foi expresso por Abdias Nascimento em diversas entrevistas à imprensa, nas quais acusou o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) de sabotar, até o último momento, a celebração da terceira edição do congresso no país.⁶ Em segundo lugar, a centralidade dada às mulheres negras e suas lutas na agenda do evento, juntamente com a participação ativa do sindicalismo predominantemente negro e suas demandas antirracistas. Esse foi o caso das trabalhadoras domésticas no Brasil, que responderam às críticas feitas em edições anteriores, nas quais foi reivindicada a sub-representação das mulheres negras como sujeito trabalhador. Nas primeiras edições, predominou uma preocupação intelectual voltada à particularização cultural e às formas intangíveis de resistência, relegando a segundo plano o aspecto da racialização dos mundos do trabalho.⁷ Finalmente, deve-se dizer que a presença de representantes políticos de governos africanos e organizações de solidariedade – em apoio aos movimentos de libertação nacional na África Austral e no Oriente Médio – reforçou ainda mais a distinção do terceiro congresso. O envolvimento desses atores não apenas levou à proclamação de 1982 como o ano da intensificação do boicote ao regime sul-africano, mas também ajudou a mover esses debates – até então limitados a salas universitárias e museus – para as ruas.⁸

Até agora, a literatura existente tendia a abordar a análise dos CCNAs de forma fragmentada. Os estudos disponíveis concentraram-se principalmente no impacto inaugural do primeiro congresso, realizado na cidade de Cali, em 1977,⁹ descrito como “(...) a primeira conferência pan-africanista realizada na América Latina”.¹⁰ Também se detiveram nas razões do enfraquecimento e eventual fracasso do quarto congresso, com base nas diversas tentativas de organização ocorridas entre 1984 e 1992 – as quais, como será analisado adiante, nunca se concretizaram.¹¹ Considerando esse panorama, o objetivo deste capítulo é duplo. Em primeiro lugar, oferece uma visão geral dos quatro congressos como parte de um

horizonte político em transformação: um projeto dinâmico de articulação transnacional entre redes de ativismo intelectual, cultural e sindical nas Américas. Ao mesmo tempo, examina em detalhes as circunstâncias que cercam a organização e realização do terceiro congresso. Este último tem sido, até agora, o mais negligenciado pela historiografia. No entanto, para além do argumento do vazio, propomos que seu estudo é fundamental para compreender um ponto de inflexão no continente, quando as tensões entre as redes de ativismo negro e os regimes autoritários entre as décadas de 1970 e 1980 se tornaram mais agudas. Ao alternar uma visão geral do projeto e sua evolução ao longo do tempo com foco em problemas e momentos específicos, é possível identificar tanto as potencialidades quanto os limites das plataformas de articulação que promoveram um internacionalismo negro em chave atlântica. Ao mesmo tempo, também é possível iluminar as maneiras particulares pelas quais esse projeto – e outros semelhantes – conseguiu questionar simultaneamente diversas estruturas de poder, mobilizar agendas comuns entre coletivos altamente heterogêneos e redefinir as gramáticas de luta que conectavam a negritude nas Américas com o resto do mundo.

Os primeiros CCNAs (1977-1980): origens, tensões e projeções

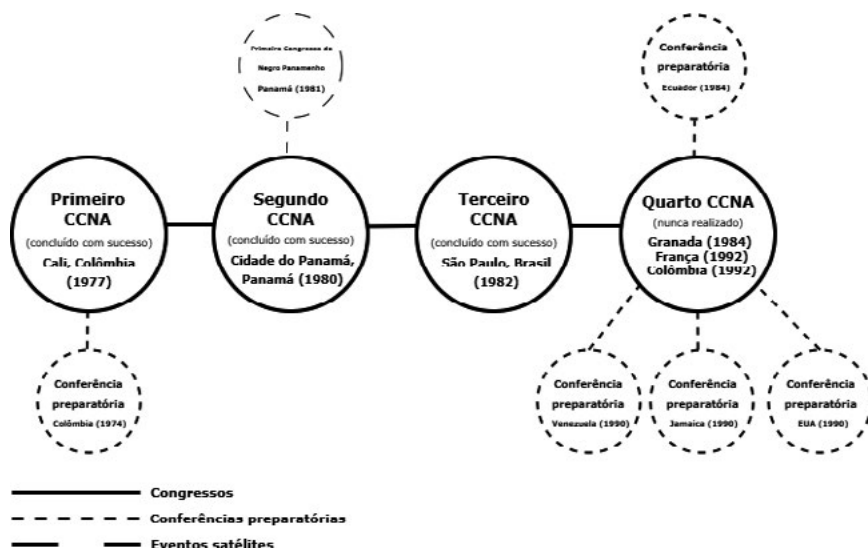
A história dos CCNAs oferece uma janela privilegiada para compreender os esforços de articulação das redes intelectuais negras em um contexto transnacional marcado por lutas anticoloniais e expectativas positivas em torno dos socialismos na África; os processos de recuperação e conquista de direitos sociais na América Latina; e a revitalização do pan-africanismo, juntamente com o surgimento de um forte senso de soberania do Terceiro Mundo no Caribe. Longe de serem meros encontros acadêmicos, esses encontros promoveram um diálogo político e cultural inédito, marcado por consensos e fricções que refletem as complexidades inerentes a projetos coletivos que atravessam fronteiras, línguas e tradições de ativismo divergentes.¹²

Desde o início, eles foram concebidos como um projeto ambicioso. Raça, racismo, coerção laboral, opressão, invisibilidade, empoderamento criativo, resistência cultural e lutas pela cidadania foram temas recorrentes ao longo dos três congressos. Essas noções não apenas estruturaram as mesas temáticas, mas também refletiram as preocupações centrais dos

movimentos negros da época, em um momento de intensa efervescência política e busca por novas formas de ação e pensamento. Em suas três edições realizadas entre 1977 e 1982, os CCNAs reuniram representantes de 36 países da América Latina, Caribe, América do Norte, África e Europa, gerando um verdadeiro espaço de intercâmbio afro-atlântico. Cada reunião reuniu entre 200 e 400 pessoas, incluindo os delegados com voz e voto, aos quais se somaram os especialistas e observadores convidados, todos com a possibilidade de intervir nas discussões, favorecendo uma dinâmica plural e deliberativa.

Embora esses congressos não fossem eventos governamentais, sua realização foi atravessada pela complexa relação entre a liderança intelectual negra que promoveu o projeto e as políticas dos governos regionais. Em geral, a maior parte do financiamento veio principalmente de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), mas esse apoio foi condicionado por tensões diplomáticas e ideológicas que, ao longo do tempo, limitaram a autonomia dos organizadores. O acúmulo desses conflitos impediu a realização do quarto CCNA e marcou o fim desse ciclo de reuniões. No entanto, entendemos que os CCNAs não devem ser interpretados como uma sequência linear de conferências, mas sim como uma constelação de eventos articulados, uma vez que, além dos encontros principais, foram realizadas conferências preparatórias e atividades satélites que ampliaram o escopo geográfico e intelectual do projeto (ver Imagem 2).

Imagem 2 – Carreira do CCNA: congressos, conferências preparatórias e eventos satélites.¹³



O primeiro congresso, realizado em Cali em 1977 sob a liderança de Manuel Zapata Olivella, reuniu cerca de 200 participantes de diferentes países das Américas, da África e da Europa. A maioria dos delegados era proveniente da Colômbia e dos Estados Unidos. Delinearam-se, então, os contornos de um diálogo, impulsionado por uma ampla rede transnacional composta por instituições independentes, associações culturais e figuras-chave como Nina de Friedemann (Colômbia), Wole Soyinka (Nigéria), Sheila Walker (Estados Unidos) e James Bryce-Laporte (Panamá).¹⁴ A convocatória do 1º CCNA foi inicialmente concebida como um debate cultural, centrado na defesa dos contributos africanos nos processos de aculturação e interculturalidade. No entanto, ao longo do processo de organização do encontro, ocorreu um deslocamento para um discurso mais contestatório, expresso no título “*Convite à desalienação*”, que revelou o desejo de situar o congresso numa perspectiva crítica de orientação fanoniana,¹⁵ centrada nos efeitos materiais e subjetivos do racismo estrutural. Nesse sentido, o congresso de Cali antecipou muitas das tensões que passariam pelas reuniões subsequentes. No nível do debate intelectual, o lugar do marxismo na interpretação do racismo, a relação entre classe e negritude, bem como a dificuldade de articular uma noção unificada de “cultura negra” foram amplamente discutidos. No nível organizacional, surgiram controvérsias sobre a representatividade das delegações em edições futuras.¹⁶

Esses debates se expressaram na reorganização do programa original – que priorizava dimensões filosóficas e afetivas – em direção a uma abordagem mais vinculada às raízes históricas da desigualdade, incluindo sessões sobre “estruturas socioeconômicas”, mas sem abandonar a preocupação com a “criatividade social e política” das populações negras como estratégia de resistência.¹⁷ Houve um debate acirrado sobre se a discriminação racial deveria ser interpretada como uma derivação da exploração de classe ou como uma dimensão autônoma da ordem social, questão que deu origem a posições conflitantes que continuaram até o Terceiro Congresso. Nos debates da primeira reunião, houve uma desconfiança generalizada em relação aos rótulos de identidade únicos. Delegados como Nina de Friedemann defenderam a “negritude” como uma categoria com potencial mobilizador¹⁸ – especialmente em um contexto de apoio internacional de governos africanos como Nigéria e Senegal, que pressionavam por sua adoção como um projeto político capaz de vincular nações africanas nascentes¹⁹ à diáspora nas Américas –, mas essa proposta não obteve consenso. Até mesmo o rótulo que identificava as formas de ativismo antirracista que convergiram no primeiro e no segundo congressos sob o guarda-chuva do pan-africanismo foi questionado por alguns setores, que o consideraram uma forma de alienação identitária ou uma imposição exógena aos movimentos negros nas Américas.²⁰

Nesse contexto de tensões, o primeiro CCNA aprovou recomendações que buscavam articular a dimensão cultural com demandas materiais: o reconhecimento do campesinato negro como ator político, o ensino obrigatório de línguas africanas, a rejeição da instrumentalização da história negra como “co-colonizadora” e a denúncia das alianças do Estado de Israel com os regimes segregacionistas da África Austral.²¹

O segundo congresso, realizado na Cidade do Panamá em 1980 sob a presidência de Gerardo Maloney, representou uma expansão significativa tanto em termos de participação quanto de alcance geopolítico. Com mais de 400 participantes e uma representação destacada do Caribe insular e continental, o evento marcou a expansão da escala do projeto. Tomou como marco comemorativo o vigésimo aniversário do Massacre de Sharpeville (21 de março de 1960) e foi realizado na Universidade do Panamá (UP) com o apoio institucional do Estado panamenho e de organizações internacionais como a UNESCO. Jaime Ingram, então diretor de Cultura Nacional, facilitou a obtenção de apoio financeiro internacional, enquanto Leonardo Kam, delegado panamenho na OEA, agilizou os procedimentos diplomáticos necessários. O próprio presidente da República, Aristides Royo, foi um dos

principais oradores durante a cerimônia de abertura, o que evidenciou o forte apoio estatal ao evento. No entanto, as tensões também se manifestaram em nível internacional: o patrocínio da OEA estava condicionado ao fato de seus fundos não financiarem a participação de delegados de Cuba, Belize ou Granada. Esse vínculo com o governo contrastou com o caráter mais autônomo do primeiro congresso em Cali, mas permitiu uma maior projeção pública do encontro, destacando-se, entre outras conquistas, a inauguração do Museu Afro-Antilhanos como parte de suas atividades.²²

Em termos de conteúdo, o segundo CCNA foi organizado em torno de quatro eixos temáticos: raça e classe; cultura negra e sistemas educacionais; pluralismo cultural e unidade nacional; e perspectivas sobre o futuro das Américas. Percebe-se aqui um amadurecimento das discussões iniciadas em Cali, com um equilíbrio mais claro entre abordagens marxistas, psicanalíticas e pedagógicas. O congresso não apenas retomou a preocupação com as subjetividades negras e as críticas estruturais ao racismo como forma de reprodução da desigualdade social, mas também abriu espaço para a reflexão sobre pedagogias decoloniais e políticas identitárias. Entre os palestrantes estavam intelectuais renomados como Nicomedes Santa Cruz (Peru), Jean Casimir (Haiti), Rubén Silié (República Dominicana) e Abdias do Nascimento (Brasil).²³ Este último reafirmou sua proposta sobre o *quilombismo* como um projeto político e ético, articulando o debate sobre a herança africana com a construção de uma cidadania antirracista nas Américas. Embora ainda incipiente como ideologia transregional unificadora, o *quilombismo* começou a tomar forma no segundo congresso como uma alternativa conceitual às dúvidas de alguns delegados sobre a possibilidade de identificar o congresso com o pan-africanismo ou o movimento *Negritude*, o que acentuou as tensões em torno da busca de quadros identitários autônomos para enquadrar os congressos.

As recomendações do segundo CCNA preconizavam a eliminação das representações pejorativas dos negros nos sistemas educacionais, a elaboração de uma história da diáspora africana nas Américas – em diálogo com a História Geral da África da UNESCO – e a denúncia do ressurgimento de práticas letais como os esquadrões da morte no Brasil. Da mesma forma, expressou-se firme solidariedade com as lutas de independência em territórios como Belize, Porto Rico e Martinica, confirmando o caráter internacionalista do congresso.²⁴

O terceiro CCNA (1982): radicalização e redefinição diante do autoritarismo

Desde o início de seu planejamento em 1980, o terceiro congresso foi marcado por uma crescente tensão entre seu comitê organizador e as autoridades brasileiras. O Itamaraty percebeu esses eventos como espaços que promoviam agendas raciais e políticas que desafiavam a imagem internacional de uma “democracia racial” brasileira.²⁵ A recusa do Departamento Cultural do Itamaraty, sob a direção de Guy Brando, em processar o pedido de financiamento apresentado pelo comitê organizador junto à OEA constituiu um gesto diplomático contundente: não reconhecer o Brasil como sede oficial do evento, apesar de ter sido eleito por maioria de votos na edição anterior, realizada no Panamá.²⁶ Esse ato de silenciamento institucional lançou uma sombra de confronto sobre toda a preparação e realização do congresso, acentuando seu caráter rebelde diante do autoritarismo do regime militar instalado desde 1964.²⁷

Mas o que começou como um boicote diplomático rapidamente se transformou em uma plataforma de solidariedade internacional e afirmação política. Em um contexto de repressão, um movimento de apoio ativo ao direito dos movimentos negros de se organizarem de forma autônoma foi articulado internacionalmente. Várias figuras e instituições dos mundos americano, caribenho e africano denunciaram a tentativa de isolar o congresso, posicionando-o como um espaço de luta antirracista e soberania cultural. A diversidade geográfica e institucional das manifestações de apoio – que incluíram universidades, mídia, coletivos artísticos e organizações de base – permite um mapa dessas redes de solidariedade.

Da África, as mensagens vieram da Universidade de Nairóbi (Quênia) e da Universidade de Ife (Nigéria), enquanto do Zimbábue, Kariamuwelsh Asante, diretor da recém-criada companhia nacional de dança do país, enviou uma mensagem de apoio. Isso também aconteceu com o escritor e músico angolano Mário Souza Clington. No Caribe, o professor Rex Nettleford, da Universidade das Índias Ocidentais (Jamaica), expressou seu apoio. Da América Latina, a carta de José Campos Dávila, para a Associação Cultural da Juventude Negra Peruana (ACJNP), destacou o valor do congresso como referência continental. Na Europa, o presidente da Société Africaine de Culture, Alioune Diop (viúva do fundador da Présence Africaine), enviou seu apoio de Paris. Os Estados Unidos também estiveram presentes: o professor Molefi Kete Asante, diretor do Departamento de Comunicações da Universidade

Estadual de Nova York em Buffalo, enviou uma forte mensagem de apoio, assim como a dramaturga porto-riquenha Soledad Romero, que mora em Nova York. Mensagens do Movimento do Congresso Pan-Americano (MCPA) e até mesmo de representantes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Brasil também se juntaram.²⁸

Apesar dessas expressões, os obstáculos impostos afetaram diretamente a participação estrangeira, reduzindo o número de delegados em relação ao segundo congresso. Mesmo assim, cerca de 250 pessoas compareceram ao evento, testemunhando o compromisso político de suas delegações. Entre eles, representantes de várias partes do Brasil, Panamá, Colômbia, Venezuela, Porto Rico, Granada, Costa Rica, Estados Unidos, Nigéria, Namíbia, Quênia, Zimbábue, Gana, África do Sul e Zaire, configurando assim o perfil mais africano que os congressos tiveram até então.²⁹

No centro do debate emergiu com força uma questão que havia sido adiada em edições anteriores: as condições de vida e trabalho das mulheres negras. As discussões do terceiro congresso foram articuladas em torno de quatro eixos principais: a valorização cultural das afro-americanas; a situação dos movimentos sociopolíticos; relações entre povos afro-americanos e africanos; e, com particular centralidade, as múltiplas forças opressivas que historicamente recaíram sobre as mulheres negras. Neste último eixo, as denúncias de sexismo convergiram para dentro do próprio movimento negro; a reivindicação de autonomia política nas agendas de luta antirracista dos coletivos de mulheres negras; e sua articulação com o sindicalismo.³⁰

A interseção entre raça, classe e gênero foi materializada nas práticas do terceiro congresso. Essa preocupação foi alimentada pelo próprio processo de organização das trabalhadoras domésticas brasileiras, como sugerido anteriormente. Entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, os sindicatos, formados majoritariamente por mulheres negras das periferias urbanas brasileiras, vinham se mobilizando para reivindicar direitos trabalhistas fundamentais: o reconhecimento legal e social de seu trabalho como trabalhadoras domésticas, o cálculo de horas extras, o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a valorização de sua antiguidade.³¹ A participação de Geralda Severino na cerimônia de abertura do terceiro congresso foi particularmente significativa. Severino encarnou a emergência dessa forma de subjetividade política como uma liderança proeminente da Associação das Trabalhadoras Domésticas (SP),³² e uma das principais referências femininas do MNU na região de Taboão da Serra, um cenário-chave de articulação entre movimentos sociais e demandas sindicais.³³

Imagem 3 – Luiz Inácio Lula da Silva na PUC-SP no terceiro CCNA.
Acompanhado por Esmeralda Brown, Marvin Wright e Anani Dzidzienyo.³⁴



Os panfletos que circularam nesse evento denunciavam a persistência de imaginários servis que recaíam sobre as mulheres negras, afirmando seu direito ao pensamento crítico, à expressão e à organização do trabalho. Um deles, produzido pelo Grupo Negro da PUC-SP e intitulado “O tempo de mucamba já passou!”³⁵ celebrou os avanços organizacionais do movimento operário brasileiro e sua crescente articulação com o MNU. O fato de que os trabalhadores brasileiros “[...] já falavam de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) e um partido construído por eles mesmos” foi visto como algo positivo, aludindo diretamente à criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.³⁶ Uma das fotografias do fotojornalista Pereira, tirada durante uma das mesas do terceiro congresso (ver Imagem 3), captou bem essa interseção. A fotografia apresenta, da esquerda para a direita: Luiz Inácio Lula da Silva – líder sindical dos metalúrgicos de São Paulo e figura-chave do PT –; Abdias do Nascimento; Esmeralda Brown (Panamá) – importante ativista pelos direitos das mulheres negras na América Central –; Marvin Wright (Costa Rica) – dirigente sindical e fundador do Partido Limonense Autêntico (PAL), organização comunista influenciada pelo radicalismo decolonial de inspiração fanoniana³⁷ –; e Anani Dzidzienyo (Gana) – acadêmico africano radicado nos Estados Unidos e pioneiro no campo dos estudos afro-latino-americanos. A mesa reuniu tradições diversas ligadas ao pan-africanismo caribenho comprometido, ao feminismo negro e à ação sindical com uma perspectiva racial.

Imagem 4 – Nascimento fala sobre o terceiro CCNA ao PDT no Senado brasileiro.³⁸



Antes mesmo de sua realização, o terceiro congresso já se configurava como uma plataforma de diálogo entre o movimento negro brasileiro e os partidos trabalhistas emergentes. Abdias do Nascimento havia solicitado apoio para o evento durante a Convenção Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), realizada no Senado Federal, em Brasília, em 11 de julho de 1981 (ver Imagem 4). Com isso, avançou em seu projeto de dar destaque à questão racial na agenda política de outro partido progressista em ascensão. Nesse mesmo ano, seria criada uma unidade do Movimento Negro dentro do PDT, a partir da qual Nascimento promoveu agendas voltadas para a erradicação de práticas discriminatórias com raízes escravocratas. No âmbito da abertura política brasileira da década de 1980, essa unidade foi responsável pela proibição social de demandas segregacionistas impostas por empregadores majoritariamente brancos, como o “costume” de trabalhadores domésticos negros usarem elevadores ou escadas separados de seus empregadores.³⁹ Essas demandas, intensamente debatidas no terceiro congresso, seriam canalizadas nos anos posteriores em medidas e estratégias de conscientização para combater o racismo estrutural no mundo do trabalho.

Essa ênfase na dimensão trabalhista e de classe pode ser melhor compreendida se considerarmos a evolução política dos três congressos. No primeiro CCNA, um momento revelador foi registrado quando um participante espontâneo de uma pequena cidade chamada Buenaventura

questionou publicamente os delegados de uma das mesas, exigindo explicitamente o direito de falar em nome dos trabalhadores negros “(...) que não puderam vir ou que não podem se expressar”.⁴⁰ Identificando-se com as lutas materiais das comunidades negras, ele expressou sua desconfiança em relação a uma representação centrada em intelectuais universitários e criticou a legitimidade de um congresso que não colocasse os setores camponeses e/ou operários no centro do palco. Esse episódio expôs uma tensão latente entre a representação acadêmica e as demandas populares, permitindo compreender melhor como, ao longo desses três congressos, ganhou força a necessidade de incorporar ativamente os setores organizados do trabalho, que no início dos anos 1980 se tornaram protagonistas do movimento negro continental.⁴¹

O contexto geopolítico também teve uma influência decisiva na orientação do evento. Em 26 de agosto de 1982, penúltimo dia do congresso, um grupo de aproximadamente setenta delegados do terceiro CCNA marchou até o Consulado da África do Sul na cidade de São Paulo para exigir o fim das relações diplomáticas entre o Brasil e o regime do apartheid. Durante o protesto, foi distribuído um panfleto mimeografado intitulado “Manifesto à população brasileira”, denunciando os crimes do apartheid como crimes contra a humanidade e exigindo a libertação de líderes do Congresso Nacional Africano (ANC), como Nelson Mandela, bem como o reconhecimento formal pelo Estado brasileiro do ANC e da SWAPO como representantes legítimos dos povos em resistência.⁴² A manifestação também convocou o Itamaraty, exigindo uma posição firme a favor da independência da Namíbia.⁴³

As organizações envolvidas – como a Coordenação Estadual das Entidades Negras de São Paulo (CEEN-SP), o Instituto de Pesquisas de Culturas Negras (IPCN) e a Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano (ABRASSO), todas organizadoras e participantes do CCNA – transformaram aquele dia em uma ação concertada de denúncia internacional.⁴⁴ Essa manifestação, articulada a partir dos espaços do congresso, consolidou-se como um dos mais expressivos protestos públicos antirracistas da América Latina contra o apartheid sul-africano no início da década de 1980. Foi também consequência direta de uma resolução adotada no segundo CCNA, no qual a delegação brasileira promoveu a criação de “comitês nacionais antiapartheid em todos os países das Américas”,⁴⁵ com o objetivo de evitar comparações tendenciosas que pudessem banalizar ou dificultar o avanço de uma agenda antirracista na região. Ao posicionar-se como uma plataforma de denúncia dos regimes racistas e de solidariedade

ativa com os movimentos africanos de libertação nacional, o terceiro CCNA transcendeu os quadros acadêmicos que haviam caracterizado, em grande medida, as suas edições anteriores, reafirmando a sua vocação como espaço de ação internacionalista, aberto também a formas de confronto no espaço público (ver Imagem 5).

Imagem 5 – Intelectuais negros organizam eventos públicos em São Paulo em solidariedade à Namíbia (1982).⁴⁶



Apesar dos conflitos internos e das pressões diplomáticas que marcaram a sua implementação, o terceiro CCNA conseguiu adotar um conjunto significativo de resoluções que consolidaram o seu caráter multifacetado. Entre eles, destacaram-se a promoção de centros de pesquisa afro-latino-americanos ligados a contextos políticos e sociais; a criação de comitês de educação e cultura para resgatar o protagonismo do homem negro nas Américas; o reconhecimento dos blocos Afoxé e Reggae como formas legítimas

de identidade e resistência cultural; e a reivindicação de manifestações religiosas como o candomblé fora do âmbito reducionista do “folclore”.⁴⁷

O planejamento do quarto CCNA: um evento truncado

No terceiro CCNA, Esmeralda Brown, intelectual panamenha e ativista pelos direitos das mulheres negras, e Don Rojas, um dos líderes do Movimento Nova Jóia (NJM), foram eleitos para chefiar a organização do 4º CCNA na ilha de Granada em 1984. No entanto, o processo foi interrompido devido à intervenção militar dos EUA na ilha em 1983. A tentativa de realização do quarto congresso tem sido objeto de investigações, principalmente porque sua interrupção não se deveu a um esfriamento ou a um abandono voluntário do projeto. Depois da intervenção norte-americana, surgiram outras contradições no âmbito da organização, que tentou inseri-la em um quadro comemorativo cujos princípios eram incompatíveis com os objetivos históricos do CCNA. A preparação do quarto congresso envolveu três reuniões prévias: a primeira ocorreu em Caracas, Venezuela, em março de 1990; a segunda, em Kingston, Jamaica, em setembro do mesmo ano; e a terceira, na Filadélfia, Estados Unidos, em janeiro de 1991.⁴⁸

A reunião em Caracas, liderada por Zapata Olivella, foi crucial, pois delineou um dos marcos de planejamento para o quarto CCNA que estava programado para ser realizado em Paris, França, de 6 a 8 de março de 1991. Durante os dias da conferência preparatória em Caracas, participaram Abigail Pascua (delegada da presidência do congresso), José Marcial Ramos Guedez (delegado do Comitê Venezuelano de Apoio ao Quarto CCNA), Eduardo Díaz Valdaña e José Ortiz (chefes do Comitê Técnico Europeu), além de outros delegados da Colômbia, Brasil e França. Os acordos alcançados pelos delegados foram anunciados em uma conferência de imprensa em 24 de março de 1990, ao jornal venezuelano *Últimas Noticias*,⁴⁹ contemplando os seguintes pontos:

- » Garantir a participação dos setores intelectual, popular, científico, sindical e cooperativo, a fim de apresentar uma visão abrangente da situação das comunidades afro-latino-americanas e expressar suas lutas e demandas de forma autêntica.
- » Coordenar ações e abordagens de diferentes áreas culturais e geográficas do continente, para unificá-las e apresentar uma plataforma conjunta de demandas.

- » Garantir que as representações dos diferentes países afro-americanos reflitam todas as aspirações dos setores que compõem a grande miscigenação hispano-americana.
- » Defender a independência do congresso e seu pluralismo político e ideológico, que deve ser alcançado por meio de decisões que emanem diretamente da organização e não sejam comprometidas pelo apoio financeiro ou institucional recebido (como fundos da UNESCO, da ONU e de organizações não governamentais).

O quarto ponto dessa declaração deixou entrever as preocupações sobre até que ponto o projeto poderia ser distorcido na busca por financiamento e pela sua própria continuidade. Desde o fim da década de 1980, os organizadores do congresso vinham elaborando um plano para assegurar o apoio financeiro da UNESCO, que, por sua vez, preparava uma agenda intelectual transregional para comemorar o “Quinto Centenário do Encontro de Dois Mundos”.⁵⁰ Os delegados presentes na reunião de Caracas – da qual Nascimento estava ausente – estavam relutantes em aceitar imposições externas. Nesse cenário tenso, Nascimento emergiu com força ao apresentar uma segunda proposta programática para o evento. Sobre a diferença entre os dois, Silvia Valero destaca que a proposta liderada por Zapata Olivella “focou o futuro dos povos afro-americanos, a miscigenação e a reflexão sobre a coexistência respeitosa das culturas em território europeu”.⁵¹ Em contraste, Nascimento se destacou por exaltar “uma perspectiva mais afrocêntrica e reivindicatória do passado africano”. Por fim, a proposta de Nascimento tornou-se o programa oficial.

O 4º CCNA foi planejado para ocorrer em Paris, com o título “América Negra e Comunidade Europeia: 500 anos após o encontro de dois mundos”. Embora o projeto tenha sido concebido com grande ambição, acabou não se concretizando devido à intensificação de conflitos internos por diversos motivos. As contradições político-teóricas foram agravadas pela recusa de Nascimento em aceitar a miscigenação como possibilidade política das organizações negras, uma vez que, durante anos, ele havia denunciado a chamada “democracia racial” como uma tentativa sistemática de genocídio.⁵² Além disso, surgiram disputas internas sobre a gestão dos recursos doados pela Fundação Danielle Mitterrand (DMF), Terre des Hommes e outras organizações europeias.⁵³ O DMF acabou retirando seu apoio, argumentando que os tópicos propostos pelo programa final do

congresso “careciam da mesma ambição tricontinental” que caracterizou os congressos anteriores.⁵⁴

A insistência da delegação de Caracas em preservar o espírito original do congresso tornou-se incompatível com as demandas das organizações que ofereciam financiamento. No entanto, a alternativa proposta por Nascimento também não foi isenta de problemas, apesar de seus esforços para garantir apoio econômico. A chamada de trabalhos baseada em sua proposta desafiou abertamente a UNESCO ao colocar como questão central do Congresso: de que “dois mundos” estamos falando? A agenda provisória do 4º CCNA incluiu cinco sessões de trabalho que reafirmaram a importância da contribuição africana dentro de uma narrativa comemorativa que, na visão de muitos, a minimizou ou silenciou. A primeira sessão, intitulada “O Impacto Afro-Americano na Europa”, procurou inverter a perspectiva tradicional que coloca a Europa como centro de invenção, exportação e redistribuição cultural, propondo-a, em vez disso, como um espaço também moldado por influências afro-americanas. As duas sessões seguintes, “Cultura Africana nas Américas” e “Quinhentos Anos de Confronto Cultural”, questionaram diretamente a noção celebratória do “encontro” entre mundos, propondo um quadro de atrito social sustentado. Sugeriu-se, inclusive, explorar a possível presença africana nas Américas antes da chegada dos europeus, o que implicava uma crítica profunda à cronologia tradicional do chamado Quinto Centenário. As duas últimas sessões, “Desafio Tecnológico Contemporâneo” e “O Papel Histórico das Mulheres Africanas”, procuraram sublinhar que o contexto atual redefinia a forma africana de estar no mundo. Essas sessões enfatizaram a agência tecnológica e a centralidade das trajetórias das mulheres negras como figuras históricas e políticas fundamentais.⁵⁵

Em uma carta pessoal de Zapata Olivella a José Marcial Ramos Guedez, datada de 3 de maio de 1991, Zapata revelou com certo desânimo que, após várias comunicações com o diretor da UNESCO, havia sido decidido adiar novamente o quarto congresso. Depois de duas tentativas fracassadas – em Saint George, Granada (sem data exata, 1984) e em Paris, França (6 a 8 de março de 1991) – o novo plano era realizá-lo na Colômbia de 27 a 30 de março de 1992. Finalmente, em janeiro de 1992, a UNESCO propôs organizar um colóquio de especialistas sobre “Africanías americanas”, o que gerou decepção entre os organizadores. A decisão foi percebida como politicamente motivada e, nas comunicações internas, o congresso passou a ser considerado uma “utopia inatingível”,⁵⁶ obstruída

por uma série de desculpas que impediram o debate entre afro-americanos e africanos sobre os genocídios perpetrados pelos europeus na África e na América em nome da civilização escravista.⁵⁷

Conclusões

Como um todo, os CCNAs devem ser entendidos como uma experiência histórica situada, que articulou conhecimentos, agendas e assuntos diversos em um momento de profunda transformação política no Atlântico. Sua trajetória evidenciou tanto o potencial quanto os limites de um projeto que buscava aliar ação política, produção intelectual e construção identitária em chave continental. Para além de suas conquistas específicas ou de sua dissolução institucional, os CCNAs condensaram uma etapa significativa de experimentação organizacional do movimento negro, na qual formas de diálogo foram testadas, horizontes comuns foram traçados e linguagens políticas capazes de questionar simultaneamente as estruturas do racismo, das hegemonias culturais e dos regimes autoritários foram formuladas. Essa constelação de encontros constitui, por si só, um arquivo crucial para a compreensão das formas que o internacionalismo negro latino-americano assumiu nas últimas décadas do século XX.

Uma das características mais marcantes dos congressos foi sua capacidade de reunir, em um mesmo espaço deliberativo, atores de diferentes origens políticas e institucionais: líderes de movimentos sociais, acadêmicos, artistas, sindicalistas, líderes religiosos, ativistas de base, funcionários públicos e diplomatas. Essa heterogeneidade formou um terreno fértil, mas também conflituoso. As tensões entre agendas mais identitárias, expressões político-partidárias e setores que privilegiavam a autonomia organizacional marcaram cada um dos encontros. Os CCNAs não apenas ofereceram um espaço para a denúncia do racismo estrutural e da exclusão histórica das populações negras nas Américas, mas também um laboratório para a formulação de diagnósticos comuns e linguagens de resistência.

Em cada edição, os congressos responderam especificamente aos condicionamentos do contexto: desde a preocupação com a autonomia cultural do primeiro encontro na Colômbia à institucionalização de políticas públicas no encontro no Panamá e à radicalização política da luta antiapartheid em nível internacional durante o terceiro congresso no Brasil. Essas modulações expressam não apenas uma mudança nas conjunturas nacionais e internacionais, mas também o amadurecimento

progressivo – e, em alguns casos, a fragmentação – do campo político negro na América Latina e no Caribe.

O próprio formato dos congressos – com suas múltiplas linguagens, seus dispositivos de tradução simultânea, seu compromisso com o artístico e o ritual – revela um desejo de articular uma cultura política transnacional a partir de baixo. No entanto, essas aspirações também enfrentaram limites: disputas de liderança, dificuldades financeiras, interferência diplomática e mecanismos de silenciamento seletivo. Os CCNAs devem ser entendidos como um processo denso e contraditório de elaboração política, que refletiu os desafios inerentes a uma tentativa de internacionalismo negro latino-americano em condições marcadas pela repressão, desigualdade e fragilidade institucional, mas também pela persistência, criatividade e resiliência. Ao recuperar sua trajetória, reconhece-se o que esses encontros lhe permitiram pensar, dizer e organizar em seu próprio tempo. Nesse sentido, os CCNAs oferecem uma chave interpretativa valiosa para entender as formas concretas pelas quais uma política transnacional negra foi articulada, disputada e colocada em prática nas Américas durante a transição entre os anos 1970 e 1990.

Notas

- 1 Um *orixá* é uma divindade ou espírito da religião iorubá e seus derivados na diáspora africana, como o candomblé. Cada *orixá* representa forças da natureza, aspectos da vida humana e valores espirituais, e é reverenciado por meio de rituais, oferendas e cerimônias específicas. É importante destacar o papel central que o culto aos *orixás* teve entre os organizadores do CCNA. Manuel Zapata Olivella, presidente do 1º CCNA, traçou uma genealogia das lutas do povo negro que remonta ao espaço atemporal em que viviam os deuses da tradição iorubá. Frequentemente, Zapata Olivella, como Nascimento, utilizou esse recurso analítico para ampliar a historicidade das lutas políticas encarnadas por figuras reconhecidas dentro do internacionalismo negro, como Marcus Garvey, W. E. B. Du Bois, Martin Luther King Jr. ou Malcolm X, que foram referências políticas contemporâneas muito importantes nesses eventos. Ver: Manuel Zapata Olivella, *Chango el Gran* (Bogotá: Ministerio de Cultura de Colombia, 2021), 22.
- 2 Trechos dos debates, resoluções, correspondências e trabalhos apresentados no terceiro CCNA podem ser encontrados nos volumes 1, 2, 3 e 4 da *Afro-diáspora: Revista Quadrimestral do Mundo Negro* (em português e inglês).
- 3 No início da década de 1980, Abdias do Nascimento publicou uma compilação de discursos acumulados ao longo de várias décadas. A obra, intitulada *Quilombismo, documentos de uma militância pan-africanista*, constituiu um manifesto político inovador, com tese e narrativa histórica próprias. Nela, Nascimento afirmou ter consciência de que a luta pela libertação negra “transcende os limites dos respectivos países, uma vez que o sofrimento de crianças, mulheres e homens negros é um fenômeno internacional”. O *quilombismo* se apresenta como uma proposta política de abrangência global que busca articular as lutas dos povos negros em todos os continentes, em um quadro de solidariedade e ação conjunta contra o racismo e a opressão estrutural. Essa abordagem foi fundamental para a conceituação e mobilização nos CCNAs, vinculando a experiência afro-americana com os processos de libertação na África e a diáspora no resto das Américas. Ver: Abdias do Nascimento, *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980), 17.
- 4 *Afro-diáspora: Revista Quadrimestral do Mundo Negro* 1, Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) (1983): 48.
- 5 *Ibid.*, 157-208.
- 6 “Cultura Negra das Américas está reunida em São Paulo”, *Diário Popular*, 22 de agosto de 1982, 9.
- 7 Silvia Valero, “Los negros se toman la palabra”. *Primeiro Congresso de Cultura Negra nas Américas: Debates em Comissões e Plenárias* (Bogotá, Colômbia: Pontificia Universidad Javeriana, Universidad de Cartagena, Centro de Estudios Afro-Descendientes, 2020), 61.
- 8 “Negros contra segregação,” *Folha de São Paulo*, 27 de agosto de 1982, 12.
- 9 Silvia Valero, “Los negros...”, Introdução; Silvia Valero, “Arquivos do Primeiro Congresso de Cultura Negra das Américas: Debate Internacional, Tensões e Consensos”, *Esclavages & Post-esclavages*, n. 5 (2021): 1.
- 10 Laura Correa Ochoa, “Manuel Zapata Olivella, política racial e pan-africanismo na colômbia na década de 1970. As Américas”, *As Américas* 79, n. 3 (2022): 457.
- 11 Silvia Valero, “Quarto Congresso de Cultura Negra nas Américas (1989-1991). Condicionamento histórico e tensões epistêmicas de um Congresso fracassado”, *Historia Critica*, n. 81 (2021): 95-99.
- 12 Julimar Mora Silva e Diógenes Díaz, “Congresos de la Cultura Negra de las Américas (CCNAs)”, *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History* (2025): 3.

- 13 Elaborado pelos autores.
- 14 Silvia Valero, “*Los negros...*”, 157.
- 15 A expressão “perspectiva fanoniana” refere-se ao pensamento do psiquiatra e teórico anticolonial Frantz Fanon, cujas obras – notadamente *Pele negra, máscaras brancas* (1952) e *Os condenados da terra* (1961) – ofereceram uma crítica radical ao colonialismo e seus efeitos duradouros sobre as subjetividades racializadas. Nessa perspectiva, o racismo não se limita a um sistema de exclusão econômica ou jurídica, mas constitui uma estrutura profundamente enraizada que produz alienação, trauma e desumanização nos sujeitos colonizados. Fanon vinculou o processo de descolonização a uma “cura” existencial e política que envolvia a rejeição das narrativas impostas pelo colonizador e a reconstrução de uma identidade liberta da internalização do desprezo racial. No contexto do 1º CCNA, essa orientação crítica se manifestou no apelo a uma “desalienação” coletiva dos povos afrodescendentes, sublinhando tanto as dimensões estruturais do racismo quanto a necessidade de uma transformação das consciências. Ver: Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (Salvador: EDUFBA, 2008), 28; Frantz Fanon, *Os condenados da terra* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968), 209.
- 16 Silvia Valero, “*Los negros...*”, 30; Silvia Valero, “Arquivos do Primeiro Congresso de Cultura Negra das Américas: debate internacional, tensões e consensos”, *Esclavages & Post-esclavages*, n. 5 (2021): 1-4; Fundação Colombiana de Pesquisa Folclórica, *Primeiro Congresso de Cultura Negra nas Américas, Cali, Colômbia* (Bogotá, Colômbia: UNESCO/Fundação Colombiana de Pesquisa Folclórica/ECOE, 1988), 147.
- 17 “Primer Congreso de la Cultura Negra de las Américas” (documento), 1977, Coleção Manuel Zapata Olivella (MZO), Biblioteca Digital, Universidade Vanderbilt, 1; “I Congresso da Cultura Negra nas Américas – 1977 / Panfleto” (documento), 1977, MZO, Biblioteca Digital, Universidade Vanderbilt, 1-6.
- 18 Silvia Valero, “*Los negros...*”, 63.
- 19 O movimento *Negritude*, promovido pelo presidente senegalês Léopold Sédar Senghor, tornou-se um importante vetor para a expansão das relações internacionais do Senegal. Esse processo estava intimamente ligado à ascensão da Nigéria como uma potência cultural na política de festivais de artes na África pós-colonial, bem como à sofisticação das estratégias culturais do Congresso Nacional Africano (ANC) em apoio ao processo de libertação nacional na África do Sul. Apoiados simbolicamente e politicamente por governos como Senegal e Nigéria, os congressos acadêmicos negros e festivais culturais organizados em várias partes do mundo foram concebidos como instrumentos para fortalecer a projeção internacional desses países e consolidar sua liderança dentro da Organização da Unidade Africana (OUA). Ver: Mamadou Badian e Catherine Lena Kelly, “Política externa senegalesa: liderança através do soft power de Senghor a Sall”, em: *Políticas externas africanas em instituições internacionais*, org. Jason Warner e Timothy M. Shaw (Nova York: Palgrave Macmillan US, 2018), 327–51; Andrew Apter, “Festac 77: A Black World’s Fair”, *Oxford Research Encyclopedia of African History* (2021): 3-12; Shirli Gilbert, “Cantando contra o apartheid: grupos culturais do ANC e a luta internacional anti-apartheid”, *Jornal de Estudos da África Austral* 33, n. 2 (2007): 421-423.
- 20 Silvia Valero, “*Los negros...*”, 89.
- 21 Fundação Colombiana de Pesquisas Folclóricas, *Primeiro Congresso*, 5-7.
- 22 Gerardo Maloney, *Segundo Congresso de Cultura Negra das Américas: tema, identidade cultural negra nas Américas: relatório de comissões e resoluções*, Panamá, 17 a 21 de março de 1980 (Cidade do Panamá: Grupo Jordánria, 2021), 5, 26-28; Silvia Valero, “*Los negros...*”, 73.
- 23 Gerardo Maloney, *Segundo Congresso de Cultura Negra*, 10.

- 24 *Ibid.*, 25-27.
- 25 Jerry Dávila, “Relações raciais brasileiras à sombra do apartheid”, *Radical History Review*, n. 119 (2014): 122-145.
- 26 “De DELBRASUPA para Exteriores. Assunto: II Congresso de Cultura Negra das Américas”, 26 de março de 1980. Dossiê 247, Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores, Dados Pessoais e Entidades, Indivíduos, Arquivo Nacional do Brasil, 57-58.
- 27 “Racismo do Itamarati veta o III Congresso de Cultura Negra das Américas (relatoria)”, 2 de agosto de 1982, Dossiê 82012841, Agência Central, Documentos Microfilmados, SNI, Arquivo Nacional do Brasil, 79-81.
- 28 IPEAFRO, “Telegramas de protesto e mensagens de solidariedade”, *Afro-diáspora: Revista Quadrimestral do Mundo Negro*, n. 1 (1983): 99-105.
- 29 IPEAFRO, “General Secretary’s Report”, *Afro-diáspora: Revista Quadrimestral do Mundo Negro*, n. 2 (1983): 67-70.
- 30 Julimar Mora Silva y Diógenes Díaz, “Congresos de la Cultura...”: 16.
- 31 “III Congresso de Cultura Negra das Américas”, 4 de outubro de 1982, Dossiê 82012841, Agência Central, Documentos Microfilmados, SNI, Arquivo Nacional do Brasil, 60.
- 32 “IGBE: Negros e índios têm menos chance”, *Diário Popular*, 6 de maio de 1982, 16.
- 33 “MNU realiza evento encerrando o mês da consciência em Taboão da Serra”, *Folha do Pirajuçara*, 30 de novembro de 2019.
- 34 Acervo IPEAFRO, reproduzido pelo projeto “Ocupação – Abdias do Nascimento”, do Itaú Cultural.
- 35 “III Congresso de Cultura Negra das Américas”, 4 de outubro de 1982, 29.
- 36 *Ibid.*
- 37 Marianela Muñoz-Muñoz, “‘Hold the Stars’: trajetória e legado político de Eulalia Bernard Little”, *Temas de Nuestra América* 37, n. 71 (2022): 6.
- 38 Abdias do Nascimento, *O negro revoltado* (Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1982), 24.
- 39 John Burdick, “Movimento da consciência negra no Brasil”, *Relatório sobre as Américas* 25, n. 4 (1992): 25.
- 40 Silivia Valero, “*Los negros...*”, 61.
- 41 Julimar Mora Silva y Diógenes Díaz, “Congresos de la Cultura...”: 18.
- 42 “III Congresso de Cultura Negra das Américas”, 1982, Dossiê 82012841 (2/2), Agência de São Paulo, Documentos Microfilmados, SNI, Arquivo Nacional do Brasil, 39.
- 43 “As agressões do Regime Racista”, *Revista MNU*, novembro (1981): 7.
- 44 “Solidaridade Moçambique-Brasil”, *Tempo*, n. 561 (1981): 8.
- 45 “As agressões”, 7.
- 46 “Negros contra segregação”, *Folha de São Paulo*, 27 de agosto de 1982, 12.
- 47 III Congresso de Cultura Negra das Américas, 4 de outubro de 1982, *ibid.*, 7.
- 48 IPEAFRO, “4º Congresso de Cultura Africana nas Américas” (Chamada), 1990, MZO, Biblioteca Digital, Universidade Vanderbilt, 2.
- 49 Tulio Leyton, “Delegação do Encuentro visitou a Torre de Imprensa: no próximo ano em Paris será o Congresso da Cultura Negra das Américas”, *Últimas Notícias*, Caracas, 24 de março de 1990, 15.
- 50 “Quinto Centenário do Encontro de Dois Mundos: apelo do Sr. Federico Mayor, diretor-geral da UNESCO” (Paris: UNESCO, 1989), 1-3.

- 51 Silvia Valero, “Quarto Congresso de Cultura Negra nas Américas (1989-1991). Condicionamento histórico e tensões epistêmicas de um Congresso fracassado”, *Historia Critica*, n. 81 (2021): 102.
- 52 Abdias do Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (Rio de Janeiro: Perspectiva; IPEAFRO, 2016): 12-38.
- 53 “De Manuel Zapata Olivella a José Marcial Ramos Guedez” (carta), 3 de maio de 1991, MZO, Biblioteca Digital, Universidade Vanderbilt.
- 54 “From Catherine Legna and Françoise Docquier to José Marcial Ramos Guedez” (carta), 15 de fevereiro de 1991, arquivo pessoal de José Marcial Ramos Guédez (Caracas – Venezuela).
- 55 *Ibid.*
- 56 IPEAFRO, “4º Congresso”, 2.
- 57 “De Manuel Zapata Olivella a José Marin” (carta), 1991, MZO, Biblioteca Digital, Universidade Vanderbilt.

1989: o Caracazo e a ruptura do devaneio venezuelano

Carlos A. Franco Gil

Universidad Central de Venezuela (UCV)

Em 27 de fevereiro de 1989, eclodiu na Área Metropolitana de Caracas uma série de protestos sociais que impactaram o cotidiano venezuelano. Esse evento foi identificado narrativamente como o Caracazo.¹ Essas manifestações escalaram progressivamente nos graus de violência e repressão do Estado venezuelano durante os dias subsequentes, particularmente em zonas populosas de trabalhadores como os setores caraquenhos 23 de Enero, Petare ou Catia, gerando uma laceração na relação entre a coletividade e a elite governante, agravando, para a década de 1990, a crise do pacto democrático representativo² como esquema de governança construído desde 1958.

Sob um desenvolvimento histórico contemporâneo formado em relação ao petróleo como fonte de ingresso de riqueza, durante a década de 1970 na Venezuela construiu-se um marco de referências e expectativas de altos níveis de qualidade de vida, alavancado pela distribuição efetiva da renda, constituindo um quadro de “ensoñación” coletivo que Fernando Coronil sintetizou sob o conceito de *Estado Mágico*.³

Com essa característica de pano de fundo, a Venezuela atravessou a conjuntura histórica da chamada “década perdida”⁴ dos anos 1980, a qual teve diferentes expressões regionais como a crise macroinflacionária peruana,⁵ o colapso financeiro chileno,⁶ ou as rupturas econômicas argentina e bra-

sileira na transição para os regimes democráticos pós-ditaduras militares.⁷ Sob esse cenário, avançaram as propostas de reformas de liberalização econômica promovidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como “receita” para sanar os colapsos econômicos da época, sendo, por sua vez, um esquema que marcou a realidade política e social latino-americana na década de 1990. Visto dessa forma, o Caracazo pode ser entendido como uma expressão clara dos efeitos macerados da “década perdida” na coletividade venezuelana, que geraram previamente microexpressões sob a forma de protestos de setores específicos, como o estudantil, para citar um exemplo.

Apesar disso, estabeleceram-se três grandes linhas explicativas e narrativas que encapsularam a análise histórica dos protestos de 27 e 28 de fevereiro de 1989 em uma perspectiva binária de causa e efeito, a conspiração esquerdista ou o caráter socioeconômico e racial dos protestos. Historiograficamente, o evento do Caracazo foi estudado e analisado por uma série de autores⁸ que o estabeleceram como o marco de ruptura que levou à crise política da década de 1990. Entre eles, podemos destacar Miguel Izard;⁹ Margarita López Maya;¹⁰ Steve Ellner;¹¹ Earle Herrera;¹² Leonardo Bracamonte;¹³ e, recentemente, Livia Vargas González.¹⁴

O presente capítulo tem como finalidade argumentar que, fora da narrativa histórica consolidada do Caracazo como fato “repentino” e consequência do anúncio do programa de liberalização econômica de 2 de fevereiro de 1989 pelo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), este se teceu dentro da coletividade venezuelana como ponto de ebulição da acumulação de tensões sociais e rupturas nas expectativas de qualidade de vida na década de 1980. Por isso, o Caracazo tornou evidente para o país e para a América Latina a crise subterrânea de uma democracia “modelar” como consequência da “década perdida” sobre o modelo distributivo venezuelano.

Venezuela: devaneio e ruptura

Durante a década de 1970, na Venezuela, consolidou-se a expansão de um modo de vida urbano ancorado nos cânones de progresso e bem-estar ocidental, em conjunto com as transformações ocorridas na administração centralizada da renda petrolífera por parte do Estado venezuelano em 1975, com a criação da empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA).¹⁵

Tabela 1 – PIB per capita real em relação a indicadores da economia real.¹⁶

VARIÁVEL	1977*	1980	1983	1987	1989
PIB Per Capita Real (milhões de Bs** por pessoa)	0.0323 = 32.300 Bs	0,0297 = 29.700 Bs	0,0258 = 25.800 Bs	0,0250 = 25.000 Bs	0.0232 = 23.200 Bs
PIB Per Capita Real a câmbio médio Bs por dólar	\$7511,62	\$6906,98	\$2606,06	\$1101,32	\$458,69
Salário Bs	450 bs = \$104,65	900 bs = \$209,30	900 bs = \$90,91	1.500 bs = \$66,08	4.000 bs = \$79,08
Inflação	8%	22,89%	5,85%	11,58%	84,47%
Taxa de câmbio média	4,30 Bs por dólar	4,30 Bs por dólar	9,90 Bs por dólar	22,70 Bs por dólar	50,58 Bs por dólar

* Os dados correspondentes aos rendimentos Per Capita tomam como padrão de referência o ano de 1984 em bolívares, e as equivalências em dólares são calculadas com base na taxa de câmbio média do ano em questão.

** Bs é o símbolo do bolívar, a moeda oficial da Venezuela.

As estatísticas econômicas correspondentes ao PIB per capita real em relação a elementos da economia real, como os salários mínimos e a inflação, nos permitem ter uma ideia inicial dos volumes de renda média da população. Para isso, tomamos como referência inicial os anos 1977 e 1980, representativos do auge econômico decorrente do boom petrolífero da década de 1970¹⁷ que beneficiou a Venezuela. Em contraponto, utilizaremos como valor comparativo os dados de 1983, 1986 e 1989, sendo este último determinado pela eclosão social do Caracazo.

O progressivo e sustentado deterioramento do poder aquisitivo na Venezuela da década de 1980 foi um fenômeno que denotou uma profunda ruptura das expectativas sociais construídas em torno dos mecanismos distributivos da renda petrolífera. Segundo os dados, o PIB per capita real em bolívares caiu de 32.300 em 1977 para 23.200 em 1989, refletindo uma contração da renda média por pessoa em termos nominais. Essa tendência se torna mais precisa quando observamos o PIB per capita real expresso em dólares, no qual se verifica uma queda de \$7511,62 americanos para apenas \$458,69 no mesmo período, resultado da depreciação progressiva do bolívar frente ao dólar. Embora nominalmente o salário mínimo tenha aumentado de 450 para 4.000 bolívares, seu poder real em dólares americanos reduziu-se de \$104,65 para \$79,08, revelando que os aumentos salariais não compensaram o efeito da inflação nem da depreciação monetária. A inflação, que passou de 8% em 1977 para 84,47% em 1989, consolidou esse processo de erosão das capacidades de consumo dos cidadãos.

Os padrões iniciais do referido cenário conformaram um quadro socioeconômico no qual o poder aquisitivo médio venezuelano era relativamente alto para a década de 1970, fomentando o que os analistas Ramón Piñango e Moisés Naim, em 1984, cunharam como *El Caso de Venezuela* sob a expressão de ilusão de harmonia, sobre a qual assinalaram:

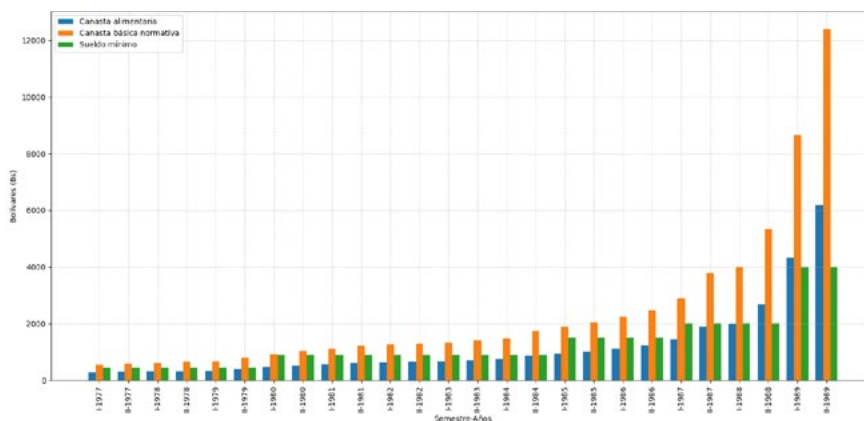
Não há dúvida. A fortuna petrolífera tornou possível que nossa população tivesse grandes aspirações. Aspirações pessoais e sobre o desenvolvimento do país. De ir com frequência a Margarita, Curazao, Miami, New York, Paris ou St. Moritz; de receber mais educação, mais poder e mais dinheiro; de ter betamax, biblioteca, carro, casas etc. Aspirações cujo conteúdo variou de um estrato social a outro, mas que são igualmente elevadas para amplos e distintos setores da população.¹⁸

No entanto, após 1983 e o desenvolvimento do chamado *Viernes Negro*,¹⁹ essa descrição encontrou um argumento de contraposição que sintetizou um estado progressivo de descontentamento diante da equação simples de não poder satisfazer eficientemente as expectativas constituídas.

Os pesquisadores complementaram a apreciação anterior a partir da formulação de uma contraparte argumentativa: “Há, então, bases para afirmar que, ao lado das grandes aspirações, coexistem outros dois traços no venezuelano de hoje: a frustração e o ceticismo. A frustração depende diretamente do esforço realizado e da elevação das aspirações”.²⁰ Com isso, apontam que o constante desgaste na vida material durante a década de 1980 resultou em uma situação social na qual os objetivos referenciais de consumo e padrão de vida foram se distanciando das capacidades econômicas reais da população, o que se traduziu em um descontentamento que se tornou gradualmente evidente.

Um conjunto de dados econômicos nos permite aprofundar como as dificuldades econômicas foram alterando as capacidades de consumo de produtos básicos e de importância dentro do tecido social venezuelano. Em relação à aquisição das chamadas Cesta Alimentar e Cesta Básica Normativa (que inclui, além da compra de alimentos, o pagamento de serviços públicos, lazer e transporte para atender a um núcleo familiar de cinco integrantes), observou-se uma profunda deterioração ao longo da década de 1980. A erosão progressiva acelerou-se continuamente a partir do ano de 1983, como podemos observar no gráfico a seguir, quanto ao percentual do salário mínimo destinado a cobrir as referidas cestas.

Gráfico 1 – Relação do salário mínimo na cobertura das Cestas de Produtos e Serviços.²¹

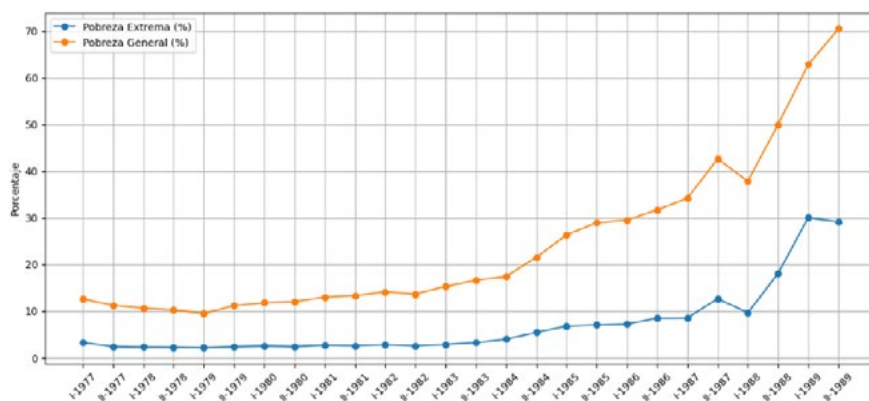


A ferramenta utilizada nos oferece um dado referencial sobre o custo das mencionadas cestas de serviços em comparação com o salário, permitindo visualizar as margens de cobertura de um salário mínimo em relação aos custos estabelecidos. Ao focarmos os detalhes, notamos que, nos picos referenciais do período conhecido como *La Gran Venezuela*, o salário mínimo estabelecido cobria as necessidades de consumo alimentar e uma ampla porcentagem da cesta básica normativa. Em contrapartida, no segundo semestre de 1989, com o salário mínimo era possível cobrir apenas 36,27% da cesta básica normativa.

Podemos estabelecer que o valor subsidiado do câmbio,²² fixado até fevereiro de 1983 em 4,30 bolívares por dólar americano, permitiu uma capacidade de consumo na população sustentada pela distribuição da renda petrolífera. Com a ruptura desse mecanismo após o *Viernes Negro*, as políticas corretivas aplicadas a partir de 1989 deram início ao manejo inconsistente de programas econômicos que marcaram a década de 1990 na Venezuela como um período definidor do colapso do pacto democrático representativo.

Outra estatística que nos permite comprovar o deterioro mencionado está no crescimento da pobreza e da pobreza extrema, detalhado entre 1977 e 1989.

Gráfico 2 – Taxas de incidência de pobreza geral e pobreza extrema.²³



Vemos como os valores estabelecidos quanto aos indicadores de pobreza geral e pobreza extrema cresceram exponencialmente em termos percentuais durante a década de 1980, apresentando picos acentuados após 1983. Esses fatores são sinônimos da profunda erosão das condições materiais de vida que funcionaram como o pano de fundo sobre o qual foram ocorrendo diversas expressões de descontentamento e protesto diante das afetações na qualidade de vida.

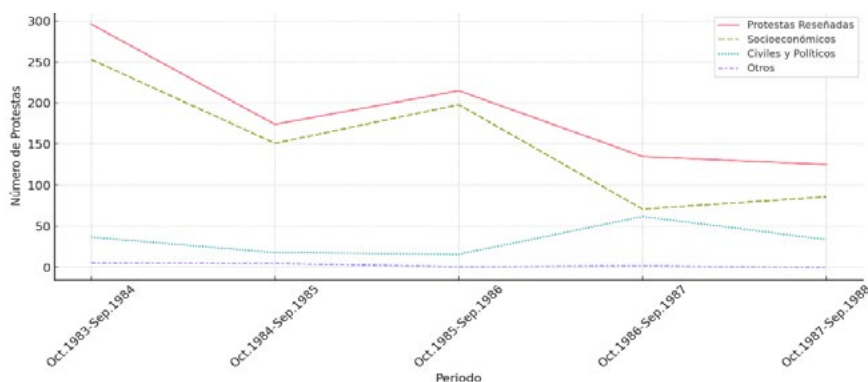
Uma sociedade que explora?

Durante a década de 1980, começou o estudo sistemático das resenhas de protestos e mobilizações de rua como expressão do descontentamento coletivo diante da situação do país, principalmente de ordem econômica.²⁴ Há um argumento importante a ser considerado na época com relação à organização dos trabalhadores como setor de conflito na década de 1980. A maior central sindical do país, a Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV), havia construído uma estreita relação com o partido mais proeminente do país, Acción Democrática, pelo que o conflito impulsionado por esta central sindical esteve influenciado pela agenda partidária e atravessado por graves casos de corrupção, como o fechamento do Banco de los Trabajadores de Venezuela em 1983.

Apesar do condicionamento referido na organização dos trabalhadores como dinamizador de conflitos laborais na década de 1980, particularmente durante o governo social-democrata de Jaime Lusinchi (1984-1989), segundo

os estudos mencionados de Margarita López Maya e Edgardo Lander, entre outubro de 1983 e setembro de 1988 ocorreram em média 175 protestos, predominantemente por motivos socioeconômicos. Podemos detalhar essas características por meio dos seguintes dados.

Gráfico 3 – Características dos protestos resenhados BDEBP
(outubro de 1983 – setembro de 1988).²⁵



O gráfico nos permite observar o ritmo constante de protestos durante a década de 1980, antes do Caracazo, o que nos indica que eles funcionaram como um mecanismo recorrente de pressão social, principalmente em questões de ordem econômica. Os dados mostram um claro predomínio de protestos de caráter socioeconômico, com percentuais máximos que oscilaram entre 85,5% e 92,1% em 1983 e 1986, evidenciando um forte descontentamento vinculado às condições materiais de vida após o *Viernes Negro* e o início do ciclo de ajuste estrutural. No entanto, a partir do período 1986-1987, os protestos civis e políticos aumentam para 46% e se mantêm em 31,2% no ano seguinte, coincidindo com uma crescente politização do protesto e com marcos pontuais de violência política, como a Masacre de Yumare em maio de 1986. Isso pode ser interpretado como expressão do desgaste institucional e da perda de confiança dos cidadãos nos canais tradicionais de representação.

Dentro dessa linha, destacou-se o protesto do setor estudantil universitário na cidade andina de Mérida em março de 1987. Esse evento, conhecido como a revolta de Mérida ou *Marzo Merideño*, desencadeou-se após o assassinato do estudante Luis Carvallo no dia 13 do referido mês pelo advogado e líder agropecuário Bernardino Navas. As denúncias de tráfico de influência no processo judicial, dada a proximidade de Navas com o partido COPEI,

levaram o movimento estudantil da Universidad de los Andes a promover ações de protesto que resultaram em distúrbios e saques estendidos até 18 de março de 1987, e que, por sua vez, se replicaram nos movimentos universitários de outras cidades como Maracaibo e Barquisimeto, enquanto a reação em Caracas gerou a invasão à Universidad Central de Venezuela em 20 de março, onde outro estudante foi assassinado. A pressão estudantil resultou na detenção de Bernardino Navas no fim de março de 1987. Esses fatos são considerados alguns dos antecedentes principais do Caracazo, dadas a violência e a expansão do protesto, estabelecendo a pressão de rua como um mecanismo efetivo de resolução de tensões e colocando o movimento estudantil no centro das ações.

Nesse contexto concreto de tensões, a eleição presidencial de dezembro de 1988 apresentou-se como um canal de distensão social em uma década marcada por claras limitações econômicas e materiais. Essas tensões, além disso, eram aumentadas de forma exponencial diante do quadro de expectativas constituído, juntamente com uma crispação social traduzida nas manifestações de rua.

Dentro das opções presidenciais, a figura de Carlos Andrés Pérez estava associada ao seu papel como construtor da *Gran Venezuela* da década de 1970, sendo selecionado como candidato dentro do partido Acción Democrática com o apoio do setor de trabalhadores da sigla. Sua campanha eleitoral se sustentou principalmente em reafirmar a condição simbólica do político como ícone de uma Venezuela próspera, evitando especificar, dentro das promessas de campanha, o programa de governo, particularmente o da política econômica.²⁶

Pérez conquistou a vitória nas eleições de 4 de dezembro de 1988 com 52,89 % de apoio popular (3.868.843 votos) e, em 2 de fevereiro de 1989, tomou posse como presidente da República da Venezuela. Em seguida, apresentou o programa de reformas condensado no VIII Plano da Nação (denominado discursivamente como Gran Viraje), que esteve enquadrado na assinatura de acordos com o Fundo Monetário Internacional dentro dos princípios do chamado Consenso de Washington.²⁷ Entre as primeiras medidas estava o aumento da gasolina em 30 centavos de bolívar, que entrou em vigor em 26 de fevereiro. Isso gerou o aumento da tarifa de transporte público urbano em 30%, que deveria ser aplicado, segundo os acordos estabelecidos, a partir de 1º de março de 1989. A assinatura da carta de intenções entre o governo venezuelano e o FMI foi marcada para 27 de fevereiro de 1989, data que se constituirá em um marco disruptivo da vida cotidiana venezuelana.

O Caracazo: o drama venezuelano

A jornada de 27 de fevereiro de 1989 amanheceu com aparente normalidade nas primeiras horas de Caracas e seus povoados satélites. As pessoas pretendiam, naquela segunda-feira, iniciar suas atividades normalmente; no entanto, as perturbações no espaço público ocorreram desde cedo. Nas filas para pegar os ônibus da cidade de Guarenas para Caracas, os motoristas adiantaram unilateralmente os acordos de aumento da tarifa, cobrando até mais do que os 30% pactuados com o governo nacional, ao exigir tarifas de 16 bolívares, o dobro do estabelecido. Os protestos não demoraram a surgir. Desde a manhã daquele 27 de fevereiro, o país explodiu sem aparente controle.

As manifestações pelo aumento da passagem interurbana ficaram como um fato isolado ao longo do dia, já que o centro da jornada se concentrou no saque de diversos comércios, inicialmente de alimentos e depois de outros bens como eletrodomésticos, peças de automóveis, roupas, calçados etc. A sociedade demonstrava um cansaço diante das incapacidades que, desde 1983 com o *Viernes Negro*, haviam enfraquecido a economia real do cidadão da *Gran Venezuela* da década de 1970.

O dia 27 de fevereiro de 1989 transcorreu em uma etapa de transição entre os novos anúncios econômicos que desmantelavam, a partir de uma posição financeiramente frágil, as políticas estabelecidas pelo governo de Jaime Lusinchi.²⁸ Isso representou uma ruptura abrupta na cotidianidade, que se evidenciou na situação que fez eclodir o conflito, talvez uma das ações mais cotidianas do dia a dia do cidadão: o aumento da passagem do transporte público no eixo metropolitano periférico Guarenas-Guatire, medida que se repetiu mais tarde no terminal de Nuevo Circo em Caracas (Imagem C).

Imagem A. Manifestações na Avenida Lecuna, no centro de Caracas;²⁹
 Imagem B. Cidadão carregando um pedaço de carne durante os saques;³⁰ Imagem C.
 Nota de imprensa sobre distúrbios no terminal de Nuevo Circo, no centro de Caracas;³¹
 Imagem D. Saques no setor Catia de Caracas;³² Imagem E. Atualização extraoficial
 de vítimas;³³ Imagem F. Distúrbios em setores populares de Caracas.³⁴



Em meio às primeiras manifestações de rejeição na cidade de Guarenas, diretores da empresa Condutores Unidos dessa localidade justificaram o aumento da passagem em uma reportagem do telejornal El Observador da Radio Caracas Televisión: “os trabalhadores obedecem a uma medida justa,

a uma decisão justa, visto que a gasolina aumentou para nós, aumentaram as unidades, aumentaram as peças de reposição, e temos quase certeza de que o aumento concedido de 30% vai permanecer vigente por cinco ou sete anos”.³⁵ Essa declaração foi dada em meio a vaias públicas e com claro nervosismo por parte do representante do setor dos transportadores diante de uma situação de tensão, argumentando um aval governamental que foi confirmado por declarações das autoridades do governo regional.³⁶ É importante destacar que o setor dos transportadores do sindicato dos trabalhadores justificou as medidas de aumento como uma necessidade justa, já que também se consideravam afetados pelas dificuldades econômicas.

As forças de segurança do Estado estiveram ausentes no controle da situação durante o 27 de fevereiro de 1989, fator que contribuiu para que o caos se espalhasse pelas principais cidades do país. No caso de Caracas, a Polícia Metropolitana encontrava-se em greve e não implementou um plano coordenado de regulação dos protestos, além da ação dispersa dos funcionários. Paralelamente, a massificação dos distúrbios foi transmitida ao vivo pelos meios de comunicação televisivos e radiofônicos, sem nenhum tipo de edição, revelando os níveis de acúmulo de alimentos nos estoques dos comércios (Imagem B), aumentando a frustração.³⁷ Gradualmente, mais pessoas se juntaram aos saques.

Essas primeiras reportagens massificaram a situação de incerteza por não haver declarações do governo nacional, expandindo os protestos para cidades satélites de Caracas, como La Guaira, Los Teques e o foco original do eixo Guarenas-Guatire, ou para centros metropolitanos distantes da capital venezuelana, como Barquisimeto, Maracaibo e Mérida.³⁸ No telejornal da Radio Caracas Televisión, o policial Domingo González, da delegacia do setor Catia la Mar, La Guaira, descreveu a mudança do tom do protesto pelo aumento da passagem para os saques em comércios:

Nesta manhã se apresentou uma manifestação de outro caráter, não porque os usuários estavam insatisfeitos ou protestando, mas porque os donos de ônibus queriam cobrar 15 bolívares, então se concentraram ali em frente ao Distrito e não houve nenhum procedimento lamentável; nós compreendemos, é o povo e nós fazemos parte do povo, mas esses senhores são zagaletones³⁹ profissionais, dá para o senhor ver, estão de capuz. Por ali disse um ministro que todo aquele que tivesse direito de protestar não precisava cobrir o rosto, então estão nos atacando.⁴⁰

No dia 28 de fevereiro, após uma jornada em que a prática de saques se estendeu por várias cidades do país, os acontecimentos que sacudiam

a sociedade venezuelana tomaram outros rumos. Com isso, geraram um episódio que afetou o tecido social de forma transcendente e transformou a memória nacional.

O presidente da República, Carlos Andrés Pérez, anunciou em cadeia nacional de rádio e televisão em 28 de fevereiro de 1989 a suspensão das garantias constitucionais como ferramenta de controle da situação. Assim, o Estado assumia uma postura pública de criminalização do protesto, ao mesmo tempo em que reafirmava o aval irrestrito às medidas econômicas e a aproximação com o Fundo Monetário Internacional. A nosso ver, esse fenômeno recebeu uma leitura limitada, restringindo a análise do protesto a simples atos de vandalismo. Da mesma forma, declarava o presidente:

Não venho aqui para descarregar a culpa em setores desajustados, em setores violentos, em setores subversivos. Isso não nos falta na Venezuela. Temos setores dolorosamente comprometidos com a violência, mas infinitamente minoritários, que não têm capacidade para provocar uma perturbação profunda da paz nacional, mas têm sim capacidade para se aproveitar de circunstâncias difíceis como a que vive a Venezuela...

Pelo contrário, acreditamos que se tratou de uma reação social desencadeada pelas tensões acumuladas por mais de um lustro de constrição econômica. Além disso, consideramos que os protestos pretendiam frear as medidas econômicas de corte neoliberal.

O anúncio do presidente foi ratificado pelo ministro da Defesa, general Ítalo del Valle Allegri, que informou as especificações do decreto,⁴¹ ficando a critério das forças militares o manejo e controle do evento, ações das quais surgiria o Caracazo como acontecimento disruptivo devido às consequências de uma gestão da situação por parte de um exército não capacitado em dispositivos de controle urbano.

A magnitude da tragédia posterior pode ser refletida nas manchetes dos principais jornais de circulação nacional em suas edições de 1º de março de 1989. O jornal *El Universal*, de perfil editorial próximo à classe média e profissional do país, estampou na primeira página do referido dia: “O presidente prometeu enfrentar os distúrbios sem limitações nem obstáculos. 60 MORTOS EM CARACAS”; por sua vez, o jornal vespertino *El Mundo* teve como manchete principal: “Diante da onda de violência: EM EMERGÊNCIA NACIONAL OS PARTIDOS POLÍTICOS. CEN de AD se reuniu com CAP em Miraflores e o Congresso Sesionará Hoje”; enquanto o jornal *Últimas Noticias*, o de maior penetração na época junto aos setores populares, apresentou na

primeira página: “Suspensas as garantias individuais e políticas. Toque de recolher em todo o território nacional. 80 mortos em Caracas e mais de 800 feridos”.⁴² As reportagens, argumentações e fotografias das edições dos referidos jornais terminaram de desenhar um cenário de clara tragédia e violação dos direitos humanos (Imagem E).

O artigo de Desiré Santos Amaral, “Uma violência incontrolável percorreu Caracas pelo segundo dia consecutivo”, assinalou:

Nada pôde impedir que ontem novamente estourasse a violência em toda Caracas, derivada do protesto popular contra o pacote de medidas e traduzida em saques para conseguir alimentos e utensílios. (...) “Échale candela”, pediam desde as varandas os vizinhos do edifício Boyacá, que depois de instigar os manifestantes a acabar com os bordéis, “porque até agora ninguém ouviu o protesto...”⁴³

O cenário descrito é de caos, ao mesmo tempo em que incentiva os primeiros indícios de compreensão e explicação do fato, nesse caso sintetizados na fórmula ação-reação entre as medidas econômicas e os protestos, fato compreensível com as ferramentas de julgamento disponíveis sobre os eventos à luz deles. No entanto, os protestos não tiveram uma proclamação ou manifesto explícito a respeito, pelo que, a nosso ver, as ações foram uma expressão expansiva e espontânea que foi escalando devido ao controle ineficaz das manifestações que, no dia 27 de fevereiro, iniciaram com uma reivindicação justificada pelo aumento do transporte.

Por sua vez, a reportagem de *El Universal* realizada por Mirna Mendoza, denominada “Distúrbios no Manicômio e o 23 de janeiro”, indicou os efeitos à rotina dos eventos e como estes foram assumidos pela coletividade, particularmente nos setores populares da cidade de Caracas mencionados no título da notícia. A matéria descreveu:

Dezenas de pessoas fizeram fila para comprar em um transporte de peixe; crianças e mulheres correram para se proteger atrás dos quiosques de jornais ou nos poucos locais que o permitiam diante do contínuo intercâmbio de tiros entre franco-atiradores localizados nos telhados dos blocos do 23 de Janeiro. (...) Uma vizinha do bairro Plan de Manzano comentou: “Este lugar está totalmente desprotegido, já que os efetivos da Guarda Nacional nem de qualquer outro corpo se apresentaram nos últimos dois dias e grupos de malfeitores pretendem saquear nossas residências”.⁴⁴

A mencionada sensação de desproteção por parte do Estado nas ações foi um dos elementos mais comuns no evento. Isso construiu, na década de

1990, a onda narrativa sobre a efetividade dos governos em garantir suas responsabilidades elementares. A partir de fevereiro de 1989, a profunda laceração na percepção coletiva configurou uma interpretação social fundamentada na tragédia e seus efeitos colaterais. Segundo os estudos de pesquisas levantadas por Nelson Villasmil Atencio, tratou-se do acontecimento mais relevante para 66% do país⁴⁵ no referido ano.

Uma tragédia entre interpretações

Nos meses seguintes, foi se conformando uma discursividade política em torno dos dias 27 e 28 de fevereiro de 1989 como fato de catarse social e sobre o qual se atribuíram valores de julgamento crítico aos políticos regentes da democracia venezuelana, algo que, à luz dos eventos, não se destacou como fundamental nas ações. Na revista *Momentos* de abril de 1989, o artigo do jornalista Carlos Dorante anunciava o “reventón da ira popular”, expressando a tese de que as ações do Estado no Caracazo foram equivalentes à ruptura do fio constitucional, e as decisões foram fundamentalmente comparadas a atos ditatoriais:

A “ditadura comissarial”, ou “ditadura constitucional”, vem a ser assim uma defesa da própria democracia, ainda que seus procedimentos, ditatoriais e extremamente rígidos em nosso caso, pudessem parecer superficialmente a negação da própria democracia. (...) Pelo decreto de 28 de fevereiro foram suspensas as garantias fundamentais, tais como a de livre circulação (daí o toque de recolher), inviolabilidade do lar, garantia da liberdade, de reunião, de manifestação etc.⁴⁶

Também em abril de 1989, Miguel Ignacio Purruy, na *Revista SIC* do Centro Gumilla,⁴⁷ destacava a relação entre o programa econômico de Carlos Andrés Pérez e os eventos do Caracazo, conectando de forma intrínseca a relação causa-efeito que não caracterizou de forma evidente os distúrbios:

Não é fácil discurrir friamente sobre um pacote de medidas econômicas que nasce sob o trauma de centenas de mortos. Embora se sinta mais tentado a derivar para considerações de ordem social e política e embora hoje, mais do que nunca, se ratifique a tese de que a questão sociopolítica constitui a variável-chave do sucesso ou fracasso do programa econômico de CAP, é necessário empreender a análise econômica como tal.⁴⁸

Desde o início, se constituiu uma retórica que progressivamente sentenciou a ação governamental sobre o Caracazo, tanto em suas origens quanto em suas consequências; no caso referido, em uma avaliação do

programa macroeconômico com dois meses de aplicabilidade, em meio aos determinantes sociais e políticos derivados dos eventos de fevereiro de 1989.

A *Revista SIC*, em seus números 513 e 514, de abril e maio de 1989, respectivamente, foi espaço de avaliação e de posicionamento de linhas discursivas dentro da opinião pública nacional, destacando argumentos como os apresentados pelo intelectual jesuíta Arturo Sosa nos artigos “¿Qué fue lo que pasó?” (*Revista SIC* 513)⁴⁹ e “Crisis de los valores o triunfo de la ideología” (*Revista SIC* 514).

Neste último, Sosa enfatizou como o evento terminou por se tornar uma expressão de frustração social acumulada, de tensões não resolvidas que confrontavam uma realidade discursiva da Venezuela “próspera e democrática” com uma série de expectativas traçadas em metas que a década de 1980 tornou insustentáveis:

...o que estamos vivendo é a consequência da frustração massiva que provoca a impossibilidade, para as maiorias da nossa sociedade, de viver de acordo com os valores que lhes foram impostos ou, se preferir, “ensinados” por todos os meios. O resultado de mais de 50 anos de processo de modernização capitalista na Venezuela é a difusão dos valores próprios do capitalismo consumista em todos os estratos sociais, junto a uma estrutura de relações econômicas que impede objetivamente a maioria da população de realizá-los em sua vida cotidiana, enquanto uma pequena elite os vive de forma ostensiva.⁵⁰

Esse enfoque é de profundo interesse para nós, porque essa chamada ordem de valores que expressou Arturo Sosa é identificada por nós como o conjunto de referências simbólicas que são expressão do pacto implícito estabelecido entre a democracia representativa e a cidadania. Dessa forma, a ruptura não foi de um acordo social explícito ou jurídico, mas de uma série de sentidos construídos a partir de ideias instaladas no imaginário sociocultural, produto da experiência concreta de um passado de bonança econômica que se desenvolveu na década de 1970 e continuou imprimindo sentidos concretos apesar das crises econômicas.

Apesar da transversalidade da fratura evidenciada na sociedade com o evento em questão, este, em grande medida, se racializou no discurso ao determinar, dentro de uma das linhas argumentativas, que a irrupção social, e especificamente o caos dos saques, foi expressão da raiva dos setores populares. Assim, o eixo das reportagens se constituiu em relação às narrativas das ações em zonas humildes da cidade, frequentemente apontadas

como vandálicas, enquanto às zonas de classes média e alta da cidade se referia como vítimas das hordas populares.

Um exemplo disso pode ser encontrado em notas de imprensa como a publicada no jornal de circulação nacional *El Universal* de 2 de março de 1989 (Imagem D), onde se descreveu:

Enquanto nas zonas residenciais do leste de Caracas reinava uma tensa calma, nas favelas a violência se desbordou ontem, pelo terceiro dia consecutivo. (...) No leste da cidade, a situação tornou-se particularmente crítica nos bairros de Petare. (...) A polícia, e mesmo o Exército, viu-se sobrepujada pelas turbas e vândalos. (...) Ali, poucos estabelecimentos comerciais, especialmente os armazéns e supermercados que ainda não haviam sido saqueados, foram totalmente arrasados. Nem mesmo as calculadoras e instrumentos contábeis “ficaram de pé”.⁵¹

Na edição de 1º de março de 1989 do jornal vespertino *El Mundo*, os imigrantes também foram criminalizados e apontados como promotores de saques e distúrbios: “Diante do rumor de uma suposta atuação de delinquentes, na sua maioria compostos por colombianos, haitianos e peruanos residentes na parte alta do Molino, em El Manicomio, a comunidade, revestida de grande coragem, se preparou para formar brigadas anti-saques em vários setores da área metropolitana.”⁵²

Essa ideia expandida determinou a fronteira social e racial entre um protesto cidadão e o vandalismo dos “pobres e marginais”. Assim, surgiu um dos argumentos que ganharia força na década de 1990 como sinônimo da situação de caos social e ferramenta de descontentamento diante da ação governamental do país: “Quando os bairros descerem.”

Essa descrição não foi apenas uma peça midiática da época, mas também um argumento que o *establishment* político do momento utilizou em favor de seus interesses. Isso pode ser observado nas declarações do então Senador Rafael Caldera, que, diante do ocorrido, afirmou: “Venezuela, que havia sido a vitrine da democracia na América Latina, foi destruída a socos e golpes pelos famintos dos bairros de Caracas, os quais se quer submeter ao FMI.”⁵³ Esses traços narrativos seriam fundamentais para a justificativa dos projetos políticos da década de 1990, os quais se distanciariam retoricamente das elites partidárias para argumentar proximidade com uma coletividade profundamente ferida no Caracazo.

Em 1991, Aura Torrealba, na revista *Elite*, indicava um argumento que se tornaria constante na década de 1990: as condições para um novo Caracazo estavam dadas. Sob essa perspectiva, a Venezuela está à beira de um estouro

social, principalmente porque o governo não interveio para transformar as dinâmicas políticas e institucionais, sendo inclusive apontado como cúmplice dele:

Enfim, até o presente momento a Venezuela não se recuperou da grande crise econômica e para este ano anuncia-se um déficit (o qual ainda não foi esclarecido), que, indubitavelmente, provocará que os estratos sociais mais desprovidos sofram maiores privações. Então, seria possível que se voltem a apresentar fatos semelhantes aos de 27 e 28 de fevereiro de 1989?⁵⁴

A pergunta abriu uma constante que fornece argumentos para definir a década de 1990 como uma conjuntura histórica que teve, nas jornadas de protesto de fevereiro e março de 1989, o marco de ruptura que condicionou a estrutura política e social do país.

Uma terceira linha argumentativa traçada é de nosso interesse. Esta teve uma construção dicotômica por parte de seus promotores iniciais ao se referir ao Caracazo como consequência de uma conspiração contra o governo de Carlos Andrés Pérez, principalmente promovida por setores políticos de extrema-esquerda. Essa tendência na narrativa tem sido frequentemente apontada como um recurso proveniente dos setores conservadores e da direita política venezuelana e latino-americana, mas um dos primeiros expositores dela foram representantes da Confederación de Trabajadores de Venezuela.

Nesse sentido, as declarações do membro do executivo da CTV, Cesar Gil, publicadas em 1º de março de 1989, indicaram: “Os últimos incidentes ocorridos em todo o território nacional foram produto do planejamento de grupos irregulares que vinham preparando há algum tempo esta onda de revoltas e violência.”⁵⁵ Por sua vez, posturas como as dos generais Manuel Heinz Azpúrua (que ocupava o cargo de chefe estratégico da Operação do Exército) e Carlos Peñaloza⁵⁶ descreveram, sem uma fundamentação documental evidenciável, que o Caracazo foi consequência de uma conspiração de setores comunistas próximos a Fidel Castro, que esteve presente na posse de Carlos Andrés Pérez em 2 de fevereiro de 1989.

Desde esse ângulo explicativo, o Caracazo constituiu-se como um alerta em virtude de condições semelhantes nas nações latino-americanas, por meio de apontamentos a setores da esquerda política da região como conspiradores, questão que enquadrou o evento dentro de um contexto de Guerra Fria, que teve em novembro do referido ano um marco fundamental com a queda do Muro de Berlim. Isso foi assinalado pelo jornalista e político conservador brasileiro Plínio Correa de Oliveira no artigo “Não compreendo”, publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 22 de março de 1989:

Os torvos dias do motim ocorrido na Venezuela vão afundando no passado, e assim já se torna mais fácil a análise dos múltiplos aspectos dele. (...) Isto muito embora um fato continue de pé. É que, existindo na maior parte das capitais ibero-americanas condições análogas às de Caracas, nelas se pode repetir o drama que lá se desenrolou. (...) Dessa forma, é plausível que irrompam motins em série, na América Latina, assim como se multiplicam em cadeia os furúnculos em um corpo minado pela furunculose. Onde quer que haja cidades-tumor, a explosão do pus pode sobrevir de um momento para o outro. É o que vem prevendo largamente a mídia brasileira, ao mesmo tempo que também o fazem, no exterior, importantes órgãos publicitários em mais de um país. (...) A matéria versa sobre o caso de Caracas e pondera que o mesmo pode repetir-se na Colômbia, em consequência do narcotráfico, no México, no Brasil e na Argentina, em razão da dívida externa, na Nicarágua, em El Salvador e no Panamá, por motivo das guerrilhas.⁵⁷

Abriu-se um capítulo de compreensão das situações do Caracazo não exclusivo aos limites da opinião pública venezuelana.

Como ponto-chave de conjunção, as explicações do fato se remetem a dois elementos que estabelecem uma natureza argumentativa que, a nosso ver, não expressou uma maior profundidade do fato como erupção de um processo histórico subterrâneo, mas sim como consequência de fatores “externos” ao decorrer da sociedade venezuelana da década de 1980: as medidas econômicas de um governo de Carlos Andrés Pérez com 25 dias de gestão e a conspiração antigovernamental de grupos de esquerda.

Ambas as posições relegaram a segundo plano o acúmulo de tensões sociais particularizadas em um devaneio venezuelano definido pela efetividade da distribuição da renda petrolífera. Impregnou-se um sentido de evento surpreendente como sinônimo de espontâneo, elementos que não convergem como características do Caracazo, o qual não foi repentino, mas consequência da erosão da “década perdida” no país.

Aspectos conclusivos: contra o que se levantou o povo venezuelano?

A jornada de protestos iniciada em 27 de fevereiro de 1989 foi produto do descontentamento, da erosão do consumo e da frustração popular de consumidores, motoristas, passageiros, estudantes e trabalhadores, após um lustro de controles e desabastecimento. O descrito havia se assentado e amadurecido com maior profundidade como fator de mobilização na coletividade venezuelana, particularmente após o marco do *Viernes Negro* de 1983.

Com a crise política subsequente, o discurso de rejeição ao neoliberalismo continuou marcando as demandas nas tendências de esquerda na argumentação central do Caracazo; entretanto, o impacto na opinião pública nos meses e anos seguintes se concentrou na corrupção como um dos flagelos-chave da sociedade venezuelana, estabelecendo-se como a principal retórica difundida em telejornais, artigos de opinião e produtos culturais da época.

Sem atenuar a tragédia que representou o Caracazo, a percepção de caos do 27 de fevereiro de 1989 não correspondeu a uma oposição férrea e coordenada ao VIII Plano da Nação ou a alguma figura pública em particular. Foi uma expressão radical em busca dessa ilusão de harmonia perdida que havia funcionado como o néctar do pacto democrático representativo. O dramaturgo José Ignacio Cabrujas, em 1995, esboçou uma série de considerações sobre o evento que definiu como o drama venezuelano.

Em 27 de fevereiro, a Venezuela viveu um colapso ético, que deixou muitas pessoas estupefatas; foi uma explosão sobre a qual não se escreveu profundamente, e que merece uma análise. É uma explosão que se traduz em um saque, mas não é um saque revolucionário, não há uma consigna, é um saque dramático; as pessoas assaltaram estabelecimentos em meio a uma alegria delirante, não há tragédia no início do processo. Ficou-me a imagem de um caraquenho alegre carregando meia res no ombro, mas não era um faminto buscando pão, era um “jodedor”⁵⁸ venezuelano. Aquela cara sorridente levando meia res corresponde a uma ética muito particular: se o presidente é ladrão, eu também; se o Estado mente, eu também; se o poder na Venezuela é uma cúpula de briguentos, que lei me impede de entrar no açougue e levar meia res? É esperteza? Não, é drama, é um grande conflito humano, é uma grande cerimônia. Aquele dia de brincadeira termina em um desfecho monstruoso, cruel; a gargalhada termina em sangue. É o dia mais venezuelano que vivi, nunca havia sido tão interpretado por nossa história, pelo que nos está ocorrendo; é o dia em que fomos sublimes e perversos como fomos em boa parte de nossa história.⁵⁹

A partir de 27 de fevereiro de 1989 e nos dias posteriores, podemos nos aproximar das minúcias discursivas construídas com as quais se deu forma explicativa ao fato em questão e seu impacto como fenômeno que marcou uma ruptura social evidente no país. Para dispor de ferramentas que permitam compreender os eventos desencadeados após 27 de fevereiro de 1989, sintetizamos três aspectos de importância:

1. O dia 27 de fevereiro de 1989 foi uma manifestação palpável e disruptiva para a sociedade venezuelana em torno de suas aspirações e padrões de vida. Dessa forma, a crise econômica do sistema, prolongada desde

o fim dos anos 1970 e agravada nos anos 1980, tornou-se fenomenológica; evidente para a cidadania em seu conjunto a partir de suas próprias experiências como indivíduos ou como segmentos sociais. A compreensão do fenômeno do Caracazo está nas percepções dessa realidade, que terminaram por convergir nesse evento.

2. As raízes de fevereiro de 1989 não estão fincadas nesse ano, mas no panorama econômico e material anterior à chegada de Carlos Andrés Pérez para seu segundo mandato, que criou uma série de tensões acumuladas, particularmente com os efeitos do denominado *Viernes Negro* de fevereiro de 1983. A situação herdada do governo de Jaime Lusinchi apresentava um déficit fiscal em torno de 15.000 milhões de dólares e políticas econômicas que geraram um desgaste social que se manifestou nos eventos do Caracazo. Da mesma forma, o marco se constituiu em fundamento teórico principal na década de 1990 como expressão do esgotamento do sistema democrático representativo, especialmente após a crise política de 1992.
3. 1989 marcou o desenvolvimento fundamental que caracterizou a década de 1990 venezuelana: a descrença no sistema democrático representativo e partidário. Isso serviu para o auge do setor antipolítico, que buscou a superação do esquema de poder em torno dos partidos tradicionais e hegemônicos do sistema, tomando o Caracazo como peça retórica central de seus argumentos e justificativas.

As jornadas de 27 e 28 de fevereiro de 1989 não apenas evidenciaram o colapso das condições materiais de vida de amplos setores da população venezuelana, mas também expuseram, de forma coletiva e disruptiva, o esgotamento de um modelo político e econômico em crise há pelo menos uma década. As causas do levante não se limitaram a medidas conjunturais, mas remetem a um acúmulo de tensões estruturais que se intensificaram após o *Viernes Negro* de 1983 e foram herdadas pelo segundo governo de Carlos Andrés Pérez. Assim, o Caracazo não significou apenas uma ruptura no plano social, mas também inaugurou simbolicamente a década de 1990 como um período de descrédito em relação ao sistema democrático representativo, facilitando a emergência de discursos e atores antipolíticos que questionaram abertamente o pacto de governabilidade sustentado pelos partidos hegemônicos.

Notas

- 1 Dentro da pesquisa, a referência mais antiga ao nome Caracazo para se referir aos protestos de 27 de fevereiro é encontrada no artigo: Humberto Sifontes e Javier Quintero, “El Caracazo: El Saqueo Histórico”, *Momento*, n. 571 (1989): 8. Nele, indicou-se que as principais zonas de protestos e repressão foram setores populares: “O fenômeno havia chegado aos bairros mais humildes da capital, como o 23 de Enero, Los Frailes, Pinto Salinas, El Guarataro, San Agustín del Norte e del Sur, Plan de Manzano, Av. San Martín, Los Eucaliptus, La Vega, Caricuao, Petare etc., onde as turbas haviam saqueado por completo os supermercados, bodegas e outros comércios. Da mesma forma, indicou-se que o protesto alcançou localidades de classe média: “Este fenômeno havia se estendido não somente aos comércios do centro da capital, mas também a algumas urbanizações de Caracas como La Trinidad, onde afirma que sujeitos inescrupulosos entraram em muitos edifícios e saquearam apartamentos mesmo com seus donos dentro.”
- 2 Estabelecemos como pacto democrático representativo a estrutura de governabilidade instalada após o acordo dos partidos políticos Acción Democrática (AD), Unión Republicana Democrática (URD) e o Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) em janeiro de 1958. Esse acordo, conhecido como *Pacto de Puntofijo*, ampliou-se com relações corporativas efetivas com entidades como a igreja, as forças armadas e empresários; paralelamente a uma série de relações implícitas de garantias na distribuição efetiva da renda petrolífera. Para aprofundar o tema, recomendamos: Juan Carlos Rey, “La democracia venezolana y la crisis del sistema populista de conciliación”, *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época), n. 74 (1991), 533-578.
- 3 O conceito de “Estado Mágico” proposto pelo antropólogo venezuelano Fernando Coronil alude à capacidade simbólica do Estado venezuelano de se apresentar como uma fonte ilimitada de bem-estar e modernidade, articulando poder político e riqueza petrolífera. Esse Estado se constitui como “mágico” ao tornar visível seu poder por meio da distribuição da renda petrolífera, ocultando ao mesmo tempo as relações estruturais de dominação. O termo sintetiza a fusão entre nação, natureza e modernização sob uma lógica rentista e clientelista. Para aprofundar, sugerimos consultar: Fernando Coronil, *El Estado Mágico: Naturaleza, Dinero y Modernidad en Venezuela* (Caracas, Editorial Alfa, 1997).
- 4 O conceito de “década perdida” refere-se aos anos 1980 na América Latina, marcados por crises econômicas profundas, superendividamento externo, estagnação do crescimento e aumento da pobreza após o colapso do modelo de substituição de importações e o aumento das taxas de juros de crédito por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos em 1982. O termo foi apresentado pelo relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em seu informe de 1986 intitulado *Crisis y Desarrollo: el Futuro de América Latina*.
- 5 Durante a década de 1980, o Peru enfrentou uma grave crise inflacionária que culminou em hiperinflação entre 1988 e 1990. Sob o segundo governo de Alan García, a inflação anual passou de 66% em 1985 para mais de 7.000% em 1990. As políticas de controle de preços e a emissão desmedida de dinheiro agravaram o colapso fiscal, destruindo o poder aquisitivo e mergulhando o país em uma profunda crise econômica e social.
- 6 A crise financeira chilena de 1982 foi desencadeada pela sobrevalorização do peso, pela dívida externa e pela liberalização bancária. Naquele ano, o PIB contraiu 14% e o desemprego urbano atingiu 23%. Mais da metade do sistema bancário entrou em colapso, forçando o Estado a intervir nos bancos e assumir dívidas privadas, marcando uma mudança no modelo neoliberal imposto desde 1975.

- 7 Durante a década de 1980, tanto a Argentina quanto o Brasil enfrentaram graves crises econômicas após o fim de suas ditaduras militares. Na Argentina, a inflação anual superou os 3.000 % em 1989, em meio a um colapso fiscal, crescente endividamento externo e perda de reservas internacionais. O Brasil, por sua vez, viveu uma inflação crônica que chegou a 1.764 % em 1989, combinada com estagnação econômica e déficit fiscal persistente. Ambos os países aplicaram planos de estabilização fracassados (*Austral* na Argentina, *Cruzado* no Brasil) e enfrentaram crises de dívida externa que obrigaram renegociações com o FMI. Essas crises minaram a legitimidade democrática emergente e marcaram o fim do modelo de substituição de importações.
- 8 Durante a década de 1980, o Peru enfrentou uma grave crise inflacionária que culminou em hiperinflação entre 1988 e 1990. Sob o segundo governo de Alan García, a inflação anual passou de 66% em 1985 para mais de 7.000% em 1990. As políticas de controle de preços e a emissão desmedida de dinheiro agravaram o colapso fiscal, destruindo o poder aquisitivo e mergulhando o país em uma profunda crise econômica e social
- 9 *El poder, la mentira y la muerte: de El Amparo al Caracazo* (Caracas, Editorial Tropykos, 1991).
- 10 *Del Viernes Negro al Referéndum Revocatorio* (Caracas, Alfadil, 2005).
- 11 *El Fenómeno Chávez* (Caracas, Centro Nacional de Historia, 2011).
- 12 *Ficción y Realidad del Caracazo* (Caracas, Monteávila Editores, 2015).
- 13 *El declive de la democracia liberal de partidos en Venezuela* (Caracas, Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 2015).
- 14 *El día que el cerro bajó já não era Carnaval: contando contos do Sacudón na Venezuela* (Rio de Janeiro, Autografia, 2024).
- 15 Para aprofundar nesse planteamento: José Antonio Gil Yepes, “De 1976 Hasta Nuestros Días”, *Política y Economía en Venezuela (1830-1991)* (Caracas, Fundación John Boulton, 1992), 293-379.
- 16 Estatísticas levantadas com cálculos próprios a partir de informações dos *Informes Económicos* do Banco Central de Venezuela dos anos 1977, 1980, 1983, 1986 e 1989, juntamente com os dados obtidos de: Karellys Abarca Capdevilla, “Ingreso Per Cápita Venezuela. Años 1968-1999”, *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura* VI. No. 2 (2000): 308.
- 17 Chama-se de boom petrolífero da década de 1970 na Venezuela o período de aumento extraordinário das receitas fiscais devido à alta mundial dos preços do petróleo, especialmente após a crise no Oriente Médio de 1973. Isso permitiu uma expansão acelerada do gasto público, programas de nacionalização e grandes projetos de infraestrutura. No entanto, também acentuou a dependência do Estado em relação à renda petrolífera e gerou desequilíbrios econômicos estruturais que afloraram nas décadas seguintes. Esse período será conhecido como *La Gran Venezuela*.
- 18 Moisés Naim e Ramón Piñango, “El caso Venezuela: una ilusión de Armonía”, em *El caso Venezuela: una ilusión de Armonía* (Caracas, IESA, 1984), 543.
- 19 O 18 de fevereiro de 1983 marcou um ponto de ruptura na economia venezuelana com o chamado *Viernes Negro* (Sexta-Feira Negra), quando o governo de Luis Herrera Campíns impôs um controle de câmbio e desvalorizou o bolívar após uma forte queda das reservas internacionais. Estabeleceu-se o Regime de Câmbio Diferencial (RECADI), atribuindo múltiplas taxas de câmbio conforme o uso, o que gerou distorções, corrupção e perda de confiança no sistema financeiro. A medida rompeu com décadas de estabilidade monetária e deu início a uma etapa de desequilíbrios fiscais, alta inflação e crescente endividamento. Ao longo da década de 1980, essas políticas provocaram o deterioramento sustentado da

- renda real, o empobrecimento de amplos setores sociais e o enfraquecimento do modelo de Estado rentista venezuelano.
- 20 Moisés Naim e Ramón Piñango, “El caso Venezuela...”: 544.
 - 21 Gráfico elaborado com dados de José Ignacio Silva e Reiner Schelseer, *La evolución de la pobreza en Venezuela* (Caracas, Banco Central de Venezuela, 1998), 25-26.
 - 22 Segundo a proposta do economista venezuelano Asdrúbal Baptista, a distribuição da renda petrolífera se efetivou por meio de mecanismos dispostos pelo Estado para esse fim. Entre eles, ele define a intervenção no mercado cambial a partir da fixação de um preço estável da moeda estrangeira e da livre aquisição dela como um dispositivo para canalizar as demandas por dólares americanos, sustentadas pela injeção de recursos provenientes do petróleo no mercado cambial. Recomendamos consultar: Asdrúbal Baptista, *Teoría económica del capitalismo rentista* (Caracas, Banco Central de Venezuela, 2010).
 - 23 Gráfico elaborado com dados de José Ignacio Silva e Reiner Schelseer, *La evolución de la pobreza*, 28.
 - 24 A Base de Dados el Bravo Pueblo é uma iniciativa autônoma da Facultad de Ciencias Económicas y Sociales da Universidad Central de Venezuela, que se caracteriza por utilizar como referência, para contabilizar a quantidade de protestos, manifestações e conflitos sociais, as entradas do jornal venezuelano *El Nacional* desde o ano de 1944, estabelecendo suas caracterizações quanto aos motivos e objetivos.
 - 25 Consultado em: Margarita López Maya e Luis E. Lander, “Venezuela: protesta popular y lucha hegemónica reciente”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 12, n. 1 (2006): 160.
 - 26 Dentro da análise da mencionada característica, referimos a apreciação do sociólogo Heinz R. Sonntag, que considerou: “O conteúdo dos intervalos comerciais (e de outras mensagens em anúncios, cartazes e intervenções dos políticos) enfatizou o carisma e a experiência de Pérez e os êxitos de seu governo anterior, particularmente as nacionalizações do ferro e do petróleo e o plano de bolsas ‘Gran Mariscal de Ayacucho’, conseguindo levar o eleitorado ao esquecimento dos fracassos da ‘Gran Venezuela’ e despertando grandes expectativas de uma nova futura bonança”. Consultado em: Heinz R. Sonntag, “Venezuela: la vuelta de Carlos Andrés Pérez”, *Nueva Sociedad*, n. 99 (1989).
 - 27 O Consenso de Washington foi um conjunto de dez recomendações de política econômica formuladas em 1989 por economistas de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA. Seu objetivo era orientar as reformas estruturais na América Latina para enfrentar a crise da dívida e promover o crescimento. Essas medidas incluíam disciplina fiscal, liberalização do comércio, privatização de empresas públicas, desregulamentação e abertura ao capital estrangeiro. Embora promovesse a eficiência e o livre mercado, foi criticado por seus efeitos sociais negativos, como o aumento da desigualdade e a precarização do trabalho. Representou o paradigma neoliberal dominante na região durante as décadas de 1990 e 2000.
 - 28 Durante o governo de Jaime Lusinchi (1984- 1989), a política econômica concentrou-se na contenção social do impacto da crise, priorizando o gasto público em programas assistenciais e subsídios para manter a estabilidade política. Houve um aumento do gasto corrente, especialmente em salários e transferências, financiado em parte por endividamento e emissão monetária. Mantiveram-se amplos subsídios a alimentos, combustíveis e serviços, assim como a expansão de programas de emprego e assistência social. O investimento público produtivo foi reduzido em relação ao gasto social e corrente, enquanto os ajustes estruturais foram postergados. Essa orientação buscou sustentar o consumo interno, mas contribuiu para desequilíbrios fiscais e pressões inflacionárias.

- 29 *El Universal*, edição de 1º de março de 1989, 1.
- 30 Retirada do: Aura Torrealba, “¿Se repetirá el estallido popular?”, *Elite.*, n. 3.399 (1991): 27.
- 31 *Últimas Noticias*, edição de 28 de fevereiro de 1989, 52.
- 32 *El Universal*, edição de 5 de março de 1989, corpo 4, 14.
- 33 *Últimas Noticias*, edição de 5 de março de 1989, 12.
- 34 *El Universal*, edição de 2 de março de 1989, corpo 4, 15.
- 35 *El Observador*, edição noturna de 27 de fevereiro de 1989.
- 36 O governador do Estado de Miranda, Ángel Zambrano, durante a jornada, no mesmo telejornal, comentou: “Eles se comprometeram a normalizar imediatamente o tráfego de passageiros, mantendo o mesmo preço acordado pelo governo nacional e que foi divulgado no aviso oficial de ontem, assinado pelos ministros de Fomento e de Transporte e Comunicações” (*Ibid*).
- 37 Para consultar as gravações dos vídeos sem edição das transmissões televisivas dos principais canais de televisão da época, recomendamos o canal do YouTube: <https://www.youtube.com/@caracazo1989>
- 38 Os eventos na cidade de Mérida tiveram uma série de peculiaridades para análise. Mérida é uma cidade predominantemente universitária, dada a presença marcante da Universidad de los Andes na vida social do espaço urban. Isso condicionou que os protestos em Mérida tivessem um fundamento político mais explícito, reivindicando os princípios do *Marzo Merideño* de 1987 ao serem viabilizados pelo movimento estudantil, com consignas como “a ULA está na rua e ninguém a detém”.
- 39 Na Venezuela, refere-se a pessoas que se comportam como se tivessem menos idade ou para falar de adolescentes muito crescidos.
- 40 *El Observador*, edição noturna de 27 de fevereiro de 1989.
- 41 Na mesma cadeia nacional de rádio e televisão em que Carlos Andrés Pérez anunciou a suspensão de garantias, o general Ítalo del Valle Allegri informou: “Em conformidade com o previsto no artigo 1º do decreto número 49 de data 28 de fevereiro de 1989 pelo qual se suspende em todo o território nacional a garantia de livre trânsito consagrada pelo artigo 64 da constituição resolvo: o artigo 1º proíbe a circulação de pessoas e o trânsito de veículos em todo o território nacional de 20h de hoje até as 18h do dia de hoje até o dia 1 de março até às 18 horas durante a vigência desta resolução; o artigo 2º efetua a proibição a que se refere o artigo anterior às pessoas que em virtude de sua profissão e ofício devidamente autorizadas pelas autoridades respectivas devam cumprir funções a elas inerentes; artigo 3º os infratores às disposições da presente resolução serão sancionados conforme a lei...”
- 42 Os jornais foram consultados na hemeroteca da Biblioteca Nacional da Venezuela, Centro Nacional de Preservação Documental.
- 43 *Últimas Noticias*, edição de 1º de março de 1989, 12.
- 44 *El Universal*, edição de 2 de março de 1989, caderno 4, 15.
- 45 Nelson Villasmil Atencio, “La Opinión Pública del Venezolano Actual”, Vol. I (Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, 2001), 23.
- 46 Carlos Dorante, “Disturbios=Dictadura”, em *Momentos* (Caracas, Bloque de Armas, 1989), 1675, 6.
- 47 O Centro Gumilla é uma instituição jesuíta fundada em 1968 na Venezuela, dedicada à pesquisa social, ao trabalho comunitário e à reflexão crítica a partir de uma perspectiva cristã comprometida com a justiça. Publica a *Revista SIC*, fundada em 1938, uma das

- publicações mais antigas do país, que oferece análises socioeconômicas, políticas e culturais com enfoque humanista, sendo um referencial intelectual no debate público venezuelano.
- 48 Miguel Ignacio Purruy, “Evaluación del Programa Económico”, *SIC*, n. 513 (1989): 122.
 - 49 No artigo referido, Sosa realiza uma primeira aproximação à morfologia dos fatos ocorridos, definindo que eles se deram em três fases distintas, que foram dos protestos e saques sem controle dentro de um ambiente de impunidade até um ponto de estado de sítio derivado em tragédia social diante do controle repressivo da protesta. Consultar: Arturo Sosa, “¿Qué fue lo que pasó?”, *SIC*, n. 513 (1989): 101-106.
 - 50 Arturo Sosa, “Crisis de los valores o triunfo de la ideología”, *SIC*, n. 514 (1989): 153-153.
 - 51 *El Universal*, edição de 2 de março de 1989, corpo 4, 14.
 - 52 Luis Cabriales, “Allanamientos masivos inician militares y policía contra saqueadores de Caracas”, *El Mundo* 27 (1989) (Fotografía F).
 - 53 Mariela León, “Caldera denunció ante el Senado que el hambre ha causado los saqueos”, *El Mundo* 2 (1989).
 - 54 Aura Torrealba, “¿Se repetirá el estallido popular?”: 26-27.
 - 55 Fabiola Sánchez, “Grupos extremistas planificaron la ola de disturbios en el país”, *El Mundo* 6 (1989).
 - 56 Nos estudos do pesquisador Omar Vásquez Heredia, se descrevem os argumentos do general Carlos Peñaloza, os quais se referenciam ao ano de 2011, pelo que à interpretação do Caracazo como conspiração promovida por setores comunistas se adiciona a participação de Hugo Chávez, condicionando tal argumentação à disputa política venezuelana do século XX. Segundo Vásquez Heredia: “Em 2011, na revista *ZETA*, o general Carlos Julio Peñaloza, antigo comandante do Exército venezuelano, afirmou novamente que, quando Fidel Castro veio à posse de Carlos Andrés Pérez, no início de fevereiro de 1989, trouxe uma comitiva de 300 pessoas, entre as quais estavam jovens comunistas venezuelanos treinados em Cuba para serem franco-atiradores. Nas palavras do general Carlos Julio Peñaloza, ‘as medidas neoliberais para estimular a economia acenderam o pavio lento que o G2 cubano esperava...’, porque ‘Fidel havia treinado franco-atiradores venezuelanos em Cuba’. No mesmo artigo, o alto oficial venezuelano reformado afirmou que ‘o plano de Fidel era muito simples. Uma vez que as tropas nacionais estivessem nas ruas, os oficiais da logia chavista tomariam Miraflores com o apoio dos franco-atiradores” (Peñaloza, 2011: 11). Nesse sentido, pela primeira vez, em 2011, o general Carlos Julio Peñaloza, em sua versão sobre o Caracazo como uma conspiração, envolve no mesmo suposto plano Fidel Castro e Hugo Chávez”. Consultado em: Omar Vásquez Heredia, “El Caracazo y las identidades políticas de los gobiernos chavistas y de sectores opositores. Memorias históricas en tensión”, *Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos* 23, n. 89 (2024): 42.
 - 57 Plineo Correa de Oliveira, “Não compreendo”, *Folha de Sao Paulo* (1989).
 - 58 Esperto ou malandro.
 - 59 José Ignacio Cabrujas, em Leo Felipe Campos, “Un ejercicio de montaje sobre el 27-F”.

América Indígena e a conformação de um indigenismo hemisférico (1941-1960)

María Fernanda Pérez Ochoa
El Colegio de México (COLMEX)

O Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Pátzcuaro, Michoacán, em 1940, constituiu um ponto de inflexão na articulação do movimento indigenista continental e da institucionalidade interamericana. Essa expressão do indigenismo hemisférico iniciou sua consolidação com a criação do Instituto Indigenista Interamericano (III) em 1941. Numa época marcada pelo contexto convulso da guerra mundial e da crise, “o indígena” era uma das qualidades ou problemas que aproximavam os países do continente americano. Assim o expressa a ata final do Primeiro Congresso: “Que o problema dos grupos indígenas da América é de interesse público, de caráter continental e relacionado com os propósitos afirmados de solidariedade entre todos os povos e governos do Novo Mundo.”¹

O III foi fundado como organismo intergovernamental especializado, regido por uma Convenção Internacional segundo a qual os governos contratantes acordavam esclarecer os problemas que, em suas respectivas jurisdições, afetavam os grupos indígenas e cooperar para a resolução do problema indígena nas Américas. A convenção estipulava que as atribuições do instituto eram solicitar, reunir e distribuir informações sobre pesquisas científicas referentes aos problemas indígenas, sobre legislação e administração desses grupos, assim como recomendações feitas pelos próprios indígenas

nos assuntos que lhes eram próprios. Além disso, estaria encarregado de dirigir e coordenar pesquisas científicas, editar publicações periódicas e administrar fundos provenientes das nações americanas ou contribuições de fontes públicas e privadas. Suas funções, de acordo com a convenção, limitavam-se à coordenação técnica e científica, e explicitamente rejeitava-se que sustentasse um caráter político.²

Para esses propósitos, o instituto fundou em 1941 a revista *América Indígena* como seu órgão de divulgação. Ela foi criada como uma publicação científica trimestral dedicada a expor resultados de pesquisa, proposições teóricas e políticas do indigenismo continental, com enfoque comparativo. Propôs-se como uma publicação aberta a autorias diversas de todos os países do continente: especialistas, técnicos, políticos, líderes indígenas, literatos e ensaístas. A *América Indígena* foi o primeiro canal de debate continental sobre a questão indígena com aspiração científica.

Até o momento de sua criação, muita tinta já tinha corrido entre os circuitos indigenistas das décadas de 1920 e 1930, embora se tratasse em sua maioria de debates nacionais. O indigenismo estava longe de configurar um campo consensuado,³ contudo a nova institucionalidade interamericana buscava promover uma agenda particular e unificada (ao menos publicamente) com capacidade de orientar a ação hemisférica em relação aos setores indígenas. Dessa forma, enquanto as páginas da *América Indígena* se apresentavam como um campo aberto de discussão para a exposição dos resultados de pesquisa e opiniões dos indigenistas do continente, também representavam o canal de divulgação da política, orientação e pontos de vista do III.

O objetivo do presente trabalho é analisar o desenvolvimento de alguns aspectos destacados da agenda indigenista interamericana impulsionada pelo III por meio das publicações de seu órgão de difusão, *América Indígena*, entre 1941 e 1960, período em que esteve sob a direção de Manuel Gamio, antropólogo mexicano e um dos mais reconhecidos indigenistas. Busca-se dar conta das proposições e debates em torno do problema indígena na construção nacional, a partir das concepções sobre integração-assimilação, da questão racial e das perspectivas de modernização expostas na revista. Ademais, interessa identificar os postulados do próprio instituto a respeito desse problema, bem como suas mudanças e continuidades que marcaram a orientação da política indigenista ao longo de duas décadas.

A hipótese do trabalho é que as publicações oficiais do III tinham a intenção de definir os princípios teóricos e conceituais da agenda indigenista, contudo essa tarefa não se deu de maneira consensuada nem livre de tensões

ou conflitos, e em grande medida esteve condicionada pelas tendências do contexto político hemisférico e mundial. Nas páginas da revista é possível constatar o que Laura Giraudo⁴ e Paula López Caballero⁵ concluíram em outras investigações: que, para a década de 1940, os critérios sobre o programa de ação indigenista não estavam consensuados nem unificados, de modo que existiam fortes disputas e desacordos em torno de sua aplicação. A análise da *América Indígena* dá conta das profundas contradições e fissuras que dificultavam a consolidação de uma agenda programática de aspiração interamericana.

O capítulo se divide em três seções. Analisa-se de que forma o caráter institucional do início da década de 1940 se desenvolveu de acordo com a preocupação de resolver o problema indígena e sua incorporação à vida nacional de cada país, de modo que as discussões se centravam nos conceitos e princípios que orientariam a ação indigenista para atingir esse fim. Posteriormente, no fim da década e início de 1950, identifica-se que as proposições do III estão permeados pelas lógicas impulsionadas no contexto da Guerra Fria, questão que se reflete na centralidade que adquirem os projetos de modernização conforme o desenvolvimento de postulados voltados ao cientificismo e à tecnificação modernizadora. Finalmente, observam-se novas preocupações conceituais nos últimos anos da década de 1950, quando se discutem as formulações que guiavam a política indigenista das décadas anteriores e sua efetividade, com reflexões coletivas de indigenistas que propõem a introdução de novos conceitos, como o de integração social.

A análise proposta centra-se nos textos editoriais, que constituem as páginas em que o instituto apresentava seus postulados, escritas pelo diretor e aprovadas pelo Conselho Executivo (CE) da *América Indígena*, assim como naqueles artigos que de forma explícita se enquadram nos debates sobre a questão nacional e a definição da política indigenista. Devido à pouca atenção que a revista recebeu em outros estudos sobre o indigenismo interamericano,⁶ este trabalho a toma como fonte principal e como objeto de estudo, a partir da qual se busca apresentar uma aproximação inicial analítica e descritiva sobre uma das dimensões que articulavam o programa do instituto.

Por fim, a delimitação temporal está marcada, em primeiro lugar, porque abrange as primeiras décadas de desenvolvimento do III sob a direção de Manuel Gamio e, além disso, porque o contexto político e econômico regional é significativo para compreender o desenvolvimento da agenda indigenista e suas transformações, na medida em que seus postulados e ações se inserem na transição da “primavera democrática” para a Guerra

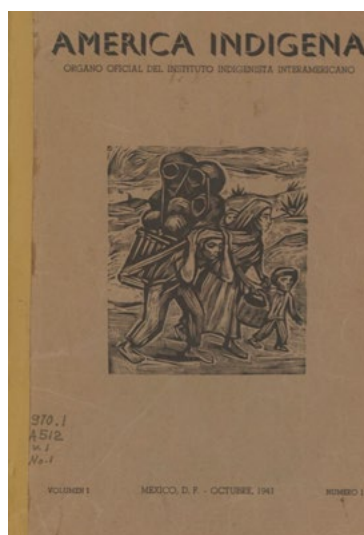
Fria. Nesse sentido, a análise proposta é atravessada por perguntas sobre como os acontecimentos políticos mundiais e regionais repercutiram no questionamento do problema indígena em relação às identidades nacionais e de que maneira isso se reflete na discussão intelectual da *América Indígena*.

A unidade indígena continental: problema racial?

Sobre a capa de papelão, entre linhas pretas, desenha-se a figura de um homem carregando um cesto repleto de vasilhas; ao seu lado, uma mulher de saia e rebozo⁷ segura duas crianças e carrega outro cesto menor. A imagem retrata uma família camponesa que caminha descalça em meio a uma paisagem rural de agaves. Acima dessa xilogravura, de autoria do pintor michoacano Alfredo Zalce, lê-se em letras grandes e sombreadas “América Indígena”, acompanhada da inscrição “Órgão oficial do Instituto Indigenista Interamericano” (Imagem 1). Trata-se do primeiro número da revista, publicado em outubro de 1941 na Cidade do México. A gravura não era apenas uma ilustração aleatória: fazia parte da estética visual que acompanhava o discurso indigenista que o III buscava instaurar. Dessa forma, a revista foi o meio de difusão de narrativas visuais e textuais do que se pretendia representar como indigenismo interamericano.⁸

América Indígena estava orientada sob um dos aspectos cruciais para a conformação do programa definitivo do III, o de “elucidar e depurar a teoria indigenista, tendendo a unificar critérios para que todos os esforços indigenistas tenham uma orientação científica”.⁹ Em poucas palavras, um dos fundamentos do projeto interamericano em construção era a consolidação de uma teoria indigenista hemisférica de orientação científica. Além disso, a revista se apresentava como um campo aberto para a discussão em busca de “soluções efetivas” e de “interpretações inequívocas” sobre o problema indígena.¹⁰ Contudo, como se verá mais adiante, essa abertura não passava de uma proclamação retórica. Embora seja certo que as páginas da revista abrigassem um conjunto diverso e muitas vezes discordante de opiniões, também houve censura e publicação seletiva com base nos princípios impulsionados pelo III.

Imagem 1 – Capa da revista América Indígena, outubro de 1941.¹¹



Cada número da revista era composto por um texto editorial escrito pelo diretor, por meio do qual o III apresentava sua própria doutrina e seus pontos de vista, além de artigos diversos referentes ao problema indígena dos diferentes países do continente. Embora se buscasse publicar artigos da maioria dos países, não se deve deixar de notar que, nas décadas analisadas, o México tinha uma cobertura maior. Essa questão aponta para a centralidade que esse país desempenhou na estruturação do instituto, apenas representada pelo fato de que o México foi sua sede permanente durante todo o período em que existiu (1940-2009).

As publicações da *América Indígena* dependiam da aprovação do CE do III, composto por alguns representantes de diferentes países do continente. Para a preparação do primeiro número, em 1941, o diretor do III era Moisés Sáenz (México), e o CE era composto por Luis Chávez Orozco (México), John Collier (Estados Unidos), David Vela (Guatemala), Edgar Roquette Pinto (Brasil), Uriel García (Peru) e Antonio Díaz Villamil (Bolívia).

Como primeiro diretor, Moisés Sáenz preparou o manuscrito que inauguraria a revista. “Os indigenistas sentimentais e românticos gostam de falar da reivindicação da raça autóctona”, começa seu texto. “Não se podem retroceder os ponteiros – braços trágicos, melhor seria dizer – do relógio da história, nem seria possível sincronizar o ritmo do Tahuantinsuyo com o da alada ‘Defesa Continental’ do senhor Roosevelt”, prossegue. Para fazer

justiça, aponta Sáenz, deve-se situar o índio no terreno da pátria, como elemento da realidade nacional.¹² O diretor do III fazia alusão a alguns dos conceitos centrais da discussão indigenista da época: raça, pátria, nação. A conformação de uma agenda unificada requeria que os debates sobre esses temas tivessem um lugar fundamental na revista.

Sáenz afirmava que aqueles países com um alto percentual de população indígena necessitavam de uma política de integração que contemplasse fatores raciais, culturais e econômicos na formulação de uma nacionalidade coerente. De acordo com seus posicionamentos, a política indigenista constituía o conjunto de medidas para resolver os problemas que afetavam os indígenas e torná-los aptos para a plena atividade nacional.

Esses posicionamentos não eram únicos, mas refletiam uma concepção generalizada (embora não determinante nem total) do pensamento indigenista mexicano da época. No entanto, o artigo foi objeto de intensa polêmica no interior do Comitê Executivo, devido ao fato de Sáenz afirmar que o III era um instrumento eminentemente político, o que contrariava os princípios estipulados pela Convenção.¹³ Moisés Sáenz faleceu inesperadamente em 24 de outubro de 1941, pouco tempo antes da publicação da revista. Quando o primeiro número da *América Indígena* foi lançado, seu artigo não se encontrava entre as páginas da revista.

Após a morte de Sáenz, Manuel Gamio foi designado diretor do instituto e da revista. Em seu primeiro discurso, em 19 de abril de 1942, o diretor expôs a relevância que o problema indígena adquiria no contexto de conflito mundial e de crise das democracias, em que o totalitarismo ameaçava a existência, sobretudo, dos grupos indígenas. Para Gamio, esse panorama deveria levar as democracias americanas a implantar medidas urgentes em relação aos indígenas: “É preciso colocar esses grupos em contato, é preciso aproximar suas ideias e aspirações, mostrando-lhes e fazendo-lhes sentir que, do esquimó do Alasca ao indígena da Terra do Fogo, todos eles formam uma grande família.”¹⁴ Nesse cenário, o indigenismo tinha um papel central, que para Gamio se traduzia na tarefa de fazer com que os grupos indígenas interiorizassem que “sua raça” (entendida pelo arqueólogo mexicano como suas características biológicas) não era inferior à dos estrangeiros, mas, de certo modo, “era superior”. Dessas colocações desprendem-se duas questões a considerar: 1) o desenvolvimento do indigenismo interamericano na década de 1940 esteve condicionado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial e não pode ser compreendido à parte do conflito; 2) para esse indigenismo, os preceitos raciais eram objeto de discussão na definição de sua própria ação.

A perspectiva racial estava amplamente instaurada nos circuitos indigenistas. Alan Knight destacou que o indigenismo, após a Revolução Mexicana, apresentava-se como antirracista; no entanto, mantinha a noção de raça para explicar a sociedade,¹⁵ o que constitui uma das importantes contradições a serem analisadas. Desde a Ata do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, estipulou-se que a “raça indígena” estava integrada por diferentes nacionalidades.¹⁶ Essa noção se reiterava nas páginas dos primeiros números da *América Indígena*, onde destacados indigenistas proclamavam ideias de unidade continental das populações indígenas da América.¹⁷ John Collier, responsável pelo Escritório de Assuntos Indígenas dos Estados Unidos e pelo Indian New Deal de 1934, assegurava que a unidade continental estava fundamentada na pertença dos grupos indígenas a uma corrente histórica que articulava as “raças índias” de todo o hemisfério.¹⁸

A questão racial apontava diretamente para o paradigma da mestiçagem, que imperava na agenda indigenista como horizonte a ser seguido. Carlos Girón Cerna, escritor guatemalteco, secretário do CE do III e editor inicial da *América Indígena*, evidenciava as dificuldades conceituais decorrentes da utilização de premissas raciais e, ao mesmo tempo, demonstrava a falta de consensos sobre o tema. Para esse autor, a mestiçagem não era um processo consumado e, na realidade, só seria possível quando o branco e o índio se encontrassem em um mesmo plano cultural e econômico. Impulsionar a mestiçagem tinha, então, a ver com o sucesso das ações indigenistas e de seus governos para “elevar o índio a planos superiores de vida”, mas também “elevar o branco a uma etapa cultural superior”, em que não existissem mais preconceitos raciais.¹⁹

De maneira central, Girón Cerna estabelecia que era errado, para o “verdadeiro indigenista”, acreditar que o problema era racial, quando, na realidade, era econômico, social, cultural e governamental.²⁰ Reafirmava-se a ideia de um indigenismo integral, no qual não cabia a premissa racista, por não corresponder às realidades científicas ou históricas que o “novo” indigenismo deveria impulsionar. O problema continental, dizia-se, era de cultura e não de raças.²¹ Como assinala Knight, enquanto se advogava pela desapareição do preconceito racial, era reproduzida a ideia de que existiam raças.

Por sua vez, os postulados de Manuel Gamio revelam-se altamente significativos, na medida em que orientavam a política do III. O diretor afirmava que as tendências básicas do instituto deveriam ser as de procurar que os grupos indígenas e mestiços da América satisfizessem normalmente suas necessidades e aspirações de caráter biológico, econômico, cultural e

psicológico.²² Dessas afirmações, deduz-se que o fator biológico considerado de grande importância está estreitamente vinculado a uma perspectiva racial. O restante de suas publicações na revista confirmaria isso. Embora o diretor concedesse importância às características biológicas, considerava que as deficiências no desenvolvimento biológico dos indígenas não se deviam a causas hereditárias, mas a más condições econômico-culturais. Nesse sentido, para Gamio, o indigenismo não tinha como propósito melhorar o “tipo étnico” dos indígenas, mas sim aprimorar, com bases técnicas e científicas, suas condições de vida.²³

Se o objetivo do III era melhorar as condições de vida materiais e culturais dos grupos indígenas, o problema consistia em quais seriam os mecanismos para alcançar tal propósito. Na *América Indígena*, as discussões concentraram-se em torno de um primeiro aspecto desse problema: definir se deveria existir uma política baseada em diferenciar o índio do restante da população. A maioria dos autores apoiava a necessidade de um tratamento particular, devido à inadequação dos métodos de administração pública “ocidentais”. No entanto, essa concepção implicava definir um critério para identificar a população objeto de tais tratamentos e serviços especiais.

Alguns autores, como Emil J. Sady, comissário do Instituto Nacional Indigenista dos Estados Unidos no III, apontavam que esse critério deveria estar fundamentado em elementos de cultura material, intelectual e espiritual, sem qualquer relação com a origem racial.²⁴ Gamio foi um dos primeiros a assinalar que um dos principais problemas das instituições indigenistas do continente era a dificuldade de identificar com certeza o número de indivíduos da população dos países que poderiam ser classificados como índios. O diretor mencionava que a classificação baseada em métodos linguísticos ou raciais não era satisfatória e, inclusive, tecnicamente deficiente; mas, mesmo na hipótese de se poder estabelecer com certeza uma classificação numérica da população segundo indivíduos de pura ascendência indígena, sangue misto e sangue de origem estrangeira, Gamio perguntava-se: “Que resultados construtivos podem trazer essas conclusões em prol do indianismo, além dos de caráter acadêmico, que, se são muito interessantes para o especialista em antropologia física, podem, por outro lado, despertar e estimular conceitos racistas prejudiciais?”²⁵ O critério de identificação não podia ser biológico devido às suas implicações racistas.

A reiteração da necessidade de caracterização indígena nas páginas da revista e as poucas respostas concretas a esse tema indicam que constituía um campo aberto e em discussão nos primeiros anos de vida do III.

Embora, em torno do problema de integração do indígena, surgissem alguns elementos de consenso generalizado (não totalmente superado), as formas de alcançar os ideais antirracistas e de unidade nacional preconizados pelo III continuavam a ser debatidas. A esse respeito, Sol Tax, antropólogo norte-americano e pesquisador da Carnegie Institution of Washington, afirmava, em 1942, em um estudo sobre as relações étnicas na Guatemala, que as distinções étnicas não estavam baseadas na raça nem em preceitos biológicos. Assegurava a existência de um problema indígena na Guatemala, mas afirmava que não se tratava de um problema racial ou biológico, e sim cultural, do que concluía que não existia preconceito racial na Guatemala.²⁶

Como mencionado anteriormente, em alguns momentos a *América Indígena* funcionou como um verdadeiro campo de debate e dissenso. Em seu artigo, Tax afirmava que o indigenismo na Guatemala tinha dois objetivos, em certa medida contraditórios entre si: por um lado, manter a cultura indígena como uma particularidade da vida nacional; por outro, melhorar as condições econômicas, de saúde e educação dos grupos indígenas. Para o autor, a incompatibilidade de ambos os objetivos se devia ao fato de que o segundo, especificamente por meio da educação, acabaria com as crenças, práticas e valores característicos da cultura indígena. A publicação foi acompanhada de uma réplica de John Collier, na qual criticava a concepção de Tax sobre a educação e o desaparecimento cultural. Collier qualificava a argumentação de seu colega norte-americano como irrealista e contrária aos esforços dos governos do continente e do III para transformar as condições de vida dos indígenas.²⁷

A essa contestação sucederam uma série de réplicas e contrarréplicas tanto dos envolvidos quanto de outros autores, que polemizavam sobre as possibilidades de que as ações indigenistas conduzissem ao desaparecimento da cultura indígena e estimulavam o espírito de discussão científica da revista.²⁸ Cabe precisar que esse espírito era incentivado sob o controle de que os postulados dos artigos não fossem contrários aos princípios do III, o que pode ser exemplificado com uma nota editorial colocada ao pé de página de um artigo da revista em 1943: “Lamentamos não estar de acordo com nosso distinto colaborador (...) pois seria o mesmo que adotar uma posição racista, a qual está em conflito com o critério científico moderno e com os ideais do III (N. da Redação).”²⁹ O instituto esforçava-se, dessa maneira, para mostrar que permitia a exposição de diversas visões na *América Indígena*, ao mesmo tempo em que reforçava uma posição científica e antirracista em um momento em que o cenário mundial o exigia.

A primeira década de existência do III foi marcada pelas discussões sobre as particularidades indígenas e as dificuldades de sua integração à nação, assim como pelos debates sobre a rota de desenvolvimento do indigenismo interamericano. A Segunda Guerra Mundial gerou uma transformação profunda na noção de raça, influenciada pelas teorias culturalistas de Franz Boas, pelo repúdio ao nazismo e pelos postulados da UNESCO.³⁰

Integração nacional e modernização entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria latino-americana

Apesar do entusiasmo cientificista e de seus contínuos esforços, o III não pôde se manter à margem dos preceitos, ações e posicionamentos políticos da época. O contexto da Segunda Guerra Mundial, durante a primeira metade da década de 1940, foi determinante para o tom que adquiriu a exposição da doutrina e dos pontos de vista do instituto nos editoriais dos primeiros números da *América Indígena*. O espectro da guerra revelou-se um condicionante do pensamento e da direção da ação indigenista e não pode ser desconsiderado para a primeira década de existência do instituto.

A partir dos números de 1943, é possível observar com maior constância os apelos do instituto diante dos devastadores efeitos da guerra. A crise democrática do conflito resultava em inquietações sobre as repercussões deste na integração nacional dos grupos indígenas: “Como se poderá esperar dos índios da América que apreciem as virtudes de uma democracia pela qual precisamente muitos deles lutaram e morreram durante o atual conflito, enquanto os que sobrevivem padecem fome?”³¹ O sombrio panorama levou o III a proclamar, para o continente americano, a necessidade do enraizamento e da generalização de uma política verdadeiramente liberal, humanitária e em favor do indígena.³²

O tom de denúncia e defesa dos grupos indígenas no contexto de guerra conferiu aos editoriais da *América Indígena* nuances políticas, apesar de seu constante repúdio público a qualquer tipo de implicação em assuntos políticos. De fato, o III ressaltava o caráter objetivo de suas objeções e proposições: “Não fazemos com isso uma pregação revolucionária, nem política; nem mesmo pessimista; limitamo-nos a expor os fatos palpáveis, concretos, que em tempos muito próximos, os de pós-guerra, poderão originar um sério desequilíbrio social.”³³ Diante desse contexto, exclamava-se que os governos da América, principalmente aqueles em cujos países a população indígena existia em grande proporção, deveriam adotar medidas imediatas, enérgicas

e eficazes para transformar o que consideravam uma situação de caos em uma de bem-estar social, decorrente da iminente vitória das democracias no conflito bélico.

Em julho de 1944, é publicado pela primeira vez um editorial dedicado a discutir diretamente a política do instituto. Impensável três anos antes, o escrito “A política de uma instituição não política” alude às contradições latentes no desenvolvimento inicial do III. Devem ser consideradas as distintas dimensões presentes: o contexto político da guerra mundial e da disputa entre projetos políticos e ideológicos totalitários e democráticos, a consequente crise das democracias, as acusações políticas diante da ausência de posicionamentos em um panorama de alta polarização, as pressões dos organismos diplomáticos interamericanos, entre outras.

O texto editorial mencionado ataca as vanguardas políticas em antagonismo, cuja disputa acusava de desorientar o critério público, de ameaçar a desnaturalização da democracia na América e de prejudicar o movimento indigenista continental. O III buscava marcar distância da bipolaridade ideológica predominante, fascismo e comunismo, questão que demandava a definição de uma política própria, a fim de ser determinante quanto ao caráter não político do organismo.

Pressionado a declarar publicamente o caráter que sustentava como organismo interamericano diante de um panorama mundial de polarização, nas suas páginas sentenciava:

Este instituto não tem nem pode ter cor comunista, pois tal coisa equivaleria a sugerir que os governos do continente sejam substituídos por administrações do tipo soviético [...]. Estamos também totalmente afastados do nazi-fascismo, da política reacionária, que é o pesado fardo que recai sobre os povos, sufocando toda tendência humanitária e a negação absoluta dos fins que perseguimos.³⁴

Dessa forma, o instituto rejeitava que, por defender a melhoria das condições de vida dos indígenas, lhe fossem atribuídas bandeiras políticas, declaração que foi fundamental para a delimitação de sua ação indigenista como científica e técnica.

A etapa de transição entre a Segunda Guerra Mundial e a incipiente Guerra Fria latino-americana, no fim da década de 1940, implicou um rearranjo nos esforços do instituto. Entre 1947 e 1949, os editoriais publicados na *América Indígena* refletiram a forma como o instituto se posicionou diante do contexto de polarização e do rearranjo econômico e político regional.

Desde o início de suas atividades, o III insistiu na conveniência de indicar quais eram os indivíduos autorizadamente conceituados como “índios”, conhecimento indispensável para aplicar os peculiares tratamentos biológicos, econômico-culturais e psicológicos requeridos para satisfazer suas urgentes necessidades de vida material e intelectual, como visto anteriormente. Diante dessa necessária particularidade, em outubro de 1947 foi publicado um editorial que enfrentava as tentativas de setores que qualificava como “ultraconservadores” e “ultrarradicais” de desconsiderar a existência de um problema indígena.

O texto assinalava que, paradoxalmente, ambos os grupos coincidiam na opinião de que não existia problema indígena e que, portanto, era inútil identificar os grupos autóctones. O III atribuía essas concepções do grupo ultraconservador às suas origens de elite: “Sendo eles geralmente latifundiários ou patrões industriais de mentalidade colonial, convém a seus interesses egoístas manter seus trabalhadores índios em condições de labor máximo, descanso e salário mínimo.” Por sua vez, afirmava que as ideias do grupo que denominava ultrarradical (que constituíam setores revolucionários afins às ideias de classe social) eram motivadas por fins de propaganda inspirados em tendências fundamentalmente políticas, sob as quais supunham que os indígenas deveriam receber os mesmos tratamentos que os setores de qualquer outra filiação, que se encontrassem em condições econômicas análogas e baixo nível cultural, a fim de redimi-los conjuntamente. Para eles, o problema indígena não existia, mas havia sido artificialmente criado por motivos românticos, e o que existia era um problema de classe.³⁵

Nas páginas da *América Indígena*, o III escreveu que concordava com o postulado de que os governos americanos, assim como os de todo o mundo, estavam urgentemente obrigados a elevar com igual empenho os baixos níveis econômicos e culturais de todos os grupos sociais em condições de vida inferiores, qualquer que fosse sua filiação étnica. No entanto, afirmou que os trabalhos científicos do indigenismo haviam evidenciado uma diferença entre o problema do indígena e aquele que afetava os grupos de filiação ocidental, pelo que deveriam ser formulados tratamentos distintos para ambos os grupos. Em seus editoriais, assinalava que somente motivos políticos poderiam inspirar aqueles que concebiam os povos da América como sociedades homogêneas.³⁶

Após uma década de dificuldades para o desenvolvimento das atividades do III, a década de 1950 tinha início com maiores esforços voltados à formulação de projetos de modernização destinados a oferecer soluções para

o “problema indígena”, que, naquele momento, era considerado enraizado na falta de desenvolvimento e no problema de incorporação à sociedade nacional. Nesse sentido, as atividades do instituto concentraram-se na consolidação de projetos de desenvolvimento e aplicação em comunidades indígenas, em conjunto com outros organismos internacionais (estatais e privados). As páginas da *América Indígena* passaram a ser o espaço para dar a conhecer esses esforços e as concepções modernizadoras nas quais o III fundamentou sua política, próprias da época.

Em abril de 1950, foi anunciado um projeto de cooperação entre o III e a UNESCO, o primeiro programa de ação indigenista de intervenção oficial. O projeto foi desenvolvido sob a premissa de conservar e estimular aquelas expressões culturais das populações indígenas que se consideravam úteis para seu desenvolvimento físico e intelectual, como suas práticas demográficas e artísticas, ao mesmo tempo em que se sugeria transformar aquelas práticas que se acreditava dificultarem a introdução de novos meios e instrumentos de “cultura e progresso”. Nesse sentido, buscava-se modernizar as práticas relacionadas às doenças e aos processos curativos, bem como às técnicas agrícolas e industriais.³⁷

Esse projeto foi implementado como plano-piloto no Vale do Mezquital, na região otomí do México, com o objetivo de conhecer as ideias e conceitos dos indígenas da região, visando transformar ou substituir aqueles que “obstruíam” sua modernização. Por meio da União Pan-Americana, solicitou-se apoio financeiro à Organização dos Estados Americanos para desenvolver o duplo propósito do projeto: realizar diversas pesquisas e sugestões práticas que os governos americanos ou entidades particulares pudessem aplicar para melhorar as condições de vida das populações indígenas; e capacitar bolsistas de distintos países com alta proporção de habitantes indo-mestiços para que replicassem a experiência em suas respectivas nações.³⁸

As publicações editoriais da *América Indígena* assinalavam que, em primeiro lugar, deveriam ser atendidos os aspectos materiais da população indígena do continente que dificultavam seu “desenvolvimento biológico”, ou seja, buscava-se contrabalançar o que consideravam “deficiências” biológicas.³⁹ Como parte dessas premissas, sustentava-se que o indígena era vítima de doenças que afetavam exclusivamente esse setor⁴⁰ e que a falta de serviços médicos resultava em altas taxas de mortalidade.⁴¹ Nessa mesma linha, a modernização da economia indígena também era centro das preocupações do III para impulsionar seu desenvolvimento, principalmente no que se referia à produção agrícola.

Em 1953, afirmava-se que, para beneficiar de maneira imediata e efetiva os indígenas, deveriam ser modernizadas as técnicas “primitivas” de suas pequenas indústrias (acrescentando-se que isso seria feito “respeitando absolutamente o caráter artístico das belas decorações regionais”), além de criar mercados eficazes sem intermediários.⁴² Nas páginas da *América Indígena*, afirmava-se que a vida do indígena era presidida, em maior ou menor grau, por antigas tradições, algumas consideradas benéficas, como o caso de seu patrimônio artístico original, enquanto outras eram consideradas “nocivas e desfavoráveis”. Dentre estas últimas, dizia-se que a erosão do solo e a deficiência de cultivos eram as que mais afetavam a vida dos indígenas, pois dificultavam a produção agrícola em vários países do continente.⁴³ “Nocivas”, “desfavoráveis” e “indesejáveis” eram alguns dos adjetivos usados nos editoriais para qualificar as práticas desses setores.⁴⁴

Os critérios para a implementação dos projetos do III tinham como base o tipo de concepção modernizadora da época, baseada em pressupostos de inferioridade indígena que se buscava transformar. Sob essa visão, adquiria validade qualquer método implementado pelas instituições para a modernização dos grupos indígenas, desde que se pressupusesse que o problema estava em sua rejeição às técnicas de desenvolvimento: “Apesar de todos os obstáculos, dificuldades e, em muitos casos, barreiras típicas que afetam a vida do indígena, não se pode negar que os índios constituem um fator econômico de importância na economia nacional de cada país. Tudo o que tender a melhorar suas normas de vida traduz-se imediatamente em produção e aumento de riqueza, e, portanto, reforça a estrutura econômica desses países”.⁴⁵ A afirmação anterior constituía uma das bases da proposta modernizadora do período, sinalizando que a preocupação com o desenvolvimento dos indígenas era, fundamentalmente, uma preocupação com a modernização dos países.

As tentativas de integrar o índio à nação passavam por configurar uma série de valores e princípios. Diferentemente das associadas negativamente às práticas agrícolas, as manifestações artísticas dos indígenas eram consideradas uma de suas atribuições mais importantes: “Múltiplas, belas e de grande valor.”⁴⁶ De fato, conferia-se relativa superioridade à arte indígena sobre a ocidental, vinculada à suposta sobrevivência de um “espírito estético-religioso” em suas expressões artísticas.⁴⁷ Como parte dessa exaltação, em 1952 foi realizada a Exposição Interamericana de Artes e Indústrias Indígenas com o objetivo de promover o contato entre grupos de filiação autóctona de diversas regiões da América. O instituto considerou que a forma mais

viável de iniciar o contato entre os indígenas do continente consistia em “despertar a emoção estética de alguns grupos mostrando-lhes a produção artística de outros e vice-versa”, acrescentando que “essa significativa mensagem de arte e beleza será estímulo fraternal e eloquente para seu acercamento espiritual”.⁴⁸ Além disso, de acordo com o III, isso conduziria a um conhecimento integral das práticas culturais indígenas. Para alcançar uma integração satisfatória, não bastava o conhecimento de natureza científica, sendo necessário complementá-lo com o de caráter artístico.⁴⁹

Isso evidencia a forma como se configurou uma característica cultural como “positiva” em contraste com outra “negativa”. Podemos observar claramente uma exaltação da arte e das práticas estéticas como uma tradição benéfica e enriquecedora para a vida indígena, enquanto as práticas médicas ou curativas, assim como as agrícolas, são vistas como primitivas e até nocivas para seu desenvolvimento. Ambas as concepções marcaram a agenda e a visão do III na década de 1950.

Rumo a um novo indigenismo? O debate sobre a integração

Em 1958, Aníbal Buitrón, primeiro antropólogo equatoriano profissionalizado, perguntava-se em um texto escrito para a *América Indígena*: “Existe discriminação contra os índios na América Latina? Como se manifesta essa discriminação? Trata-se de uma verdadeira discriminação racial? Poderia a transculturação do índio resolver esse problema de discriminação?” O autor demonstrava que essas questões continuavam sendo objeto de intensa discussão entre os indigenistas do continente no fim da década de 1950, em que uns afirmavam a existência de discriminação racial, enquanto outros a negavam e, em contrapartida, postulavam a existência de discriminação social. Esse debate ocorria no âmbito das discussões sobre a eficácia das políticas e conceitos indigenistas que, até então, haviam sido promovidos para a integração indígena às nações.

Em maio de 1959 foi realizado na Guatemala o IV Congresso Indigenista Interamericano. Entre suas atividades, foi criada uma comissão para discutir e definir um novo conceito de integração social que pudesse ser utilizado pelo indigenismo continental para impulsionar sua agenda política. Foram designados como integrantes da comissão os antropólogos Darcy Ribeiro (Brasil), Carlos Mejía (Guatemala), Gregorio Hernández de Alba (Colômbia) e Joaquín Noval (Guatemala). A *América Indígena* publicou o relatório da comissão, no qual foram expostos alguns elementos que serviriam de ponto

de partida para essa tarefa.⁵⁰ O texto indicava que as premissas de incorporar ou assimilar os indígenas às culturas dominantes de seus respectivos países não estavam fundamentadas nas formas objetivas em que esses processos se desenvolviam, pois, para alcançar satisfatoriamente a incorporação, esses grupos deveriam primeiro perder sua identidade sociocultural. Além disso, mencionava-se que tais teses revelaram-se pouco funcionais nos países americanos com alto percentual de população indígena, já que dificilmente as culturas dominantes tinham capacidade para assimilar as culturas indígenas. As premissas conceituais do indigenismo estavam sendo questionadas.

Diante da falta de consenso, foi sugerida a definição de um conceito que substituísse a noção de “incorporação/assimilação” e se adaptasse como um instrumento operativo para o trabalho indigenista: a integração social. De acordo com sua definição, ao contrário das outras teses, a integração não implicava que todos os habitantes se tornassem culturalmente iguais. Pelo contrário, exigia que desenvolvessem ajustes mútuos que lhes permitissem reconhecer a existência de uma nação comum a todos, assim como possuir ideias gerais, atitudes, valores e pontos de vista compartilhados que facilitassem sua compreensão mútua (não apenas através de uma língua comum para comunicação, mas além disso ou apesar das diferenças linguísticas). A integração social também não exigia que todos os habitantes de um território nacional se tornassem não indígenas (nem indígenas, caso a cultura destes fosse a dominante). Pelo contrário, buscava que os direitos que todos tinham garantidos em teoria fossem exercidos na prática por todos, não apenas por alguns; que os indígenas pudessem aspirar aos benefícios desfrutados por seus concidadãos e que os não indígenas não lhes contestassem esse direito.

No texto, os antropólogos da comissão afirmavam que a integração social proposta poderia significar a unidade nacional de todos os habitantes de um país, mas não sua identidade nem sua semelhança fundamental, de modo que o desenvolvimento progressivo de ajustes mútuos não implicava a homogeneidade absoluta de toda a população. Para alcançar essa noção, não era necessário eliminar as diferenças culturais que distinguiram um grupo étnico do outro, mas evitar que essas diferenças gerassem uma separação radical. Assim, promovia-se a compreensão e o entendimento entre as culturas (ou entre pessoas de diferentes culturas); a erradicação da discriminação social baseada nas diferenças étnicas e nas ideologias nacionais formadas ou em processo de formação; e que todos os habitantes de um país, independentemente de sua origem, pudessem concorrer aos serviços e

oportunidades oferecidos pela nação e desfrutar de maneira equitativa dos recursos existentes em seu território nacional.⁵¹

O relatório declarava que essa era a vantagem que a integração social parecia ter sobre as fórmulas precedentes. Os conceitos de assimilar ou incorporar os indígenas implicavam a ideia de perda de sua identidade cultural como requisito prévio; a integração não exigia que todos os indígenas se transformassem em não indígenas, de modo que a unidade nacional poderia ser alcançada muito antes que a “desindigenização” se completasse, e até poderia ocorrer mesmo que ela nunca se completasse. Apesar de seus intercâmbios, contatos e interação diária mútua, as tradições culturais indígenas e não indígenas de alguns países permaneceram paralelas ou divergentes por muito tempo. Segundo os antropólogos da comissão, o processo de desindigenização ocorria de fato, mas não constituía uma integração, pois sua consumação dependia da extinção cultural de uma das partes a serem integradas. Destacava-se que tal processo não era bom nem mau, em termos absolutos, mas devia ser compreendido como um fato histórico aparentemente inevitável.⁵²

A diversidade étnica de alguns países era um fato óbvio. Se a diversidade fosse, por si só, o principal problema social e cultural de cada país, apenas a desapareição ou a transformação radical de um de seus elementos constitutivos poderia resultar na necessária unidade. Mas, conforme se explicava nas páginas da *América Indígena*, não era assim. O verdadeiro problema residia no tipo de relações estabelecidas em relação à diversidade étnica, ou seja, aquelas relações de desigualdade. Para os autores, a aspiração da integração social era a coexistência equilibrada. Enquanto a diversidade persistisse, a integração social de seus distintos componentes parecia ser a única fórmula capaz de permitir que certos países americanos funcionassem como nações modernas.

O extenso relatório concluía que a tese de conservar as culturas indígenas sem modificações, como entidades supostamente sagradas, era irrealizável. No entanto, também apontava que, embora as teses de assimilar ou incorporar os indígenas à cultura ocidental dominante pudessem ser implementadas, mostraram-se pouco eficazes em alguns países americanos e reproduziam a ideia ou de uma aculturação violenta, ou de esperar resignadamente que as culturas indígenas fossem eliminadas por qualquer meio, antes que as nações afetadas pudessem realmente consolidar sua nacionalidade. Em resposta às premissas anteriores, que haviam sido determinantes para a política indigenista até aquele momento, propunha-se que os governos e os grupos não indígenas dos países etnicamente diversos adotassem como instrumento conceitual a ideia de integração social e nacional.⁵³

Conclusões

A década de 1960 começava com a nova proposta de algumas instâncias do III de substituir as ideias anteriores de incorporação ou assimilação pela de integração social. Caso essa proposta se consolidasse, representaria uma mudança de paradigma que daria um novo rumo à política indigenista. No entanto, os novos ventos do indigenismo interamericano não chegaram apenas com essa proposta conceitual, mas também com a mudança na direção do instituto após duas décadas. Manuel Gamio, reconhecido como iniciador e pai do indigenismo interamericano, faleceu em 16 de julho de 1960. Com sua morte, encerra-se o que poderia ser considerada a primeira etapa do indigenismo interamericano.

Este trabalho constituiu um breve percurso pelas páginas da *América Indígena* para mostrar alguns dos elementos-chave para refletir sobre o problema indígena e a construção nacional a partir da agenda do indigenismo interamericano. Como se observou, embora existissem certos consensos dentro do campo indigenista, ao longo de duas décadas alguns debates sobre a integração dos indígenas e as noções raciais continuaram se desenvolvendo.

Os textos publicados na *América Indígena* permitem perceber uma mudança de tom nas proposições do instituto entre as décadas de 1940 e 1950, vinculadas à transição da Guerra Fria inicial. Se na primeira década se expunham os princípios e conceitos impulsionados pelo III sobre a questão nacional e a incorporação dos indígenas, na década de 1950 os textos passaram a orientar-se para as atividades práticas e projetos que o instituto buscava desenvolver. Além disso, evidencia-se a tendência a uma visão modernizadora, alinhada ao contexto político. Por fim, o período estudado encerra-se com a publicação do relatório sobre o conceito de integração social, que reflete as transformações das premissas do indigenismo interamericano, a dificuldade de caracterizar sua agenda sob um único paradigma conceitual e ideológico, e as disputas internas que dificultaram a consolidação de uma perspectiva unificada e coordenada no continente.

Notas

- 1 Instituto Indigenista Interamericano, “Acta Final del Primer Congreso Indigenista Interamericano. Resoluciones, Conclusiones, Declaraciones, Acuerdos, Propositiones y Recomendaciones”, abril de 1940, Archivo Histórico del Instituto Indigenista Interamericano (AHIII).
- 2 Instituto Indigenista Interamericano, Convenção que estabelece o Instituto Indigenista Interamericano, *América Indígena* II, n. 1 (1942).
- 3 Laura Giraudo, “Un campo indigenista trasnacional y ‘casi profesional’”, em *La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales, 1940-1970* (Instituto de Estudios Peruanos, 2011).
- 4 Laura Giraudo, “Neither ‘Scientific’ nor ‘Colonialist’: The Ambiguous Course of Inter-American Indigenismo in the 1940s”, *Latin American Perspectives* 39, n. 5 (2012): 12-32.
- 5 Paula López Caballero, “El Indigenismo en construcción. Cabildeo Interamericano e Investigación de Campo en los inicios del Instituto Indigenista Interamericano (1940-1946)”, *Historia Mexicana* 70, n. 4 (2021): 1715-64.
- 6 Laura Giraudo retomou em alguns de seus trabalhos, embora talvez o único estudo que realiza uma análise central da revista a partir da história da arte seja o de Deborah Dorotinsky. Ver “América Indígena and inter-American visual indigenismo, 1941-1951”, *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* 17, n. 4 (2022): 445-72.
- 7 O rebozo é uma das peças de vestuário mais icônicas e representativas das mulheres mexicanas. É confeccionado em tecidos diversos, como algodão, lã ou seda, tem forma retangular, é feito de uma única peça e pode medir entre 1,5 e 3 metros de comprimento. Seu uso é variado: pode servir como xale, para carregar bebês ou para transportar artigos úteis no cotidiano, como provisões.
- 8 Deborah Dorotinsky Alperstein, “América Indígena and inter-American visual indigenismo, 1941-1951”, *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* 17:4 (2022): 445-472.
- 9 Instituto Indigenista Interamericano, “Editorial”, *América Indígena* I, n. 1 (octubre de 1941): 6.
- 10 *Ibid.*, 6.
- 11 Ilustração: “Maderas de Alfredo Zalce”.
- 12 Sáenz, Moisés, “El indio, ciudadano de América”, 17, manuscrito, AH-III.
- 13 AH-III, Dirección General, “Moisés Sáenz, México”, caja 74, 5 de septiembre de 1941. Correspondencia.
- 14 Instituto Indigenista Interamericano, “Editorial”, *América Indígena* II, n. 2 (abril de 1942): 8.
- 15 Alan Knight, “Racismo, revolución e indigenismo: México, 1910-1940”, em *Repensar la Revolución mexicana*, II (El Colegio de México, 2013).
- 16 Instituto Indigenista Interamericano, “Acta Final del Primer Congreso Indigenista Interamericano. Resoluciones, Conclusiones, Declaraciones, Acuerdos, Propositiones y Recomendaciones”, abril de 1940, AH-III.
- 17 Carlos Girón Serna, “El indigenismo y el indio”, *América Indígena* I, n. 1 (1941).
- 18 John Collier, “Nuevos conceptos sobre la Unidad Indígena”, *América Indígena* I, n. 1 (1941), 11-15.
- 19 Carlos Girón Serna, “El indigenismo y el indio”, *América Indígena* I, n. 1 (1941): 17-20.
- 20 *Ibid.*: 18.
- 21 Pedro De Alba, “Martí, amigo del indio”, *América Indígena* I, n. 1 (1941), 39-42.

- 22 Manuel Gamio, "Calificación de características culturales de los grupos indígenas", *América Indígena* II, n. 4 (1942): 23.
- 23 *Ibid.*, 17-22
- 24 Emil Sady, "Native administration in America", *América Indígena* II, n. 4 (1942): 23-28.
- 25 Manuel Gamio, "Calificación de Características...": 18.
- 26 Sol Tax, "Ethnic relations in Guatemala", *América Indígena* II, n. 4 (1942): 43-47.
- 27 John Collier, "Comment a: Ethnic relations in Guatemala de Sol Tax", *América Indígena* II, n. 4 (1942): 47-48.
- 28 Redfield, R., Collier, J., Sady E., Presnall, C., "Comments on Dr. Tax's Article", *América Indígena* III, n. 1 (1943): 83-90.
- 29 Arthur Posnansky, "Los dos tipos indigenales en Bolivia y su educación", *América Indígena* III, n. 1 (1943): 55-60.
- 30 Peter Wade, "Raza, ciencia y sociedad", *Interdisciplina*, México, UNAM, n. 4 (2014): 35-62.
- 31 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial", *América Indígena* III, n. 3 (1943): 189.
- 32 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial", *América Indígena* IV, n. 1 (1944): 7.
- 33 *Ibid.*, 5.
- 34 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. La política de una institución no política", *América Indígena* IV, n. 3 (1944): 181.
- 35 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial", *América Indígena* VII, n. 4 (1947): 279-281.
- 36 *Ibid.*, 279-281.
- 37 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. Cooperación de la UNESCO en un Proyecto del Instituto Indigenista Interamericano", *América Indígena* X, n. 2 (1950): 103-109.
- 38 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. Investigación y entrenamiento en el Valle del Mezquital", *América Indígena* X, n. 4 (1950): 279-281.
- 39 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. La salud del indio", *América Indígena* XII, n. 3 (1952): 99-100.
- 40 Sobre a definição do III de doenças indígenas, ver: Laura Giraudo, "Rincones dantescos. Enfermedad, etnografía e indigenismo: Oaxaca y Chiapas, 1925-1954" (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2023).
- 41 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. Enfermedades de los indígenas", *América Indígena* XIX, n. 1 (1959): 3-4.
- 42 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. La economía indígena en las regiones áridas", *América Indígena* XIII, n. 1 (1953): 3-4.
- 43 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. Las tradiciones nocivas", *América Indígena* XIII, n. 3 (1953): 151-152.
- 44 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. El ascenso integral de la población aborígen", *América Indígena* XIV, n. 1 (1954): 3-4.
- 45 Informe del Comité Coordinador de Asistencia Técnica, Anexo 2. Agosto de 1950. AH-III.
- 46 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. El ascenso integral de la población aborígen", *América Indígena* XIV, n. 1 (1954): 3-4.
- 47 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. El arte indígena y el arte indigenista", *América Indígena* II, n. 4 (1942): 4.
- 48 Instituto Indigenista Interamericano, "Editorial. Exposición interamericana de artes e industrias indígenas y la Conferencia de Seguridad Social", *América Indígena* XII, n. 4 (1952): 267-268.

- 49 Instituto Indigenista Interamericano, “Editorial. El problema indígena, la ciencia y el arte”, *América Indígena* XVII, n. 3 (1957): 203-205.
- 50 Darcy Ribeiro, Carlos Mejía, Gregorio Hernández de Alba e Joaquín Noval, “Un concepto sobre integración racial”, *América Indígena* XX, n. 1 (1960): 7-14.
- 51 *Ibid.*
- 52 *Ibid.*
- 53 *Ibid.*

Trabalhadores e sindicalismo diante da crise e reestruturação (Uruguai, 1967-1972). Apontamentos a partir do caso ferroviário

Sabrina Álvarez

Universidad de la República (UdelaR)

Entre o fim dos anos 1960 e o início dos 1970, o Uruguai sofreu o acirramento da crise iniciada em meados dos anos 1950 e as consequências de políticas de reestruturação econômica. Entre 1964 e 1966, importantes setores do movimento sindical haviam se “unificado” sob um “centro único” na Convención Nacional de Trabajadores (CNT). Outros, sem se filiar a essa organização, coordenaram ações. Nesse contexto, o movimento sindical (uma das formas que tomou a organização coletiva dos trabalhadores) ganhou protagonismo na cena pública pela dimensão de suas medidas, algumas das quais assumiram um tom radicalizado.¹

O principal objetivo deste artigo é apresentar alguns resultados de uma pesquisa centrada no estudo dos trabalhadores ferroviários entre 1967 e 1972, que deu origem à Tesis de Maestría intitulada “Entre ‘radicales’ y ‘moderados’. Aproximación a las respuestas colectivas de trabajadores ferroviarios (1967-1972)”.

A partir do estudo desse caso, foram colocados em diálogo dados disponíveis em fontes editadas e inéditas (não utilizadas até então), com o objetivo de aprimorar a descrição panorâmica do movimento sindical da época e de seu papel no longo caminho de deterioração das instituições democráticas

que culminaram no golpe de Estado de junho de 1973. Isso permitiu reavaliar o estado da questão, parte do que se comenta na primeira parte deste artigo.

Em seguida, são apresentados alguns achados da pesquisa que lançam luz sobre aspectos mais gerais do período. Deliberadamente, opto por não apresentar aqui a caracterização detalhada da situação da Administración de Ferrocarriles del Estado (AFE) e dos ferroviários nesse contexto, o que pretendo fazer em futuras publicações. Neste artigo, concentrarei a análise na descrição das formas de ação coletiva do período e em alguns fatos relevantes de 1972. Por fim, apresento algumas questões que merecem continuar sendo estudadas.

Breves comentários sobre o estado da questão

Para caracterizar e analisar a ação coletiva dos ferroviários, foi necessário ensaiar uma descrição do panorama do sindicalismo da época. Trabalhou-se com uma série de textos que analisam a classe trabalhadora e o sindicalismo nos anos 1960 até o início da ditadura. Considerando os lugares de enunciação de seus autores, esses textos foram organizados em três grandes conjuntos: 1) os escritos por militantes sindicais e políticos; 2) os elaborados por militantes sindicais e políticos com formação acadêmica; e 3) os produzidos por profissionais do meio acadêmico que recorrem a *corpus* documentais mais amplos e diversos.

Os textos escritos por militantes sindicais e políticos perseguem fins essencialmente militantes e se vinculam, em vários casos, aos debates internos do movimento sindical e das organizações políticas de pertencimento. Em geral, os dados que aportam e as interpretações que realizam estão fortemente atravessados por esses propósitos. Destacam-se as visões contrapostas de comunistas e militantes vinculados à “Tendência Combativa”, que, de certa forma, reeditam os debates sobre a tática e a estratégia do sindicalismo no biênio 1968-1969.² Cada um presta atenção em diferentes setores de atividade e centra-se especialmente nos debates político-ideológicos, mais do que na descrição do panorama do mundo do trabalho. Predominam relatos centrados em Montevideu, masculinos e relacionados a assuntos políticos. Independentemente dessas marcas correntes, há textos militantes que, embora pretendam se diferenciar, acabam reproduzindo os mesmos debates.³ Apesar das limitações, esse conjunto permite identificar importantes ações sindicais, em especial da CNT, e recuperar algumas das formulações táticas e estratégicas elaboradas na época.

Os textos produzidos por militantes sindicais e políticos com formação acadêmica seguem um esquema semelhante ao do primeiro conjunto, mas apresentam maior quantidade de documentação e profundidade analítica. Foi nesses textos que se encontraram referências às ações da Federación Ferroviaria (FF), organização que se filiou à CNT apenas em 1972. Destaco, nesse conjunto, os trabalhos de Hugo Cores, Yamandú González Sierra e Germán D'Elía. Cores (dirigente bancário e docente de História) realiza importantes contribuições sobre o devir da Resistencia Operário-Estudantil (ROE) em chave descritiva e interpretativa.⁴ O militante e professor González Sierra apresentou sugestivas análises e chaves interpretativas sobre os anos 1960 ao caracterizá-los como “período de ascenso da luta de classes”.⁵ Também observa, com olhar crítico e problematizador, o processo de unificação em torno da CNT.⁶ O professor Germán D'Elía esboçou já em 1970 incisivas interpretações a respeito do papel do sindicalismo no “68”.⁷

Há, por outro lado, um vasto conjunto de textos produzidos no meio acadêmico que contribuem para a descrição da situação econômica e social dos trabalhadores, dos principais conflitos do período, da legislação trabalhista e repressiva, das relações do movimento sindical com o governo e dos debates internos da CNT.⁸ Sobre o movimento sindical, sublinham o período de fundação da CNT (1964-1966) e as lutas de 1965, 1968 e 1969.

Cabe destacar que o capítulo de Rosario Radakovich no livro *15 días que estremecieron al Uruguay*, organizado por Álvaro Rico, é o único texto acadêmico que se dedica especificamente a resenhar e analisar o movimento sindical no mesmo período abordado em minha pesquisa, oferecendo uma valiosa cronologia da “conflitividade e luta social” entre 1968 e 1973.⁹ Nessa cronologia, ela sublinha as lutas sindicais de 1972.

Para analisar o alcance das ações sindicais no período, especialmente no emblemático ano de 1968, são imprescindíveis as contribuições de Álvaro Rico (“Del Liberalismo democrático al Liberalismo conservador”); Carlos Demasi no artigo “1968: Del Neobatlismo al Autoritarismo” e no livro *El 68 uruguayo...*; Gerardo Leibner em “Camaradas y compañeros”. Una historia política y social de los comunistas en el Uruguay”; e Vania Markarian em *El 68 uruguayo...* As lúcidas ideias apresentadas por esses autores a respeito do protagonismo do sindicalismo no marco do 68 (“curto” e “longo”) foram um apoio fundamental para o meu trabalho.

Além disso, partindo de uma perspectiva relacional, foi necessário descrever e analisar a realidade da empresa AFE no conjunto das empresas públicas. Para isso, consultou-se bibliografia produzida a partir de diferentes

enfoques. Destaco a obra da historiadora econômica Magdalena Bertino, que permite conhecer a história da AFE na longa duração; embora, centrada no desenvolvimento financeiro e produtivo da empresa, ignore as contribuições dos trabalhadores em seu dever. Ademais, não aprofunda o período que abordei em minha pesquisa.

Também se destaca o trabalho de Verónica Camors e Ana Moyano, no qual são expostos alguns mecanismos de disciplinamento impostos pelo patronato ferroviário de origem britânica e que, segundo pude constatar, se mantiveram após a nacionalização do serviço. Buscou-se também observar os ferroviários para além dos espaços laborais. Para isso, foram valiosos alguns trabalhos centrados no bairro Peñarol, emblemático bairro ferroviário da cidade de Montevideu.¹⁰

Existem alguns textos que permitem uma aproximação à história das lutas ferroviárias. Entre eles, destacam-se os do ex-ferroviário Raúl Olivera, do historiador Rodolfo Porrini, do historiador Universindo Rodríguez e do sociólogo Alfredo Falero.¹¹ É preciso assinalar que, em geral, os textos que analisam o dever do mundo ferroviário desde a nacionalização coincidem na ideia de que houve uma ruptura abrupta a partir da suspensão do serviço de passageiros em 1988, o que, a meu ver, não tem permitido dimensionar o significado do período 1952-1988, em que o Estado uruguaio tentou ser empresário do setor ferroviário e os trabalhadores se converteram em seus empregados. Sem ter sido um objetivo central de minha pesquisa, ela contribui para começar a preencher esse vazio bibliográfico.

Agrupamentos e identificações sindicais no fim dos anos 1960 e início dos 1970

Embora o surgimento da CNT seja reconhecido como um evento característico e significativo dos longos anos 1960, ainda é escasso o que sabemos sobre o próprio processo de unificação e os primeiros anos de vida da mencionada Convención que, em 1970, teria contado com cerca de 200.000 filiados e o dobro de representados em instâncias de negociação, segundo cifras de um Informe de la Oficina de Estadísticas laborales del Departamento de Trabajo de EE.UU.¹² Como foi dito anteriormente, os tratamentos do tema têm se centrado nos debates táticos e estratégicos. Entendo que as explicações atravessadas por esses problemas, somadas à ainda insuficiente pesquisa histórica sobre o assunto, não permitem captar a complexidade do processo.

No âmbito de minha pesquisa, sistematizei dados preservados em alguns documentos da época, cruzei-os com aportes da bibliografia e com meus conhecimentos diretos sobre a situação de outros sindicatos. A partir disso, posso afirmar que as unificações graduais (quando ocorreram) foram atravessadas por múltiplos processos de diversa duração e complexidade nos distintos coletivos de trabalhadores envolvidos. Assim, encontramos organizações que, embora se esperasse que se integrassem à Mesa Representativa da CNT desde o Congreso de Unificación de 1966 – como a Federación Ferroviaria e a Federación de Funcionarios de Obras Sanitarias del Estado (FFOSE) –, só o fizeram na década de 1970. Essas mesmas organizações, sem se filiarem, participavam do Departamento de Trabajadores del Estado da CNT e como organizações “fraternais”. De fato, no marco da greve ferroviária de setembro-outubro de 1972, um “Plenário de Presidentes e Secretários das organizações filiadas e fraternais da CNT” avaliou de que forma apoiar esse conflito, em um momento em que a FF ainda não estava filiada à CNT. Também, embora saibamos da precoce filiação do Sindicato único nacional da construção e anexos (SUNCA) à CNT, por volta de 1971 seguia funcionando um “Plenário de trabalhadores da indústria da construção”, no qual se coordenavam distintas organizações do setor.

Por outro lado, cabe dizer que, nesse momento, também funcionavam outros agrupamentos de trabalhadores não identificados com a perspectiva político-sindical representada pela CNT. Em 1969 foi criada a Confederación Uruguaya de Trabajadores (CUT),¹³ que reuniu algumas organizações que haviam feito parte da extinta Confederación Sindical del Uruguay.¹⁴ Segundo dados fornecidos pela Oficina de Estadísticas laborales do Departamento de Trabajo dos EUA em seu relatório de 1971, as organizações da CUT teriam somado 50.000 filiados; as da CNT, 200.000; e os sindicatos independentes, 60.000.¹⁵

Esses exemplos são uma amostra mínima de diferentes processos de unificação sindical que alimentaram a conformação e o funcionamento da CNT. A estrutura estabelecida em seus Estatutos (que, com as modificações do II Congreso Ordinario, regem até hoje o PIT-CNT) reconhece e prevê a incorporação gradual de distintos coletivos de trabalhadores organizados. Sem estar explicitados nos Estatutos, foram se conformando outros espaços de articulação, como o mencionado “Plenário de presidentes e secretários das organizações filiadas e fraternais da CNT” e as “Mesas zonais”, que possibilitaram a coordenação com atores dos meios sindical, social e territorial.¹⁶ Várias das organizações “independentes”, segundo o Informe de la Oficina de

Estadísticas laborales, aparecem como “fraternais” no I Congreso Ordinário da CNT. Com isso, quero dizer que a unificação foi um longo processo que, no início dos anos 1970, ainda estava em pleno desenvolvimento.

1972: novo auge das lutas sindicais

Como foi dito anteriormente, a bibliografia consultada, salvo exceções, prestou pouca atenção à atuação do sindicalismo durante 1972. Ao me aproximar desse ano a partir das fontes, percebi importantes ações sindicais em um momento de aprofundamento da política autoritária e de reestruturação econômica, que trazia como consequência uma nova queda abrupta do salário real.¹⁷ É evidente o protagonismo do sindicalismo na cena pública nos anos de 1968 e 1969. Após esse momento de “auge”, houve, como destacou Hugo Cores, um “refluxo” que se reverteu ao longo de 1972. Nesse ano, também se tornou evidente a maior presença de setores do sindicalismo “radicalizados”. Diz Cores a esse respeito que

as tendências radicais estiveram mais ativas e vigorosas do que nunca em meio à repressão, denunciando a tortura e a escalada militarista. Foi naquele ano que milhares e milhares de trabalhadores da bebida, têxteis, da saúde, do couro, bancários, de medicamentos, metalúrgicos, de radioeletricidade, ferroviários, impulsionados pela tendência, tomaram as ruas, ocupando fábricas e estabelecimentos, realizando greves, para denunciar a situação dos presos políticos e a violação dos direitos humanos.¹⁸

Nesse contexto, a CNT levou adiante medidas claramente confrontativas com o governo e o patronato. Em 13 de abril foi realizada uma greve geral que acabou um tanto invisibilizada pela magnitude dos enfrentamentos entre o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros e integrantes de um esquadrão da morte, e pela subsequente declaração de “Estado de guerra interno”, que suspendeu as garantias individuais e concedeu poderes especiais à Justiça militar para intervir em casos próprios da civil.

Essa nova situação afetava potencialmente parte da militância sindical por sua condição de militantes políticos, em alguns casos armados. Apesar disso, a CNT convocou importantes ações conjuntas, como uma jornada de mobilização de 38 horas com ocupação de fábricas e uma concentração em 19 de junho que teria reunido cerca de 40 mil pessoas na esplanada da Universidad de la República, em resposta ao “Pacto pequeno” entre Juan María Bordaberry e setores do Partido Nacional alinhados à sua política.¹⁹

Em julho, a mobilização coordenada e centralizada continuou com uma concentração de “dezenas de colunas operárias” que se reuniram no dia 13 nos arredores do Palácio Legislativo, depois que a declaração de “Estado de guerra interno” foi substituída pela “Ley de Seguridad del Estado”. No dia 20, realizou-se uma nova greve geral que, segundo a historiadora Magdalena Broquetas, “confirmou que os sindicatos, apesar de tudo, estavam incólumes e firmes em suas reivindicações”.²⁰

Os meses seguintes foram marcados pela continuidade das mobilizações sindicais em diversos setores. Entre esses, destacou-se o conflito no transporte (rodoviário e ferroviário) entre agosto e outubro, que, momentaneamente, teria paralisado o país.²¹ De fato, no mês de setembro, o semanário socialista *El Oriental* identificava uma “onda reivindicativa” e “uma grande ofensiva operária pelo salário e pela liberdade”; em linha semelhante, o periódico *Compañero* (vinculado à ROE) falava de um “setembro de combate”, e o jornal comunista *El Popular* mencionava “um agitado ambiente sindical”. Pôde-se observar que, em resposta, distintos atores do sistema político retomaram propostas de regulamentação sindical que pretendiam conter o poder do sindicalismo. Do mesmo modo, foi aprovada a renovação da suspensão das garantias individuais.²²

Respostas coletivas dos ferroviários (1967-1972)

A pesquisa desenvolvida baseou-se em um conjunto variado de documentos, entre os quais se destacam os preservados pelo ex-dirigente ferroviário Raúl Olivera e os da Biblioteca da AFE. Entre os primeiros havia folhetos, panfletos e listas de diferentes agrupamentos de ferroviários. Também há vários números da “Hoja semanal informativa” da Unión Ferroviaria, órgão “oficial” produzido pela Comisión de Propaganda do sindicato. Na Biblioteca da AFE foram encontrados Memórias, Balanços e Orçamentos da empresa, que permitiram realizar uma caracterização desta e dos trabalhadores – caracterização que aqui não é apresentada em detalhe, mas que fundamenta a argumentação. Isso foi complementado com outros conjuntos documentais consultados para aprofundar momentos e aspectos específicos.

A partir da leitura detalhada da documentação sindical, elaborou-se uma cronologia que permitiu identificar diferentes episódios de ação coletiva dos trabalhadores ferroviários. Isso foi complementado com algumas referências mencionadas em parte da bibliografia e em outras fontes, como a imprensa. Com base nisso, ensaiou-se uma descrição e análise das formas

de ação coletiva dos trabalhadores ferroviários no período, com foco naquelas desenvolvidas em 1972. A seguir, apresento alguns dos achados que permitem aproximar-se dos longos anos 1970 sob outro ângulo e conhecer mais sobre o papel do movimento sindical nesse contexto.

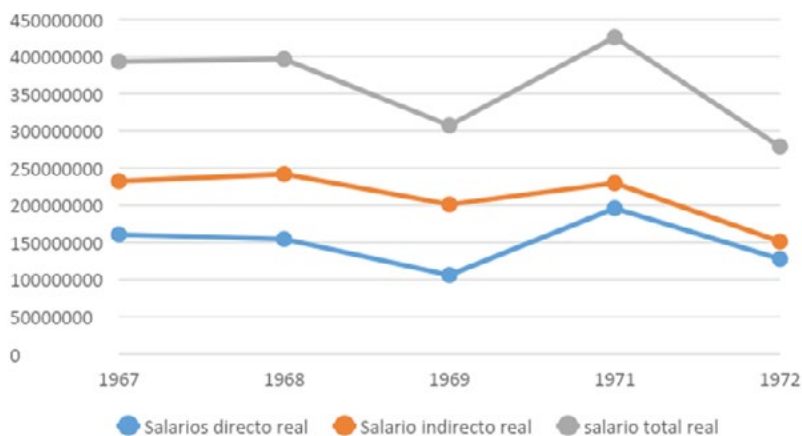
Reivindicações e formas de ação coletiva

A partir da caracterização das reivindicações e das formas de ação desenvolvidas ao longo do período, ensaiou-se uma categorização que acabou fazendo parte do título da tese e estruturando seu desenvolvimento. A categorização como “moderadas” e “radicais” baseia-se na linguagem nativa dos sujeitos coletivos investigados. Isso representa um desafio e, como toda generalização, é problemática e questionável. De todo modo, permitiu observar mudanças e continuidades no período e notar um processo de radicalização (não linear nem cumulativo, mas sim episódico).

Foram caracterizadas as seguintes medidas desenvolvidas ao longo do período, que em alguns casos ocorreram simultaneamente:

- a. *Greves por atraso nos pagamentos e remunerações.* Identificaram-se vinte e dois momentos em que surgiram situações conflituosas, de maior ou menor intensidade, resultantes do atraso no pagamento de salários e remunerações. Foi um problema recorrente desde julho de 1968, quando assumiu a Direção interventora (embora se arrastasse desde 1965), até o fim do período analisado.²³ Esse problema também foi enfrentado por outros funcionários estatais, como os dos correios.²⁴

Gráfico 1 – Evolução do salário dos ferroviários (1967-1972).²⁵



Integrantes do Diretório da AFE e outras autoridades envolvidas no dever da empresa argumentavam que este era um problema de natureza estritamente financeira (consequência da profunda crise que arrastava), agravado pelas medidas sindicais de paralisação das atividades, que afastavam os clientes do serviço de transporte de cargas, especialmente. No entanto, alguns atores sindicais interpretavam que se tratava de mais uma tática da estratégia que pretendia enfraquecer o serviço estatal e justificar sua inoperância em um contexto de expansão do transporte rodoviário (viabilizado pelo próprio Estado).²⁶ Nesse marco, o salário real médio dos mais de 10.000 ferroviários caiu, como mostra o Gráfico 1. Isso se somava ao agravamento de suas condições laborais e de vida.

- b. *Diálogo e negociação com o Diretório da AFE e o governo.* Apesar do clima cada vez mais hostil às expressões de descontentamento social criado pelo governo liderado por Jorge Pacheco Areco e continuado pelo de José María Bordaberry, o sindicato ferroviário preocupou-se em negociar e dialogar com as autoridades. Primeiramente com o diretório, que tinha sob sua responsabilidade direta a condução da empresa. Em segundo lugar, com autoridades ministeriais (especialmente de Transporte e Obras Públicas, e Economia e Finanças) e com a Oficina de Planeamiento y Presupuesto, que influenciavam seu desenvolvimento. Em terceiro lugar, especialmente no marco das votações do Presupuesto y Rendiciones de Cuentas, com parlamentares. Essas instâncias de diálogo e negociação ocorriam simultaneamente a medidas “de força”, como a paralisação de atividades e mobilizações.
- c. *Mobilizações e concentrações.* Estas ocorreram principalmente para visibilizar diante de distintas autoridades a capacidade de pressão sindical. Os ferroviários costumavam concentrar-se em frente aos escritórios do Ministerio de Economía y Finanzas, do Ministerio de Transportes, Comunicaciones y Turismo, ao Palacio Legislativo e/ou à Estación Central da AFE. Mas também realizavam atos em frente à sede sindical (a existente e a que estava em construção), aos Talleres de Peñarol, no Cine Sayago, no “Triangulo Sayago” e em alguns pontos do interior do país. Além disso, acompanharam concentrações e assembleias do Departamento de Trabajadores del Estado da CNT, da Mesa Sindical Coordinadora de Entes e da CNT em distintos pontos de Montevideú.
- d. *Lutas por setores laborais dentro da AFE.* Ao longo do período abordado, ocorreram episódios de conflitos iniciados por distintos setores laborais, independentemente do que fosse decidido pela direção

sindical. Além dos casos específicos analisados em detalhe na tese, observa-se, em linhas gerais, que isso gerou problemas internos diante de atos interpretados pela direção sindical como “divisionistas” ou de certo abuso de poder de um setor com maior peso no conjunto (especialmente de condução e guardas). Quem protagonizou esses atos entendia que respondia à sua necessidade de lutar em defesa de seus interesses, algo que, argumentavam, a direção sindical não realizava adequadamente.²⁷

A abordagem desse tipo de conflitos permitiu problematizar as dinâmicas dentro de um mesmo sindicato, atravessadas pela organização do trabalho, concepções político-sindicais de seus integrantes e conjunturas específicas. Também permitiu considerar como, em um clima de crise e radicalização das lutas, uma direção sindical foi questionada por bases organizadas a partir de setores laborais.

- e. *Gerar uma “corrente de opinião favorável” às reivindicações ferroviárias.* Entre os documentos produzidos pelas organizações sindicais de ferroviários preservados por Raúl Olivera e na imprensa, encontraram-se várias propostas de solução elaboradas exclusivamente pela FF, apresentadas em forma de memorandos e folhetos destinados ao Diretório da AFE e à opinião pública. Nesses documentos, apresentavam seu diagnóstico da situação da empresa e do sistema ferroviário (geralmente comparando com o transporte rodoviário) e propunham possíveis saídas para o problema que colocava em dúvida a viabilidade do serviço.²⁸ Também realizaram numerosas reuniões com atores do campo social e político em distintos pontos do país. Algumas foram convocadas pela FF e outras por pessoas preocupadas com o que se delineava como o “problema ferroviário”.²⁹ A partir disso surgiram mais propostas, que foram encaminhadas às autoridades nacionais, departamentais e locais e à população em geral, com o objetivo final de que se definissem políticas relativas ao serviço ferroviário.
- f. *Medidas “radicalizadas”.* Entende-se por “radicalizadas” aquelas medidas que preveem confrontação. No caso dos ferroviários, entre o fim dos anos 1960 e início dos 1970, a partir das fontes consultadas, pode-se concluir que as que propiciaram maior clima de confrontação foram aquelas que expressaram certo grau de “controle operário” sobre alguma função da empresa. Por exemplo: em julho de 1968, o setor “mecanizado” (responsável por emitir os boletos de cobrança) recusou-se a cobrar descontos por greves determinadas pelo diretório, o que implicou desrespeito à autoridade; em setembro de 1971, ocuparam os Talleres de Peñarol, Piedra Alta, Paysandú e Remesa

Coches Motores Central; poucos dias depois, colocou-se um trem “sob controle operário”, medida que se repetiu em março de 1972; em abril daquele ano, recusaram-se em distintos momentos a transportar cargas do Exército.

Observa-se que, entre 1967 e 1972, os ferroviários passaram de uma posição de resistência às políticas do diretório para uma maior predisposição à confrontação. Esse tipo de medidas questionou, momentaneamente, a ordem prevista: trabalhadores obedecendo às ordens de gerentes e capatazes e, direta ou indiretamente, do diretório e do governo. Cabe assinalar que nota-se uma mudança significativa no tom e na predisposição à confrontação a partir de 1971, quando assumiu a condução majoritária da Unión Ferroviaria (UF) a lista vinculada à Resistencia Obrero-Estudiantil.³⁰ Também se supõe que a queda abrupta de rendimentos processada em 1972 e o clima conflituoso no campo sindical possam ter predisposto um maior número de trabalhadores a assumir os riscos da ação coletiva em um contexto cada vez mais autoritário.

1972: corrida de trens “sob controle operário” e greve ferroviária

No início de março de 1972, a FF anunciava que a AFE estava caminhando “para a crise total”. Os problemas arrastados há anos se aprofundavam devido à escassez de locomotivas em funcionamento. Segundo informações recolhidas pelo jornal de esquerda *Ahora*, a AFE encontrava-se na época “no ponto mais baixo de sua história...” em termos comerciais.³¹ Interpretava-se que, indiretamente, favorecia-se “os grandes interesses ligados ao transporte rodoviário e com raízes nos países fabricantes de automóveis”. Nesse contexto, advertia-se que, se até 22 de março o governo não adotasse medidas para reverter a situação, a FF iniciaria “a luta pela recuperação da ferrovia”.³²

Embora o governo tenha comprometido US\$ 530 mil para a recuperação do material trativo, a FF manteve-se em alerta, entendendo que não se respondia às necessidades de fundo. Assim, em “assembleia aberta” realizada em 22 de março nas dependências da UF, decidiu-se aplicar a medida de “não expedir nem registrar passagens” na área da Estación Central, Florida, San José, Sudriers e San Ramón, em uma primeira etapa. Sustentavam que se tratava, acima de tudo, de uma medida “solidária” e de “justiça pública” com o “usuário”.³³ Implicava, de fato, que não cobrariam passagens, sob responsabilidade sindical e contra as normas da empresa. Vale destacar que, embora houvesse reivindicações específicas ligadas aos salários dos funcionários ferroviários, o sindicato enfatizava a imperiosa

necessidade de recuperar a AFE, principalmente pelos problemas que isso causava aos usuários.

Entre 23 e 24 de março, os ferroviários operaram trens “sob controle operário”. De acordo com um panfleto da FF, naquela manhã partiram da Estación Central, “sob ordens exclusivas da FF”, os trens 147 e 149 com destino a 25 de Agosto e o 31 rumo a Cerro Colorado, “lotados de passageiros, apesar de o diretório ter cancelado os serviços citados”. Também chegaram trens à Estación Central vindos do interior do país, operados da mesma forma.³⁴

Nas primeiras horas da manhã, militares bloquearam a Estación Central, Remesa Coches Motores, Remesa Peñarol, Casillas de Señales Central, Sayago e Peñarol para impedir a saída dos trens. Também assumiriam o controle de outras cabines de sinalização e demais “pontos vitais para a circulação”. Um panfleto da FF afirmou que “todos os companheiros permaneceram em seus postos, exceto alguns colegas da Bilheteria que foram suspensos e os sinalizadores que foram retirados pelo exército”. Isso demonstrava a “disciplina e firmeza” dos ferroviários. Por sua vez, o gerente-geral da AFE declarou que se previa suspender os serviços para evitar que novos trens saíssem sob “controle operário”, afirmando que a decisão não se dirigia “contra os trabalhadores...”, mas para impedir a execução das medidas previstas pelo sindicato.³⁵

Ramón Rodríguez Núñez, integrante do diretório, disse à imprensa que se solicitou a entrada das FF.AA. para impedir que a FF executasse a medida anunciada, que significava “ignorar o princípio de autoridade”. Destacava-se, entretanto, que não se solicitou aos soldados que assumissem a responsabilidade de manter os serviços em funcionamento, como haviam tentado em outros conflitos naquele período, como o dos bancários e dos funcionários da Usinas y Telefonos del Estado (UTE) em 1969.³⁶

Os passageiros recebiam um panfleto da FF explicando os motivos da medida. Provavelmente tratava-se do panfleto intitulado “A la población”, preservado por Raúl Olivera. Nele, explicavam ao “Pueblo” os motivos da luta, porque “a Ferrovia é do Povo, do mais modesto trabalhador, igual a nós”, convocando-o a unir-se para lutar “pelo que É SEU” (maiúsculas no original). Também apresentavam sua interpretação das causas da crise ferroviária, dizendo:

Enquanto se constroem rodovias por todo o país, beneficiando diretamente os grandes capitais nacionais e estrangeiros, bem como as empresas de automóveis, negou-se qualquer ajuda à Ferrovia. Sinalizamos

que apenas com os juros pagos pelos empréstimos das Rotas 5 e 26 seria possível instalar no Uruguai uma ferrovia totalmente nova e moderna.³⁷

Diante do ritmo intenso da medida, autoridades e dirigentes sindicais reuniram-se para negociar a saída do conflito.³⁸ No mesmo dia, a medida foi suspensa. O jornal *Ahora* interpretou-a como uma “vitória operária”. O conflito foi solucionado quando “os trabalhadores conseguiram arrancar do Poder Executivo um compromisso formal” de atender às “exigências lógicas” que a “situação caótica” demandava. O compromisso consistia em um plano mínimo de 580 milhões de dólares destinado à compra e reparação de material trativo,³⁹ bem como a atender a “diversas exigências salariais”: pagamento do empréstimo de \$6.000 em 10 dias após o próximo pagamento, aumento de 50% em diárias a partir de março com novo incremento em seis meses relativo ao custo de vida, sem aplicação de descontos ou sanções.⁴⁰

Embora a FF tenha assinado o acordo, considerou que o plano servia apenas para evitar a paralisação imediata da AFE, sem garantir soluções de “fundo”. Em abril, novas reuniões comprometeriam o Ministério de Transportes, Comunicações e Turismo a apresentar um plano de solução “definitiva”.

Embora a FF tenha assinado o acordo, considerou que o plano servia apenas para evitar a paralisação imediata da AFE, sem garantir soluções de “fundo”. Em abril, novas reuniões comprometeriam o Ministério de Transportes, Comunicações e Turismo a apresentar um plano de solução “definitiva”.⁴¹

Além disso, asseguravam que os trabalhadores não ignoravam que o que se obteve foram “promessas” sobre o futuro da AFE, mas de caráter distinto das promessas habituais recebidas do diretório internamente. Conseguiram “um compromisso público sobre um problema que nunca quiseram enfrentar. São promessas, mas com um sindicato fortalecido e disposto a lutar para cumpri-las”.⁴²

Nos meses seguintes, sucederam-se outros conflitos com a mesma tônica: predisposição à confrontação com as autoridades. Por exemplo, em abril recusaram-se a aplicar aumentos de tarifas previstos pelo diretório e, como já mencionado, negaram-se a transportar cargas do Exército.

Após negociações infrutíferas e paralisações em demanda de cumprimento dos acordos alcançados a partir do conflito de março, em 7 de setembro os ferroviários entraram em greve por tempo indeterminado com a seguinte plataforma:

Recuperação da AFE, planos concretos e alocação de recursos; definição e pagamento de fórmula de aumento para 1972; aumento de diárias, compensações por deslocamentos e “olla”; pagamento retroativo por produtividade; alocação total de recursos para pagamento de farmácias e Caixa Nacional; liberdade para Vidarte, Parodi e demais presos sindicais; sem descontos nem sanções para trabalhadores suspensos por acatar resoluções sindicais.⁴³

Além dessa ampla plataforma – reivindicativa, política e programática do serviço público – havia também a reivindicação de pagamento de salários atrasados desde julho. Naquele momento, a Federación Obrera del Transporte (FOT) também estava em greve, dificultando o movimento de importantes setores da população e da economia.⁴⁴ Isso ocorreu em um contexto de acentuada queda do salário real e clima conflituoso no meio sindical.

Poucos dias após o início da greve, diante das dificuldades de negociação (especialmente com o ministro de Transportes, Comunicações e Turismo, José Manuel Urraburu),⁴⁵ começou a intermediar a Comisión de Legislación del Trabajo de la Cámara de Diputados. Inicialmente, sucederam-se diversas negociações sem êxito. A partir de meados de setembro, o referido ministro adotou postura intransigente, bloqueando as negociações.

Nos primeiros dias de outubro, anunciou-se uma greve geral “solidária” convocada pela CNT e organizações fraternas, acordada em reunião do Plenário de “Presidentes e Secretários das organizações filiadas e fraternas da CNT”. Em 5 de outubro, o sindicato ferroviário reuniu-se em Assembleia Geral no Cine Sayago para ratificar a proposta de acordo alcançada com mediação da Comisión de Legislación del Trabajo. Supunha-se que o anúncio da greve geral predispunha Urraburu a retomar o diálogo.

A maioria dos acordos alcançados visava à criação de novas instâncias de negociação, não compromissos explícitos (já havia extensa documentação e avaliações diversas sobre o “problema ferroviário”). Mesmo assim, a direção da FF valorizou-os como uma “vitória”, refletindo, segundo entendiam, “uma tradição de luta” e a convicção de que era necessário cuidar do serviço, pois em torno da ferrovia girava “grande parte da economia nacional”.⁴⁶ Finalmente, como a própria direção do sindicato reconheceu, acordou-se um plano de reestruturação da AFE, resistindo reiteradamente ao longo do período.⁴⁷

Uma base fundamental para a manutenção da greve foram as “cozinhas sindicais”. Segundo a imprensa consultada, houve “ollas” em Peñarol, San José, Pando, Santa Lucía, Canelones, Las Piedras, Juan Lacaze e Paysandú.

Em Pando, além disso, montaram um acampamento, conforme registrado no *El Popular*.⁴⁸ O principal objetivo era criar um espaço de referência e reunião dos ferroviários em greve, garantindo sua alimentação e a de suas famílias. Serviam também para visibilizar o conflito perante a população e identificar os ferroviários que não participavam.

Foi importante ainda a solidariedade recebida de diversas organizações sindicais e políticas, como a MSCE, o DTE, Mesas zonais da CNT, juntas locais, grupos políticos do FA e da FEUU. O ponto máximo nesse sentido foi a convocação de uma greve geral da CNT e organizações fraternas, definida no Plenário de “Presidentes e Secretários das organizações filiadas e fraternas da CNT”.⁴⁹

Os ferroviários em sua luta receberam apoio dos “usuários”, um dos principais afetados pela política de reestruturação da AFE, que priorizava o saneamento financeiro, implicando o fechamento de ramais “improdutivos”, aumento das tarifas de transporte de passageiros e piora do serviço. A tentativa de “gerar uma corrente de opinião favorável” às reivindicações parece ter surtido efeito nesse contexto.

Encerramento e abertura: alguns temas pendentes

O caso abordado mostra que, em um contexto de emergência de novos atores sociais como os estudantes e os guerrilheiros, um ator coletivo de longa data, como o movimento sindical, cumpriu um papel muito importante, implementando formas de ação tradicionais e também inovadoras, com momentos de notável radicalidade.

A partir da minha pesquisa, identifiquei alguns temas que poderiam continuar sendo estudados. Como mencionei no início, ainda há muito a conhecer sobre os diferentes processos de unificação em seus múltiplos níveis; estudar os motivos alegados por outras organizações que, como a FF, participavam das convocações da CNT como “fraternais” sem se filiar. Seguir conhecendo outras correntes político-sindicais, como as dos socialistas, dos *batllistas* e de distintos setores dos partidos tradicionais; conhecer melhor o sindicalismo cristão. A partir de tudo isso será possível elaborar interpretações mais conclusivas a respeito do processo de unificação sindical em torno da CNT.

Outro aspecto que poderia ser aprofundado é o alcance da conflitividade sindical de 1972. Entendo que o que consegui descrever e analisar constitui uma pista para pensar o desenvolvimento do sindicalismo nos

anos seguintes, marcados por um regime de fato que aplicou as medidas econômicas desenhadas justamente em 1972. O protagonismo do ativismo guerrilheiro e a entrada em cena das FF.AA. na repressão não têm permitido ver o significado e o alcance do sindicalismo e dos trabalhadores naquele ano.

Esta pesquisa também abre caminho para contribuir com o estudo das relações entre distintos setores laborais de um mesmo sindicato, entre as bases e a direção sindical, e seu impacto nas dinâmicas reivindicatórias coletivas. Sobretudo o segundo aspecto poderia ser analisado em relação com o que ocorreu em outros países da região, no contexto de intensificação da conflitividade social nos longos anos 1960.

Embora tenha sido feito o esforço de dar conta da realidade dos trabalhadores ferroviários em todo o país, é claro que há muito por conhecer a respeito dos diferentes contextos geográficos. Para isso, seria fundamental encontrar fontes produzidas nesses mesmos espaços (imprensa local, documentação de juntas locais, dependências da AFE em diferentes localidades, por exemplo) e construir fontes orais a partir de entrevistas.

Outro ponto em aberto é conhecer melhor as trabalhadoras ferroviárias. Em um dos capítulos da minha tese apresento uma primeira aproximação às relações de gênero dentro do mundo dos ferroviários. À luz da leitura de pesquisas desenvolvidas em outros países, é evidente que há muito por se aprofundar no universo das e dos ferroviários e em suas relações de gênero.

A pesquisa centrou-se em um período bastante delimitado da história. De todo modo, foi necessário observar alguns fenômenos em sua longa duração. A partir disso, foi se tornando evidente a necessidade de estudar os ferroviários e o sistema de transportes ferroviário em distintos períodos históricos e a partir de diversas perspectivas: econômica, política, social e cultural. Do mesmo modo, aprofundar na dimensão latino-americana do fenômeno, desde a política de transportes, passando pelas relações sociolaborais, até as formas de ação coletiva dos trabalhadores do setor.

Notas

- 1 Com o fim de ensaiar uma caracterização das formas de ação coletiva dos trabalhadores ferroviários no contexto de referência, recorreu-se a duas categorias “nativas” (“moderados” e “radicais”) que foram, por sua vez, empregadas pelo estudioso e militante: Yamandú González Sierra, *Um sindicato com história. União de operários, empregados e supervisores da FUNSA*, Tomo III (Montevideo: AEBU – UOES de Funsu, 1998), 10. Entende-se por medidas e setores “moderados” aqueles que privilegiam a negociação e o diálogo com os antagonistas, embora não descartem certos níveis de luta, de acordo com a interpretação das forças disponíveis e das condições políticas. Por “radicais”, aqueles que tendem, conforme a análise da etapa, à confrontação, ainda que também não ignorem diferentes níveis e formas de negociação. Cabe assinalar que os atores envolvidos autopercebiam suas práticas e as nomeavam de modos distintos, assim como as daqueles com quem divergiam. Por exemplo, pode-se encontrar os “moderados” caracterizando suas práticas como “maduras” e “revolucionárias” e as de seus adversários como “aventurosas”. Por sua vez, os “radicais” percebiam-se como “combativos”, em contraposição aos “reformistas” e “dialoguistas”.
- 2 No entorno da “Tendência Combativa” confluíram diferentes núcleos políticos e sindicais da esquerda revolucionária que coincidiram em distintas conjunturas. Compartilhavam a crítica à direção majoritária da CNT. Ver: Hugo Cores, *Reflexiones sobre el Movimiento Obrero y la Crisis Política Uruguaya. 1968-1973* (Montevideo: Edición provisoria, 1984), XI. Yamandú González Sierra, *Un sindicato con Historia*, 11-12. José Bottaro, *25 años del movimiento sindical uruguayo* (Montevideo: ASU, 1985), 54. Entre os textos produzidos na época dessa “Tendência” destacam-se: Juan C. Mechoso, *Acción directa anarquista. Una historia de FAU*, Vol. 1. (Montevideo: Editorial Recortes, 2011), 137-138; Raúl Olivera, *Algunas ideas sobre el 68 uruguayo* (1998); Héctor Rodríguez, *30 años de militancia sindical* (Montevideo: Centro Uruguayo Independiente, 1993), 212-215. Héctor Rodríguez, *Nuestros sindicatos* (Montevideo: Ediciones Uruguay, 1984), 81. Entre os comunistas: Wladimir Turiansky, *El movimiento obrero uruguayo* (Montevideo: Pueblos Unidos, 1973), 122-123; Wladimir Turiansky, *Una historia de vida*. (Montevideo: Fin de siglo, 2007), 120-124. Enrique Rodríguez, *Uruguay: raíces de la madurez del movimiento obrero*. (Montevideo: S/d., 1980), 130-136.
- 3 Carlos Bouzas, *La generación Cuesta-Duarte* (AEBU-PIT-CNT, 2009), 38-41. Cabe ressaltar que, no livro do sindicalista cristão José Bottaro, combina-se uma perspectiva que reconhece o valor do processo unitário no plano partidário, com as lutas sociais independentes deste. José Bottaro, *25 años del movimiento sindical uruguayo*, 63-70.
- 4 Hugo Cores, *Reflexiones sobre el Movimiento Obrero*.
- 5 Yamandú González Sierra, “Continuidad y cambio en la historia sindical del Uruguay. Un enfoque desde la problemática actual”, Taller “El Movimiento sindical en debate”. DATES-CIEDUR, Montevideo (1992): 2.
- 6 Yamandú González Sierra, *Un sindicato con historia*, 39-98.
- 7 Germán D’Elía, *El movimiento sindical* (Montevideo: Nuestra Tierra, 1970), 28, 52, 56, 58, 61 e 65.
- 8 Walter Cancela e Alicia Melgar, *El desarrollo frustrado. 30 años de economía uruguaya 1955-1985* (Montevideo: CLAEH-EBO, 1985), 10-46; Diego Castro, *Autodeterminación y composición política en Uruguay. Una mirada a contrapelo de dos luchas pasadas que produjeron mandatos*. Tesis para obtener el grado de Doctor en Sociología. Dir.: Dra. María Raquel Gutiérrez Aguilar. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2019, 80-106. Rossana Di Segni e Alba Mariani, *Uruguay hoy. Crónicas contemporáneas II*. Enciclopedia Uruguaya (Montevideo: Editores Unidos, 1969), 191-199; Natalia Doglio; Luis Senatore e

- Jaime Yaffé, “Izquierda política y sindicatos en Uruguay (1971-2003)”, em coord. Lanzaro, J., *La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno* (Montevideo: ICP-FCS-UdelaR. FESUR. Editorial Fin de Siglo, 2004), 251-296; Martín Girona e Lucía Siola, *Historia y memoria de COFE a 50 años de su fundación* (Montevideo: COFE. Tradinco, 2016), 25-78. Jorge Luis Lanzaro, *Sindicatos y sistema político. Relaciones corporativas en el Uruguay 1940-1985* (Montevideo: FCU, 1986), 69-86. Benjamín Nahum; Ana Frega; Mónica Maronna e Ivette Trochón, *El fin del Uruguay liberal* (Buenos Aires: Eds de la Banda Oriental, 1998), 50-167.
- 9 Rosario Radakovick, “El contexto histórico, político y sindical entre 1950 y 1973”, en coord. Rico, Á., *15 días que estremecieron al Uruguay*.
 - 10 Verónica Camors e Ana Moyano, “Disciplinamiento y paternalismo: las condiciones de trabajo en los talleres de ferrocarril en Peñarol”, em AA.VV. *Psicología y organización del trabajo VI* (Montevideo: Psicolibros, 2005), 277-296; Benjamín Nahum, *Nacionalización de empresas británicas de servicios públicos 1947-1949*. Serie escritos de Historia Económica, VI (Montevideo: Depto. De Publicaciones FCEA-UdelaR, 2005); Centro de Fotografía de Montevideo, *Proyecto NosOtros. Peñarol. Los barrios de Montevideo en imágenes* (Montevideo: Arquitectura promocional. Intendencia de Montevideo, 2003); Alejandro Raggio, *Identidades en movimiento: el caso del barrio Peñarol*. Tesis de Maestría en Ciencias humanas. FHCE-UdelaR (inérita). Montevideo, 2012. Também há vários trabalhos produzidos por pesquisadores argentinos que serviram de referência para abordar o caso uruguaio: Mónica Gordillo, *El movimiento obrero ferroviario desde el interior del país (1916-1922)* (Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1998); Juan Suriano, “Estado y conflicto social: el caso de la huelga de maquinistas ferroviarios de 1912”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*, Tercera serie, n. 4 (1991); Laura Badaloni, “La familia ferroviaria a principios del siglo XX. Bienestar y lealtades de hierro en el Ferrocarril Central Argentino”, em Dicósimo, D. e Simonassi, S., *Trabajadores y empresarios en la Argentina del siglo XX: indagaciones desde la historia social* (Rosario: Prohistoria, 2001).
 - 11 Alfredo Falero, “La batalla del riel: privatización del transporte y producción del discurso (análisis de caso)”, em Falero, A., *Las batallas por la subjetividad: luchas sociales y construcción de derechos en Uruguay. Una aproximación desde la teoría sociológica* (Montevideo: CSIC. Fanelcor, 2008), 131-148; Raúl Olivera, *Una historia de los ferroviarios* (Montevideo, 2010); Universindo Rodríguez Díaz, *Los sectores populares en el Uruguay del novecientos*. Primera parte (1907-1911) (Montevideo: Editorial Compañero, 1989), 13; Rodolfo Porrini, *La Nueva Clase Trabajadora (1940-1950)*. Série Teses de Pós-Graduação em Humanidades. (Montevideo: Depto. De Publicaciones FHCE. UdelaR, 2005), 218-221.
 - 12 Segundo explicam no Prefácio da edição consultada, esses relatórios, que se referem a diferentes partes do mundo, pretendiam fornecer material aos empresários dos Estados Unidos que empregassem trabalhadores no exterior, assim como a especialistas em sindicatos e trabalho, economistas consultores e estudantes. O relatório sobre o Uruguai foi elaborado por Robert C. Hayes, chefe da divisão latino-americana do escritório e que havia sido, entre 1957 e 1962, oficial da Embaixada dos Estados Unidos em Montevidéu. U. S. Department of labor. Bureau of Labor Statistics. (1971). *Labor Law and Practice in Uruguay*. BLS Report 392. Geoffrey H. Moore, Commissioner. Washington D. C. p. III.
 - 13 Entre os sindicatos filiados são mencionados: Federación Nacional de Empleados y Técnicos, Asociación Nacional de Funcionarios Públicos, Federación Uruguaya de Bancarios Oficiales, Confederación Nacional de la Industria de la Construcción, Federación obrera nacional de la construcción y ramas afines (FONCRA), Sindicato Ladrilleros de Fábrica Autónomo del Uruguay, Comisión Nacional Intersindical Nacional de Radio, Electricidad, Metalurgia y Afines, Federación de Asociaciones y Sindicatos Autónomos de

- Paysandú, Federación Uruguaya de Músicos, Asociación Uruguaya de Músicos, Federación de Obreros y Empleados Navales del Uruguay, Federación Obrera Nacional de Trabajadores en Textiles, Cueros y Vestido, Unión Motoristas, Obreros, Técnicos y Administradores Portuarios, Sindicato Autónomo de Artes Gráficas e Federación de Empleados Metalúrgicos del Uruguay.
- 14 Central sindical fundada por 17 organizações em 1951 sob a orientação ideológica do sindicalismo “livre” e “democrático”. Para ampliar, ver: Álvaro Sosa, “‘Libres’, ‘democráticos’ e ‘internacionalistas’. La Confederación Sindical del Uruguay en los años cincuenta”, *Claves. Revista de Historia* 5, n. 8 (2019).
 - 15 Entre estes, o relatório menciona: Federación Autónoma de la Carne, Sindicato de Obreros y Obreras del Frigonal, Federación Ferroviaria (FF), Unión Ferroviaria del ex Ferrocarril Central (UF), UF del ex-ferrocarril Midland, Sociedad de conductores de coches motores, Unión de Sindicatos de Trabajadores de Industrias Alimenticias, Federación Nacional de Trabajadores Azucareros, Sindicato de Obreros y Obreras del Frigorífico Artigas, Unión Obrera Libre del Frigonal, Unión Solidaria de Obreros Portuarios, Sindicato Autónomo de Estibadores de Ultramar, Sindicato de Estibadores Libres con Carnet de CASE. Outras organizações do ramo de estiva e mecânica naval: Sindicato Autónomo del Ómnibus, Sindicato Autónomo del Ómnibus Interdepartamental, FOEB Federación OSE, Asoc. Nacional de Funcionarios Postales, Centro de Viajantes del Uruguay, Asociación de Funcionarios de UTE, Asociación de Profesores de Enseñanza Secundaria del Uruguay, Confederación Democrática de Maestros y Funcionarios de Enseñanza Primaria del Uruguay, Asociación de Obreros y Empleados de Conaprole, Sindicato Autónomo de la Aguja, Asociación de Funcionarios Administrativos, Obreros y de Servicios de la Dirección General de Telecomunicaciones, Federación de Empleados y Obreros de Telecomunicaciones e Asociación de Empleados de Radiodifusoras. Ver: U. S. Department of labor. Bureau of Labor Statistics. (1971). *Labor Law and Practice in Uruguay*. BLS Report 392. Geoffrey H. Moore, Commissioner. Washington D. C.
 - 16 No I Congresso Ordinário da CNT (1969) havia 59 organizações filiadas e 12 fraternais. Para o II Congresso Ordinário (1971) conta-se apenas com o detalhamento das organizações filiadas. CNT (1969): “Proyecto de resolución general. Llamamiento”. I Congreso ordinario de la CNT. Montevideo. CNT. (1971). “Informe de la Comisión Poderes”. II Congreso ordinario de la CNT. Montevideo. Archivo del CEIU-FHCE, Colección Ponce de León-Vilaró.
 - 17 Walter Cancela e Alicia Melgar, *El desarrollo frustrado*, 17.
 - 18 Hugo Cores, *El 68 uruguayo*, 42-43.
 - 19 *Ibid.*, 93.
 - 20 *Ibid.*, 94-95. Ver também Magdalena Broquetas, “Liberalización económica, dictadura y resistencia. 1965-1985”, em AA. VV., *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)* (Montevideo: EBO, 2007), 188.
 - 21 Hugo Cores, *Uruguay hacia la dictadura: la ofensiva de la derecha, la resistencia popular y los errores de la izquierda* (Montevideo: EBO, 1999), 157-158. Hugo Cores, *Reflexiones sobre el Movimiento Obrero*, 149.
 - 22 “Una gran ofensiva obrera por el salario y la libertad.”, *El Oriental*, 8-9-72, p. 3; Comité obreiro Sacco y Vanzetti. Agosto-Setiembre de 1972, “El auge de las luchas obreras”, *El Popular*, 8-9-72, p. 3; “Paros y huelgas en el agitado ambiente gremial”, *El Día*, 11-9-72, p. 5; “Huelga en AFE: proponen nueva fórmula”, *Acción*, 13-9-72, p. 4; “Merecen el plebiscito”, *El Día*, 19-9-72, p. 5; “Reglamentación sindical: remitirán al Parlamento”, *El País*, 13-9-72, p. 9; “La ley sindical a estudio de Abdala; luego al Parlamento”, *El País*, 10-10-72, p. 1.

- 23 Consejo Directivo da UF. Volante “*Nuestra posición ante la situación vigente*”, 21-10-69. Identificaram-se problemas focalizados nesta questão em: abril, maio e junho de 1967; julho, agosto, outubro, novembro e dezembro de 1968; janeiro, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1969; janeiro, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1970; outubro de 1971 e abril e maio de 1972.
- 24 Sabrina Álvarez, “...a pelear posiciones más de clase...” *El viraje del gremio postal entre 1961-1964*. Monografía de Historia del Uruguay III. Curso dictado por M. Broquetas. Inédito, 2011.
- 25 Elaboração própria com base nos Proyectos de Presupuesto de AFE (1967-1973). Agradeço à colaboração de Carolina Román no processamento e interpretação dos dados coletados.
- 26 Assim o entendiam, por exemplo, os ferroviários comunistas, ao assinalar que o atraso constante no pagamento dos salários e a “tentativa de destruir nossa fonte de trabalho” fazem parte da “política geral do governo”. Seccional ferroviario del PCU. Semanario *El Riel*. Boletín de emergencia n. 10, 29-8-69.
- 27 FF. *Al personal de conducción*, 10-9-69.
- 28 A FF apresentou propostas ao Diretório da AFE para melhorar a situação dos trabalhadores. Elaboraram um “Memorandum” no contexto do conflito de julho-agosto de 1968. Produziram um folheto contra a supressão de serviços de trens determinada pela AFE em setembro de 1968. Publicaram o folheto intitulado *Presente e futuro das ferrovias uruguaias*, no qual relatavam a situação, publicado em três partes no *El Popular* em 21, 22 e 23 de outubro de 1969. Apresentaram um novo “Memorandum” ao diretório em julho de 1971. Em 9-3-72 enviaram outro “Memorandum” ao diretório com cinco pontos principais de reivindicação. Ver: “Tratativas de la federación ferroviaria”, *El Popular*. 1-6-68. p. 11. “AFE dispuso nuevas supresiones de servicios en todo el país. ¿El ferrocarril en trance de desaparecer?” *El Popular*. 27-9-68. p. 7. “Presente y futuro de los ferrocarriles uruguayos”. *El Popular*, 21, 22 y 23 de octubre, 1969; UF. *Hoja semanal informativa*, n. 211, año 7, 30-7-71; UF. *Hoja semanal informativa*, n. 233, año 7, 10-3-72.
- 29 Alguns exemplos: nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 1967 realizou-se o Primer encuentro ferroviario pro-recuperación AFE em Paysandú. Em 17 de dezembro daquele ano, foi realizada a atividade “Pró-melhoramento da AFE” na cidade de Mercedes (Departamento de Soriano). Em 10-1-68, a FF expressou seu apoio ao movimento formado contra o fechamento de parte da linha Durazno-Trinidad. Em novembro de 1969, a Mesa “zona norte” da CNT com sede em Sayago convocou uma reunião para promover a criação de um “movimento em defesa das ferrovias” na Facultad de Agronomía. No mês seguinte, realizou-se uma reunião com a presença de população e comerciantes de Maldonado e Punta del Este, na qual decidiram organizar um “grande movimiento zonal em defesa das ferrovias”. Em julho de 1970, realizou-se o segundo congreso regional “pró-recuperação” da AFE na cidade de Salto. Ver: UF, *Hoja semanal informativa*, n. 118, año 3, 15-11-67; UF, *Hoja semanal informativa*, 29-11-67, n. 120, año 3; UF, *Hoja semanal informativa*, n. 122, año 3, 13-12-67; UF, *Hoja semanal informativa*, n. 126, año 3, 10-1-68; FF, *Boletín informativo*, 24-11-69; UF, *Hoja semanal informativa*, n. 170, año 5, 9-12-69; FF, Volante “Agresión a la soberanía e interés nacional”, 28-7-70.
- 30 Até então, havia sido dirigida majoritariamente pela Lista 5, que agrupava ferroviários socialistas (“frugonistas”), *batllistas* (“da 99” de Zelmor Michelini) e independentes. Também dentro da UF havia uma lista do Seccional Ferroviario do PCU (lista 9) e a lista 3, formada por trabalhadores das Talleres de Peñarol. Esta última costumava apoiar o que era proposto pela lista 1, integrada por militantes ferroviários vinculados à ROE e independentes.

- 31 Isso coincide com as avaliações feitas pela própria Administração por meio de Memorias y Balances da época.
- 32 “AFE hacia la crisis total”, *Ahora.*, 16-3-72, p. 9. “Ferroviarios dan plazo hasta el 22”. *El Popular*, 17-3-72, p. 5.
- 33 FF, Volante, 23-3-72; “AFE: no cobro de pasajes”, *El Popular*, 23-3-72, p. 5; “Anoche comenzó a aplicarse no cobro de pasajes en AFE”, *El Popular*, 24-3-72, p. 5.
- 34 “AFE: no cobro de pasajes”, *El Popular*, 23-3-72, p. 5.
- 35 FF, Volante, 27-3-72; “Paralización de servicios en AFE tras sucesos caóticos”, *El Día*, 24-3-72, p. 1.
- 36 “Suspendieron servicios de ferrocarril”, *Acción*, 25-3-72, p. 8.
- 37 FF, Volante. Marzo, 1972.
- 38 “Suspendieron servicios de ferrocarril”, *Acción*, 25-3-72, p. 8.
- 39 Segundo informou o *El País*, o Plano “imediato” acordado entre a FF e o MTCyT priorizava a melhoria do material rodante. Para isso seria realizada a “operação retorno” de quatro motores ALCO retidos por falta de pagamento nos EUA. Outros seriam enviados para modernização e ajuste. Seriam trazidas peças de reposição para locomotivas e seriam comprados trilhos e dormentes para a renovação da via férrea. “Inician plan mínimo para la recuperación de AFE”, *El País*, 25-3-72, p. 7.
- 40 “Triunfo obrero en AFE: hoy se normaliza el servicio”, *Ahora*, 24-3-72, p. 8. Ver também: “Hoy habrá corrida de trenes pero no servicios especiales”, *El Popular*, 25-3-72, p. 3.
- 41 FF, Volante, 27-3-72.
- 42 “Un tren obrero echando humo”, *Compañero*, 18-4-72, pp. 6-7.
- 43 “Conflicto en AFE”, *Marcha*, 8-9-72, p. 11.
- 44 “Confirman aplicación de medidas que aseguren servicios públicos”, *Acción*, 7-9-72, p. 2; “La medida habría sido acompañada por camioneros, repartidores de bebidas y refrescos y empleados de los taxímetros”, *Marcha*, 15-09-72. Citado por Hugo Cores, *Reflexiones*, 149.
- 45 Segundo menciona Demasi, José Manuel Urraburu, do PN, foi proposto por seu partido para integrar o gabinete ministerial de Bordaberry em representação do Herrerismo. Isso se enquadrava no “Grande Acordo Nacional” de junho de 1972. Foi ministro da referida pasta entre junho e dezembro de 1972. Seu antecessor foi Carlos Ribeiro, que integrou o primeiro gabinete ministerial do governo de Bordaberry. O sucessor, Francisco Mario Ubillos, também do PN. Carlos Demasi, *La caída de la democracia: cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)* (Montevideo: FCU. FHCE, 1996), 213, 228-229, 256.
- 46 “Alarma en el interior. Larga crisis de AFE”, *El Día*, 30-9-72, p. 8.
- 47 FF, Volante, 12-10-72.
- 48 “Hoy será normal el servicio; en punto cero el conflicto en AFE”, *Ahora*, 11-9-72, p. 3; “El conflicto ferroviario”, *Marcha*, 15-9-72, p. 9; “Hacen hincapié en la recuperación de AFE”, *El Popular*, 16-9-72, p. 5.
- 49 “Amplio plenario sindical aprobó el paro solidario”, *El Popular*, 3-10-72, p. 5.

Sobre os autores

Organizador do livro

Fidel Rodríguez Velásquez

É antropólogo e historiador nascido em Punta de Piedras, Ilha de Margarita, no Caribe venezuelano. É bolsista de pós-doutorado da FAPERJ no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisador associado à Unidade de Estudos Arqueológicos da Universidade Simón Bolívar (UEA-USB) e ao Museu Marinho de Margarita “Fernando Cervigón”. Sua pesquisa concentra-se no contato cultural, nos mundos do trabalho e na circulação de mercadorias nos séculos XVI e XVII no mundo atlântico. É codiretor do projeto Gente de Mar e está trabalhando no manuscrito de um livro com o título *Entangled by Pearls: Agents, Politics, and Labour in the Early Modern Atlantic World*.

Contato: fidelrodv@gmail.com

Autores

Ariel Viola (Argentina)

É licenciado em História e diplomado em Ciência Política pela Universidad Nacional del Litoral (UNL), e doutor e mestre em História da Medieval à Contemporânea pela Università Ca'Foscari Venezia (UNIVE). Cursa mestrado em Historia Social Argentina y Latinoamericana na Universidad Nacional de Rosario (UNR) e o doutorado em História Social da Cultura na Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É bolsista CAPES/PROEX e participa do Laboratório de Pesquisa em Conexões Atlânticas (CNPq/PUC-Rio) e da equipe de pesquisa sobre escravidão, emancipação e diáspora africana do Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” (CONICET/UBA). Publicou o livro *El blanqueamiento de la fuerza de trabajo en Santa Fé. Transformaciones demográficas y laborales durante la segunda mitad del siglo XIX* (Rosario: Prohistoria Ediciones, 2023), que recebeu o Prêmio “Elida Sonzogni” de Investigación en Historia Regional y Local (ISHIR-CONICET UNR). Contato: arielviola1989@gmail.com

Belén Peitti Bustos (Argentina)

É licenciada em História pela Universidad Torcuato Di Tella (UTDT) e mestre em História pela Universidad de San Andrés (UDESA). Atua como bolsista doutoral do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (UDESA-CONICET) e como docente na UTDT. Suas pesquisas se concentram na história política do Brasil no século XIX, em particular na análise das linguagens políticas e das estratégias de legitimação da monarquia brasileira. Participa do Grupo Conceptos Políticos Fundamentales da Red de investigación en Historia Conceptual del Mundo Iberoamericano (Iberconceptos). Contato: bpeittibustos@udesa.edu.ar

María Florencia Rittiner Basaez (Argentina)

É professora de História pela Universidad Nacional del Litoral (UNL) e mestranda em História Sociocultural da Universidad Nacional de Rosario (UNR). Atua como docente no nível de ensino médio na província de Santa Fé. Suas principais linhas de pesquisa estão vinculadas às formas de representação das mulheres trabalhadoras por meio da fotografia no litoral argentino na segunda metade do século XIX e início do XX. Participa do Grupo de Es-

tudios Afrolatinoamericanos (GEALA) pertencente ao Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” (CONICET/UBA).
Contato: mfrittiner@gmail.com

Romina Laura Caldera (Argentina)

É licenciada e professora em Ciencias de la Comunicación Social pela Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA) e mestranda em História pela Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), onde cursa o doutorado em História. Faz parte do Núcleo de Historia Social y Cultural del Mundo del Trabajo (Escuela IDAES-UNSAM) e integra o projeto “Port Arrivals Data, Humanidades Digitales y patrimonio para una historia comparativa a gran escala del transporte marítimo del siglo XIX”, financiado por Marie Skłodowska-Curie Actions e a União Europeia (MSCA-UE). Pesquisa o surgimento da telegrafia em contextos de circulação marítima, seu impacto cultural e social no território portuário de Buenos Aires durante a transição do século XIX ao XX. Contato: rominacaldera@gmail.com

Bruno Nicolás Elviretti (Argentina)

É professor universitário de História pela Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS). Atualmente, finaliza sua dissertação de mestrado em Historia Contemporánea na mesma instituição, sobre a relação entre crime e política durante a década de 1920 na Argentina. É bolsista do Programa de Becas Académicas da UNGS e pesquisador em formação do projeto “Género, sociedad y derechos en la Argentina del siglo XX: estudios en escala local, nacional y global” (ICI-UNGS). Atua como docente em escolas de nível secundário. Suas pesquisas se concentram no estudo da violência política nas primeiras décadas do século XX. Contato: belviretti@campus.ungs.edu.ar

Paula Martinez Almudevar (Argentina)

É professora de História pela Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA) e mestre em História pela Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Atua como docente na Universidad Nacional Arturo Jauretche (UNAJ). Suas pesquisas se concentram na análise da experiência laboral e política de artistas de rádio na cidade de Buenos Aires entre 1935 e 1946. Participa do Núcleo de Historia Social y Cultural del Mundo del Trabajo (UNSAM) e faz parte da Comisión Directiva de The Second World War Research Group – Latin America (SWWRG). Contato: paulamalmudevar@gmail.com

Lucía Marina Pereyra (Argentina)

É licenciada em Antropologia Social e Cultural pela Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) e doutoranda na mesma instituição, com bolsa CONICET. Suas pesquisas se concentram em políticas públicas de gestão penitenciária, em particular nos processos formativos de agentes do Servicio Penitenciario Federal argentino. Participa do Núcleo de Estudios Socioculturales sobre el Derecho y sus Instituciones (NESDI) da UNSAM. Contato: pereyra-lucia@hotmail.com

Erica Cubilla (Argentina)

É professora universitária de História pela Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), especialista em Educación Sexual Integral (INFOD), mestre em Ciencias Sociales (UNGS-IDES) e doutoranda do Posgrado en Ciencias Sociales (UNGS-IDES). Suas pesquisas se concentram no estudo das classes médias, da cultura urbana e das práticas de comércio e consumo sob uma perspectiva de gênero. É autora de artigos em revistas especializadas e participou de coletâneas como *Sobre vulnerabilidades y derechos: género, trabajo y cuestión social en la Argentina del siglo XX* (Buenos Aires: Imago Mundi, 2025). Atua como pesquisadora docente no Instituto del Desarrollo Humano da UNGS, participa do projeto “Género, sociedad y derechos en la Argentina del siglo XX: estudios en escala local, nacional y global” (UNGS) e faz parte do comitê editorial de *Descentrada. Revista interdisciplinaria de estudios de feminismos y género* (CInIG-IdIHCS, FAHCE, UNLP). Contato: ecubilla@campus.ungs.edu.ar

Josennya Guadalupe Noroño Torres (Venezuela)

É arquiteta pela Universidad del Zulia (LUZ) e mestre em Scientiarum em Preservación de Edificaciones Históricas pela Universidad Nacional Experimental Francisco de Miranda (UNEFM). Cursa o Doctorado Interdisciplinario en Ciencias da Universidad Simón Bolívar (USB). Atua como chefe da Unidad de Investigación Aplicada al Patrimonio Material e Inmaterial do Centro de Antropología del Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC). Participou dos livros *Contribuciones en Venezuela Arqueológica* (Tübingen: Scindinge Hall Verlag, 2024) e *Arqueología histórica venezolana. Perspectivas actuales sobre el contacto, el colonialismo y la independencia* (Leiden: Sidestone Press, 2024). Contato: josennynagoronot@gmail.com

Julimar Mora Silva (Venezuela)

É antropóloga pela Universidad Central de Venezuela (UCV), mestre em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É bolsista de pós-doutorado (CNPq) e professora substituta no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisa as conexões entre trabalho, ativismos políticos e solidariedade a partir das experiências internacionalistas da Guerra Fria, com foco nas relações entre o Brasil e Moçambique. É coeditora do livro *Los mundos del trabajo: sociabilidad, resistencias y vidas en movimiento* (Buenos Aires, México: Siglo XXI Editores, 2024) que recebeu o Prêmio Miradas Latinoamericanas (CLACSO). É vencedora do Prêmio Memórias Reveladas 2024 (Arquivo Nacional do Brasil). Contato: julimar.mora@gmail.com

Carlos Alfonso Franco Gil (Venezuela)

É licenciado em História pela Universidad Central de Venezuela (UCV), mestre em Historia de las Américas pela Universidad Católica Andrés Bello (UCAB) e doctor em Historia y Estudios Humanísticos pela Universidad Pablo de Olavide (UPO). Atua como professor da área de História da América na UCV e na Universidad Nacional Experimental de las Artes (UNEARTE). Pesquisa sobre história cultural, história dos imaginários e representações políticas e trabalho norte-americano. Em 2023 publicou seu último livro, *Monroísmo: síntesis para comprender la Doctrina Estadounidense* (Caracas: Centro de Estudios Simón Bolívar, 2023). Participa como pesquisador do Centro de Estudios Latinoamericanos y del Caribe “Rómulo Gallegos” (Celarg) e do Centro de Estudios Simón Bolívar. Contato: francogil.historia@gmail.com

María Fernanda Pérez Ochoa (México)

É licenciada em Antropologia Social pela Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH) e doutoranda no Centro de Estudios Históricos de El Colegio de México (COLMEX). Suas principais linhas de pesquisa são povos indígenas e conflitos territoriais, indigenismo interamericano, construção nacional no século XX, antropologia do Estado e história institucional. É autora de “The Recovery of the Communal Lands: Territorial Struggle and Political Subjectivation in San Miguel Chimalapa, Mexico”, *Latin American Perspectives* 51 (2024), e coordenadora editorial do dossiê “Las máscaras

del Leviatán. Antropología del Estado en América Latina”, *Diario de Campo* (INAH), no prelo. Contato: fernandapeoch@gmail.com

Sabrina Alvarez (Uruguai)

É licenciada em Ciências Históricas, magíster em Ciências Humanas pela Universidad de la República (UdelaR) e doutoranda em História na mesma instituição. Participa de projetos de extensão e pesquisa vinculados à história dos mundos do trabalho e do sindicalismo. Atuou como docente na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UdelaR), no professorado em História do Consejo de Formación en Educación de Uruguay, no Instituto Cuesta Duarte del PIT-CNT e em diversas organizações sindicais. Desde 2023 integra o Régimen de Dedicación Total da UdelaR e, desde 2025, o Sistema Nacional de Investigadores no Nivel Iniciación.

No cruzamento entre uma análise sobre o pós-abolição na Argentina e uma reflexão sobre o patrimônio colonial na Venezuela; no diálogo entre estudos da violência política dos anos 1920 e as memórias do ativismo negro das décadas de 1970 e 1980, as narrativas nacionais começaram a mostrar suas fissuras. Desse atrito nasceu a certeza de que a história latino-americana não pode ser contada confinada em fronteiras, e a pergunta que percorre estas páginas tomou forma: se nossas Américas são feitas de fragmentos – de memórias em disputa, de trabalhos interrompidos, de lutas dispersas –, como narrá-las sem costurar artificialmente suas feridas nem apagar suas tensões?

Os capítulos aqui reunidos, com origem no Seminário Internacional *Move La América: história, trabalho e cultura em movimento*, realizado em maio de 2025 na PUC-Rio, oferecem um mosaico de aproximações que, em conjunto, traçam um mapa de possibilidades para pensar, de forma situada e coletiva, a complexidade irreduzível de nosso passado compartilhado.

